UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

DANIELLE COELHO ALVES

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E AS LUTAS DOCENTES UNIFICADAS NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO CEARÁ (2003-2022)

FORTALEZA
2024

DANIELLE COELHO ALVES

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E AS LUTAS DOCENTES UNIFICADAS NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO CEARÁ (2003-2022)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos à obtenção do título de Doutora em Educação. Área de concentração: Educação Brasileira.

Orientador: Prof. Drª. Antônia Rozimar Machado e Rocha.

FORTALEZA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A478p Alves, Danielle Coelho.
Política de educação superior e as lutas docentes unificadas nas universidades estaduais do Ceará (2003-2022) / Danielle Coelho Alves. – 2024.
291 f. : il. color.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2024.
Orientação: Profa. Dra. Antônia Rozimar Machado e Rocha .

1. política de educação superior. 2. universidades estaduais cearenses. 3. movimento docente. I. Título.

CDD 370

DANIELLE COELHO ALVES

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E AS LUTAS DOCENTES UNIFICADAS NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO CEARÁ (2003-2022)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos à obtenção do título de Doutora em Educação. Área de concentração: Educação Brasileira.

Aprovada em: 12/07/2024.

BANCA EXAMINADORA

_____
Profª. Drª. Antônia Rozimar Machado e Rocha (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

_____
Profª. Drª. Maria José Albuquerque da Silva
Universidade Federal do Ceará (UFC)

_____
Profª. Drª. Erlenia Sobral do Vale
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

_____
Prof. Dr. Epitácio Macário Moura
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

_____
Prof. Dr. Jonas Menezes Bezerra
Instituto Federal do Ceará (IFCE)

À todas e todos os sujeitos que defendem
a educação pública, em especial, aos que
lutam pela sobrevivência das
universidades estaduais cearenses.
Às vítimas da Covid-19 no Brasil.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

À minha família, com meus pais Lúcia e Antônio, que sempre dedicaram esforços para que eu pudesse ter uma educação de qualidade, apesar de sua pouca instrução e recursos financeiros. Ao meu irmão Denis, que apesar de distante fisicamente, sempre torce pelo meu sucesso. Aos meus cachorros, Luke e Pingo. Luke que alegra e me acompanha nessa escrita da tese; e ao Pingo, que esteve comigo ao longo de dezesseis anos e partiu em dezembro de 2023, deixando muita saudade.

À Rose, minha querida e competente orientadora, que com sua leveza deixou esse processo de doutorado algo mais agradável. Obrigada pelo apoio na construção desse nosso trabalho que estamos aperfeiçoando desde o mestrado. Quem diria que a autora de uma tese que me indicaram na minha graduação, se tornaria a minha orientadora maravilhosa. Você é muito especial e essencial na minha evolução acadêmica.

À minha banca mais que espetacular: Maria José, pelo carinho e zelo sempre destinados aos meus trabalhos acadêmicos. Gratidão pelas partilhas e trocas de conhecimento. Jonas, meu companheiro de linha e de tema de pesquisa, obrigada pelos momentos de conversas acerca das universidades estaduais. Obrigada por aceitar e contribuir no processo de construção dessa tese. Erlenia, minha primeira orientadora, referência de professora e pessoa, que tenho o prazer de hoje ter como amiga e que tanto colabora nas minhas escritas acadêmicas. E, por último, o que falar de Macário, que esteve comigo em todas as minhas bancas desde a graduação, mestrado e agora no doutorado, professor que me fez perceber a importância dos dados e tabelas. A cada de um de vocês o meu carinho eterno.

Às minhas companheiras de doutorado: Damares e Paula que me ajudaram a suportar o difícil mundo da pós-graduação. Obrigada pela amizade, paciência nas loucuras e pelos bons momentos partilhados. Paula, sempre trazendo boas referências de músicas, filmes e livros. Damares, minha companheira de seleção, doutorado e docência na prefeitura de Fortaleza. Gratidão por tudo!

À minha tia Elis, madrinha linda e maravilhosa, que está comigo em todos os momentos da minha vida.

Aos meus amigos de vida: Gerlane, Natan, Rejane, Lorena, Lohana, Sarah, Cris Oliveira, Cris Pascoal, Rodrigo, Léo, Raquel, Yasmim, Sijone, Ivanildo e Bruno. Amigos que são a família que escolhi. Gratidão pelo apoio e torcida em todos os momentos da minha vida.

Às minhas companheiras de luta diária no cotidiano escolar: Nayane, Queila, Alessandra, Iviane, Márcia Cristina e Tereza, obrigada pela força e apoio nesse momento tão complexo de emoções.

Aos meus eternos diretores e amigos: Célio Coutinho e Elda Maciel, gratidão pelos ensinamentos e pelo carinho que sempre destinaram a mim.

Aos meus amigos da Viaja Mais: Ruth, Eder, Juarez, Gil e Cris, gratidão pelas risadas, alegrias e momentos felizes partilhados nas andanças por esse Brasil.

À todas as pessoas que lutaram em defesa das universidades estaduais cearenses.

A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes[...]. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corporação e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos, em constante posição, tem vivido numa guerra ininterrupta, ora fraca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre ou por transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em conflito [...].

Proletários de todos os países, uni-vos! (Marx; Engels, 2010, p.40-69).

RESUMO

A presente pesquisa visa problematizar as contradições da política de educação superior no Ceará e as formas de resistência do movimento docente das universidades estaduais, nos governos de Lúcio Alcântara, Cid Gomes e Camilo Santana (2003 – 2022). É importante identificar a relação entre os avanços obtidos nas três instituições e as lutas que ocorreram em períodos de intensificação da resistência do movimento docente, captando, assim, o seu significado para essa política. O objetivo principal desta pesquisa é analisar a política de educação superior do Ceará, nos governos supracitados, e as lutas unificadas protagonizadas pelo movimento docente no contexto de sobrevivência das instituições. Nos objetivos específicos buscamos: 1) analisar as atuais mudanças no mundo do trabalho e repercussões na organização dos trabalhadores; a agenda neoliberal e os elementos constitutivos da contrarreforma do Estado brasileiro e os impactos sobre a educação superior; 2) identificar as contradições geradas pela política de educação superior no Ceará e seus rebatimentos nas universidades estaduais cearenses (UECE, URCA e UVA); 3) Resgatar, registrar e analisar as principais formas de resistência e conquistas, mobilizadas pelos sindicatos das universidades estaduais, com foco na análise das conquistas do movimento docente e seu significado para a política de educação superior do Estado. É uma pesquisa documental e bibliográfica com autores do campo crítico, que contemplam as categorias deste estudo: política de ensino superior, movimento docente, universidade estadual, utilizando para a análise o materialismo histórico dialético. Evidenciamos as atuais mudanças no mundo do trabalho e as implicâncias na organização dos trabalhadores que, alinhadas ao neoliberalismo e à contrarreforma do Estado brasileiro, impactaram a educação superior no processo de mercantilização, comprovada por meio de levantamento de dados sobre as universidades. Por fim, vimos que as três universidades estaduais, ao longo dos anos, têm sobrevivido graças à luta coletiva, por meio de greves que resultaram em conquistas para a comunidade acadêmica, expondo o seu significado para a política de educação superior do Estado. As universidades só existem, porque resistem.

Palavras-chave: política de educação superior; universidades estaduais cearenses; movimento docente

ABSTRACT

The present research aims to problematize the contradictions of the higher education policy in Ceará and the forms of resistance of the teaching movement of state universities, in the governments of Lúcio Alcântara, Cid Gomes and Camilo Santana (2003 – 2022). It is important to identify the relationship between the advances made in the three institutions and the struggles that occurred in periods of intensification of the resistance of the teachers' movement, thus capturing their significance for this policy. The main objective of this research is to analyze the higher education policy of Ceará, in the aforementioned governments, and the unified struggles carried out by the teaching movement in the context of survival of institutions. In the specific objectives: 1) to analyze the current changes in the world of work and repercussions on the organization of workers; the neoliberal agenda and the constitutive elements of the counter-reform of the Brazilian State and the impacts on higher education; 2) to identify the contradictions generated by the higher education policy in Ceará and its repercussions in the state universities of Ceará (UECE, URCA and UVA); 3) To rescue, record and analyze the main forms of resistance and achievements, mobilized by the unions of state universities, focusing on the analysis of the achievements of the teaching movement and their significance for the higher education policy of the State. It is a documentary and bibliographic research with authors from the critical field, who contemplate the categories of this study: higher education policy, teaching movement, state university, using dialectical historical materialism for the analysis. We highlight the current changes in the world of work and the implications in the organization of workers, which, in line with neoliberalism and the counter-reform of the Brazilian State, have impacted higher education in the process of commodification, proven through a survey of data on universities. Finally, we have seen that the three state universities, over the years, have survived thanks to collective struggle, through strikes that resulted in achievements for the academic community, exposing their significance for the state's higher education policy. Universities only exist because they resist.

Keywords: higher education policy; state universities in Ceará; professor' movement

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Expansão do ensino superior estadual..... 23
Figura 2- Formação da Diretoria Provisória SINDIUVA..... 195
Figura 3- Ocupação da reitoria da UECE..... 206
Figura 4- Desocupação da reitoria em 21 de junho de 2005..... 206
Figura 5- Encontro com o governador..... 212
Figura 6- Reprodução do manifesto em defesa da educação pública no Ceará..... 213
Figura 7- Convocação professores UVA..... 216
Figura 8- Convocação professores UECE..... 217
Figura 9- Nota unificada dia dos professores..... 224
Figura 10- Nota reitoria ao jornal..... 226
Figura 11- Nota do governo..... 227
Figura 12- Ocupação ALECE 2007..... 228
Figura 13- Campanha URCA..... 234
Figura 14- Pauta unificada parte 1 a 6..... 238
Figura 15- Violência policial no ato 06 de novembro..... 243
Figura 16- Anúncio da Ocupação da ALECE..... 244
Figura 17- Carta publicada nos jornais do estado..... 245
Figura 18- Nota trilíngue..... 246
Figura 19- Caminhada do silêncio..... 247
Figura 20- Ato unificado 2014..... 252
Figura 21- Carta Compromisso Camilo..... 253
Figura 22- Nota trilíngue 2016..... 256

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Evolução do número de Instituições de Ensino Superior no Brasil..... 97

Gráfico 2- Evolução do número de participantes do PROUNI..... 100

Gráfico 3- Evolução do número de bolsas Instituições de Ensino Superior no Brasil (em milhares)..... 101

Gráfico 4- Comparativo do orçamento da União despendido com a educação superior (total executado), com as renúncias orçamentárias (total estimado) e o serviço da dívida pública (total executado), entre 2016 e 2017 (em trilhões de reais)..... 103

Gráfico 5- Evolução de matriculas EAD em Instituições de Ensino Superior no Brasil..... 104

Gráfico 6- Ingressos em cursos presenciais x EAD..... 105

Gráfico 7- Quantidade de cursos e programas em 2024..... 152

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Matrículas em cursos de graduação presenciais por categoria administrativa -Brasil 1991-2022..... 94

Tabela 2- Evolução das Instituições de Ensino Superior no setor público e no privado - Brasil e Ceará - 1995-2022 (%)..... 96

Tabela 3- Número de matrículas por modalidade acadêmica em 2022 no Brasil..... 106

Tabela 4- Número De Matrículas De Graduação Por Modalidade De Ensino E Categoria Administrativa, Segundo O Grau Acadêmico – Brasil – 2013-2022..... 107

Tabela 5- Funções docentes em cursos de graduação presenciais por categoria administrativa - Brasil 1997-2022..... 109

Tabela 6- Matrículas em cursos de graduação presenciais por categoria administrativa -Brasil 2019-2022..... 118

Tabela 7- Valores Arrecadados com Tributos e Transferências – Governo Lúcio Alcântara..... 127

Tabela 8- Matriculas em cursos de graduação presenciais por categoria administrativa -Ceará 1991-2022..... 142

Tabela 9- Evolução das Instituições de Ensino Superior no setor público e no privado - Ceará - 1995-2022 (%)..... 143

Tabela 10- IPCA acumulado e reajustes salariais dos docentes das universidades estaduais do Ceará – 2015 – 2019..... 145

Tabela 11- Bolsas de Iniciação Científica na Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA (2006-2018)..... 178

Tabela 12- Número de professores nas estaduais em 2018..... 180

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Orçamento destinado a Educação em relação ao Total do Orçamento..... 127
Quadro 2- Composição do Produto Interno Bruto do Ceará e Gastos com Educação..... 128
Quadro 3- Composição do Produto Interno Bruto do Ceara e Gastos com Educação..... 128
Quadro 4- Composição do Produto Interno Bruto do Ceara e Gastos com Educação..... 131
Quadro 5- Composição do Produto Interno Bruto do Ceara e Gastos com Educação..... 132
Quadro 6- Professores efetivos por categoria e formação acadêmica (2024)..... 150
Quadro 7- Número De Professores Efetivos, Substitutos e Visitantes de 2008-2022..... 151
Quadro 8- Bolsas de Iniciação Científica- 2008-2020..... 153
Quadro 9- Premiações a professores e estudantes da UECE..... 155
Quadro 10- Notícias da Excelência da UECE na mídia..... 157
Quadro 11- Número de bolsas de Iniciação Científica de 2013-2022..... 163
Quadro 12- Produção Cientifica de 2013 a 2015-URCA..... 164
Quadro 13- Produção Acadêmica e Científica 2022-URCA..... 164
Quadro 14- Execução orçamentária URCA- 2013-2015..... 165
Quadro 15- Número de docentes efetivos e temporários na URCA- (2015-2022)..... 167
Quadro 16- Servidores efetivos e terceirizados URCA (2013-2022)..... 168
Quadro 17- Bolsas Iniciação Científica, Pós-graduação e assistência estudantil (2024)..... 179
Quadro 18- Número de docentes das três estaduais em 2013..... 179
Quadro 19- Carência de professores nas três universidades (2007-2013)..... 180

Quadro 20- Notícias mobilizações/ greves em 2005..... 203
Quadro 21- Notícias mobilizações/ greves em 2006..... 218
Quadro 22- Notícias mobilizações/ greves em 2007 e 2008..... 231
Quadro 23- Notícias mobilizações/ greve em 2013..... 248
Quadro 24- Notícias mobilizações/ greves em 2014..... 254
Quadro 25- Links de vídeos sobre as greves..... 260

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALECE	Assembleia Legislativa do Ceará
ANDES	Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior
ANDES-SN	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
BANERJ	Banco do Estado do Rio de Janeiro
BANESPA	Banco do Estado de São Paulo
BANESTADO	Banco do Estado do Paraná
BM	Banco Mundial
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CALSS	Centro Acadêmico Livre de Serviço Social
CCS	Centro de Ciências da Saúde
CCT	Centro de Ciências e Tecnologia
CECITEC	Faculdade de Educação, Ciências e Letras dos Inhamuns
CED	Centro de Educação
CESA	Centro De Estudos Sociais Aplicados
CETROS	Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social
CH	Centro de Humanidades
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CREDUC	Crédito Educativo para Estudantes Carentes
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
DE	Dedicação Exclusiva
DOE	Diário Oficial do Estado do Ceará
EAD	Educação a distância
EC	Emenda Constitucional
EEEP	Escolas Estaduais de Educação Profissional
EMBRATEL	Empresa Brasileira de Telecomunicações
FACEDI	Faculdade de Educação de Itapipoca
FAEC	Faculdade de Educação de Crateús
FAFIDAM	Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos
FAVET	Faculdade de Veterinária

FECISC	Faculdade de Educação e Ciências Integradas do Sertão de Canindé
FECLESC	Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central
FECLI	Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu
FECOP	Fundo Estadual de Combate à Pobreza
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNCAP	Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FUNECE	Fundação Universidade Estadual do Ceará
FUNEDUCE	Fundação Educacional do Estado do Ceará
GABGOV	Gabinete do Governador
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICB	Instituto de Ciências Biomédicas
IES	Instituições de Ensino Superior
IFCE	Instituto Federal do Ceará
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC	Ministério da Educação
OMC	Organização Mundial do Comércio
PAD	Plano de Atividades Docentes
PCCS	Plano de Cargos, Carreira e Salários
PCCS	Plano de Cargos, Carreiras e Salários
PCCV	Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos
PDV	Planos de Demissão Voluntária
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PIB	Produto Interno Bruto
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PL	Projeto de Lei
PPA	Plano Plurianual

PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PROVIC	Programa Voluntário de Iniciação Cientifica da UECE,
PRPPG	Pró- Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
PT	Partido dos Trabalhadores
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SATE	Sistema Estadual de Educação Técnica e Superior à Distância
SECITECE	Secretaria de Ciência e Tecnologia do Ceará
SEPLAG	Secretaria do Planejamento e Gestão
SINDESP	Sindicato dos Docentes do Ensino Superior Público do Estado do Ceará
SINDIUVA	Seção Sindical do Andes na UVA
SINDUECE	Seção Sindical do ANDES na UECE
SINDURCA	Seção Sindical do ANDES na URCA
SME	Secretária Municipal de Educação
SPAECE	Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TELEMIG	Telecomunicações de Minas Gerais
TELERJ	Telecomunicações do Estado do Rio de Janeiro
TELESP	Telecomunicações de São Paulo
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFCA	Universidade Federal do Cariri
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
URCA	Universidade Regional do Cariri
UVA	Universidade Estadual Vale do Acaraú

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... 20

2 AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO E A RELAÇÃO COM A CONTRARREFORMA DO ESTADO BRASILEIRO..... 36

2.1 Transformações no mundo do trabalho e neoliberalismo..... 36

2.1.1 Transformações no mundo do trabalho..... 36

2.1.2 O ideário neoliberal: menos para o social e mais para o capital.... 48

2.1.3 A organização da classe trabalhadora..... 64

2.2 A Contrarreforma do Estado e suas relações com a política de ensino superior brasileira..... 73

3 POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E CEARÁ: IMPACTOS NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS..... 84

3.1 A política de educação superior no Brasil pós-1990..... 84

3.2 Política de educação superior no Ceará..... 119

3.2.1 Lúcio Alcântara, Cid Gomes e Camilo Santana: o descaso com as universidades públicas..... 124

3.3 Universidades Estaduais do Ceará: breve histórico e caracterização..... 146

3.3.1 A Universidade Estadual do Ceará- UECE..... 147

3.3.2 A Universidade Regional do Cariri- URCA..... 159

3.3.3 A Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA..... 169

4 GREVE GERAL INTERIOR E CAPITAL: LUTA E RESISTÊNCIA NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO CEARÁ..... 184

4.1 Sindicatos das universidades estaduais do Ceará: criação e memórias..... 184

4.1.1 Seção Sindical do Andes na UECE- SINDUECE..... 186

4.1.2 Seção Sindical do Andes na URCA- SINDURCA..... 193

4.1.3 Seção Sindical do Andes na UVA- SINDIUVA..... 194

4.1.4 A consolidação do Fórum das Três Estaduais..... 200

4.2 Greves unificadas nas universidades estaduais do Ceará: a luta como forma de sobrevivência..... 201

4.2.1 Greve de 2005: o pontapé inicial para a unidade nas lutas..... 202

4.2.2 Greve de 2006: unidade em defesa da pauta docente (carreira e salário em questão)..... 208
4.2.3 Greve de 2007/ 2008: PCCV- Do pior salário do Brasil e melhoramos estruturalmente nossas universidades..... 221
4.2.4 Greve de 2013: unidade na luta- estudantes, professores e servidores técnico-administrativos..... 233
4.2.5 Greve de 2014: a "falta de palavra", ocasiona nova paralisação.... 250
4.2.6 Greve de 2016: Camilo, mesmo com termo, o descompromisso... 255
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 263
REFERÊNCIAS..... 270

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visa problematizar as contradições da política de educação superior implementada no Estado do Ceará e as formas de resistência do movimento docente das universidades estaduais, com foco nas greves unificadas da categoria. É importante identificar a relação entre os avanços obtidos nas três universidades estaduais e as lutas que ocorreram em períodos de intensificação da resistência do movimento docente, captando, assim, o seu significado para essa política.

Esta pesquisa almeja continuar os estudos iniciados ainda na graduação em Serviço Social na Universidade Estadual do Ceará (UECE) (2009-2014), período em que a pesquisadora vivenciou os desafios de ser estudante naquela instituição, com poucas bolsas de iniciação científica e assistência estudantil, falta de professores, inclusive com várias disciplinas descobertas, ocasionando algumas manifestações no curso, protagonizadas em parte pelo movimento estudantil, dentre eles o Centro Acadêmico Livre de Serviço Social (CALSS), que a pesquisadora era da gestão(2011-2012).

Conciliando a graduação com as atividades no Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social (CETROS), a pesquisadora se aproximou de professores que compunham a direção da Seção Sindical do ANDES na UECE-SINDUECE (2011-2016)[1], período em que se vivenciou uma extrema dificuldade das entidades sindicais em ter acesso a dados[2] sobre as instituições, ocasionando a contratação da estudante para coletar essas informações sobre as universidades, dia Diário Oficial do Estado do Ceará (DOE). Essa estratégia de ocultação dos dados das universidades estaduais, é muito utilizada pelas reitorias, visto que, ao não expor os números das instituições, acabam camuflando a situação real das universidades. Os *sites* das instituições, por vezes, não são alimentados, ou simplesmente alegam ter perdido as informações solicitadas. Além dessa pesquisa, a estudante foi contratada temporariamente para realizar o recebimento de

---

[1] A pesquisadora trabalhou na SINDUECE entre os aos de 2011- 2016, quando saiu do sindicato para cursar o mestrado.

[2] No período de realização da tese, a dificuldade de ter acesso a informação das universidades estaduais continuou, com as instituições negando o acesso a dados simples, principalmente, na Universidade Estadual Vale do Acaraú.

processos dos professores substitutos acerca da equiparação salarial. Este vinculo temporário, se efetivou, transformando a estudante em militante e trabalhadora do sindicato. A aproximação ao sindicato e atuação no movimento estudantil despertaram o interesse por estudar as universidades estaduais, especialmente as questões relacionadas a precarização do trabalho docente dos professores substitutos, assim, o trabalho de conclusão de curso intitulado “Expressões do trabalho docente precarizado: discursos e práticas dos professores substitutos da UECE” abordou o trabalho precarizado dos professores substitutos na instituição. A pesquisa deixou algumas lacunas sobre a organização docente e as conquistas da UECE, que sempre ocorriam em momentos de greves. Essa questão trouxe novas inquietações e uma proposta de projeto para o mestrado.

Com a aprovação e, consequente, realização do curso de mestrado em Educação na Universidade Federal do Ceará (UFC) (2016-2018), foi elaborada a dissertação “Política de educação superior no Ceará e a resistência do movimento docente na Universidade Estadual do Ceará (UECE)”, que analisou a relação da resistência do movimento docente na UECE com a política de ensino superior no estado. Através deste estudo dissertativo, emergiram elementos que reforçavam a relação entre as conquistas na universidade com os movimentos paredistas, assim como evidenciou também, a contradição vivenciada na UECE, que cresce e se destaca, apesar do contínuo descaso e problemas com financiamento. Novamente, viu-se a necessidade de entender se esse processo aconteceria da mesma forma nas outras universidades estaduais do estado.

A presente pesquisa busca ampliar o campo de estudo para a Universidade Regional do Cariri (URCA) e a Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), com o intuito de analisar como se dá essa relação entre os movimentos paredistas, com foco na categoria docente e a política de ensino superior, especialmente, as greves unificadas organizadas pelos sindicatos das três estaduais. São universidades importantes no âmbito local e nacional, protagonistas de pesquisas e inovações, mas que não dispõe de muitos estudos acerca de suas trajetórias e relevância no ensino superior. Estes poucos estudos constituíram um desafio adicional à pesquisa, mas também reforçaram a importância dessa tese, ao passo que constitui um elemento sistematizador da história de luta das três universidades estaduais cearenses.

É uma temática que permeia a vida da pesquisadora desde a sua graduação (2009-2014), mestrado (2016-2018) e que chegando ao doutorado em 2019, teve a dificuldade inicial de cursar o doutorado ao mesmo tempo que o mundo enfrentava uma de suas maiores crises de saúde pública, social e econômica do último século, a pandemia da Covid-19[3] que trouxe um conjunto de transformações e marcas[4] profundas ao Brasil, ocasionado a morte de 712 mil brasileiros, num total de 38 milhões de casos[5]. Ainda tivemos o governo Jair Bolsonaro[6] (2019-2022) que atacou diretamente a ciência e a pesquisa, dificuldades que ampliaram o fazer pesquisa no Brasil e trouxeram mudanças e ajustes na própria construção metodológica do objeto desse estudo.

Como mencionamos, no Ceará existem três universidades públicas estaduais: a UECE, que conta com uma estrutura de dois *campi* na capital e seis unidades no interior; a UVA, que possui quatro *campi*, localizados na cidade de Sobral; a URCA, sediada na cidade de Crato, contendo outros *campi* nas cidades de Juazeiro do Norte, Iguatu, Barbalha, Campos Sales e Missão Velha. São instituições de grande importância para o estado do Ceará, atendendo parte de uma população cearense, infelizmente ainda com poucas unidades no interior, que possui grande necessidade de acesso ao ensino superior, dada a maioria das instituições interioranas serem privadas, sendo um nicho de mercado forte. Em fevereiro de

---

[3] Em dezembro de 2019 os principais veículos da mídia nacional Internacional noticiavam pela primeira vez a existência de um novo vírus nomeado de SARS-CoV-2, localizado na província chinesa Wuhan. Em menos de 3 meses, a cepa se espalhou pelo Globo e a Organização Mundial da Saúde (OMS) emitiu alerta de que o mundo estava diante de uma pandemia. A partir dali desigualdades já presentes na sociedade foram potencializadas. (Alves, Alexandre e Rocha, 2022, p.202).

[4] Vislumbra-se um cenário de retrocessos no âmbito do direito à educação de qualidade, ocasionado pelo aumento da evasão escolar devido à falta de equipamentos e de políticas públicas que possibilitem aos filhos da classe trabalhadora permanecerem na escola/ universidade (por meio remoto). Falta segurança no retorno das aulas presenciais, na medida em que várias escolas não tinham se ajustado aos protocolos para enfrentar a Covid-19. Verifica se a omissão do governo federal que usa a pandemia como forma de aprofundar ataques às áreas que historicamente já eram marginalizadas. Por fim destaca-se que a pandemia que a expôs as chagas abertas da divisão de classes, evidenciada sobremaneira por uma das mais profundas crises sanitárias e políticas experimentadas pela sociedade brasileira. (Alves, Alexandre e Rocha, 2022, p.218)

[5] Dados de 2024, extraídos do Ministério da Saúde, disponível em: https://covid.saude.gov.br/. Acesso em: 01 jul. 2024

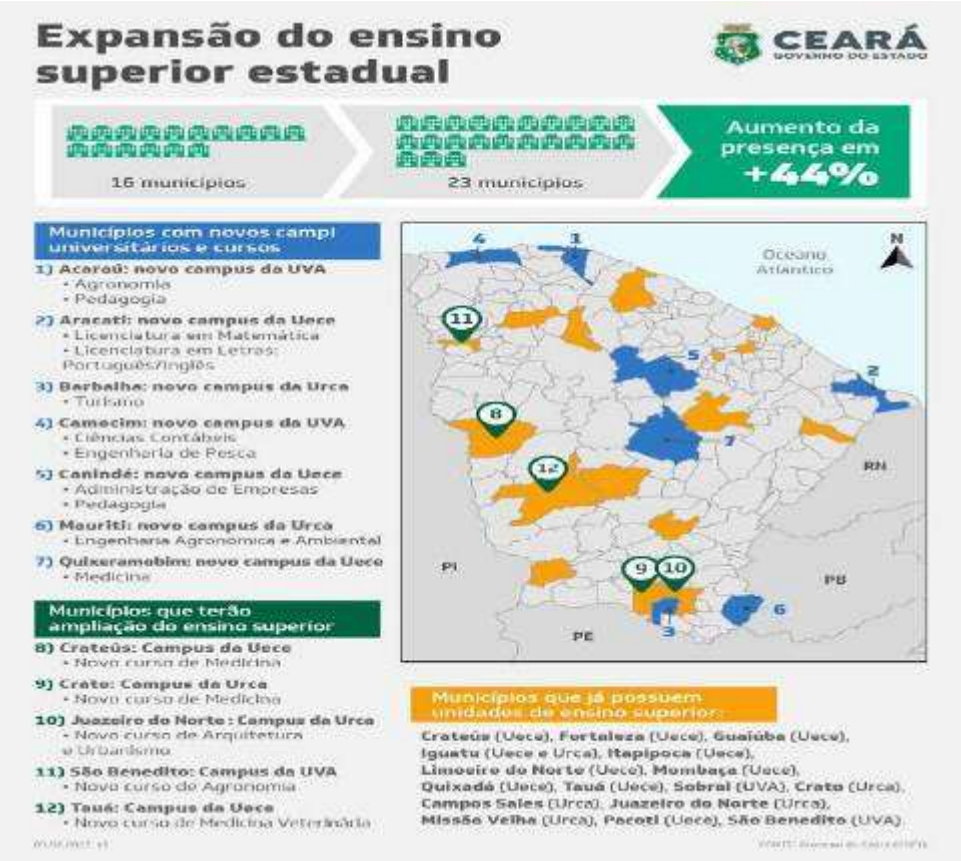
[6] Ver mais sobre os aspectos nefastos do governo Bolsonaro em: IBRAHIM, Cesar Antônio Calejon. Sobre perdas e danos: negacionismo, *lawfare* e neofascismo no Brasil. Curitiba: Kotten Editorial, 2022

2022, o então governador Camilo Santana (2015-2022)[7] anunciou o projeto de expansão dessas universidades:

> O governador Camilo Santana (PT) anunciou nesta quinta-feira (3) que o Estado receberá sete novos campi e 16 novos cursos em universidades estaduais. Atualmente, as instituições estão presentes em 16 municípios. Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA): 2 campi e 5 cursos, Universidade Estadual do Ceará (Uece): 3 campi e 7 cursos, Universidade Regional do Cariri (Urca): 2 campi e 4 cursos (Falcão, 2022, n.p).

Dessa forma, o mapa das instituições universitárias estaduais foi modificado. Apesar da ampliação ter sido prometida em 2022, em 2024 ela ainda caminhava de forma lenta. O concurso docente necessário para a ampliação das instituições, não cobriu as vagas necessárias para a manutenção dos cursos já existentes. A seguir, a figura com dados da expansão do ensino superior cearense.

Figura 1- Expansão do ensino superior estadual



Fonte: governo do Ceará (2022)

[7] Camilo Santana renunciou ao governo do estado para pleitear candidatura ao senado federal em abril de 2022. Ver mais em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniao/colunistas/inacio-aguiar/camilo-santana-confirma-renuncia-no-dia-2-de-abril-o-estado-fica-em-excelentes-maos-1.3209867

Nos anos 2000, nessas universidades foram criadas as três seções do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior(ANDES) no Ceará (SINDUECE, SINDURCA e SINDIUVA)[8], ambas emergiram dentro de um contexto de crise nas instituições e de luta em defesa da universidade pública.

Os governos de Lúcio Alcântara (2003/2006), Cid Gomes (2007/2014) e Camilo Santana (2015-2022) trataram as universidades estaduais como um problema, ao afirmar que o ensino superior deve ser responsabilidade da União, enaltecendo a proposta de federalização, principalmente, da URCA e UVA.

> [...]Como efeito, virou um bordão de secretários e governadores a ideia de que o financiamento do ensino superior é atribuição da União. Invariavelmente, dos anos 2000 para cá, os governos tratam com desleixo a determinação da Constituição Estadual que obriga o Estado a repassar pelo menos 5% da Receita Corrente Líquida (RCL) para as três universidades estaduais. (Macário, 2019, p. 8).

Venâncio (2014) expõe que o descaso por parte do governo, pode ser verificado, no descumprimento da prescrição constitucional quanto à destinação de um quinto dos 25% do orçamento estadual destinados à educação (isto é, 5% das verbas vinculadas à educação). Nos primeiros sete anos do governo Cid Gomes (com arrecadação e Produto Interno Bruto (PIB) elevados), o investimento médio no ensino superior ficou em 2,34%. Analisando o ano de 2012, o investimento não excedeu 2,44% do orçamento, descumprindo o Art. 224 da Constituição Estadual.

> Art. 224. O Governo Estadual aplicará, mensalmente, nunca menos de um quinto da parcela a que se refere o art. 212 da Constituição Federal para despesas de capital do sistema de ensino superior público do Estado do Ceará, respeitada a proporcionalidade dos recursos repassados às universidades públicas estaduais nos últimos dois anos anteriores à promulgação desta Constituição (Ceará, 1989).

Conforme apontado por Venâncio (2014), o governo cearense descumpre o mínimo estabelecido para o investimento nas estaduais. Isso não ficou apenas na gestão Cid Gomes, a primeira gestão de Camilo Santana (2015-2018), caracterizou-se pelos sucessivos cortes de verbas para as estaduais, em cerca de 20% da receita das universidades. (Alves, 2018). A segunda gestão foi ainda pior, Camilo praticou a política do reajuste zero do salário, aplicação de uma reforma da previdência e travamento de processos de professores, que geraram perdas salarias gigantescas.

---

[8] Ambas são chamadas de Seção Sindical do Andes-Sn nas referidas instituições. Seção Sindical do Andes na UECE (SINDUECE); Seção Sindical do Andes na URCA (SINDURCA) e Seção Sindical do Andes na UVA (SINDIUVA).

> A questão Salário-Carreira tem implicações diretas no Ensino, na Pesquisa e na Extensão, portanto, na produção científica e cultural do/no Ceará. **No ano 2007, estas universidades atravessavam uma das maiores crises, quando amargavam a condição de pior salário das universidades do Brasil**. Tal situação fez nossas instituições perderem importantes docentes/pesquisadores para outras universidades. A fuga de cérebros não interessa a nenhum Estado que pretenda avançar econômica, social e culturalmente. Isto só foi resolvido com a conquista do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos (PCCV) em 2008, com reajuste nominal em torno de 120% (ver Manifesto N. 2, 12/05/2024). **Os ataques aos salários e à carreira desfechados pelos governos de Camilo Santana/Isolda Cela e Elmano de Freitas fazem com que nos deparemos com situação muito próxima do que vivenciávamos em 2007**. (Mandacaru, 2024, p.1- grifo próprio).

Observamos, que apesar de Camilo e Elmano de Freitas, eleito em 2022 para gestão do governo cearense entre 2023-2026, serem de um partido considerado progressista, o Partido dos Trabalhadores (PT), ambos atacaram as universidades e a carreira docente, precarizando os trabalhadores, negando o básico para a sobrevivência como a reposição das perdas salariais.

> Para a reposição das perdas salariais acumuladas nos últimos anos, de 35,51%, o governo Elmano de Freitas teria que disponibilizar 15,79 milhões de Reais, o que representaria aumento irrisório de 1,4% sobre a folha de pagamentos do total de servidores. (Mandacaru, 2024, p.1).

Diferente do que os governos afirmam, de que não existe orçamento para repor as perdas, o estudo realizado pelo coletivo Mandacaru, um dos três coletivos[9] atuantes nas instituições, expõe o oposto, ao afirmar que:

> O Limite Máximo estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal é de 49% (ou 16,90 bilhões de Reais). Portanto, há folga de receita suficientemente grande para repor todas as perdas salariais dos docentes das estaduais, que representaria um gasto de 199,837 milhões de Reais (0,58% da RCL). Somando-se as despesas com reposição das perdas salariais com a atual despesa com pessoal (R$ 14,84 bilhões) o valor total sobe para 15,04 bilhões de Reais - ou 43,62% da RCL. Ou seja, **a reposição de todas as perdas dos docentes das estaduais ainda não atingiria sequer o chamado Limite Alerta estabelecido por lei que é de 44,10% da RCL (no caso, 15,21 bilhões de Reais). Há, portanto, uma folga de receita para despesa com pessoal passível de ser utilizado na reposição de perdas de 366,90 milhões de Reais (1,06% da RCL).** Esta folga amplia-se para R$ 1,21 bilhão (3,51% da RCL), quando o parâmetro é o Limite Prudencial, e atinge R$ 2,06 bilhões (5,96% da RCL) quando o critério é o Limite Máximo de gasto com pessoal estabelecido em lei (Mandacaru, 2024, p.2- grifo próprio).

---

[9] Existe em atuação nas universidades estaduais, três coletivos docentes, são eles o Mandacaru, ligado ao coletivo nacional Rosa Luxemburgo. O Renova Andes, vinculado ao Partido dos Trabalhadores. E o ANDES Luta pela Base- ALB, grupo que em 2024 está na direção política do sindicato, vinculado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Além destes membros organizados, destacamos a atuação dos militantes independentes, sem vinculação aos partidos políticos.

O governo Elmano de Freitas inovou no processo de ataque ao criar uma lei, por meio do projeto de lei- PL 70/2024[10], que modificava a forma como era concedida a ascensão funcional, alterando a lei n.º 14.116/2008[11]. O referido mecanismo jurídico criou um processo de completa paralisação no andamento das ascensões, visto que os trâmites foram parados dada a nova interpretação na garantia do direito, pois, pelo novo documento, os docentes tiveram diminuído o tempo de aquisição aos ganhos retroativos referentes a ascensão.

Tal postura dos governantes tem levado os docentes, discentes e servidores técnico-administrativos a protagonizarem seguidas mobilizações e movimentos grevistas, cujos resultados têm sido inúmeras conquistas (salariais, financiamento, estrutura), na contramão dos desejos dos referidos gestores estaduais. É este o objetivo principal deste trabalho, evidenciar a relação entre as conquistas e as lutas unificadas travadas pelas estaduais cearenses.

Evidentemente, a escassez de recursos repercute na estrutura física e material das instituições, como falta de financiamento para pesquisas e consequente corte de bolsas de iniciação científica e pós-graduação, estrutura de sala de aula precária, falta de servidores, sejam eles administrativos ou professores. Repercutem, assim, nas pautas de mobilização dos movimentos docente e discente das instituições, que giram, principalmente, nos eixos: concurso, financiamento e infraestrutura.

No trabalho dissertativo foi constatado que conquistas adquiridas nos últimos anos na UECE e nas outras estaduais brotaram como fruto de muita luta e, em especial, dos movimentos grevistas, tais como: em 2005, realização de concurso docente; em 2008 reforma e ampliação da biblioteca do *campus* do Itaperi, construção do complexo poliesportivo, hospital veterinário e o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos (PCCV) dos professores das estaduais (marco da luta docente); 2012, a realização de novo concurso após meses de mobilização com a campanha “pra UECE não parar, efetivo já”; 2013, regulamentação do PCCV, política de assistência estudantil, abono salarial para os servidores; 2014-2015,

---

[10] No momento de escrita final deste texto, o Projeto de Lei 70/2024 estava em tramitação na Assembleia Legislativa.

[11] A Lei n° 14.116, de 26.05.08 (D.O. DE 27 05.08) aprova o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV, do Grupo Ocupacional Magistério Superior – MAS, da Fundação Universidade Estadual do Ceará – FUNECE, da Fundação Universidade Regional do Cariri – URCA, e da Fundação Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, e dá outras providências.

pauta-se, novamente, o concurso para professores, ao passo que os concursos realizados foram apenas para cobrir a carência emergencial e ampliação de unidade no interior. Estas são apenas algumas conquistas, sem adentrar em suas particularidades e nuances. (Alves, 2018).

Apesar da falta de financiamento público, que vem diminuindo, as universidades vão crescendo[12], ganhando destaque em pesquisas e conquistas acadêmicas, fruto do empenho da comunidade acadêmica. Sobre isso Macário (2019, p.3) assinala

> Como toda instituição social, tais universidades ancoram-se, principalmente, nos esforços dos servidores (professores e técnicos administrativos) e dos estudantes. Sua função social depende, fundamentalmente, do trabalho e do empenho de sua comunidade. Por isso, as condições de trabalho e estudo estão diretamente ligadas à qualidade dos serviços prestados à população.

Buscamos assim, explorar esta tensão, a fim de investigar as estratégias de sobrevivência das instituições. Neste ponto, emerge uma das questões fundamentais deste estudo: até que ponto a mediação da organização política incide sobre esta sobrevivência? Considerando que estávamos em um momento de recuo das lutas sociais, por que a luta nas estaduais cresceu tanto no período de 2003-2016[13]? Pretendemos com este estudo responder estas e outras questões.

---

[12] As universidades estaduais cearenses vêm constantemente sendo reconhecidas como universidades de excelência, vide exemplo da UECE, reconhecida por seguidos anos como a melhor do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Ver mais em: https://www.uece.br/noticias/ranking-aponta-uece-entre-as-melhores-do-mundo-e-a-1a-do-n-ne-em-educacao-de-qualidade/

[13] Sobre o golpe de 2016 Casimiro (2020, p.153-154) destaca: “Esse arranjo emergente e performático de segmentos da burguesia brasileira encontra no discurso moralista e antiprogressista de extrema-direita o veículo para acessar outros estratos de classe a partir de soluções simplistas e reducionistas. A aposta no discurso ultraliberal na economia e conservador nos costumes parece ter sido a junção conjuntural que melhor se apropriou e explorou as nuances do crescente sentimento de antipetismo na sociedade brasileira e do discurso “anticorrupção”. Esse sentimento foi fortemente funcionalizado, por um lado, diante da conjuntura de crise econômica e seus efeitos sociais. Por outro, o fortalecimento desse discurso fundado no sentimento de aversão à política – como reduto da corrupção e do atraso – e do antipetismo – como se o PT representasse uma espécie de signo único de todos os problemas políticos, econômicos, sociais e morais do país – foi funcionalizado pela própria atuação de segmentos conservadores [...] Mas não só os setores liberal-conservadores da nova direita lançaram mão desses discursos. A própria direita tradicional e setores de centro-direita, inclusive considerados progressistas – como setores midiáticos, a exemplo da própria rede Globo – contribuíram substancialmente para o fortalecimento dessas concepções. O problema parece ter sido que essa estratégia de ataque e desqualificação da política e das esquerdas de modo geral, acionada pela direita tradicional, acabou por respingar em seu próprio território, como uma espécie de “fogo amigo”, abrindo o campo para a extrema-direita autoritária e truculenta avançar. Por sua vez, em nome da manutenção de uma presença ativa nas relações de força e buscando garantir o essencial para a acumulação, essas distintas frações da direita brasileira alinham-se sob as diretrizes do projeto reacionário e aceitam, quando conveniente, os pressupostos que eventualmente atentam contra princípios que lhes possam ser caros”.

Os cortes de verbas para a educação, estão relacionados ao processo de mundialização do capital e a implantação das políticas neoliberais, que implicaram na privatização dos espaços e fundos públicos, bloqueando a possibilidade de universalização de direitos sociais. Em se tratando, especificamente, do ensino superior, este sofreu drasticamente os efeitos dessa nova fase do capitalismo e das políticas neoliberais, seja pela retração relativa do Estado na expansão da universidade, seja pela transferência de fundos estatais para o setor privado ou através da flexibilização de leis, com o fim de facilitar a abertura e a disseminação de empresas de ensino superior.

A expansão do ensino superior no Brasil vem sendo protagonizada, fundamentalmente, pelo setor privado, beneficiado com financiamento público por meio de parcerias público/privado, como é o caso do Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)[14].

Para expor esse crescimento, apresentamos alguns dados[15] do Censo do Ensino Superior, disponíveis na dissertação de mestrado que antecedeu este trabalho. Sobre matrículas em cursos de graduação presenciais no Brasil, no período de 1991 a 2015: em 1991, o setor público tinha participação nas matrículas da ordem de 38,70% contra 61,30% no privado; em 2015, esses índices são 27,49% e 72,51%, respectivamente. Ou seja, em 1991 num total de 1.565.056 matrículas no ensino superior no Brasil, 959.320 eram no setor privado, contra 605.736 no setor público. Já em 2015, do total de 6.633.545 de matrículas, há um maior distanciamento entre esses dois setores, ficando o setor público com 1.823.752 matrículas e o setor privado com 4.809.793 de matrículas. Ressalta-se o crescimento expressivo do setor privado, que ficou em torno de 401,38% contra 201,08% do setor público. Expandiu-se dessa forma o número de instituições de ensino superior no país, ao passo que em 1995, tínhamos 210 instituições públicas, e em 2015 esse número subiu para 295, representando um crescimento da ordem de 40%; já o setor privado, saiu de 684 instituições para 2069 no mesmo período analisado, com um crescimento de 202%. (Alves, 2018).

Tal situação de crescimento das instituições privadas, também pode ser verificada no Ceará: em 1991 o setor privado detinha apenas 27,34% das matrículas e o público 72,66%; estas proporções se alteram, ao ponto de, em 2015, o setor

---

[14] No capítulo 3 abordamos, com mais ênfase, aspectos do PROUNI e FIES.
[15] Os dados sobre o ensino superior estão atualizados no capítulo 3 desta tese.

privado deter 67,10% das matrículas contra 32,90% do setor público. No tocante às matrículas totais ofertadas no ensino público, as universidades estaduais tiveram importante participação, detendo praticamente a metade da oferta – a outra ficou por conta da Universidade Federal do Ceará (UFC) e do Instituto Federal. As estaduais perderam em dinamismo nas últimas duas décadas, pois em 1991 elas detinham 56,81% das matrículas totais no setor público, índice que cai para 50,54% em 2015, sendo que em 1999, as estaduais cearenses chegaram a ofertar 60% das matrículas no estado. Em 1995 havia 04 instituições públicas de ensino superior no Estado do Ceará e em 2015 esse número evoluiu para 07. No setor privado havia 04 instituições em 1995 e em 2015 esse número aumentou para 51, crescimento gigantesco, reforçando a tese da mercantilização do ensino superior. (Alves, 2018). Esse crescimento do setor privado pode ser consequência ainda do nicho de mercado que se abriu no interior, em decorrência da falta de instituições públicas.

Vislumbramos, portanto, que as universidades estaduais permaneceram com o mínimo para a sua manutenção, sem incentivo governamental para a sua expansão. Estes cortes, o abandono e sucateamento, desencadearam movimentos em defesa da universidade pública, como as greves unificadas de 2006, 2007/2008, 2013, 2014 e 2016[16], que obtiveram algumas melhorias nas universidades e na carreira docente. Conquistas estas que fazem com que ecoe a tese vigente entre os militantes das universidades de que todas as melhorias na instituição são frutos de processos grevistas, aspecto confirmado pelos estudos bibliográficos de pesquisadores que problematizam as questões relacionadas às universidades estaduais cearenses[17]. Estes são elementos que serão abordados e aprofundados no trabalho.

Dito isso, destacamos que o objetivo principal desta pesquisa é analisar a política de educação superior implementada no Estado do Ceará, nos governos de Lúcio Alcântara, Cid Gomes e Camilo Santana (2003 – 2022), e as lutas/mobilizações unificadas protagonizadas pelo movimento docente no contexto de sobrevivência das universidades estaduais. Este período foi selecionado por ser

---

[16] Em 2016, a Universidade Estadual do Ceará e a Universidade Estadual Vale do Acaraú deflagraram greves.

[17] A exemplo, a dissertação de 2018 de Danielle Coelho Alves, intitulada Política de Educação Superior no Ceará e a resistência do movimento docente na Universidade Estadual do Ceará – UECE e a Tese de 2022 de Jonas Menezes Bezerra, defendida sob o título de Política de financiamento das universidades estaduais cearenses (2003–2018) no contexto do ajuste fiscal e da desresponsabilização do Estado.

de intenso processo de luta e precarização das instituições de ensino superior no Ceará, pelo menos até 2016 e depois temos um descenso do movimento em razão do avanço da direita no Brasil após o golpe contra a presidente Dilma.

Nos objetivos específicos almejados, destacamos: 1) analisar as atuais mudanças no mundo do trabalho e repercussões na organização dos trabalhadores; a agenda neoliberal e os elementos constitutivos da contrarreforma do Estado brasileiro e os impactos sobre a educação superior; 2) identificar as contradições geradas pela política de educação superior no Ceará e seus rebatimentos nas universidades estaduais cearenses (UECE, URCA e UVA), realizando levantamento do crescimento e expansão das universidades estaduais do Ceará; 3) Resgatar, registrar e analisar as principais formas de resistência e conquistas, mobilizadas pelos sindicatos das três universidades estaduais, no período de 2003 – 2022, com foco na análise das conquistas do movimento docente e seu significado para a política de educação superior do Estado.

A educação superior no Brasil sempre teve um viés, majoritariamente, privatista e organizada com base em institutos isolados até os anos 1950. Com o restabelecimento da democracia no Brasil, depois do governo de Getúlio Vargas (1930-1945), e num ambiente político de intervenção estatal para desenvolvimento e reconstrução, houve um processo de transformação de instituições privadas em instituições federais, e depois, durante os anos de 1960, em universidades federais. A partir dos anos 1960, o setor privado acabou recebendo incentivos para o seu crescimento. Esse processo inverteu as relações entre público e privado no Brasil. Pois, para que ocorresse essa expansão pretendida, a saída encontrada foi a privatização. Mas, nesse período ela ainda não tinha sido desmantelada, pelo contrário, teve-se um crescimento da pesquisa e futuramente com o processo de democratização no país, tivemos a oportunidade de transformar a universidade pública em espaço de resistência e formação política, conforme assinala Minto (2014, p. 269): “a democratização funcionou como combustível para um ascenso dos movimentos de resistência política e ideológica por parte de docentes, estudantes e técnicos- administrativos”.

Minto (2014), afirma que no período pós-ditadura no Brasil emergem duas novas variáveis no âmbito da política educacional, a organização do ensino com fins lucrativos e a reorganização das lutas sociais no campo educacional, fazendo forte

oposição aos projetos de reformas. Reforça-se a importância das lutas em defesa da educação pública, objeto deste trabalho.

A reforma universitária objetivou imprimir sobre o sistema público os mesmos parâmetros adotados nas empresas privadas, como produtividade, gestão de resultados, eficiência e eficácia. Para entender como se deu este processo é necessário traçar breves apontamentos sobre as mudanças no próprio sistema produtivo.

A partir da crise capitalista de meados da década de 1970, o sistema mundial do capital acelerou seu processo de reestruturação orgânica. Constitui-se uma nova etapa do capitalismo histórico. O ponto de partida desta conjuntura é marcado pelo processo de mundialização do capital e ratifica os seus vínculos com o ordenamento da produção e reprodução social, reafirmando-se o significado das instâncias políticas e econômicas que, na perspectiva de Ricardo Antunes (2005), é expansionista e destrutivo.

É a crise estrutural do capital[18] que impulsiona o processo de mundialização produtiva e financeira do mesmo. Com ela é possível o capital se expandir e procurar novas formas de crescimento. Lembrando que as crises são inerentes ao sistema capitalista.

O neoliberalismo, sendo constituído por uma visão de mundo burguês, procura imprimir a ideia de que o mercado é a única via possível para a obtenção da liberdade política. A consequência desta ideologia é a redefinição de outro modelo de Estado, agora, subsumido à grande burguesia transnacionalizada e suas instituições guardiãs, como, por exemplo, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), que passa a atuar na área educacional nos anos 1960, tendo como foco a garantia de mão de obra qualificada para atender as demandas do mercado. Para tanto, passou a reproduzir a noção de que o ensino superior é um gasto elevado demais para os governos, e, portanto, o mesmo não deve ser gratuito, nem deve ser priorizado.

Chauí (2003, p.6) traz um questionamento relevante para a construção deste trabalho: “como foi possível passar da ideia da universidade como instituição social à sua definição como prestadora de serviços”? Para a autora, a educação

---

[18] Segundo Mészáros (2011) as características modais da crise estrutural do capital que se desdobra nas últimas décadas caráter universal, alcance global, temporalidade extensa e modo rastejante.

deixou de ser concebida como um direito e passou a ser considerada um serviço que pode ser privado ou privatizado.

É isso que se observa nas universidades na atualidade, a sua transformação das mesmas em locais apenas de formação profissional rápida e que atenda às necessidades do mercado. Este processo de mercantilização e retirada de direitos pode ser verificada no contexto do Ceará. Buscava-se, então, romper com o atraso que há tempos assolava o ambiente cearense. É dentro da conjuntura de transição do coronelismo para o início do governo das mudanças que as universidades estaduais passam por suas maiores transformações. É a transição de um modelo, para eles ultrapassado, para emergir uma universidade que atenda melhor as demandas do mercado. Sobre as perspectivas destes governos, Vale (2012, p. 13) pontua: “a perspectiva é de uma racionalização e moralização da máquina estatal, em verdade, situando de modo mais eficiente, seu aparato a favor dos interesses da acumulação capitalista”.

Para Morais (2000), as universidades estaduais teriam papel fundamental na esfera da educação, contribuindo como indutoras de treinamento dos professores. Deveriam atender às necessidades do Estado quanto ao aperfeiçoamento técnico e dos servidores públicos, além de oferecer sua cooperação ao setor produtivo. Surgia, assim, a demanda de adequação das universidades cearenses aos novos interesses do Estado e as propostas de sua reestruturação na conjuntura dos anos de 1990.

Neste sentido, o governo tratou de organizar pela primeira vez no Ceará um sistema de Ciência e Tecnologia, e em 1994 criou a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Ceará (SECITECE), que viria a gerir as universidades estaduais, retirando da pasta da educação a responsabilidade pelo ensino superior. Assim, nos anos 1990 foram realizados inúmeros grupos de trabalho que se propunham a definir novas metas e novos direcionamentos para as universidades.

Para Alves (2018), Lúcio Alcântara e Cid Gomes trouxeram em seus planos de governo propostas para o ensino superior atreladas às necessidades de inovação tecnológica e determinantes do mercado, e pregavam também a necessidade de ampliação de vagas por meio da expansão do ensino superior privado e, também, predisposição para investir na educação profissional. Propunham, ainda, que as universidades buscassem outras formas de financiamento que não fosse estatal. Dessa forma, abriram-se as portas para a

competição de professores na captação de recursos externos, que hoje constituem grande fonte de financiamento nas instituições. Ambos constituem o retrato de governos que relegaram as universidades a um patamar de inferioridade diante dos recursos estatais, gerando, com isso, um campo inclinado à realização de movimentos e greves, como a única saída encontrada na luta contínua em defesa da universidade pública.

Nesta sucinta contextualização aparecem os elementos teóricos que serão aprofundados na pesquisa: capitalismo contemporâneo, as particularidades neoliberais, a mercantilização do ensino superior, a política educacional e suas contradições e, ainda, os rebatimentos dessa política para as universidades estaduais cearenses.

A metodologia adotada para a realização desta pesquisa se apoia no materialismo histórico dialético, compreendendo o específico a partir da análise da totalidade social. Consiste, dessa forma, na execução de uma pesquisa bibliográfica, documental e coleta de dados qualitativos e quantitativos acerca das universidades em questão e as lutas empreendidas.

Utilizamos as abordagens quantitativa e qualitativa, pois se entende que não existe dicotomia entre essas perspectivas. Como afirma Martinelli (1999, p.27), a "relação entre pesquisa quantitativa e qualitativa não é de oposição, mas de complementaridade e articulação". Para esta investigação justifica-se seu caráter quantitativo por ser considerada mais adequada para trazer dados numéricos, essenciais para expor as condições objetivas referentes ao financiamento e crescimento nas universidades.

Em primeiro momento fizemos uma pesquisa bibliográfica e documental acerca do tema, com a finalidade de conhecer e se apropriar do objeto de estudo. A pesquisa bibliográfica se apoiou em autores situados no campo crítico, estes foram utilizados para aprofundar os estudos das categorias: trabalho e transformações produtivas, política de ensino superior, movimento docente, universidades estaduais, este último com poucos estudos sobre a temática. Dentre a bibliografia destacamos: Mészáros (2016,2011), Harvey (1992), Pinto (2010), Antunes (2002; 2011), Alves (1999; 2000; 2007; 2013) para tratar das questões relacionadas ao trabalho e às transformações produtivas. Além disso Hayek (2010), Friedmann (1985), Mises (2010) e Bianchetti (2005) para tratar das questões relacionadas ao Neoliberalismo. No âmbito da política educacional e contrarreforma Behring (2008, 2011), Leher

(2010, 2019, 2022), Lima (2007), Frigotto (1995), Fernandes (2020), Freitas (2018), Laval(2019), Minto (2006; 2014), Neves (2002; 2004), Trindade (1999), Chaui (2003). Abordando o Ceará, Alves (2014, 2018) Morais (2000), Vale (2012), Bezerra (2022), Venâncio (2014).

Ressaltamos a pesquisa de dados oficiais na esfera estadual e federal, através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), com as sinopses estatísticas de 1991 a 2022, onde foi possível verificar números de matrículas, ingressos, funções docentes, número de instituições no Brasil e Ceará, nas esferas pública e privada. Foram coletados dados do Diário Oficial do Estado do Ceará e *sites*[19] das universidades, com foco no investimento e orçamento das mesmas.

Pesquisamos, ainda, nos jornais de circulação do estado, buscando os relatos dos movimentos ocorridos no período estudado e as bandeiras de luta do movimento docente na época. Além disso, buscamos nas três seções sindicais do ANDES-SN no Ceará, documentos que subsidiaram a pesquisa, tais como jornais, boletins, atas de assembleias, documentários, informativos.

Com a apropriação bibliográfica e documental, bem como dos dados e informações da pesquisa, foi constituída uma análise da política do ensino superior no Brasil e no Ceará e a contribuição do movimento docente nas conquistas nas três universidades estaduais.

A pesquisa encontra-se estruturada em quatro capítulos, sendo o primeiro a *Introdução* deste trabalho como já fora exposto, apontando a sua estrutura. O segundo, intitulado *As Mudanças no Mundo do Trabalho e a Relação com a Contrarreforma do Estado Brasileiro* que traz elementos do neoliberalismo, com foco nos impactos para as mudanças no mundo do trabalho e reverberações na política educacional.

O terceiro capítulo intitulado *Política de Educação Superior no Brasil e Ceará: Impactos nas Universidades Estaduais,* uma análise da política educacional nacional destacando os elementos de como ela vem se constituindo, as contradições, cortes, privatização e exposição da conjuntura. Abordou as políticas implementadas e debate sobre federalização das estaduais, ao passo que o

---

[19] Através de contato telefônico realizado pela pesquisadora, foi informado que o site da UVA, sofreu um acidente em seu servidor, ocasionando a perda de muitos dados. Aspecto que dificultou a coleta de dados, visto que o site da instituição dispõe de poucas informações.

discurso governamental destaca que elas são de responsabilidade da União e, por vezes, atribui a falta de financiamento da UECE às demais estaduais. Apresentação das três estaduais com dados sobre financiamento, utilizando a pesquisa de doutorado de Bezerra (2022), crescimento e sua estrutura.

O quarto capítulo, com o título *Greve geral interior e capital: luta e resistência nas universidades estaduais do Ceará,* destacamos as origens das seções sindicais e a organização do movimento docente, e o papel das greves unificadas dentro deste cenário, apontando os embates e conquistas do movimento docente nos governos Lúcio, Cid Gomes e Camilo Santana (2003-2022).

Encerramos esta pesquisa com as considerações finais, resgatando, desta forma, os principais resultados do referido estudo e lacunas ainda não contempladas nesta tese. Partimos agora para a exposição bibliográfica.

2 AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO E A RELAÇÃO COM A CONTRARREFORMA DO ESTADO BRASILEIRO

O presente capítulo almeja desenvolver um debate acerca das principais mudanças no mundo do trabalho, pós crise dos anos 1970 e os impactos dessas transformações no campo educacional. Essa análise é importante para situarmos as universidades estaduais cearenses dentro desse cenário de sucessivos cortes e precarização do trabalho docente e da universidade, dessa forma, iniciamos o trabalho com um estudo sobre as transformações no mundo do trabalho, destacando a adoção do neoliberalismo como uma das principais medidas para redesenhar o papel do Estado e quais os influxos desse processo sobre a classe trabalhadora.

2.1. Transformações no mundo do trabalho e neoliberalismo

Para este estudo inicial sobre as mudanças no mundo do trabalho e a relação com o neoliberalismo, faz-se necessário discutir duas vertentes principais: as mudanças no sistema do capital e a implementação das políticas neoliberais no mundo e no Brasil num cenário de ajustes fiscais. Iniciamos essa exposição com um debate sobre as mudanças no mundo do trabalho, pontuando aspectos como Fordismo, Mundialização do capital e o contexto de reestruturação produtiva e, consequente, globalização do capitalismo e financeirização.

2.1.1 Transformações no mundo do trabalho

Neste tópico apontamos elementos acerca das mudanças[20] no mundo do trabalho pós anos 1970, com a chamada reestruturação produtiva e tudo que a permeia, com o intuito de evidenciar os impactos da mesma para a organização da classe trabalhadora, visto que essa organização definirá as estratégias de desapropriação do saber e condicionantes laborativos.

---

[20] Alves (1999), em sua obra Trabalho e Mundialização destaca as denominações que o sistema capitalista recebeu no pós 1970: Muitos autores consideram que o complexo de inovações sociais, políticas, tecnológicas e culturais que atingem o capitalismo mundial a partir dos anos 70, as modificações radicais em processos de trabalho, hábitos de consumo, configurações geográficas e geopolíticas, poderes e práticas do Estado, etc inauguram um novo período histórico, denominado “pós-fordista” ou “neofordista” (Escola da Regulação), da “especialização flexível” (Piore e Sabel), ou da “sistemofatura” (Kaplinsky), ou ainda da “acumulação flexível” (Harvey), “mundialização do capital” (Chesnais), ou da “produção destrutiva” (Mészáros).

As transformações ocorridas no sistema capitalista é objeto de estudo de teóricos,[21] que analisam as mudanças que ocorreram no final do século XX e o conjunto de relações que estavam imbricadas nesse processo. Para este estudo, optamos por utilizar as abordagens de Harvey (1992), Pinto (2010) Alves (1999, 2013), Antunes (2005, 2011), Mészáros (2011) e Behring (2008). Harvey (1992) explicita que esse sistema, é nitidamente baseado na exploração, no qual prevalece a ideia da obtenção do lucro. Fala ainda, sobre a relação entre acumulação e modo de reprodução e destaca a necessidade de regras e outras formas de moldar comportamento, que ele denominou modo de regulamentação.

É importante ressaltarmos, mesmo que brevemente, o período antecessor à crise de 1970, período em que os países centrais vivenciaram os "anos dourados" do capital, o Welfare State[22] que se estende da passagem da Segunda Guerra Mundial (1938-1945) até meados dos anos 1970. Foram os anos em que os capitalistas nos países centrais[23] vivenciaram um período com taxas de crescimento e lucros sempre crescentes, enfrentaram crises, mas essas crises foram contornadas pela intervenção estatal baseada nas ideias de Keynes[24] que defendia que o Estado agisse como um regulador dos investimentos privados.

---

[21] Estão expostos aqui apenas alguns dos autores que subsidiam esta pesquisa, para efeitos de esclarecer o leitor a respeito da perspectiva seguida pela pesquisadora e também o foco no debate mais geral acerca da temática em questão.

[22] "A definição do Welfare State pode ser compreendida como um conjunto de serviços e benefícios sociais de alcance universal promovidos pelo Estado com a finalidade de garantir uma certa "harmonia" entre os avanços das forças de mercado e uma relativa estabilidade social, suprindo a sociedade de benefícios sociais que significam segurança aos indivíduos para manterem um mínimo de base material e níveis de padrão de vida, que possam enfrentar os efeitos deletérios de uma estrutura de produção capitalista desenvolvida e excludente". (Gomes, 2006, p. 203).

[23] "No caso brasileiro, ao ponto que aqui não foi vivenciado o tal Welfare State como nos países centrais e sofremos um processo de industrialização tardio, com um capitalismo dependente e traços de precarização do trabalho sempre fizeram parte de nossa história. [...] no caso brasileiro é preciso mediatizar essa análise, já que a "flexibilização/precariedade" do trabalho entre nós não pode ser creditada à crise recente do capitalismo. Muito embora estejam mais visivelmente presentes no atual contexto da acumulação flexível, essas características fazem parte da nossa "modalidade imperante" de exploração do trabalho há bastante tempo: afirmam-se, de modo proeminente, no período em que nos países capitalistas desenvolvidos havia estabilidade, pleno emprego e Welfare State. [...] a flexibilidade/precariedade é erigida, no Brasil, como princípio estruturante dos postos de trabalho antes e durante o período fordista do capitalismo brasileiro" (Santos, 2012, p.434).

[24] Conjunto de ideias que propunham a intervenção estatal na vida econômica com o objetivo de conduzir a um regime de pleno emprego. As teorias de Keynes tiveram enorme influência na renovação das teorias clássicas e na reformulação da política de livre mercado. Acreditava que a economia seguiria o caminho do pleno emprego, sendo o desemprego uma situação temporária que desapareceria graças às forças do mercado.

Aqui cabe fazer uma breve ressalva no que se refere à situação brasileira e suas particularidades[25] dentro desse processo de mudanças. Sobre esse processo de organização, Alves (2013, p.134) destaca que:

> A primeira reorganização do capitalismo industrial ocorreu na década de 1930 sob o governo Vargas; com a industrialização pesada e o desenvolvimento do capitalismo monopolista no Brasil nas décadas de 1950/1960, ocorre a segunda reorganização capitalista no país, quando se constituíram os pilares de nossa modernidade salarial. A terceira reorganização do capitalismo industrial no Brasil emerge com o ajuste neoliberal e a reestruturação produtiva na década de 1990. Ocorre um processo de precarização do trabalho e a constituição, na década de 2000, de uma nova precariedade salarial, que incorpora os traços do capitalismo flexível.

A superexploração do trabalho e a passivização das lutas sociais, que historicamente, foram mantidas sob controle do Estado e das classes dominantes é um traço marcante da nossa história. Santos (2012, p. 438) afirma que no nosso caso se implementam de modo muito mais grave e encontram menos resistência aos retrocessos civilizatórios, implicados na ausência de proteção ao trabalho. Por esta razão é que a autora situa que uma das principais particularidades do caso brasileiro é que aqui, já existiam processos de flexibilidade e precariedade, ao contrário da estabilidade dos países centrais.

O Fordismo[26], modo de produção em massa desenvolvido por Henry Ford (1862-1947), almejava aumentar os lucros, para isso pretendia aumentar a eficiência da linha de produção. Este modelo não se limitava à fábrica, mas almejava alterações na própria vida do trabalhador. Ford queria intervir na vida pessoal do trabalhador, com objetivo que ele se tornasse cada vez mais disciplinado para atuar melhor na linha de produção e, também, interferiria na família gerenciando o modo que estas deveriam gastar seu dinheiro com o intuito de consumir os produtos que eram produzidos por ele. Esse controle de Ford sobre os trabalhadores se dava por meio dos “Recursos Humanos” que:

> Era incumbido de manter a ordem “dentro e fora” da empresa, isto é, de restabelecer psicológica e fisicamente os trabalhadores cansados da rotina estafante de trabalho e, especialmente, de organizar a sua vida pessoal

[25] Sobre o processo de formação do Brasil temos importantes contribuições teóricas que buscaram apreender o modo particular de constituição da sociedade burguesa no Brasil. Autores como Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, por exemplo, deram importantes interpretações do Brasil, buscando apreender a particularidade da nossa formação nacional.

[26] Para saber mais sobre o Fordismo e sua linha de produção em massa, destaca-se o filme Tempos Modernos (1936) de Charles Chaplin. Disponível em: https://youtu.be/ZUtZ8q_vkKY?si=sZCJe3_5DWBZpLsL. Acesso em 10 abr. 2024.

> (familiar, social, individual etc.), para que não se tornassem improdutivos em suas funções. (Pinto, 2010, p. 34-35).

Ford, almejava assim, um equivalente de trabalhadores aptos a serem consumidores de seus produtos. Sobre esse processo de produção em massa, Pinto (2010) destaca que:

> A ideia básica era a seguinte: padronizando os produtos e fabricando-os numa escala imensa, da ordem de centenas ou milhares por dia, certamente os custos de produção seriam reduzidos e contrabalançados pelo aumento de consumo, proporcionado, por sua vez, a elevação da renda em vista dos melhores salários que poderiam ser pagos em função do aumento das vendas e, portanto, dos lucros empresariais. (Pinto, 2010, p. 34-35).

Da citação acima, aferimos o objetivo de Ford com a sua produção em massa, que era redução dos custos de produção e o consequente aumento salarial, ao mesmo tempo em que pretendia, com esse aumento de ganho do trabalhador, que ele consumisse os produtos produzidos nas indústrias de Ford.

Harvey (1992) destaca que o Fordismo teve duas grandes barreiras para sua implementação no período entre as duas grandes guerras. A primeira se referia às relações de classe no mundo capitalista, que não era propício à aceitação de um sistema de produção que se apoiava tanto na familiarização do trabalhador a longas jornadas de trabalho rotinizado, desenvolver a mesma atividade ao longo do seu dia de trabalho, exigindo pouca habilidade manual dele, visto que era necessária apenas a repetição de movimentos.

> [...] a novidade introduzida por Ford, com a linha de produção em série, foi a colocação do objeto de trabalho num mecanismo automático que percorresse todas as fases produtivas, sucessivamente, desde a primeira transformação da matéria-prima bruta até o estágio final (como o acabamento do produto, por exemplo). Ao longo dessa linha, as diversas atividades de trabalho aplicadas a transformação das matérias-primas ou insumos foram distribuídas entre vários operários fixos em seus postos, após terem sido suas intervenções subdivididas em tarefas cujo grau de complexidade foi elevado ao extremo da simplicidade. (Pinto, 2010, p. 35-36).

Assim, Pinto (2010, p.38) resume que a ideia fundamental do Fordismo é elevar a especialização das atividades de trabalho a um plano de limitação e simplificação tão extremo que, a partir de um certo momento, o operário torna-se, efetivamente, um apêndice da máquina. O trabalhador perde assim, o controle sobre a produção total, ficando reduzida a sua noção do todo.

Harvey (1992) destaca outra barreira importante relacionada aos modos e mecanismos de intervenção estatal na economia. Ele argumenta que, para sustentar o sistema fordista de produção em massa, foi necessário desenvolver um novo modo de regulação econômica, que pudesse atender às demandas desse modelo específico de produção.

O período após a Segunda Guerra Mundial marcou o auge do Fordismo, que passou a ser implantado nos principais países industrializados, obtendo o desejado protecionismo[27] do Estado, intervindo dessa forma na economia, como aparato de um consumo de produção em massa.

O papel do Estado nesse período foi importante para controlar os ciclos econômicos e as sucessivas crises. Por meio do Estado de Bem-Estar Social e da sociedade do pleno emprego garantiu: políticas fiscais e monetárias, investimentos em transporte, equipamentos públicos, salário social, seguridade social, assistência médica, educação, habitação, garantindo acordos salariais e direitos dos trabalhadores. Conquistas no campo social que foram e continuam a ser atacadas no cenário contemporâneo, de avanço de políticas de ajustes e cortes sociais.

É importante pontuarmos que para que fosse possível todas essas transformações e conquistas para a classe trabalhadora, ocorreram alguns acordos entre os diferentes setores que formam a sociedade. Sobre esse reposicionamento no papel do Estado, Harvey (1992) assinala que:

> [...] O Estado teve de assumir novos (keynesianos) papéis e construir novos poderes institucionais; o capital corporativo teve e ajustar as velas em certos aspectos para seguir com mais suavidade a trilha da lucratividade segura; e o trabalho organizado teve de assumir novos papéis e funções relativos ao desempenho nos mercados de trabalho e nos processos de produção. O equilíbrio de poder, tenso, mas mesmo assim firme, que prevalecia entre o trabalho organizado, o grande capital corporativo e a nação Estado, e que formou a base de poder da expansão de pós-guerra, não foi alcançado por acaso- resultou de anos de luta. (Harvey, 1992, p. 125).

Entendendo que o capitalismo é marcado pelo aparecimento de crises, inerentes a esse sistema de produção, chegou o período de esgotamento do

---

[27] O protecionismo está relacionado às políticas governamentais que buscam restringir o comércio local com outras localidades. Para a economia mundial é a forma oposta ao livre comércio. Políticas consideradas protecionistas buscam não incentivar os consumidores internos a adquirir bens e serviços de outras economias. A aplicação de tarifas e impostos são exemplos desta prática. O objetivo é proteger a economia doméstica privilegiando a procura por bens nacionais e o saldo positivo para a balança comercial. Para ver mais acessar: https://www.dicionariofinanceiro.com/protecionismo/

Fordismo, que deu seus primeiros sinais próximo aos anos 1970, assim, o Fordismo entrou em seu processo de decadência. A produção em massa, característica do Fordismo, tornou-se cada vez mais inviável devido à saturação do mercado e à concorrência global. O consumo, também, foi afetado, pois os trabalhadores enfrentaram estagnação salarial e empregos precários, reduzindo sua capacidade de comprar os produtos em massa. Além disso, a circulação e distribuição de mercadorias foram desafiadas pela globalização e pela emergência de novos centros de produção, o que levou a uma crise de superprodução e subconsumo.

Mészáros (2011) apresenta alguns apontamentos sobre as crises do capitalismo, ao que ele conceitua como crise estrutural do capital. O autor ressalta que essa crise é caracterizada como estrutural, não se tratando apenas de uma crise cíclica, mas uma crise mais complexa que afeta todas as esferas do capital. O supracitado autor vai abordar as três dimensões fundamentais do capital: produção, consumo e circulação/distribuição/realização. Enfatiza que crises cíclicas, prolongadas ou não, "afetam diretamente uma das três dimensões e indiretamente, até que o obstáculo seja removido, o sistema como um todo, sem, porém, colocar em questão os limites últimos da estrutura global" (Mészáros, 2011, p. 798).

Explanando sobre as crises estruturais, o autor reitera que estas advêm das três dimensões internas, afetando "a totalidade de um complexo social em todas as relações com as suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada" (Mészáros, 2011, p. 796). Assim, evidenciamos que para Mészáros (2011), a principal diferença entre a crise estrutural e as crises cíclicas, é que a primeira atinge a totalidade do complexo social e não pode ser solucionada dentro dos parâmetros sistêmicos, contudo, a segunda, atinge apenas alguns aspectos do complexo social, tendo condições de ser solucionada dentro dos padrões do sistema.

Para Mészáros (2011), a crise estrutural do capital pode ser caracterizada dentro de um conjunto de quatro aspectos: 1) caráter universal; 2) alcance global, não se restringindo a um conjunto de países; 3) sua escala de tempo é contínua e, portanto, não se restringe a um tempo limitado e/ou cíclico; 4) não apresenta apenas grandes colapsos, mas se desenvolve de forma gradual, o que não exclui momentos de "explosões", podendo ser caracterizada como rastejante.

Mészáros (2011, p.800) pontua que a crise estrutural do capital se revela como uma verdadeira *crise de dominação* em geral, não se relaciona aos limites

absolutos do capital. Trata de que as três dimensões fundamentais de autoexpansão do capital evidenciam abalos cada vez maiores, rompendo o processo de crescimento e apresentando uma falha no processo de deslocamento das contradições acumuladas no sistema capitalista; e seus interesses deixam de coincidir. Além disso, não se restringe à esfera socioeconômica, mas apresenta-se também na crise da "sociedade civil", que reverbera ruidosamente em todo o aspecto das instituições políticas. Tecidos estes breves apontamentos sobre a crise estrutural do capital, abordaremos agora como essa crise oportunizou mudanças na sociedade global.

A partir da crise capitalista de 1970, a primeira recessão generalizada da economia mundial após 1945, o sistema mundial do capital acelerou seu processo de reestruturação orgânica. Constitui-se uma nova etapa do capitalismo histórico: o capitalismo global, que na perspectiva de Alves (2013, p.39) "é o capitalismo da mundialização do capital e do complexo de reestruturação produtiva"[28]. Fase que propaga uma nova etapa da precarização do trabalho e dos trabalhadores.

O período da mundialização do capital é caracterizado por um novo regime de acumulação, predominantemente, financeira (Chesnais, 1994[29]). O processo de mundialização produtiva e financeira do capital foi impulsionado pela crise estrutural do mesmo. O capital procurou se expandir e encontrar novas formas de crescimento. São características de tal período:

> 1 É constituída pelo poder crescente do capital-dinheiro altamente concentrado. 2 Observa-se mais o predomínio do investimento e da produção em relação a troca. 3 Acirra-se o processo de centralização financeira e de concentração industrial do capital, tanto no plano nacional quanto no plano internacional. 4 Ocorre uma maior interpenetração entre os capitais de vários países, assim como cria-se, mediante o investimento internacional cruzado e as fusões-aquisições interfronteiras, de estruturas oligopolísticas transnacionais num número crescente de ramos da indústria ou de serviços. (Alves, 1999, p. 62-63).

Chesnais destaca que estamos diante de um novo regime mundial de acumulação do capital, que modificou a estrutura funcional do capitalismo. Ele chama essa nova fase do capitalismo mundial de "regime de acumulação

---

[28] Behring (2008) destaca que os anos 1980 foram marcados por uma revolução tecnológica e organizacional do modo de produção e que isso veio a ser denominado na literatura como reestruturação produtiva, que vem a alterar a rigidez do fordismo, com sua linha de produção hierarquizada e princípios de produção e consumo em massa.

[29] Referência a 1994 por ser o ano da publicação em francês do livro a Mundialização do Capital do referido autor.

predominantemente financeira", que caracteriza a "mundialização do capital". Para o autor, ela é "algo mais – ou mesmo outra coisa – do que uma simples fase a mais no processo de internacionalização do capital iniciado há mais de um século" (Chesnais, 1998).

Alves (1999), analisando a obra de Chesnais, assinala os traços marcantes da macroeconomia do capitalismo mundial na década de 1990, que caracterizam o novo regime de acumulação, predominantemente, financeiro, denominado de mundialização do capital:

> 1. Taxas de crescimento do PIB muito baixas, inclusive em países (como o Japão) que desempenharam tradicionalmente o papel de "locomotiva" junto ao resto da economia mundial; 2. Deflação rastejante; 3. Conjuntura mundial extremamente instável, marcada por constantes sobressaltos monetários e financeiros; 4. Alto nível de desemprego estrutural; 5. Marginalização de regiões inteiras em relação ao sistema de trocas; 6. Concorrência internacional cada vez mais intensa, geradora de sérios conflitos comerciais entre as grandes potências da "Tríade" (Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão). (Alves, 1999, p.55).

Prosperou, assim, o processo de mundialização do capital, que impulsionou o complexo de reestruturação produtiva, uma ofensiva do capital na produção, que buscava constituir um novo patamar de acumulação capitalista em escala global. Nova fase marcada pela debilitação do mundo do trabalho, promovendo alterações importantes na forma de ser da classe dos trabalhadores. (Alves, 1999). Com a fragmentação da produção e a intensificação da competição global, os trabalhadores enfrentaram pressões crescentes para se adaptarem a novas formas de trabalho, muitas vezes, caracterizadas por maior flexibilidade, insegurança e precariedade.

Como já mencionamos, o marco histórico da mundialização do capital é a recessão de 1974 - 1975, o início desta "longa crise rastejante", após a crise do petróleo de 1973. Recordamos que após essa crise, o fordismo e o keynesianismo mostraram as suas fragilidades, como expressão maior da incapacidade de conter as contradições capitalistas, inerentes ao próprio sistema. Esse modelo de acumulação sofre críticas, principalmente, no que se refere à intervenção do Estado na economia. Desgastavam-se, então, esse modo de acumulação e o capital já buscava alternativas para se reestruturar. Portanto, as décadas de 1970 e 1980 se caracterizaram como um período de reestruturação econômica e reajustamento social e político em diversos países do mundo, processos estes que retomaremos agora.

Esta conjuntura é marcada pelo processo de mundialização do capital e de ratificação dos seus vínculos com o ordenamento da produção e reprodução social, reafirmando-se o significado das instâncias políticas e econômicas. Ricardo Antunes vai definir como:

> [...] Expansionista, destrutivo e, no limite, incontrolável, o capital assume cada vez mais a forma de uma crise endêmica, como um depressed continuum, como uma crise cumulativa, crônica e permanente, com a perspectiva de uma "crise estrutural cada vez mais profunda", ao contrário da sua conformação anterior, cíclica, que alternava fases de desenvolvimento produtivo com momentos de "tempestade". (Antunes, 2005, p.120).

Amaral (2012, p.63) aborda em seu artigo que muitos teóricos têm defendido a tese de que, o capitalismo desde os anos 1970/1980 vem atravessando mudanças substanciais em sua forma de organização e funcionamento, portanto, ingressando numa nova fase, marcada pelo aspecto financeiro das transformações recentes. Instaurado o processo de mundialização do capital, cristaliza-se o modelo de acumulação flexível, que nas considerações de Harvey (1992, p.140)

> [...] se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

Essa nova modalidade de acumulação capitalista que se instaura, e que fora imposta às corporações transnacionais, é o capitalismo globalizado, das grandes e poderosas instituições financeiras bancárias e não- bancárias:

> As organizações capitalistas mais poderosas voltaram a ser, como no período entre as duas guerras, as que exercem uma 'preferência pela liquidez' na valorização de seus capitais, ou seja, que o valorizam conservando sua forma de capital-dinheiro (Chesnais, 1997, p. 31-32).

Inferimos da citação acima, a importância e poder que as instituições financeiras alcançaram no cenário mundial pós anos 1980. Dentro desse quadro de empreendimentos financeiros que cresceram, exponencialmente, em *status* e poder, elencamos:

> (1) grandes fundos de pensão por capitalização e fundos de aposentadoria anglo-saxões e japoneses; (2) os grandes fundos de aplicação coletiva privados e de gestão de carteiras de títulos (os Fundos Mútuos de Investimento); (3) os grupos de seguros, especialmente os engajados na "indústria" de pensões privadas e de aposentadorias complementares, (4)

> os enormes bancos multinacionais, embora sua posição tenha baixado na hierarquia mundial do capital (Alves, 1999, p.67).

Surge, assim, atrelada ao desenvolvimento do capital financeiro, uma camada da burguesia de caráter, essencialmente rentista, no sentido econômico preciso, de que os ganhos de que desfrutam resultam de transferências a partir da esfera da produção e da troca. Sobre as origens do processo de financeirização, destacam-se além das próprias determinantes decorrente da crise de superprodução já mencionada, a própria queda das taxas de lucros das indústrias e claro, um processo político que ajudou e muito para o avanço do capital.

> As transferências ocorridas a partir do serviço da dívida externa do Terceiro Mundo em meados dos anos 70 permitiram às instituições financeiras, tais como FMI e Banco Mundial, aumentar a pressão em prol de uma política monetária favorável aos interesses dos credores e voltada para uma liberalização e uma desregulamentação financeira cada vez maiores. O seu ponto de inflexão sócio-histórico é a "revolução conservadora" de Margaret Thatcher, no Reino Unido e Ronald Reagan, nos EUA, que teve um papel fundamental para impulsionar a mundialização do capital concebido como um novo regime de acumulação mundial predominantemente financeira. (Alves, 1999, p. 71).

Instaura-se a partir dos anos 1970, um sistema financeiro global altamente integrado, coordenado pelas telecomunicações instantâneas, que instaura um mercado de ações global, mercados futuros de mercadorias (e até de dívidas) globais.

O capital financeiro assume o comando do modelo de acumulação e, mediante inéditos processos sociais, envolve a economia, a sociedade, a política e a cultura, marcando e alterando profundamente as formas de sociabilidade e o jogo das forças sociais. Para Iamamoto (2012), a mundialização do capital, sob a hegemonia das finanças:

> [...] tem ampla e profunda repercussão na órbita das políticas públicas, com suas conhecidas diretrizes de focalização, descentralização, desfinanciamento e regressão do legado dos direitos do trabalho assalariado conquistados [...]. Revitalizam-se formas de extração da mais-valia absoluta e relativa, integrando subsunção real e formal do trabalho ao capital, expressas tanto na contenção do emprego formal e no crescimento de formas de trabalho temporárias, clandestinas [...]. Verifica-se, em síntese, uma regressão das conquistas acumuladas na órbita da economia política do trabalho e dos direitos conquistados no seu âmbito [...]. (Iamamoto, 2012, p. 433-434).

O novo complexo de reestruturação produtiva, e seu processo de acumulação flexível, tem ainda outro momento importante, o Toyotismo que Alves (1999) chama de momento predominante:

> Ao surgir, portanto, como o "momento predominante" do complexo de reestruturação sob a mundialização do capital, o toyotismo passou a incorporar uma "nova significação", para além das particularidades de sua gênese sócio-histórico (e cultural), vinculado com o capitalismo japonês. Deste modo, ao utilizarmos o conceito de toyotismo, queremos dar-lhe uma significação particular, delimitando alguns de seus aspectos essenciais. São tais aspectos essenciais do toyotismo - seus protocolos organizacionais (e institucionais), voltados para realizar uma nova captura da subjetividade operária pela lógica do capital – que possuem um valor heurístico, capaz de esclarecer seu verdadeiro significado nas novas condições da mundialização do capital. (Alves, 1999, p.94).

Afirmamos, então, que o toyotismo visava a formação de uma nova subjetividade da classe trabalhadora, capaz de promover uma nova via de racionalização do trabalho. Ou seja, constituiu-se numa experiência de organização social da produção de mercadorias. Projetava-se a continuidade da racionalização do trabalho, intrínseca ao taylorismo e fordismo, com as novas necessidades da acumulação capitalista, ou como define Alves (1999), uma "ruptura" no interior de uma continuidade plena.

> Apesar de o toyotismo pertencer à mesma lógica de racionalização do trabalho do taylorismo/fordismo, o que implica considerá-lo uma continuidade com respeito a ambos, ele tenderia, em contrapartida, a surgir como um controle do elemento subjetivo da produção capitalista que estaria posto no interior de uma nova subsunção real do trabalho ao capital – o que seria uma descontinuidade com relação ao taylorismo/fordismo. (Antunes e Alves, 2004, p. 346).

Com a emergência do toyotismo ocorre uma nova orientação na constituição da racionalização do trabalho[30], que conforme já fora exposto aqui, exige, mais do que nunca, a captura total da subjetividade do trabalhador, e além disso, busca a sua adaptação às novas tecnologias, diferente do fordismo que o trabalhador realizava funções simples e mecanizadas.

---

[30] Alves (1999) e Antunes (2004) destacam em suas obras que os protocolos de racionalização do trabalho são: autonomação/auto-ativação, *just-in-time/kanban* e a polivalência operária. O toyotismo restringe o nexo da hegemonia do capital à produção, recompondo, a partir daí a articulação entre consentimento operário e controle do trabalho. É por isso que, mais do que nunca, salienta-se a centralidade estratégica de seus protocolos organizacionais e institucionais. É apenas sobre eles que se articula a hegemonia do capital na produção.

> Os anos 80 podem ser considerados a "década das inovações capitalistas", da flexibilização da produção, da "especialização flexível", da desconcentração industrial, dos novos padrões de gestão da força de trabalho, tais como just–in–time / Kanban, CCQ's e Programas de Qualidade Total, da racionalização da produção, de uma nova divisão internacional do trabalho e de uma nova etapa da internacionalização do capital, ou seja, de um novo patamar de concentração e centralização do capital em escala planetária. (Alves, 1999, p.81).

Tentava-se alcançar o consentimento e aprovação do trabalhador, seja por meio de parcerias, mediante processos participativos nos projetos de produtos e de produção, através do incentivo às suas sugestões, emergindo daí a figura conhecida atualmente como o colaborador da empresa.

> Os trabalhos em equipes, os círculos de controle, as sugestões oriundas do chão da fábrica, são recolhidos e apropriados pelo capital nessa fase de reestruturação produtiva. Suas ideias são absorvidas pelas empresas, após uma análise e comprovação de sua exequibilidade e vantagem (lucrativa) para o capital. (Antunes; Alves, 2004, p.347).

Das exposições acima sobre o processo de mundialização do capital, do complexo de reestruturação produtiva, inferimos que emergiu uma nova reconstituição do trabalhador, adequando-o à nova etapa da luta de classes e do nível de concorrência capitalista mundial. Vivenciávamos um momento de enfraquecimento do movimento trabalhador e que ocasionou a retirada de muitos direitos e conquistas antes adquiridas.

O resultado histórico desse processo sobre o mercado de trabalho é impressionante: instaurou–se um novo patamar de desemprego estrutural e proliferação do trabalho precário nos principais países capitalistas.

> Com a desestruturação crescente do Welfare State nos países do Norte e com a ampliação do desemprego estrutural, os capitais transnacionais implementam alternativas de trabalho crescentemente desregulamentadas, "informais", de que são exemplo as distintas formas de terceirização (Antunes; Alves, 2004, p.337).

O Estado passa a atuar com mais intensidade na desregulamentação e regulamentação, com flexibilidade[31], com negociações locais ou por empresas, com privatização das necessidades coletivas e da seguridade social, com crescentes tensões geopolíticas, descentralização e aumento da competição entre os povos.

---

[31] "Boyer concentra-se apenas na flexibilidade do trabalho, enumerando-a em cinco dimensões – a flexibilidade inerente à organização da produção, à mobilidade interna dos trabalhadores, aos contratos de trabalho, à relação salarial e à regulamentação trabalhista" (Boyer, 1986 apud Alves 1999).

> o complexo de reestruturação produtiva e, principalmente, as políticas neoliberais, que se desenvolvem a partir dos anos 80, possuíam como objetivo claro destruir as organizações sindicais, ou melhor, todas as instituições e relações sociais que colocavam obstáculos à lógica da valorização do capital(Alves, 1999, p.59).

A reestruturação produtiva conduzida em combinação com o ajuste neoliberal implicou a desregulamentação de direitos, no corte de gastos sociais, deixou milhões de pessoas à sua própria sorte e ao individualismo (traço marcante da pós-modernidade). (Behring, 2008).

O complexo de reestruturação produtiva sob a mundialização do capital tende a impulsionar, em sua dimensão objetiva, as metamorfoses do trabalho industrial e a fragmentação da classe dos trabalhadores assalariados. É este novo cenário que exige novas estratégias sindicais, políticas e organizacionais de sindicatos. É neste contexto que estão inseridas as três universidades estaduais cearenses que buscam resistir ao projeto de desmonte da educação pública.

No próximo tópico estão expostos os debates acerca do surgimento do neoliberalismo, através do pensamento de teóricos do liberalismo, e como o mesmo está relacionado ao processo de retirada de direitos, em especial, os impactos da política neoliberal para a educação, e as implicações desse processo na classe trabalhadora.

2.1.2 O ideário neoliberal: menos para o social e mais para o capital

Anteriormente citamos as mudanças ocorridas no mundo do trabalho e elencamos, algumas vezes, a influência das ideias neoliberais na retirada de direitos e conquistas dos trabalhadores, portanto, é importante destacar a importância do projeto neoliberal para a efetivação dessa nova etapa do capital.

Dessa forma, apresentamos neste tópico, uma explanação de como surgiu o ideário neoliberal, apontando sua gênese através de alguns de seus maiores pilares intelectuais: Friedrich Hayek[32], Milton Friedman[33] e Ludwing Von

---

[32] Friedrich August von Hayek foi um economista e filósofo austríaco. É considerado um dos maiores representantes da Escola Austríaca de pensamento econômico. Foi defensor do liberalismo clássico e procurou sistematizar o pensamento liberal clássico para o século XX. Ver mais sobre o pensamento de Hayek acerca da temática em: HAYEK. F,A. **O Caminho da Servidão**. São Paulo: Instituto Ludwing Von Mises Brasil, 2010.

[33] Milton Friedman foi um economista norte-americano, um dos maiores representantes do liberalismo na economia e da defesa do mercado. Ver mais sobre o pensamento de Friedman em: FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade**. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

Mises[34], defensores do Liberalismo, movimento desenvolvido no fim do século XVIII e início do século XIX que enfatizava a liberdade como o objetivo primordial e o indivíduo como centro da sociedade.

Friedman (1985, p.14) explica que este movimento apoiava-se no *laissez-faire*[35], ou seja, a não intervenção do Estado nos assuntos econômicos, ampliando o papel do indivíduo, apoiou a concepção de livre mercado como forma de unir as nações. O autor diz ainda: "no terreno político, apoiou o desenvolvimento do governo representativo e das instituições parlamentares, a redução do poder arbitrário do Estado e a proteção das liberdades civis dos indivíduos". (*Idem*). Resumindo, o liberalismo clássico defendia a liberdade individual, a propriedade privada e a noção de livre comércio. No entanto, ocorreram mudanças na utilização do termo liberalismo[36] e nas suas concepções:

> O liberal do século XIX considerava a extensão da liberdade como o meio mais efetivo de promover o bem-estar e a igualdade; o liberal do século XX considera o bem-estar e a igualdade ou como pré-requisitos ou como alternativas para a liberdade. Em nome do bem-estar e da igualdade, o liberal do século XX acabou por favorecer o renascimento das mesmas políticas de intervenção estatal e paternalismo contra as quais tinha lutado o liberalismo clássico. (Friedman, 1985, p.14).

Da citação acima, aferimos uma mudança essencial na concepção do papel do Estado na economia, visto que, anteriormente, essa intervenção não era desejada, e no século XX, se vê o ressurgimento dessa necessidade de políticas intervencionistas estatais, fato que ia em choque ao que propuseram os pensadores anteriores.

---

[34] Ludwing Von Mises foi economista teórico de nacionalidade austríaca e, posteriormente, americana, que foi membro da Escola Austríaca de pensamento econômico. Influenciou os pensamentos de Hayek e outros liberais, apesar de não ser bem visto no meio acadêmico. Ver mais sobre o pensamento de Mises em: https://mises.org.br/Default.aspx

[35] **Laissez-faire** é uma expressão em francês que significa "deixe fazer". Ela é utilizada para identificar um modelo político e econômico de não-intervenção estatal. Seus defensores, em geral, acreditam que o mercado é capaz de se regular sozinho, sem a necessidade de subsídios ou regulamentações criadas pelo Estado. Em tradução literal, a expressão laissez-faire significa "deixe fazer", dos verbos em francês **laisser (deixar)** e **faire (fazer).** Sua conotação implica uma liberdade para funcionar sem interferências, como na frase "deixe acontecer". Ver mais sobre a conceituação do termo em: Laissez-faire: o que essa expressão significa e quem a criou? | Politize!. Disponível em: https://www.politize.com.br/laissez-faire/

[36] "A mudança no significado do termo liberalismo é ainda mais impressionante em assuntos econômicos do que em políticos. O liberal do século XX, da mesma forma que o do século XIX, é partidário das instituições parlamentares, do governo representativo, dos direitos civis, e assim por diante.[...] Defensor da liberdade e, por isso mesmo, temeroso do poder centralizado, que em mãos do governo ou particulares, o liberal do século XIX era favorável à descentralização política. [...]o liberal do século XX é favorável a governos centralizados". (Friedman, 1985, p.15).

Sobre estas mudanças na utilização do termo liberalismo, Bianchetti (2005) resume sua utilização em três sentidos: 1) concepção do mundo ou filosofia centrada no indivíduo; 2) teoria política que se preocupa com as origens e a natureza do poder; 3) teoria econômica sobre as leis do mercado e que fundamenta as relações de produção capitalista. Ressalta, ainda, que as tendências que se desenvolvem dentro desta concepção, podem ser definidas como conservadoras, moderadas e democráticas.

As ideias de Keynes, em decorrência da crise dos anos 1970, em especial a crise do petróleo, acabaram sendo duramente criticadas, portanto, o capitalismo precisava de novas formas de atuação. Destacaram-se nesse período as correntes do pensamento econômico que preconizam a abertura do mercado mundial, sem uma intervenção forte do Estado. Ganhou destaque as ideias de Hayek (idealizador da associação internacional[37]) que tinha como propósito estabelecer as bases do que vem a ser o neoliberalismo hoje.

Para Hayek (2010), a intervenção do Estado na economia era prejudicial, fato que para ele resultou na criação dos regimes totalitários.

> A doutrina liberal é a favor do emprego mais efetivos das forças da concorrência como um meio de coordenar os esforços humanos, e não deixar as coisas como estão. Baseia-se na convicção de que, onde exista a concorrência efetiva, ela sempre se revelará a melhor maneira de orientar os esforços individuais [...] o liberalismo econômico é contrário a substituição da concorrência por métodos menos eficazes de coordenação dos esforços individuais. E considera a concorrência um método superior, não somente por constituir, na maioria das circunstâncias, o melhor método que se conhece, mas, sobretudo, por ser o único método pelo qual nossas atividades podem ajustar-se umas às outras sem a intervenção coercitiva ou arbitrária da autoridade. (Hayek, 2010, p.58).

Sobre esse controle das forças que compõem a sociedade, Friedman (1985) expõe que o capitalismo competitivo é a organização econômica que promove a liberdade econômica, também, promove a liberdade política, isso porque separa o poder econômico do poder político e, desse modo, permite que um controle o outro.

Hayek (2010) assinala que as duas únicas funções de um governo legítimo, pautam-se em prover uma estrutura para o mercado, e prover serviços que o mercado não pode fornecer. Pensamento corroborado por Friedman (1985, p. 31-32) ao frisar que os papéis básicos do governo numa sociedade livre - prover os

---

[37] Hayek foi o idealizador e fundador da *Mont Pèlerin Society,* uma associação internacional, criada na Suíça, composta por notáveis com o propósito de estabelecer as bases do (hoje chamado) “neoliberalismo”, e o combate ao Estado Intervencionista.

meios para modificar as regras, regular as diferenças sobre seu significado, e garantir o cumprimento das regras por aqueles que, de outra forma, não se submeteriam a elas.

Das explanações acima, verificamos que ambos os teóricos do liberalismo, defendem a existência de um governo que atue na determinação das regras válidas nesse jogo e, também, participe efetivamente na fiscalização, ou seja, uma ação limitada do governo. Neste sentido, vemos que o Estado deveria atuar, mas sem atingir o elemento principal para o liberalismo, a propriedade privada.

Sendo assim, podemos destacar uma citação do Friedman para resumir o que essencialmente, um liberal espera da atuação governamental.

> Um governo que mantenha a lei e a ordem; defina os direitos de propriedades; sirva de meio para a modificação dos direitos de propriedade e de outras regras do jogo econômico; julgue disputas sobre a interpretação das regras; reforce contratos; promova a competição; forneça uma estrutura monetária; envolva-se em atividades para evitar monopólio técnico e evite os efeitos laterais considerados como suficientemente importantes para justificar a intervenção do governo [...] (Friedman, 1985, p. 33).

Friedman deixa bastante claro nesse trecho, a sua preocupação central na defesa da propriedade privada e de manutenção das condições de sua defesa e perpetuação, garantindo lucros e ganhos a seus detentores. Ele continua a explanação sobre as funções e papel do Estado falando do "desejo que se **suplemente a caridade privada e a família na proteção do irresponsável, quer se trate de um insano ou de uma criança; um tal governo teria, evidentemente, importantes funções a desempenhar**. O liberal consistente não é um anarquista"[38]. (Friedman, 1985, p. 33- grifo próprio). Inferimos, das palavras de Friedman, a sua aversão à caridade e ao que ele chama de irresponsável.

Retomando o debate sobre o mercado, Hayek (2010) considera que é necessário que os agentes tenham liberdade para comprar e vender a qualquer preço, e que todos sejam livres para produzir, vender e comprar qualquer coisa que

---

[38] Sobre o conceito de anarquismo, o *site* Toda Política tem a seguinte definição. O anarquismo é uma teoria política que defende a ideia do fim do Estado como controlador do funcionamento da sociedade. É um movimento libertário que defende o fim de relações hierárquicas e do sistema de governo em que o Estado é o controlador da organização da sociedade. O anarquismo é relativo a um sistema ideológico e político que deseja uma sociedade sem governo, voltada às necessidades e vontades das pessoas que fazem parte dela. Isso aconteceria sem a presença de governos que as representasse. Ver mais em: Anarquismo: o que é, características e ideias - Toda Política (todapolitica.com). Disponível em: https://www.todapolitica.com/anarquismo/. Acesso em: 01 jan.2024.

possa ser produzida ou vendida. Nessa perspectiva da liberdade do mercado, Hayek explanou que qualquer tentativa de controlar:

> [...] os preços ou as quantidades desta ou daquela mercadoria impede que a concorrência promova uma efetiva coordenação dos esforços individuais, porque as alterações de preço deixarão assim de registrar todas as alterações importantes das condições de mercado (Hayek, 2010, p. 59).

O liberalismo pregava que alguns serviços prestados pelo Estado podiam e deviam ser comercializados, este é um ponto importante dentro da política neoliberal e que Friedman destaca como áreas que podem ser comercializadas e isso traria um Estado mais justo.

> Quanto maior o âmbito de atividades cobertas pelo mercado, menor o número de questões para as quais serão requeridas decisões explicitamente políticas e, portanto, para as quais será necessário chegar a uma concordância. Como contrapartida, quanto menor o número de questões sobre as quais será necessária a concordância, tanto maior probabilidade de obter concordâncias e manter uma sociedade livre. (Friedman, 1985, p. 30).

Nesse debate do que pode ser comercializado, vale ressaltar que para os principais teóricos do pensamento liberal, as políticas sociais são o alvo de muitas críticas e desejo de transferir essa demanda para outros setores. Os liberais não enxergavam as políticas sociais com positividade, pelo contrário, davam a elas um viés extremamente negativo, sobre isso vale a pena a leitura da citação de Mises (2010, p. 35-36):

> As políticas sociais, com os meios de que dispõem, podem tornar os homens ricos ou pobres, mas nunca conseguirá torná-los felizes ou satisfazer seus anseios íntimos. Aqui falham todos os expedientes externos. Tudo o que as políticas sociais podem fazer é remover as causas externas da dor e do sofrimento. Podem promover um sistema que alimente o faminto, vista o nu e abrigue o sem-teto. Felicidade e contentamento não dependem do alimento, da roupa e do abrigo, mas, sobretudo, do sonho que se acalenta no íntimo.

Friedman partilhava da mesma crítica às políticas sociais, pois defendia a intervenção governamental apenas em momentos de crise, atuando no subsídio a desempregados, combatendo a pobreza e combatendo os períodos de estagnação econômica. No caso efetivo de combate e eliminação da pobreza Friedman

considera que ações para beneficiar essas pessoas, deveria partir da caridade[39] e voluntariado, outro traço marcante dos preceitos neoliberais.

Para estes autores, as políticas sociais do Estado aumentam seus gastos e, como consequência, produzem um aumento da pressão fiscal sobre os setores possuidores do capital, que não são beneficiados diretamente com estas políticas. Considera que tal postura onera o Estado, aumentando suas áreas de atuação. Friedman passa a argumentar que o governo resolva seus próprios problemas, isto é, que adote medidas que garantam estabilidade razoável ao seu fluxo de despesas.

Os apologistas do neoliberalismo compreendem que as liberdades individuais são intrínsecas à sociabilidade humana por serem naturais, amparadas pelo direito à propriedade privada, e que por isso devem se constituir a razão central de uma sociedade. Com efeito, rejeitam sumariamente a ideia de coletividade. A esse respeito Mészáros assevera:

> Como resultado da evolução capitalista, a noção de um instinto social "colocado em todos os homens pela natureza" desaparece completamente. As liberdades individuais parecem pertencer ao reino da "natureza", e os "laços sociais", ao contrário, parecem ser artificiais e impostos, por assim dizer, "de fora ao indivíduo autossuficiente. (2016, p.23).

À frente traremos novamente estes autores para um debate acerca de suas concepções sobre a educação, visto que, o objeto desta tese é a educação superior, especificamente, a relação dessa política com os movimentos em defesa das universidades.

Apontaremos, agora, algumas colocações mais conceituais sobre o neoliberalismo, que teve na América latina o seu laboratório de implementação.

> Na metade dos anos 1970, o neoliberalismo latino-americano antecipou todas as tendências, dos países desenvolvidos. Esse paradigma forjou-se no Chile sob Pinochet, com o **assessoramento econômico ortodoxo de Friedrich von Hayek e Milton Friedman**. Ali foi experimentada a doutrina que posteriormente foi aplicada por outras ditaduras da região. (Katz, 2016, p. 81-82- grifo próprio).

---

[39] Friedman (1985, p.177) ao discorrer sobre a caridade e voluntariado, expõe que: "considerará a caridade privada destinada a ajudar os menos afortunados como um exemplo do uso apropriado da liberdade. E pode aprovar a ação estatal para mitigar a pobreza como um modo mais efetivo pelo qual o grosso da população pode realizar um objetivo comum. Dará sua aprovação, contudo, com certo desgosto, pois estará substituindo a ação voluntária pela ação compulsória. Não é à toa que nos Estados Unidos, berço de suas ideias, é absolutamente comum e tido como verossímil, o fato de ex-alunos de universidades que lograram sucesso profissional faça doações, algumas delas vultosas, para tais instituições".

Verificamos que, do ponto de vista da sua fundamentação doutrinária, o neoliberalismo não difere muito do liberalismo clássico, visto a efetiva participação de teóricos do liberalismo nas políticas neoliberais. Podemos destacar algumas semelhanças fundamentais: prevalência do individualismo; a defesa das liberdades individuais, principalmente, a econômica, a defesa da propriedade privada; aplicação da lógica da competição social, baseada numa suposta livre concorrência em um mercado livre; a visão do Estado como um "mal necessário", são todos elementos centrais que encontramos dentro da política neoliberal, como já vínhamos afirmando.

Netto (2007) argumenta e defende que a essência do arsenal do neoliberalismo, consiste em uma argumentação teórica que restaura o mercado como, instância mediadora social elementar e insuperável, e uma predisposição política que repõe o Estado Mínimo[40] como única alternativa e forma para a democracia.

Dessa forma, a única intervenção do Estado que os neoliberais reconhecem como justificada é aquela que tem por objetivo impedir a intervenção do Estado na economia ou retirá-lo das atividades que, segundo sua interpretação, não correspondam com a sua natureza (Bianchetti, 2005).

Katz (2016) assinala que o neoliberalismo nos anos 1980 fora definido como uma ofensiva do capital sobre o trabalho para recompor a taxa de juros, fato que expusemos no tópico anterior sobre as mudanças no mundo do trabalho e como estas, estão intrínsecas às políticas neoliberais. Ainda segundo Katz (2016), o neoliberalismo atingiu dimensão global nos anos 1990 e:

> [...] Apesar dos minguados resultados conseguidos durante esse decênio, a direita se fortaleceu, aproveitando o enfraquecimento dos sindicatos e a inquietação causada pela desigualdade social. O neoliberalismo expandiu a sua influência e provocou uma drástica reconversão da economia. (Katz, 2016, p. 79-80).

Podemos afirmar que a característica mais importante dentro do neoliberalismo é a ampliação da ação da lógica de mercado. Enquanto, nas concessões liberais-sociais se reconhece a desigualdade derivada do modo de produção capitalista e, portanto, aceita-se a intervenção do Estado para diminuir as polarizações, o neoliberalismo repudia e condena qualquer ação estatal que vá além

[40] Estado Mínimo nada mais é do que o entendimento que o papel do estado na sociedade deve ser o mínimo possível para que o Estado consiga entregar serviços públicos de qualidade para a sociedade, com maior eficiência, deixando apenas nas mãos de iniciativas privadas funções consideradas não essenciais.

da de ser um “árbitro imparcial” das disputas. A ideia do Estado Mínimo é uma consequência da utilização da lógica do mercado em todas as relações sociais, não reduzidas somente no aspecto econômico. (Bianchetti, 2005).

Nesta perspectiva, observamos, como o projeto neoliberal passa a ser agenciado pelo capital como possibilidade para executar as mudanças que deveriam ser instituídas como forma de responder à crise que vigorava e que colocariam o mercado como princípio-eixo de socialização. Braga (1996, p. 220) vai definir o neoliberalismo como

> [...] doutrina e política econômica não pode ser nada muito além do que uma resposta determinada do capital em tentar conferir sentido e direção, portanto, inteligibilidade, à sua mais profunda crise. Uma resposta determinada, somada a outras, como a reestruturação produtiva em curso, que se apresenta enquanto um movimento de contra-ofensiva social e ideológica

Coadunando a perspectiva de Braga (1996), Katz (2016) fala sobre a relação do neoliberalismo na América Latina, imposto segundo ele pela necessidade de fazer uma ofensiva às ideias de esquerda que assolavam o continente na época. Katz (2016) diz que o neoliberalismo na América Latina pode ser dividido em duas fases. Nos anos 1980, prevaleceram as reformas de primeira geração, visando ajustes na inflação. Já a segunda etapa foi marcada por transformações mais complexas de abertura comercial, privatizações e flexibilização do trabalho.

O neoliberalismo, sendo constituído por uma visão de mundo burguês, procura imprimir a ideia de que o mercado é a única via possível para a obtenção da liberdade política. A consequência desta ideologia é a redefinição de outro modelo de Estado, agora, subsumido à grande burguesia e suas instituições guardiãs, por exemplo, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM).

Retomando o debate sobre a implementação das políticas neoliberais na América Latina, vale destacar que vivíamos um contexto de ditaduras civil-militares na região; sofríamos os rebatimentos da crise de 1970 e tivemos um liberalismo econômico com regime político conservador. Estes fatores serviram de argumento, conforme já mencionamos, para a proposição de reformas estatais.

> O neoliberalismo corresponderia ao processo de passivização no nível do aparelho e das formas estruturais da intervenção estatal, assim como a reestruturação produtiva em curso encarnaria esse mesmo movimento no âmbito do sistema das forças produtivas (Braga, 1996, p. 213).

O modelo neoliberal foi defendido e impulsionado na América Latina pelo Banco Mundial, FMI e o governo dos Estados Unidos, no chamado Consenso de Washington[41]. Pregava o liberalismo econômico nos países latinoamericanos, mas nos países centrais, permanecia o protecionismo. Na verdade, o objetivo dessa política consistia, principalmente, em forçar os países latinoamericanos a pagarem os juros da dívida externa e agir como controle da inflação (Soares, 2009).

Soares (2009) afirma que ajuste neoliberal não é apenas no viés econômico, mas, também, parte de uma redefinição global do campo político institucional e das relações sociais. O autor aponta que os objetivos do ajuste neoliberal são:

> a) aumentar o grau de abertura da economia para o exterior a fim de lograr um maior grau de competitividade de suas atividades produtivas; b) racionalizar a participação do Estado na economia, liberalizar os mercados, os preços e as atividades produtivas; c) estabilizar o comportamento dos preços e de outras variáveis macroeconômicas. (Soares, 2009, p.24).

O Banco Mundial passou a recomendar aos países periféricos que promovessem privatizações, tentando ajustar as contas públicas, com a justificativa de que o setor público é ineficiente e ineficaz, sendo o setor privado, o único a possuir a racionalidade e vocação para levar ao crescimento econômico. Esse discurso de ineficiência do setor público era defendido e propagado por Friedman (1985) ao falar sobre o papel do governo em alguns setores considerados por ele de não responsabilidade estatal.

O Estado passa a atuar na desregulamentação e regulamentação, com flexibilidade, com negociações locais ou por empresas, com privatização das necessidades coletivas e da seguridade social.

> A saúde, a educação, a alimentação, o trabalho, o salário, perdem sua condição de direitos e passam a ser recursos (mercadorias) regulados unicamente pelo mercado. O não acesso a eles deixa de ser um problema do Estado, tornando-se um problema a ser resolvido no âmbito privado (Soares, 2009, p. 73).

Não pretendemos aqui delimitar com detalhes a implementação desta política na América Latina, apenas situar que nos países vizinhos, as reformas foram

---

[41] "O referido consenso caracteriza-se por um conjunto abrangente de regras de condicionalidade aplicadas de forma cada vez mais padronizada aos diversos países e regiões do mundo, para obter apoio político e econômico dos países centrais e dos organismos internacionais. Trata-se também de políticas macroeconômicas de estabilização acompanhadas de reformas estruturais liberalizantes". (Soares, 2009, p.16).

implementadas antes e de forma mais agressiva no Chile, que sofreu com uma forte ditadura de Augusto Pinochet[42]. Diferença, também, na própria organização industrial, ao passo que o Brasil, já possuía um complexo industrial mais definido.

A onda neoliberal chegou com força ao Brasil, apenas nos anos 1990, a partir do governo Fernando Collor, esta política impulsionou maior integração do capitalismo brasileiro à mundialização do capital. A conjuntura no país era de crise, saiamos da ditadura civil-militar (1964-1985), vivenciávamos o esgotamento do Estado desenvolvimentista. Desse modo, o ideário neoliberal no Brasil pregava o combate à inflação e a defesa da estabilidade econômica. Apregoou a abolição da regulação do Estado sobre os preços da economia em geral e sobre as relações capital- trabalho.

Era a busca de efetivar um Estado mínimo que cumprisse apenas com funções básicas, como a educação básica, criação e manutenção de uma infraestrutura essencial ao desenvolvimento econômico, exatamente como preconizavam os idealizadores deste modelo.

> Essa ideologia espalhou-se para além dos limites do setor produtivo, estendendo-se para a área social, como a saúde e a Educação, em que a superioridade do setor privado foi apregoada. Durante muitos anos a lógica privatista dominou estes setores do ponto de vista das políticas e práticas governamentais. (Soares, 2009, p. 40).

A privatização e redução do tamanho do Estado, reduziria o gasto público, eliminando o déficit, diziam os neoliberais. Só que isto é óbvio não ocorreu, tivemos foi um cenário de aumento da precarização da situação social: desemprego, baixos salários, ampliação da terceirização e pauperização das políticas sociais, dentre elas a educação, mote desta pesquisa.

Sobre esse debate das áreas que podem ser comercializadas, dentre elas a área educacional, recorreremos novamente a Friedman (1985) e Mises (2010), dado que tais pensamentos serviram de aporte para a elaboração do projeto de contrarreforma implementada no Brasil e em outros países.

Friedman (1985, p. 83) faz uma clara distinção entre "instrução" e "educação". Nem toda a instrução está relacionada com educação, e nem toda educação, com a instrução. O tema de interesse adequado é a educação. As

---

[42] Ver mais sobre este processo ditatorial no documentário A Doutrina do Choque, de Naomi Klein. A Doutrina do Choque (The Shock Doctrine) - Naomi Klein [completo] (youtube.com). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Y4p6MvwpUeo&t=2117s

atividades do governo estão em grande parte limitadas à instrução. Friedman tece uma crítica ao financiamento por parte do governo à educação. O autor diz que:

> a educação formal é financiada e quase inteiramente administrada por entidades governamentais ou instituições sem fins lucrativos. Essa situação desenvolveu-se gradualmente e é de tal forma considerada natural que pouca atenção explícita é dirigida às razões desse tratamento especial reservado às escolas [...] O resultado foi uma extensão indiscriminada da responsabilidade do governo. (Friedman, 1985, p. 83).

Seguindo a linha do pensamento de Friedman, Mises (2010) defende que o Estado não deve preocupar-se com a escola e a educação. A criação e a instrução dos jovens devem ser inteiramente deixadas a cargo dos pais e de instituições e associações privadas. Ele ainda afirma que é natural que nem todos tenham acesso à educação.

> É preferível que um determinado número de meninos cresça sem educação formal do que gozar o benefício da escolarização apenas pelo risco de uma vez crescidos, serem mortos ou mutilados. Um analfabeto saudável é sempre melhor do que um aleijado alfabetizado. (Mises, 2010, p.134).

Inferimos da citação, a naturalização da desigualdade social e, também, um receio que o referido autor demonstra de que a escola atue como agente doutrinador. Segundo Mises (2010), a escola é um meio de supressão das individualidades, o mais perigoso em sua concepção. Ele defende que o governo não deve interferir nesta área, pois seu papel é a preservação da paz.

Este pensamento de Mises (2010) nos remonta bastante ao governo Bolsonaro (2018-2022), marcado por diversos ataques à educação e aos profissionais das escolas. Seu governo foi caracterizado pela constante troca de ministros, cortes de verbas para a educação e perseguição a professores e teóricos educacionais. Seus arautos defendiam (e defendem), que a escola e as universidades eram objeto de doutrinação da esquerda. Sob esses argumentos, legitimam suas ideias de privatização da educação e propostas de educação domiciliar.

Friedman (1985) concorda com essa proposta de educação de responsabilidade dos pais, ao passo que defende que:

> se o custo financeiro imposto pela exigência da instrução fosse compatível com a situação da grande maioria das famílias de uma comunidade, ainda poderia ser factível e desejável solicitar que os pais arcassem diretamente com a despesa. Casos extremos poderiam ser resolvidos por subsídios

> especiais para famílias necessitadas [...] Nessas áreas, seria muito conveniente impor diretamente os custos aos pais (1985, p. 84).

Friedman prega o financiamento da educação primária, considerada por ele mais vantajosa à sociedade, ao afirmar que esta formação aumenta o valor econômico do estudante (Friedman, 1985). Tal priorização da educação primária é, até os dias atuais, defendida por organismos internacionais como o Banco Mundial e o FMI, que sempre buscam que a educação atenda, prioritariamente, aos seus interesses econômicos.

No tocante ao financiamento educacional e ao papel do governo neste processo, Friedman reitera o desejo que esta área seja transferida para a iniciativa privada, e que o Estado atue apenas como agente fiscalizador do que está sendo ministrado nas escolas.

> Os serviços educacionais poderiam ser fornecidos por empresas privadas operando com fins lucrativos ou por instituições sem finalidade lucrativa. O papel do governo estaria limitado a garantir que as escolas mantivessem padrões mínimos tais como a inclusão de um conteúdo mínimo comum em seus programas (Friedman, 1985, p. 86).

Vemos a atualidade e uso do pensamento de Friedman, ao passo que, em 2024 vivenciamos ataques constantes à educação pública, inclusive com propostas em São Paulo (governo aliado a extrema direita), da troca de aulas planejadas por professores, pelo uso de aplicativos digitais. Proposta que sofreu reação da categoria docente[43].

O referido autor acrescenta que a abertura desse campo seria positiva aos pais, visto que eles poderiam escolher que tipo de escola que almejam para seus filhos dentre as disponíveis no mercado. Essa escolha seria possível com a entrada da empresa competitiva, que vai satisfazer de modo mais eficiente as exigências do pai do aluno, do que as empresas nacionalizadas, ou seja, as escolas públicas. Expõe, assim, a tese difundida por neoliberais, que prega a ineficácia do governo e melhor qualidade das empresas privadas.

Friedman (1985) defende ainda um modelo de educação combinando escola pública e privada para o nível primário. Propôs que os pais que desejam mandar os filhos para escolas privadas recebessem uma importância igual ao custo

---

[43] Sobre os ataques à educação pública de São Paulo, veja o artigo: Entenda a 'greve' de professores de São Paulo contra plataformas impostas por Tarcísio e Feder Docentes criticam a fixação de metas de acesso e apontam que as decisões do governo empobrecem a formação dos estudantes. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/educacao/entenda-a-greve-de-professores-de-sao-paulo-contra-plataformas-impostas-por-tarcisio-e-feder/. Acesso em: 13 maio. 2024.

estimado de educar uma criança numa escola pública, através de cupons educacionais.

> Os governos em geral financiaram a instrução por meio do pagamento direto dos custos de manter instituições educacionais [...] O governo poderia exigir um nível mínimo de instrução financiada dando aos pais uma determinada soma máxima anual por filho, a ser utilizada em serviços educacionais "aprovados". Os pais poderiam usar essa soma e qualquer outra adicional acrescentada por eles próprios na compra de serviços educacionais numa instituição "aprovada" de sua própria escolha. (Friedman, 1985, p.86).

Retomando as ideias de Friedman para a educação, podemos considerar a relevância que ele dá à formação primária, tal como difundido pelo Banco Mundial e a sua crítica à participação do governo na manutenção de escolas públicas, defendendo a abertura desse setor à iniciativa privada, consideradas por ele mais eficazes. Acredita, ainda, que essa competitividade seria benéfica ao sistema educacional, proporcionando maior liberdade de escolha aos pais. Defende que a educação é um gasto que poderia ser evitado ou reduzido. Vemos aí como o pensamento de Friedman é atual, dado que os defensores da mercantilização da educação, seguem a sua cartilha.

No viés do ensino superior, objeto de nosso estudo, a crítica à participação do governo é ainda maior. Friedman considera que esta formação não traz benefícios para a sociedade[44], apenas para o indivíduo, portanto, não há motivos para uma ampla participação governamental neste setor, pelo contrário, considera as universidades estaduais prejudiciais para as instituições privadas como pode ser verificado na citação:

> Universidades estatais e municipais cobram anuidades bem menores do que as instituições privadas. Como consequência, as universidades privadas vêm enfrentando problemas financeiros sérios e têm protestado, muito justamente, contra a competição "desonesta". Elas tentam manter a independência com relação ao governo e, ao mesmo tempo, levadas por problemas financeiros, têm que pedir ajuda ao governo. (Friedman, 1985, p. 94).

Observamos da fala de Friedman, a sua aversão a uma entrada ao ensino superior que não seja através da iniciativa privada, para ele instituições que

---

[44] Chega a ser absurda a compreensão do autor, porque desconsidera o modelo de educação superior do resto do mundo. Diferente dos Estados Unidos, quando se fala de ensino superior público, não se refere apenas ao ensino, mas, como no caso do Brasil, falamos da produção direta da ciência, indispensável para o desenvolvimento social nos vários campos da sociabilidade humana. Portanto, não se trata apenas da formação profissional e, mesmo que assim fosse, esta não favorece apenas ao indivíduo em particular que a recebe, mas a toda sociedade que se beneficia dessa boa formação.

oferecem essa modalidade educacional com um custo menor, somente trazem prejuízos à sociedade. Tal pensamento ainda é visto na atualidade, ao passo que, governantes estaduais sempre tentam repassar ao governo federal a responsabilidade pela educação superior. Da mesma forma que setores privatistas da educação, defendem a abertura completa desse setor à iniciativa privada.

Outro elemento importante na política educacional é a questão do seu financiamento, neste sentido Friedman defende que os investimentos, ou como ele conceitua subvenção, sejam feitos de forma direta aos sujeitos

> Qualquer subvenção deve ser passada aos indivíduos, para ser utilizada em instituições de sua própria escolha, com a única condição de que sejam do tipo e natureza convenientes. **As escolas governamentais que continuarem em funcionamento deveriam cobrar anuidades que cobrissem os custos educacionais, competindo, assim, em nível de igualdade com as escolas não subvencionais pelo governo**[...] os fundos viriam provavelmente dos Estados, e não do Governo Federal (Friedman, 1985, p.94- grifo próprio).

Da citação acima, inferimos que Friedman (1985) acreditava e defendia a competição entre os diversos tipos de escolas, que segundo ele, proporciona a melhor utilização de seus recursos.

Friedman (1985), ainda com relação à política educacional, vai discorrer sobre a preparação vocacional e profissional, esta como o próprio nome já diz, voltada para a formação do trabalhador ao mercado de trabalho, aumentando a produtividade econômica do sujeito. Preparação esta que envolve custos, dentre os quais ele destaca como mais importantes são as quantias antecipadas durante treinamento, os juros e as despesas especiais para a realização do treinamento, como as anuidades e a compra de livros. Sobre os investimentos neste treinamento, ele ressalta:

> Uma agência governamental poderia financiar ou ajudar a financiar o treinamento de qualquer indivíduo que pudesse satisfazer um padrão mínimo de qualidade. Ofereceria anualmente uma soma limitada durante número especificado de anos, desde que os fundos fossem utilizados em treinamento numa instituição reconhecida. Em troca, o indivíduo concordaria em pagar ao governo em cada ano futuro determinada porcentagem de sua renda superior a uma soma fixada para cada l 000 dólares recebidos do governo. (Friedman, 1985, p. 99).

Percebemos mais uma vez a relação com a atualidade brasileira, visto que esta forma de financiamento nos remete diretamente ao Programa de

Financiamento Estudantil praticado no Brasil, o FIES[45], que concede empréstimos a estudantes de baixa renda para cursarem a educação superior em instituições privadas, com a expectativa de taxa de juros um pouco mais baixa que as do mercado, muitas pessoas se submetem a essa modalidade de financiamento[46], que deve ser pago após o término de seu curso.

Concluímos, dessa forma, que a política governamental apregoada por Friedman para a educação está pautada em: ampliação da lógica do mercado na área da educação; a utilização de cupons educacionais no financiamento da educação primária e secundária; a escola pública submetida à lei do mercado; apoio à iniciativa privada, considerada por ele mais eficiente; e no âmbito do ensino superior, reforça a relação clientelista e reitera o uso de cupons para o seu financiamento.

Expomos, brevemente, o pensamento desses teóricos liberais nas áreas educacionais e em seu viés mais amplo do que vem a ser esta corrente ideológica, para fins de elucidação do pensamento político deles, principalmente sobre a organização dos trabalhadores, trazemos brevemente algumas conceituações de Friedman (1985) e Mises (2010) sobre os sindicatos, elemento central desse estudo pautado nas lutas unificadas das três universidades estaduais cearenses no período de 2002 a 2018.

Friedman (1985) explicita seu posicionamento sobre organização sindical afirmando reconhecer a importância dos sindicatos, principalmente no que se relaciona ao estabelecimento de salários, na qual ele mesmo afirma que seriam diferentes se estabelecidos apenas pelo mercado.

Podemos aqui fazer um paralelo com a atualidade brasileira, após a Reforma Trabalhista implementada por Michel Temer em 2017, que retirou dos sindicatos boa parte de seu financiamento com a exclusão da contribuição sindical.

---

[45] Veremos mais sobre esse programa no capítulo sobre a política de ensino superior brasileira nos anos 1990.

[46] Em 2022, logo após o auge da pandemia da Covid-19 as dívidas com o Fies cresceram imensamente, dado que muitos de seus integrantes perderam suas rendas na pandemia. O governo de Jair Bolsonaro propõe neste sentido a negociação destas dívidas com isenção de multas e descontos. O Presidente Jair Bolsonaro editou medida provisória que prevê descontos e isenção de multa. Ver mais em: https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2022/01/governo-cria-condicoes-diferenciadas-para-renegociacao-de-dividas-do-fies. Em 2023, o presidente Lula sanciona nova lei que cria condições mais favoráveis de amortização para estudantes com contratos do Fies celebrados até o fim de 2017 e com débitos vencidos e não pagos até junho de 2023. Sobre essa questão ver a matéria, disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/novembro/estudantes-terao-facilidades-para-quitar-dividas-com-o-fies. Acesso em: 20 jun. 2024.

Fato que gerou a destituição de muitos sindicatos e que deixaram seus trabalhadores à mercê do mercado.

> Brasil perdeu 21,7% dos trabalhadores sindicalizados após a reforma trabalhista, diz IBGE. Número de sindicalizações apresenta queda desde 2014, mas foi em 2018 que o país perdeu o maior número de trabalhadores associados a sindicatos. Em 2019, país atingiu a menor taxa de sindicalizados. O número de trabalhadores associados a sindicatos trabalhistas teve queda de 21,7% desde a reforma trabalhista, ocorrida em 2017. Isso corresponde a um contingente de, aproximadamente, 2,9 milhões de profissionais que, em três anos, cancelaram a adesão à respectiva entidade de classe. É o que apontam os dados divulgados nesta quarta-feira (26) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A queda no número de sindicalizados já vinha ocorrendo desde 2014, mas foi em 2018 que ela ocorreu de modo mais expressivo – 1,5 milhão de trabalhadores cancelaram a adesão ao sindicato naquele ano. Em 2017, quando ocorreu a reforma trabalhista, houve redução de 432 mil sindicalizados no país. (Silveira, 2020, n.p).

Ainda sobre essa relação entre mercado e sindicatos, trazemos uma explanação de Mises (2010, p. 104):

> O fato de os trabalhadores formarem sindicatos, com o propósito de barganhar com os empregadores, não provoca, por si só, perturbações na operação do mercado. Mesmo o fato de que, com sucesso, se arrogam o direito de rescindir contratos, sem notificações, devidamente firmados por eles próprios, e paralisar suas ferramentas não trará qualquer perturbação a mais ao mercado de trabalho. O que, de fato, cria uma situação nova no mercado de trabalho é o elemento de coerção de greves e filiações compulsórias [...]

Mises (2010) faz uma relação das greves e piquetes com o desemprego, argumentando que quando trabalhadores impedem seus companheiros de exercerem suas funções, apenas por medo da competição, forçam o empregador a elevar salários e, consequentemente, isso acarreta aumento dos custos de produção e disso surgiria o desemprego. Ou seja, para Mises o trabalhador não pode lutar pela melhoria de suas condições de trabalho, pois isso traz prejuízos ao mercado.

Friedman continua sua problematização sobre os sindicatos e como estes trazem prejuízos a sociedade, argumentando que

> Os sindicatos, portanto, não só prejudicaram o público em geral e os trabalhadores como um todo por distorcerem a utilização de trabalho, mas também tornaram os salários da classe trabalhadora mais desiguais por reduzirem as oportunidades disponíveis aos trabalhadores menos categorizados (Friedman, 1985, p. 115).

Temos, portanto, uma visão muito distorcida e inescrupulosa da organização sindical e da sua importância na defesa dos direitos da classe trabalhadora. Atrelam as lutas sindicais a prejuízos ao mercado e aos próprios

trabalhadores. Reforçam ainda, um papel sindical ligado apenas ao estabelecimento do patamar salarial da categoria, fugindo assim de sua função de defesa da classe trabalhadora. Os liberais defendiam e almejavam que o governo interferisse e estabelecesse limites aos sindicatos.

> A primeira e mais urgente necessidade na área da política governamental é a eliminação das medidas que apoiam diretamente o monopólio [...] e a aplicação das leis convenientes tanto às empresas quanto aos sindicatos. Ambos devem ser submetidos às leis antitruste; os dois devem ser tratados do mesmo modo com respeito às leis sobre destruição da propriedade e interferência nas atividades privadas (Friedman, 1985, p. 121-122).

Inferimos dessa breve exposição sobre o pensamento liberal a respeito dos sindicatos, o grande medo que o mercado tem e sempre terá da organização da classe trabalhadora, ao passo que, os sindicatos são um meio dessa conscientização política dos sujeitos. Consciência necessária para a tentativa de superação do modelo neoliberal.

Katz (2016) tece algumas considerações sobre a permanência do neoliberalismo, que segundo ele perdura pelo retrocesso que impõe aos trabalhadores. Sustenta-se do cansaço político gerado pela alternância de conservadores e social-democratas na administração deste modelo. Tudo indica que a reversão dessa etapa exigirá grandes vitórias populares impostas de baixo para cima.

O neoliberalismo contraiu os rendimentos da população, afetou a capacidade de consumo, aumentou a superprodução de mercadorias e agravou várias modalidades de superacumulação de capital. Além disso, intensificou uma deterioração do meio ambiente que ameaça desencadear desastres ecológicos[47] inéditos. (Katz, 2016). Afetou ainda, a própria capacidade de organização da classe trabalhadora, afetando o sentido de coletivo e imperando a individualidade.

2.1.3 A organização da classe trabalhadora

Apresentamos, anteriormente, as transformações ocorridas no mundo do trabalho, principalmente, após os anos 1970, marco de uma crise global que serviu de mote para o estabelecimento de novos procedimentos e regras no mundo do

[47] Na época da escrita final dessa pesquisa em 2024, ocorreu no Rio Grande do Sul, uma das maiores tragédias climáticas do país, com centenas de cidades atingidas por alagamentos, e centenas de mortos. Ver mais em: https://extra.globo.com/brasil/noticia/2024/05/tragedia-no-rio-grande-do-sul-mais-de-meio-milhao-de-pessoas-estao-fora-de-suas-casas-136-morreram.ghtml

trabalho. Partimos, agora, para uma breve exposição sobre como essas mudanças impactaram a organização da classe trabalhadora.

Podemos afirmar que os processos de precarização do trabalho, em geral, são frutos da luta entre capital e trabalho, em outras palavras, o patamar histórico da luta de classes é o termômetro das condições de trabalho. Portanto, a mediação da capacidade organizativa da classe operária definirá as estratégias de desapropriação do saber e condicionantes laborativos. Traremos aqui alguns elementos acerca das mudanças na organização da classe trabalhadora após o processo de reestruturação produtiva do capital, alinhados ao processo de implementação das políticas neoliberais.

A classe trabalhadora no século XXI, em plena era de capitalismo globalizado, é fragmentada, mais heterogênea e ainda mais diversificada. Aspectos e características que foram almejadas no decorrer das mudanças implementadas pelo capital no pós crise de 1970. Constatamos neste processo, uma perda significativa de direitos e de sentidos, em sintonia com o caráter destrutivo do capital vigente. Sobre esse processo de heterogeneização da classe trabalhadora Antunes e Alves (2004, p.342) trazem a nova caracterização:

> [...]além das clivagens entre os trabalhadores estáveis e precários, homens e mulheres, jovens e idosos, nacionais e imigrantes, brancos e negros, qualificados e desqualificados, “incluídos e excluídos” etc., temos também as estratificações e fragmentações que se acentuam em função do processo crescente de internacionalização do capital.

O movimento dos trabalhadores assalariados, sob uma perspectiva ontológica, originou-se como um complexo sócio-histórico reativo à posição do capital em processo, que tende a revolucionar constantemente as condições sociais, ou seja, o processo de luta de classes.

Uma das consequências do toyotismo (que deseja a captura da subjetividade do trabalhador) vem a ser a crise do sindicalismo de classe, um dos instrumentos clássicos de resistência do trabalho assalariado (Alves, 1999). Como consequência temos o aumento do desemprego nos países desenvolvidos, desemprego estrutural ocasionado pelo avanço tecnológico. Para os países centrais, era o declínio da sociedade do pleno emprego e das conquistas adquiridas anteriormente.

> O mercado de trabalho, por exemplo, passou por uma radical reestruturação. Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da

> competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão de obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis [...] (Harvey, 1992, p.143).

A crise de produção, o aumento do desemprego, as novas condições de trabalho em geral reduziram a condição de negociação da classe trabalhadora, ao passo que aumentou o número de trabalhadores fora do mercado de trabalho, quanto à intensificação da mais valia relativa trazendo maior cooptação para auto-exploração desses trabalhadores.

> Com a retração do binômio taylorismo/fordismo, vem ocorrendo uma redução do proletariado industrial, fabril, tradicional, manual, estável e especializado, herdeiro da era da indústria verticalizada de tipo taylorista e fordista. Esse proletariado vem diminuindo com a reestruturação produtiva do capital, dando lugar a formas mais desregulamentadas de trabalho, reduzindo fortemente o conjunto de trabalhadores estáveis que se estruturavam por meio de empregos formais. (Antunes; Alves, 2004, p. 336).

O uso do termo precarização do trabalho é recente, surgiu por volta dos anos 1980, exatamente quando as relações de trabalho (sociais e econômicas) sofreram modificações com o avanço de políticas econômicas que retiravam conquistas trabalhistas e, consequentemente, tinha-se a tendência a elaborar contratos que em nada favoreciam os trabalhadores. Ou seja, o surgimento da precarização como objeto de estudo, está atrelado ao avanço das mudanças no mundo do trabalho oriundas do complexo de reestruturação produtiva na década de 1980.

> A década de 1980 presenciou, nos países de capitalismo avançado, profundas transformações no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política. Foram tão intensas as modificações, que se pode mesmo afirmar que a classe que vive do trabalho sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser. (Antunes, 2011, p. 23).

Netto e Braz (2012) apontam a relação entre a crise gerada no final do chamado anos de ouro do capitalismo, com o processo de flexibilização das relações de trabalho, na qual foram criadas novas condições para se ampliar a exploração da força de trabalho, com a intenção de reverter a crise iniciada pós anos 1970, ou seja, buscavam aumentar seus lucros à custa de direitos trabalhistas adquiridos anteriormente.

> O grosso dos outros trabalhadores, conformando uma espécie de anel em torno desse pequeno núcleo, muitas vezes está vinculado a outras empresas (mediante a terceirização de atividades e serviços) e submetido a

> condições de trabalho muito diferentes das oferecidas àquele núcleo- alta rotatividade, salários baixos, garantias diminuídas ou inexistentes. (Netto; Braz, 2012, p.219).

Antunes (2011) faz algumas considerações sobre as mudanças proveniente destas transformações no mundo do trabalho, que impactaram o mundo global de uma forma sem precedentes e brutal.

> O mais brutal resultado dessas transformações é a expansão, sem precedentes na era moderna, do desemprego estrutural, que atinge o mundo em escala global. Pode-se dizer, de maneira sintética, que há uma processualidade contraditória que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril; de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Há, portanto, um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora. (Antunes, 2011, p. 47).

Alves (2013) aponta alguma das formas assumidas de precarização do trabalho na vigência do capitalismo globalizado e flexível, dentre as quais ele destaca como essenciais: o surgimento de novas modalidades de contratação salarial, desregulação da jornada de trabalho e instauração de novos modos da remuneração flexível.

> [...] a precarização do trabalho que ocorre hoje, sob o capitalismo global, seria não apenas a "precarização do trabalho" no sentido de precarização da mera força de trabalho como mercadoria; mas seria também "precarização do homem que trabalha" no sentido de desefetivação do homem como ser genérico. (Alves, 2013, p.86).

Alves (2013) argumenta que essa não é, como em tempos anteriores, a precarização do trabalho em sua força de trabalho, mas uma elevação dessa precarização a outro patamar, é um ataque à vida do próprio trabalhador. Alves (2013) diz que este processo implica a abertura de uma tríplice crise da subjetividade humana: a crise da vida pessoal, crise de sociabilidade e crise de autorreferência pessoal. Para o supracitado autor, a crise da vida pessoal "é a crise do homem com seu espaço de vida, isto é, o tempo de vida como campo de desenvolvimento humano". (p.111). Já a crise de sociabilidade é "a crise do homem com os outros homens e o dilaceramento de laços sociais que constituem a sociabilidade humano- genérica" (p.112). E, por último, a crise de autorreferência é a crise do homem consigo mesmo, na medida em que ocorre a corrosão da sua autoestima pessoal. (p.113).

> Sob a era da mundialização do capital, a partir da Quarta Revolução Tecnológica [...] e com a ofensiva neoliberal que caracterizou as últimas

> décadas do século XX, a categoria da "flexibilidade" se desdobrou e adquiriu múltiplas determinações no interior do processo de trabalho capitalista, assumindo, desse modo, novas percepções, intensidade e amplitude. (Alves, 2013, p.88).

Todas as mudanças decorrentes das alterações da organização do modo de produção capitalista, impactaram bastante a vida dos trabalhadores, como diz Alves (2013): tempo de vida é subsumido a tempo de trabalho. Ou seja, a cada dia é exigida uma maior produtividade destes sujeitos, uma maior dedicação desse sujeito ao seu emprego.

> A luta social deve ser conduzida contra a voracidade do capital que tenta transformar o tempo de vida em tempo de trabalho, algo que contribuiria tão-somente para a degradação humana. É o que está ocorrendo, hoje, na principal economia capitalista do mundo – vive-se para ser explorado pelo capital. (Alves, 1999, p.164).

Essa extrema precarização do trabalhador é vivenciada na vida de professores, visto que a cada dia, as instituições de ensino superior exigem mais produção desses sujeitos, em contrapartida, temos um sucateamento das condições de trabalho desses docentes.

> As novas ideologias que se expandem sob os novos mecanismos de controle do trabalho docente, sob o argumento da excelência acadêmica medida pela produtividade intelectual, ou mesmo pela exigência da produção de um conhecimento aplicado às necessidades da sociedade, redundam na emergência do que se denomina de produtivismo e pragmatismo. Aqueles que resistem tendem a perder status acadêmico, a serem excluídos do acesso a recursos, a se transformarem em meros professores "aulistas". Embora este fenômeno carregue uma sutileza de "classe", ele opera desdobramentos que se revelam na cotidianidade do trabalho docente, realizando aquilo a que a perspectiva gramsciana se referia como o processo que torna subjetiva a objetividade da ordem burguesa. (Vale; Alves, 2022, p. 116).

Vale (2012) argumenta que o período iniciado nos anos 1990, apresenta novas características, entre elas as medidas de racionalização do trabalho docente, em novas formas e mecanismos de controle, nas quais se torna mais evidente o desempenho das funções intelectuais mediado por um conjunto de exigências, esse inclusive é um aspecto que dificulta a participação de professores da pós-graduação nas greves, visto que os programas dificilmente aderem aos movimentos paredistas, caracterizando um racha na comunidade acadêmica, que é heterogênea por natureza.

> A categoria de professores universitários tem uma natureza heterogênea na sua composição de classe. Como observamos, entretanto, em alguns momentos de nossa história, essa categoria apresentou-se, com origem em alguns setores de resistência, como um importante setor de crítica da

> ideologia dominante. **O quadro conservador determinado pelas transformações contemporâneas de naturalização e reprodução da ideologia neoliberal e de fim das utopias emancipatórias tende a localizar os setores críticos na defensiva ou no ostracismo**. (Vale; Alves, 2022, p. 117- grifo próprio).

Seguindo esta linha de pensamento, Bosi (2006) argumenta que a precarização do trabalho não pode ser resumida a um processo exclusivamente econômico, mas tem implicações, principalmente, de natureza social, cultural e política. Ele acredita que todos esses fatores terão impacto na forma como os trabalhadores irão se organizar enquanto classe. Nas suas palavras:

> é preciso posicionar a questão da precarização do trabalho docente numa perspectiva mais ampliada das mudanças ocorridas nesses últimos 30 anos do mundo do trabalho buscando-se identificar e problematizar possíveis alterações na rotina das atividades docentes (ensino, pesquisa, extensão) e não apenas as relações de contratoll (Bosi, 2006, p.45).

Bosi (2006) e Chauí (2003) têm posições próximas no que se refere ao processo que traz o professor à universidade. Ambos destacam que uma das formas mais visíveis da precarização do trabalho docente é a intensificação da jornada de trabalho, que por vezes, faz com que os professores não tenham a possibilidade de realizar atividades fora da sala de aula. Este parecia ser o caso da UECE e das outras estaduais, nas quais são poucas as oportunidades de inserir-se em atividades de pesquisa e extensão, visto que são poucas bolsas disponíveis. (Alves, 2014). Outro aspecto é a dedicação quase que exclusiva ao ensino, visto que os docentes temporários têm em média uma dedicação de 16 a 20 horas, exclusivamente, para sala de aula, conforme a pesquisa de Alves (2014).

No caso dos professores das três universidades estaduais do Ceará, de forma geral, podemos novamente pontuar as péssimas condições das unidades acadêmicas, falta de política de financiamento de pesquisas e projetos de extensão, a falta de uma política de valorização salarial, visto que o governo Camilo Santana congelou os salários dos professores e travou o andamento dos processos relacionados ao PCCV das estaduais. Professores das três instituições enfrentavam em 2024, problemas para obter seus avanços nas progressões e ascensões solicitadas, gerando perdas financeiras.

> A ideologia neoliberal é reiterada no cotidiano acadêmico pelos processos de naturalização das privatizações dos cursos pagos de pós-graduação, da condição do professor como captador de recursos públicos e de mercado, do aligeiramento das formações, da racionalidade das avaliações quantitativas e da hierarquização das universidades, da parceria público-

> privada, da produção do conhecimento a serviço das empresas etc. Tudo isso põe em evidência a ideia de que os sujeitos da universidade fazem parte da reprodução deste processo. Os professores não fogem à regra, pois sofrem e têm em suas tarefas a predominância da burocratização das atividades e a exigência da polivalência; com isso, têm reduzido seu tempo de adensamento dos estudos e de envolvimento nas ações políticas coletivas, reduzindo ainda mais o conteúdo questionador de uma direção social e de uma política alternativa à mercantilização e ao fortalecimento da ordem neoliberal. (Vale; Alves, 2022, p. 117).

A própria lógica de precarização está naturalizada no cotidiano docente, conforme verificamos do exposto na citação, em que elenca uma série de transformações que foi propiciado neste contexto.

A precarização do trabalho no Brasil sofre algumas particularidades, dadas as condições de formação do capitalismo brasileiro que assumiu uma objetivação capitalista de cariz autocrático-burguês e dependente aos interesses dos centros financeiros internacionais, que resultou que o mundo do trabalho no Brasil sempre foi marcado com uma precariedade estrutural de longa data. Diferentemente dos países centrais, nunca vivenciamos aqui, uma política de pleno emprego mencionada nos itens anteriores.

As medidas de flexibilização das relações de trabalho implementadas no Brasil na década de 1990, levaram à criação do contrato de trabalho por tempo determinado, contrato de trabalho por tempo parcial, além da terceirização, colocando um leque de opções flexíveis para a exploração destes sujeitos.

> Por conta da flexibilização das relações de trabalho, amplia-se a presença do “trabalhador precário” nos coletivos laborais no Brasil, uma experiência de precariedade que não diz respeito tão somente ao vínculo empregatício (trabalho- emprego), mas também as relações de sociabilidade (trabalho-vida)... no tocante as alterações da forma de remuneração e jornada de trabalho [...]... Portanto, podemos caracterizar a nova morfologia social do trabalho por dinâmicas psicossociais que implicam a dessubjetivação de classe, “captura” da subjetividade do trabalhador assalariado e redução do trabalho vivo a força de trabalho como mercadoria. (Alves, 2013, p.95-96).

Podemos afirmar, dessa forma, que a década de 1990 no Brasil é conceituada e definida como a década da precarização do trabalho em sua forma extrema, vinculada ao impulso que o projeto neoliberal teve nesse período.

> No Brasil, a partir do governo Collor, nos anos 90, a política neoliberal impulsionou maior integração do capitalismo brasileiro à mundialização do capital. É a partir desse momento que presenciamos um salto qualitativo no processo de reestruturação produtiva, que atinge os principais pólos industriais do país, onde se localizam os núcleos do sindicalismo de classe. Na verdade, o desdobramento de uma crise do mundo do trabalho no Brasil, sob a era neoliberal, sobrepõe-se à precariedade histórica- e estrutural- do estatuto salarial em nosso país e atinge os núcleos “modernos” da

> sociabilidade do trabalho, instaurando novas polarizações (e fraturas) internas às ilhas de modernidade, constituídas sob a época da industrialização substitutiva. (Alves, 2000, p.10).

É importante relembrar que o país vinha de um crescimento econômico irrisório na década de 1990, e esta situação colaborou para que as medidas neoliberais atingissem formas mais agressivas para a classe trabalhadora. Nos anos 2000, delineou-se o que Alves (2013, p. 141) intitula: [...] a "nova precariedade salarial", isto é, as novas condições de exploração da força de trabalho que emergem nas empresas reestruturadas.

> Embora a nova precariedade seja mais visível nos estratos do setor informal, ela aparece, sob múltiplas formas, nos estratos formais do mercado de trabalho, seja através das perdas de direitos e benefícios trabalhistas, muitos deles por conta das novas formas de flexibilização do estatuto salarial; ou ainda da intensificação e extensão da jornada de trabalho, com as horas-extras não-pagas; seja através da insegurança no emprego e da carreira, como demonstram as reedições constantes dos Programas de Demissão Voluntária ou insegurança da representação sindical, abatida pela queda do poder de barganha da categoria assalariada, etc (Alves, 2007, p.258).

A precarização do trabalho no Brasil, tomou forma e caracterizou-se pelos processos de demissão incentivada, no caso dos planos de demissão voluntária (PDV)[48], o avanço gigantesco dos processos de terceirização[49], e degradação das condições de trabalho, salário e redução de benefícios e direitos trabalhistas. Emerge, assim, uma conjuntura de extremas dificuldades para os trabalhadores.

Essa nova precariedade salarial no Brasil é marcada pela presença, nos locais de trabalho reestruturados das grandes empresas e, também, dos órgãos públicos, tanto de trabalhadores assalariados "estáveis", quanto de trabalhadores assalariados "precários". (Alves, 2013, p. 149). Realidade esta vivenciada nas universidades estaduais, através do amplo contingente de professores substitutos. A luta por concurso público para cobrir a vacância de professores efetivos é uma pauta histórica das lutas das universidades estaduais cearenses.

Como já mencionamos, este cenário precarizado atinge também aos professores, efetivos e substitutos, cada um à sua forma, mas ambos com seus desgastes: econômico, físico ou mental. Muitos docentes se submetem a longas jornadas de trabalho em outras instituições para tentar alcançar uma qualidade

---

[48] Podemos citar os planos de demissão voluntários dos bancários nos anos 1990 e de outras categorias do funcionalismo público.

[49] Publicada em edição extra do Diário Oficial da União a lei 13.429/17, que dispõe sobre a terceirização de atividade-fim, foi sancionada pelo presidente Temer.

financeira melhor. Outros, se submetem aos empréstimos bancários que comprometem a sua vida financeira posteriormente. Estes aspectos afetam a saúde mental dos docentes em geral. Sobre esse processo de adoecimento, podemos citar que uma das síndromes que mais afetam esta categoria é Burnout[50].

Sobre os impactos na vida dos professores, trazemos aqui alguns elementos expostos do trabalho de conclusão de curso de Alves (2014)[51] que elencou que havia na universidade estudada, no caso a UECE, uma cisão entre professores efetivos e substitutos, rompendo assim com a sua unidade de classe. A pesquisa ressaltou, ainda, a negativa de alguns docentes em participar das lutas em defesa da UECE, argumentando que estas lutas não diziam respeito a eles, argumentavam que não era prioridade em suas carreiras. Essa falta de priorização das lutas políticas era visualizada ainda no processo de filiação ao sindicato que os representava (SINDUECE), na época nenhum dos pesquisados era filiado ao sindicato e no quadro geral, menos de 10% dos temporários tinha vinculação sindical.

Observamos, dessa forma, que a precarização do trabalho não se resumiu a um processo exclusivamente econômico, mas tem implicações em todos os campos da vida do sujeito: social, cultural e política. Todos esses fatores impactam na forma como os trabalhadores se organizam enquanto classe.

É função primordial da classe trabalhadora a tarefa de emancipação humana da civilização do capital, da revolução social. Para isso, é necessária à sua organização sindical e política, sem luta coletiva não alcançaremos os nossos objetivos de destituição do capital.

> A tarefa da esquerda revolucionária é, antes de tudo, organizá-los, política e culturalmente. É neles que reside a concepção clássica, matriz das utopias socialistas revolucionárias do século passado, de pensar a revolução social a partir daqueles que são objeto da exploração capitalista e não daqueles que vivem à margem da "sociedade salarial" (os homens e mulheres desempregadas podem, é claro, engrossar - e reforçar - a luta revolucionária, mas, por outro lado, como a história tem demonstrado, podem servir como massa de manobra para movimentos neofascistas) (Alves, 1999, p.166-167).

---

[50] Termo quer dizer combustão completa, caracterizada pelo esgotamento emocional, despersonalização e baixa realização pessoal.

[51] Dados extraídos do trabalho de conclusão de curso: ALVES, Danielle Coelho. Expressões do trabalho docente precarizado: discursos e práticas dos professores substitutos da UECE. 2014. 149f. Monografia (Graduação em Serviço Social)- Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza. 2014

Somente a luta coletiva poderá reverter este contexto adverso para os trabalhadores. A organização dos trabalhadores, inclusive a categoria docente, se constitui, assim, uma estratégia indispensável para o enfrentamento da precarização e pelas lutas em defesa de melhores condições laborativas, que reverberam no salário, carreira e formação qualificada.

Traçadas essas pontuações acerca das implicações e rebatimentos para a organização da classe trabalhadora após estas mudanças, podemos concluir que estes são elementos intimamente ligados, e a sua compreensão é necessária para entender a relação entre estas mudanças, o neoliberalismo e o processo de contrarreforma do Estado.

Apresentamos neste tópico alguns dos principais elementos teóricos da política neoliberal, apontando a sua origem no liberalismo clássico e o pensamento de seus propagadores. Abordaremos, a seguir, como esse conjunto de ideias foi implementado no Brasil nos anos 1990, com um festival de medidas que buscavam um reajustamento da máquina do Estado, acusado de ser ineficiente e gerador de custos, dentro do cenário maior de Contrarreforma estatal.

2.2 A Contrarreforma do Estado e suas relações com a política de ensino superior brasileira

Neste ponto apresentaremos algumas considerações acerca do processo de contrarreforma vivenciado no Brasil nos anos 1990 e como este impactou diretamente a educação brasileira. Nos pautamos nas concepções essenciais de Behring (2008), Behring e Boschetti (2011), Bresser Pereira (1996, 1997), teóricos que nos apontam as particularidades desse processo no país.

No debate da contrarreforma brasileira, é necessário fazer a diferenciação acerca do que vem a ser este processo. Behring (2008) esclarece que a contrarreforma foi permeada por um conjunto de mudanças estruturais regressivas sobre os trabalhadores e a massa da população brasileira, de caráter antinacional e antidemocrático. Em outro estudo, a autora afirma:

> [...] o desenvolvimento das políticas sociais esteve imbuído historicamente de um forte espírito reformista, sob pressão do movimento dos trabalhadores: as reformas dos anos de ouro [...]. Contudo, em tempos de estagnação, reação burguesa e neoliberalismo, adentramos num ambiente contra-reformista e, por que não dizer? Contra-revolucionário. [...] (Behring; Boschetti, 2011, p.148).

Nos anos 1990 propagou-se na mídia brasileira[52], meios políticos e intelectuais brasileiros uma grande campanha em defesa dessas ditas reformas. Interessante destacar que tais esforços se iniciaram ainda no governo Collor que disseminou sistematicamente uma série de propagandas que vendiam a ideia da importância de reformar o Estado Brasileiro. Não obstante, seus marqueteiros utilizaram a figura do elefante para representar o Estado da época, passando a ideia de peso, lentidão e ineficácia; nas mesmas propagandas aparecia o cavalo como o novo Estado (neoliberal), ao contrário do primeiro: ágil, imponente, eficiente. A campanha 01 apontava:

> Já foi importante uma forte presença do estado na economia (som do elefante) [..] só que o estado engordou muito em áreas não prioritárias para você cidadãos, pegou pesado, com a desestatização o estado vai investir pesado em saúde, educação, habitação, saneamento e segurança. É, um estado pesado incomoda muita gente. (Desestatização (ou Privatização) Campanha 01, 1990- transcrição Youtube).

Sobre esse uso da mídia e do discurso de ineficiência estatal, Behring e Boschetti (2011) assinalam que:

> [...] a era Fernando Henrique Cardoso (FHC), foi marcada por esse mote, que já vinha de Collor, cujas características de outsider (ou o que vem de fora) não lhe outorgaram legitimidade política para conduzir esse processo. Tratou-se, como se pode observar, de reformas orientadas para o mercado, num contexto em que os problemas no âmbito do Estado brasileiro eram apontados como causas centrais da profunda crise econômica e social vivida pelo país desde o início dos anos 1980. Reformando-se o Estado, com ênfase especial nas privatizações e na previdência social, e acima de tudo, desprezando as conquistas de 1988 [...] a carta constitucional era vista como perdulária e atrasada- estaria aberto o caminho para o novo projeto de modernidade[...] (Behring; Boschetti, 2011, p.148).

Aferimos do exposto pelas autoras, como esse projeto foi muito bem construído em todas as instâncias da sociedade, pois conforme mencionado, existia toda uma propaganda negativa de ineficácia e esgotamento do Estado, que pode ser vista na campanha 02 do governo Collor.

> Com a desestatização é dada a largada para uma economia desenvolvida e competitiva. É por isso que, no mundo inteiro mais de 40 países estão desestatizando. O resultado dessa corrida é melhores oportunidades para

[52] A respeito desses vídeos consultar: Desestatização (ou Privatização) Campanha 01, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ljQjA21I_d8. Desestatização (ou Privatização) Campanha 02, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=2WfChfvOO4I. Desestatização (ou Privatização) Campanha 03, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=1T5oXJOlZm0 e Desestatização (ou Privatização) Campanha 04, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=E95lYJ1DtD8

> todos. Desestatização porque o Brasil não pode ficar para trás. Governo do Brasil, a prioridade é o cidadão. (Desestatização (ou Privatização) Campanha 02, 1990- transcrição Youtube).

Importante assinalarmos, que conquistas adquiridas na Constituição de 1988[53] estavam ameaçadas. Segundo Behring e Boschetti (2011, p.151), [...] os avanços constitucionais de 1988, de natureza reformista, foram possíveis num cenário bastante particular de elementos, numa conjuntura de radicalização democrática após uma ditadura de 20 anos.

Dentre os defensores desse ideário de reforma, destacamos as proposições de Bresser Pereira, que argumentava que em decorrência da crise econômica vivenciada no país desde os anos 1980, a grande tarefa política dos anos 1990 era a reforma ou a reconstrução do Estado, que significava:

> recuperação da poupança pública e superação da crise fiscal; redefinição das formas de intervenção no econômico e no social através da contratação de organizações públicas não-estatais para executar os serviços de educação, saúde, e cultura; e reforma da administração pública com a implantação de uma administração pública gerencial. Reforma que significa transitar de um Estado que promove diretamente o desenvolvimento econômico e social para um Estado que atue como regulador e facilitador ou financiador a fundo perdido desse desenvolvimento (Bresser Pereira, 1997, p.17).

Bresser Pereira (1997) elege quatro problemas para estabelecer uma reforma: no âmbito econômico- político: a delimitação do tamanho e a redefinição do papel regulador do Estado; no econômico- administrativo: a recuperação da governança ou capacidade financeira e administrativa de implementar as decisões políticas tomadas pelo governo; por último o político: o aumento da governabilidade ou capacidade política do governo de intermediar interesses, garantir legitimidade, e governar.

Seguindo determinação dos organismos internacionais, muitos países criaram ministérios encarregados de fazer uma programa de reformas, como é o caso do Brasil, com o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado "MARE"[54].

---

[53] A Constituição de 1988, intitulada de Constituição Cidadã trazia em seu texto uma série de conquistas sociais, em áreas como saúde, educação e assistência social. Tais conquistas, foram ameaçadas nesse contexto de reforma, pois passaram de direitos a áreas que poderiam ser comercializadas.

[54] A Reforma Gerencial de 1995 – a reforma gerencial do Estado brasileiro – foi iniciada pelo MARE (Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado) que existiu entre 1995 e 1998.

Como já afirmamos, o projeto de reforma foi iniciado nos anos 1990, no governo de Fernando Collor[55] (1990-1992), colocada como prioridade, iniciando-se um processo de privatização de empresas públicas, com o discurso de que essas empresas demandavam gastos pesados ao Estado e, também, o discurso da ineficiência estatal. Ressaltava ainda em suas campanhas publicitarias o "apoio popular" às privatizações.

> Pesquisas realizadas pelo Vox Populi no Rio São Paulo e Belo Horizonte revelam que a maioria dos entrevistados, apoia a venda das estatais, veja os dados os brasileiros (venda da Usiminas 78,8% vai melhorar a empresa e 72,4% beneficiar a economia do país) com a privatização o estado vai investir mais em saúde, educação, saneamento, habitação e segurança. E não vai ser pelo atraso de uma minoria que o Brasil vai ficar para trás governo do Brasil a prioridade é o cidadão. (Desestatização (ou Privatização) Campanha 03, 1990- transcrição Youtube).

Sua quarta campanha publicitária sobre as privatizações, apontava além dos elementos anteriores de ineficácia da máquina pública, que esse Estado mais magro atenderia melhor ao cidadão.

> Os leilões da Usiminas, Mafersa etc, foram um grande sucesso. Com estado mais magro tem melhores condições de atender o cidadão em saúde educação saneamento habitação e segurança. Com o programa de privatização, o Brasil ganha músculos para enfrentar a corrida pelo desenvolvimento. (Desestatização (ou Privatização) Campanha 04, 1990- transcrição Youtube).

Ocorreu no período uma redução de investimentos públicos. Collor de Mello propôs ainda a criação de uma nova moeda, mudança de leis trabalhistas, abertura do mercado nacional e a privatização de estatais. Essas medidas ficaram conhecidas como Plano Collor.

Apesar de iniciado no governo Collor, foi na gestão de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1994-2002) que foram implementadas um conjunto de reformas que defendiam:

> A reforma do Estado, entretanto, só se tornou um tema central no Brasil em 1995, após a eleição e a posse de Fernando Henrique Cardoso. Nesse ano, ficou claro para a sociedade brasileira que essa reforma se torna condição, de um lado, da consolidação do ajuste fiscal do Estado brasileiro e, de outro, da existência no país de um serviço público moderno, profissional, voltado para o atendimento dos cidadãos. (Bresser Pereira, 1996, p. 269).

---

[55] Fernando Collor foi eleito em 1989 e sofreu um processo de impeachment em 1992, após um imenso desgaste de seu governo, com acusações de corrupção e confisco de contas da população. Foi substituído por Itamar Franco.

Os processos elementares da reforma do Estado, segundo os preceitos básicos para Bresser Pereira são:

> [...] (a) a delimitação das funções do Estado, reduzindo seu tamanho em termos principalmente de pessoal através de programas de privatização, terceirização e "publicização" (este último processo implicando na transferência para o setor público não-estatal dos serviços sociais e científicos que hoje o Estado presta); (b) a redução do grau de interferência do Estado ao efetivamente necessário através de programas de desregulação que aumentem o recurso aos mecanismos de controle via mercado, transformando o Estado em um promotor da capacidade de competição do país a nível internacional ao invés de protetor da economia nacional contra a competição internacional; (c) o aumento da governança do Estado, ou seja, da sua capacidade de tornar efetivas as decisões do governo, através do ajuste fiscal, que devolve autonomia financeira ao Estado, da reforma administrativa rumo a uma administração pública gerencial (ao invés de burocrática), e a separação, dentro do Estado, ao nível das atividades exclusivas de Estado, entre a formulação de políticas públicas e a sua execução; e, finalmente, (d) o aumento da governabilidade, ou seja, do poder do governo, graças à existência de instituições políticas que garantam uma melhor intermediação de interesses e tornem mais legítimos e democráticos os governos, aperfeiçoando a democracia representativa e abrindo espaço para o controle social ou democracia direta. (Bresser Pereira, 1997, p. 18-19).

Podemos resumir, então, que a reforma pretendida por Bresser Pereira estava pautada na: delimitação das funções do Estado; redução do grau de interferência; aumento da governança e o aumento da governabilidade. Dentro da delimitação das funções do Estado, tem a defesa da privatização e da terceirização, como forma de reduzir as despesas da máquina estatal.

Bresser Pereira (1997), da mesma forma que outros teóricos neoliberais, define as funções do Estado e delimita as suas áreas de atuação, dentre as quais define as atividades exclusivas do Estado, as de caráter serviço social e científico, e a área destinada à produção de bens e serviços para o mercado.

> Atividades exclusivas de Estado são, assim, atividades monopolistas, em que o poder de Estado é exercido: poder de definir as leis do país, poder de impor a justiça, poder de manter a ordem, de defender o país, de representá-lo no exterior, de policiar, de arrecadar impostos, de regulamentar as atividades econômicas, fiscalizar o cumprimento das leis. São monopolistas porque não permitem a concorrência. (Bresser Pereira, 1997, p. 22-23).

Nesse campo de serviço social e científico, ele coloca as atividades educacionais, e sobre estas atividades, ele assinala:

> Incluem-se nesta categoria as escolas, as universidades, os centros de pesquisa científica e tecnológicas, as creches [...] Se o seu financiamento em grandes proporções é uma atividade exclusiva do Estado - seria difícil garantir educação fundamental gratuita ou saúde gratuita de forma universal

> contando com a caridade pública - sua execução definitivamente não o é. Pelo contrário, estas são atividades competitivas, que podem ser controladas não apenas através da administração pública gerencial, mas também e principalmente através do controle social e da constituição de quase-mercados. (Bresser Pereira, 1997, p.25).

O supracitado autor, ainda delimita as áreas que podem ser terceirizadas: atividades ou serviços auxiliares: limpeza, vigilância, transporte, serviços técnicos de informática e processamento de dados, devem ser submetidos a licitação pública e contratados com terceiros. Lógica esta que ganhou muito espaço no Brasil, dada a crescente contratação de servidores temporários em detrimento de efetivos. Exemplo dessa ampliação de forma de contratação foi a aprovação em 2017, da Lei[56] das Terceirizações (PL 4330/04) que ampliou as áreas que podem ser terceirizadas pelo Estado.

Verificamos, assim, a prerrogativa para a transferência de parte da responsabilidade do Estado com algumas áreas para o setor privado ou transformação em setor público não estatal, através das empresas de organização social, que são entidades públicas de direito privado, que por meio de contrato de gestão são financiadas pelo Estado.

> O processo de ampliação do setor público não-estatal ocorre a partir de duas origens: de um lado, a partir da sociedade, que cria continuamente entidades dessa natureza; de outro lado, a partir do Estado, que nos processos de reforma deste último quartel do século vinte, se engaja em processos de publicização de seus serviços sociais e científicos. (Bresser Pereira, 1997, p. 28).

Resumidamente, podemos caracterizar o projeto de Reforma defendido por Bresser Pereira, como um projeto que visava regular e reduzir o tamanho das funções do Estado em algumas de suas funções, abrindo dessa forma espaço para a inserção de alguns setores estatais para a iniciativa privada por meio da privatização, terceirização de atividades, ou através, da publicização de serviços. Também enfatizava a necessidade da participação da sociedade civil, que deveria através dos princípios de solidariedade e voluntariado ajudar o Estado em algumas funções. Exemplo disso é o projeto vigente no Brasil nos anos 1990, idealizado pela

---

[56] O principal objetivo do Projeto de Lei- PL 4330/04, ou lei da terceirização, era regulamentar a contratação de serviços terceirizados e ampliar os casos em que a modalidade de contratação é legal. Pelo texto, os serviços principais das empresas, chamados atividades fins, também poderiam ter trabalhadores terceirizados. Disponível em: http://crcgo.org.br/novo/?p=5434. Posteriormente, no governo de Michel Temer (2016-2017), grande continuador da contrarreforma neoliberal do Estado brasileiro, foi aprovada a Lei 13.429/17 que ampliou o conceito de atividades meios, permitindo que muitas outras atividades pudessem ser terceirizadas.

Rede Globo e intitulado de Amigos da Escola, que transferia para a comunidade a responsabilidade por melhorias na escola, incentivado por grandes campanhas midiáticas que enalteciam o papel do sujeito na transformação do ambiente escolar. Podemos afirmar, ainda, que as ideias de Bresser Pereira continuaram em voga nos governos pós FHC, apesar de seu uso não dar ao pensador os referidos créditos, ou seja, se pratica a sua teoria sem mencionar o seu nome.

Na esteira dessa concepção de desresponsabilização do Estado, posteriormente, outras ações foram adotadas, como o Programa Mais Educação (teve início em 2008), que visa, no contraturno, promover reforço escolar em algumas áreas por meio de bolsas de baixa remuneração a seus formadores que, ao aderirem à tarefa, assinam termo em que se reconhecem como voluntários. Em Fortaleza, uma vertente desse programa ganhou o nome de Aprender Mais[57], que está diretamente relacionado aos resultados do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE)[58], ao passo que treina os alunos da rede pública para a realização da avaliação externa e obtenção de notas elevadas.

> O Programa Aprender Mais tem como propósito geral fortalecer a formação integral dos estudantes a partir da ampliação da jornada escolar de quatro horas para sete horas, proporcionando aos alunos o pleno desenvolvimento das competências intelectual, física, socioemocional e cultural. Além disso, objetiva melhorar a aprendizagem na proposta dos componentes curriculares do Ensino Fundamental, assim como reduzir a reprovação, o abandono e a distorção idade/ano. (Sme, 2023, n.p).

Diferente do que está exposto nos objetivos do programa, o que percebemos no cotidiano na rede municipal de Fortaleza[59], é o atrelamento do programa na formação/ treino dos estudantes para alcançarem notas mais elevadas, o famoso “esverdear” (expressão usada pelos gestores da educação municipal para incentivar a melhoria nos índices da escola, e o consequente, aporte financeiro dado às instituições nota 10).

---

[57] A Secretária Municipal da Educação (SME), no uso de suas atribuições legais, estabelece as normas e divulga, nesta terça-feira (11/04), a abertura das inscrições para a seleção simplificada para o Programa Aprender Mais. Os selecionados irão compor o banco das escolas da Rede Municipal de Ensino. Os candidatos selecionados atuarão sob o regime de voluntariado, conforme a Lei Federal 9.608/1998, de 18 de fevereiro de 1998, a Lei Municipal 10.194, de 19 de maio de 2014, e o Decreto nº 15.558, de 17 de fevereiro de 2023.

[58] Em 01 de dezembro de 2023, logo após a realização do SPAECE, o prefeito de Fortaleza José Sarto, encerrou os contratos voluntários do projeto Aprender Mais antes do término da vigência de seus contratos.

[59] Aqui estão expostas observações da pesquisadora que atua como professora na rede municipal de Fortaleza e pode constatar assim algumas contradições existentes nestes programas e seu atrelamento ao financiamento da educação.

Retomando o debate das reformas do Estado brasileiro, podemos afirmar que o governo de Fernando Henrique Cardoso teve como uma de suas principais características, o elevado número de privatizações[60] operadas em sua gestão, dentre as quais podemos citar: no âmbito das empresas de telefonia: Telecomunicações brasileiras (TELEBRAS), Telecomunicações do Estado do Rio de Janeiro (TELERJ), Telecomunicações de São Paulo (TELESP), Telecomunicações de Minas Gerais (TELEMIG) e Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL); alguns bancos estaduais, dentre os quais podemos destacar o Banco do Estado do Rio de Janeiro (BANERJ), Banco do Estado do Paraná (BANESTADO), Banco do Estado de São Paulo (BANESPA) e empresas como Embraer (do ramo da aviação), a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), e a prestigiada e valiosa empresa de mineração Vale do Rio Doce[61].

Privatizações justificadas pelo governo com o argumento de que estes serviços, davam prejuízo ao Estado ou, simplesmente, porque deveriam ser transferidos para a iniciativa privada, por esta ser mais eficiente. Empresas estatais foram transferidas para a iniciativa privada em processos de privatização complicados, pois apresentavam valores abaixo do esperado, conforme exposto abaixo.

> Mostrou por que as estatais tiveram um desempenho altamente lucrativo após as privatizações pelo aumento de preços e tarifas, pelas demissões antes e depois das privatizações, pelas dívidas engolidas pelo governo, que também assumiu os compromissos dos fundos de pensões e das aposentadorias. Denunciou, ainda, as facilidades oferecidas aos compradores, a exemplo de empréstimos a juros baixos [...], títulos antigos e outros truques de financiamento que não ficaram transparentes para a

---

[60] Sobre esse processo de privatização nos governos tucanos, ver o livro a Privataria Tucana de autoria de Amaury Ribeiro Jr: o livro, resultado de 12 anos de investigação sobre as "privatizações no Brasil", destaca documentos que apresentam indícios e evidências de irregularidades nas privatizações que ocorreram durante a administração do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, além de amigos e parentes de seu companheiro de partido, José Serra. Os documentos procuram demonstrar que estes políticos e pessoas ligadas a eles realizaram, entre 1993 e 2003, movimentos de milhões de dólares, lavagem de dinheiro através de offshores - empresas de fachada que operam em Paraísos Fiscais - no Caribe.

[61] “Terceira maior mineradora do mundo, empresa tem trajetória marcada por crimes contra o meio ambiente e comunidades. Histórico de violações da Vale vai muito além de Mariana e Brumadinho. Maior mineradora do Brasil e a terceira companhia na indústria global de mineração de metais, a Vale S.A carrega vários crimes ambientais e tragédias humanas em seu histórico. A empresa é responsável pelo rompimento da barragem Mina do Feijão, em Brumadinho (MG) na última sexta-feira (25), que, até o momento, matou 65 pessoas. Há 270 desaparecidos e 192 resgatados. O rompimento da barragem ocorre após pouco mais de três anos do crime ambiental em Mariana, também em Minas Gerais. O desastre, ocorrido em novembro de 2015, liberou cerca de 62 milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração na região e deixou 19 mortos após o rompimento da barragem de Fundão, da mineradora Samarco, da qual a Vale é uma das donas, em parceria com a BHP Billiton”. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2019/01/29/historico-de-violacoes-da-vale-vai-muito-alem-de-mariana-e-brumadinho

> população brasileira, lesada várias vezes nesse processo (Behring; Boschetti, 2011, p.153).

Behring (2008) considera que esta atitude de desmantelar o setor produtivo estatal, lucrativo e sucateamento do setor público de interesse social, provoca o avanço e crescimento de três tendências destrutivas dentro do sistema capitalista, que ela destaca: desequilíbrios potenciais no balanço de pagamentos, crise fiscal e desemprego estrutural.

> [...] houve a entrega de parcela significativa do patrimônio público ao capital estrangeiro, bem como a não obrigatoriedade das empresas privatizadas de comprarem insumos no Brasil, o que levou ao desmonte de parcela do parque industrial nacional e uma enorme remessa de dinheiro para o exterior, ao desemprego e ao desequilíbrio da balança comercial. Diga-se, o inverso de tudo que foi anunciado: o combate à crise fiscal e o equilíbrio das contas públicas nacionais[...] (Behring; Boschetti, 2011, p.153).

Houve, portanto, uma abrangente contrarreforma do Estado no país, cujo sentido foi definido por fatores estruturais e conjunturais externos e internos, e pela disposição política da coalizão de centro-direita protagonizada por Fernando Henrique Cardoso (FHC). Uma contrarreforma que foi possível a partir de algumas condições gerais, que precedem os anos 1980 e as marchas e contramarchas do processo de democratização do país.

> O reformismo neoliberal traz em si uma forte incongruência entre o chamado discurso da chamada reforma e a política econômica. Aqui ocorreu uma espécie de aparente esquizofrenia: argumentava-se que o problema estaria localizado no Estado e, por isso seria necessário reformá-lo para novas requisições, corrigindo distorções e reduzindo custos, enquanto a política econômica corroia aceleradamente os meios de financiamento do Estado brasileiro através de uma inserção na ordem internacional que deixou o país à mercê dos especuladores do mercado financeiro, de forma que todo o esforço de redução de custos preconizados escoou pelo ralo do crescimento galopante das dívidas internas e externa. (Behring; Boschetti, 2011, p.152).

Inferimos, assim, que apesar de toda a propaganda a favor das privatizações e dos processos de enxugamento da máquina pública, percebemos da exposição acima que o mesmo não ocorreu, pelo contrário, vimos um aumento da dívida externa nacional, a quebra de parte do setor industrial nacional. Resultado encontrado posteriormente, que diverge do idealizado por Bresser Pereira (1997, p. 52-53):

> O resultado dessa reforma será um Estado mais eficiente, que responda a quem de fato deve responder: o cidadão. Logo, será um Estado que estará agindo em parceria com a sociedade e de acordo com os seus anseios. Será um Estado menos voltado para a proteção e mais para a promoção da

> capacidade de competição. Será um Estado que não utilizará burocratas estatais para executar os serviços sociais e científicos, mas contratará competitivamente organizações públicas não-estatais. Será o que propusemos chamar de um Estado Social Liberal, em substituição ao Estado Social-Burocrático do século vinte

Bresser Pereira (1997) continua a sua explanação a respeito da reforma e seus benefícios para o cidadão, dentre os quais destaca que:

> A Reforma do Estado nos anos 90 é uma reforma que pressupõe cidadãos e para eles está voltada. **Cidadãos menos protegidos ou tutelados pelo Estado, porém mais livres, na medida em que o Estado que reduz sua face paternalista, torna-se ele próprio competitivo, e, assim, requer cidadãos mais maduros politicamente.** Cidadãos talvez mais individualistas porque mais conscientes dos seus direitos individuais, mas também mais solidários, embora isto possa parecer contraditório, porque mais aptos à ação coletiva e, portanto, mais dispostos a se organizar em instituições de interesse público ou de proteção de interesses diretos do próprio grupo. (Bresser Pereira, 1997, p. 53- grifo próprio).

Soares (2009) vai argumentar que as mudanças decorrentes do ajuste podem ser conjunturais e estruturais. Suas possibilidades de reversão são inversamente proporcionais à sua capacidade ou poder de destruição. E, como observamos anteriormente, é necessário que a classe trabalhadora se una para derrubar este sistema tão cruel e excludente. Sobre essa exclusão e destruição Behring (2008, p.121) diz:

> [...] as privatizações no Brasil foram o paradigma do modelo de política econômica destruidora, com uma agenda negativa de reformas, conduzida pela aliança conservadora dominante. Neste contexto, chama atenção o fato de que o conceito de seguridade social inscrito na Constituição foi varrido, já que as funções sociais do Estado, como a saúde, a previdência e a educação devem ser competitivas com o setor privado, pela reforma do Estado proposta. Os que lutam por verbas para esses setores são desqualificados pelos tecnocratas de plantão.

Behring (2008) caracteriza essa etapa como uma nova ofensiva burguesa, adaptada às novas demandas do capitalismo mundial, demanda essa que exige um atrelamento de nosso dinheiro ao capital financeiro. Vale lembrar que nas mudanças no mundo globalizado, ganhou força a financeirização, ou capital especulativo/ rentista.

Todas essas mudanças, que conforme já expusemos anteriormente, estão atreladas ao novo arranjo de produção mundial e ao ideário neoliberal, reverberaram nos mais distintos campos da vida social, dentre eles a ampliação da

comercialização de serviços, como do nosso objeto de pesquisa, que é a educação superior.

A educação acabou por ser uma das áreas mais afetadas pelo processo de reformas implementadas no Brasil, posto que sofreu e ainda sofre ataques desqualificando a sua eficiência e qualidade em favorecimento ao sistema privado, sempre respaldado pela mídia como melhor e menos prejudicial ao governo.

Observamos, portanto, como existe um processo de ligação entre as mudanças no mundo do trabalho nos anos 1980, que retiraram do trabalhador muitas conquistas e o descaso com o ensino superior público. A reação dessas mudanças é o avanço das políticas neoliberais que exige um trabalhador cada vez mais submisso ao sistema e, por último, a base ideológica das reformas impostas em países que está pautada na lógica neoliberal.

Expostas essas questões mais gerais acerca do processo de contrarreforma do Estado brasileiro nos anos 1990, exporemos nos próximos textos, como se efetivaram essas “reformas” no âmbito do sistema de ensino superior no Brasil e Ceará, nos setores público e privado. Apontaremos dados sobre a política de financiamento da educação, sucateamento de instituições públicas e desvalorização dos profissionais da educação. Fatores estes que se tornaram pauta de lutas em defesa da educação ao longo dos anos e constitui parte do objeto de estudo deste trabalho, a relação entre as lutas unificadas das três universidades estaduais e a política de ensino superior no estado do Ceará.

3 - POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E CEARÁ: IMPACTOS NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS

Apontamos, anteriormente, as novas ideias defendidas pelos teóricos neoliberais para áreas consideradas onerosas e que, por esse motivo, deveriam ser transferidas para a iniciativa privada, como exemplo, a nossa área educacional. Neste capitulo que pretende debater a política de educação superior no Brasil e Ceará, nos propomos a elencar dados históricos de como se efetivou esse processo e os rebatimentos dessa política para as universidades estaduais cearense. Ressaltamos, ainda, o pioneirismo do Ceará na implementação do ideário neoliberal e suas repercussões no contexto de lutas das três instituições de ensino superior cearense. Partimos, assim, para a exposição da política educacional brasileira nos anos 1990, apontando dados sobre como essa política foi subsumida ao capital financeiro.

3.1 A política de educação superior no Brasil pós-1990

Antes de adentrar na política de educação superior após os anos 1990, é necessário fazer um breve comentário sobre como foram criadas e expandidas estas instituições no país. Vale destacar que a educação superior no Brasil sempre esteve na esteira de disputas entre a defesa de uma educação pública e os defensores da matriz privatista, modelo de universidade que prevaleceu até os anos 1950[62], com uma matriz privatista e organizada com base em institutos isolados[63].

Com o processo de restabelecimento da democracia nacional, depois do governo golpista e ditatorial de Getúlio Vargas, que foi iniciado em 1930[64] e somente

---

[62] Sobre a expansão do ensino superior nos anos 1950, Fernandes (2020, p.116) diz: A década de 1950 aparece como a fase de aceleração desse processo de crescimento quantitativo. Nela se fundaram nada menos que 43% dos estabelecimentos de ensino superior, existentes em 1960; e se deu, paralelamente, um aumento substancial de matrículas (37.584, em 1950, são 87.603, em 1959; o que significa que se elevaram mais de duas vezes nessa década).

[63] "O que se chamou de universidade não tinha substância própria, nem ao nível estrutural-funcional, nem ao nível histórico. Era uma mera conglomeração de escolas superiores e um recurso para preservá-las, fortalece-las e difundi-las, com suas magras virtudes e com seus incontáveis defeitos". (Fernandes, 2020, p.102).

[64] Sobre a conjuntura política dos anos 1930, vê a citação de Fernandes: "Depois da revolução da Aliança Liberal, uma revolução política, de 1930 para cá, a consolidação do sistema público de ensino se expandiu. Os Pioneiros da Educação Nova exerceram influência notável na transformação da mentalidade pedagógica e, ao mesmo tempo, pensavam que podiam fazer no Brasil uma revolução burguesa na área da educação. Uma ilusão que muitos tiveram e ainda hoje muitos de nós a cultivam. Chegaram a usar uma célebre frase de Fernando de Azevedo, tomada de um líder político mineiro: Façamos a revolução na escola antes que o povo a faça nas ruas". (Fernandes, 2020b, p.202).

foi finalizado no decorrer de 1945[65], num ambiente político de intervenção estatal para o desenvolvimento e reconstrução do país, houve um processo de transformação de instituições privadas em instituições federais, e nos anos 1960, em universidades federais. Devemos lembrar que o período após a ditadura de Vargas foi marcado pelo projeto de desenvolvimento[66] nacional, para isso era necessária mão de obra qualificada, e tem-se a ampliação das instituições de ensino superior. Acerca da expansão do ensino superior brasileiro, Fernandes (2020) aponta as seguintes premissas:

> O ensino superior sofreu intensa expansão quantitativa, concentrada nos últimos 40 anos. Duas indicações são suficientes para ressaltar o caráter do fenômeno. Primeiro, mais de 81% dos estabelecimentos de ensino superior, existentes no país em 1960, foram criados entre 1930 e 1960. Segundo, a matrícula geral aumentou, num período de 30 anos, quase seis vezes, passando de 27501, em 1935 para 155.781, em 1965. (Fernandes, 2020, p. 115-116).

Diante desse contexto, percebemos novamente que a universidade estava num cenário de disputa. Sobre isso Fernandes (2020, p.63) assevera:

> A universidade enfrenta, no momento, a pior crise com que já se defrontou durante a sua curta formação no Brasil. Três ameaças pairam sobre ela e sobre a natureza de sua contribuição educacional. Primeiro, pretende-se submete-la a uma tutela exterior cega e inflexível. Segundo, o radicalismo intelectual é focalizado como um mal em si mesmo e como um perigo para a sociedade. Terceiro, de uma forma ou de outra, os professores veem-se diante de um novo dilema: fortalece-se dia a dia a aspiração de isolar-se o jovem do fluxo de reconstrução da sociedade.

Das exposições do autor, destacamos duas correntes principais para o crescimento desse processo de ataque à universidade: a sua submissão aos interesses da igreja Católica, quando ele menciona a sua tutela exterior, e a ideia de

---

[65] A Era Vargas foi um período de 15 anos em que Getúlio Vargas governou o Brasil de forma contínua, de 1930 a 1945. Vargas chegou ao poder após a Revolução de 1930, que derrubou a República Velha. Seu governo passou por três fases: o Governo Provisório, o Governo Constitucional e o Estado Novo. Nesse período, Vargas adotou medidas populistas, nacionalistas e autoritárias, aproximando-se de regimes totalitários. Em 1945, foi deposto por um golpe militar. Golpe militar que ocorreria novamente em 1964, perdurando até 1985.

[66] O Plano de Metas de Juscelino Kubitschek (JK), eleito em 1956, também conhecido como o projeto "50 anos em 5", foi uma iniciativa ambiciosa que visava transformar o Brasil de uma economia predominantemente agrícola em uma nação industrializada, moderna e competitiva em apenas cinco anos. O desenvolvimentismo dos anos JK: Formou uma classe operária mais qualificada, com maior importância na economia e política. Ampliou a classe média empregada nos serviços burocráticos e nos setores prestadores de serviços, aumentando o mercado consumidor interno. Mecanizou a agricultura, gerando desemprego rural, êxodo e redução dos salários dos camponeses. Concentrou a industrialização no Sudeste, aumentando as disparidades geográficas brasileiras. O controle do capital estrangeiro sobre a economia era inquestionável, com indústrias estrangeiras detendo a maior parte dos investimentos. Apesar dos avanços, as medidas de JK também deram início à dívida externa do país.

que a universidade era um perigo para a sociedade. Pretendia-se, assim, reformar a universidade e deixá-la mais alinhada aos interesses de agentes externos. Fernandes pontuou estas questões nos anos 1960 e em 2024 ainda são atuais, visto que, sobre as instituições de ensino superior, sempre imperam as tentativas de deslegitimar a sua função social, como em fala do pastor André Valadão[67] sobre os fiéis não enviarem os filhos para a universidade.

No âmbito das propostas e defensores da reforma, Fávero (1998) destaca outros dispositivos utilizados que pautaram a reforma universitária, dentre eles: o plano de assistência técnica estrangeira, consubstanciado através dos acordos Ministério da Educação- MEC/USAID[68], em especial o Acordo de 1965 e o Convênio de 1967; o Plano Atcon (1966)[69] e o Relatório Meira Mattos (1968)[70]. Todos eles alinhados aos ideais de reformulação do papel da universidade, atribuindo às instituições públicas uma ideia de que estas eram ineficientes, tal como preconizado pelos liberais da época.

Em meio ao debate da necessidade de uma reforma, foi criado um grupo de trabalho (GT), através do Decreto 62.937, de 02 de julho de 1968, que tinha como objetivo estudar a reforma da universidade brasileira, visando a sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto

---

[67] Em junho de 2024, o pastor André Valadão, líder da Igreja Batista da Lagoinha em Belo Horizonte (MG), publicou um trecho de sua pregação sobre universidades e foi criticado nas redes sociais. O líder religioso publicou um vídeo, nesta terça-feira (18), em que orientava os pais a não enviarem seus filhos para a faculdade. "Se a faculdade vai acabar com a vida do teu filho, não manda ele para faculdade", iniciou o pastor no vídeo. "Não manda. Vai vender picolé na garagem! 'Ah, mas eu não criei meu filho para isso'. Você criou para quê? Para ele ir para o inferno?". Valadão descreve a faculdade como um sinônimo de promiscuidade. "Criou o seu filho, para quê? Criou sua filha para quê? Para virar uma vagabunda? Ou você criou ela para ser uma mulher santa, uma mulher digna de família, cheia de Deus? Ah, ela tem um diploma e é rodada, é doida. Você sabe o filho que você tem, a filha que você tem", afirmou. (Correio Braziliense, 2024). Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2024/06/6882458-andre-valadao-fala-para-fieis-nao-deixarem-filhos-irem-a-universidade.html. Acesso em: 04 jul. 2024.

[68] "Os convênios entre MEC e a USAID visam à formação de recursos humanos para a consolidação do capitalismo dependente, bem como a implantação de nova estrutura acadêmica e a organização administrativa, objetivando maior eficiência e produtividade nas instituições de ensino superior". (Fávero, 1998, p. 153).

[69] "O projeto de Reforma incorpora algumas das propostas do Plano Atcon: a defesa dos princípios de autonomia e autoridade; a dimensão técnica e administrativa do processo de reestruturação do ensino superior e a ênfase nos princípios de eficiência e produtividade; a ideia de Centros Universitários de Estudos Gerais; a necessidade de reformulação do regime de trabalho docente". (Fávero, 1998, p. 154).

[70] "Divulgado como Relatório Meira Mattos (1968), algumas recomendações também vão ser absorvidas no projeto de Reforma Universitária: o fortalecimento do princípio de autonomia e de disciplina nas Instituições de ensino superior, a necessidade de ampliação de vagas, a implantação do vestibular unificado, a criação de cursos de curta duração, a ênfase nos aspectos técnicos e administrativos" (Fávero, 1998, p. 154).

nível para o desenvolvimento do país. (Fávero, 1998). Ainda sobre este GT e seus objetivos, Fávero (1998, p.155):

> Não se trata, pois, de formular um diagnóstico da presente crise universitária, nem mesmo de traçar delineamentos de uma reforma, e sim, propor um repertório de soluções realistas e de medidas operacionais que permitam racionalizar a organização das atividades universitárias, conferindo-lhes maior eficiência e produtividade.

Ganhava força e destaque o discurso da necessidade de uma Reforma Universitária[71] brasileira, que veio a se efetivar em 1968, por meio da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que fixava normas de organização e funcionamento do ensino superior. A referida Lei trouxe em seus artigos iniciais as seguintes conceituações sobre o ensino superior:

> Art. 1º O ensino superior tem por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de profissionais de nível universitário. Art. 2º O ensino superior, indissociável da pesquisa, será ministrado em universidades e, excepcionalmente, em estabelecimentos isolados, organizados como instituições de direito público ou privado. Art. 3º As universidades gozarão de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira, que será exercida na forma da lei e dos seus estatutos. (Brasil, 1968, n.p).

Shiroma *et al* (2002) ainda tecendo comentários sobre as mudanças decorrentes desse processo de reforma no ensino superior, aponta que esta foi uma reforma permeada de contradições conforme ela assinala na explanação a seguir:

> A Lei 5.540 talvez tenha sido um dos mais contraditórios empreendimentos do regime militar. Promoveu uma reforma no ensino superior brasileiro, extinguiu a cátedra - suprimindo o que se considerava ser o bastião do pensamento e do comportamento conservadores na universidade -, introduziu o regime de tempo integral e dedicação exclusiva aos professores, criou a estrutura departamental, dividiu o curso de graduação em duas partes, ciclo básico e ciclo profissional, criou o sistema de créditos por disciplinas, instituiu a periodicidade semestral e o vestibular eliminatório. Uma outra mudança substantiva se efetivou, ainda, em relação ao modelo de 1931: **foi implementada a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.** No regime anterior, essa ideia não estava claramente presente, mas havia referência à pesquisa e ao ensino como tarefas do professor catedrático, para o que era agraciado com contrato de dedicação integral. (Shiroma *et al,* 2022, p.37- grifo próprio).

---

[71] Ver mais em: Lei da Reforma Universitária (Lei 5540/68 de 28 de novembro de 1968- Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências). Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html

É importante relembrar que em 1968, o país vivia um dos seus períodos mais nefastos: a Ditadura Civil-Militar (1964-1985)[72], que com sua modernização conservadora criou a universidade tecnocrática, buscando adaptá-la às requisições do mercado; de força de trabalho qualificada em determinados níveis e calar a juventude que queria mais vagas na educação superior.

> O acentuado descompromisso do Estado em financiar a educação pública abriu espaço para que a educação escolar, em todos os seus níveis, se transformasse em negócio altamente lucrativo. [...] O favorecimento ao capital privado, aliado ao clientelismo, ao desperdício, à corrupção, à burocracia e à excessiva centralização administrativa, minguou, por assim dizer, a fonte de recursos para as escolas públicas. (Shiroma *et al*, 2022, p 40-41).

Para alcançar essa expansão, a saída encontrada pelos militares na época foi a privatização, ou na concepção de Minto (2014, p. 248) "privatismo", que é o processo pelo qual a lógica do capital se hegemoniza crescentemente no campo educacional, do qual a ampliação do setor privado de ensino é uma das formas.

> [...] com a Reforma, a educação superior ganhou uma fisionomia crescentemente privada e privatista, em dois sentidos gerais: o da formação adequada à expansão da acumulação capitalista (formação de quadros e preparação da FT) e o do caráter mercantil, com a transformação progressiva do ensino em serviço/mercadoria também lucrativos, tornando-se não só funcional ao capital em geral, como capitais específicos aplicados nas atividades educacionais (Minto, 2014, p. 261-262).

Nesse período a universidade pública ainda não tinha enfrentado seu processo de desmantelamento, pelo contrário, ocorreu um crescimento das atividades de pesquisa. Mais à frente, no processo de redemocratização[73] no país

---

[72] Em 31 de março de 1964, militares contrários ao governo de João Goulart (PTB) destituíram o então presidente e assumiram o poder por meio de um golpe. O governo comandado pelas Forças Armadas durou 21 anos e implantou um regime ditatorial até 1985. A ditadura restringiu o direito do voto, a participação popular e reprimiu com violência todos os movimentos de oposição... - Veja mais em: https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/ditadura-militar-1964-1985-breve-historia-do-regime-militar.htm. Acesso em 10 maio. 2024

[73] A redemocratização de 1985 foi um processo lento, iniciado mais de uma década antes, e que foi conduzido com pulso firme pelos militares que governavam o Brasil, ocorrendo no contexto da Ditadura Civil-Militar Brasileira. Em 1983, o deputado Dante de Oliveira protocolou um projeto de emenda à Constituição, chamado de Emenda Dante de Oliveira, em que a proposta estabelecia a eleição direta para presidente, nas eleições de 1985. A partir desse momento um grande movimento exigindo eleições diretas surgiu no Brasil, as Diretas Já. Participaram desse movimento intelectuais, sindicalistas, igrejas, atletas esportivos, artistas, entre diversos outros grupos. Em abril de 1984 a emenda foi rejeitada no Congresso, ela precisava de 320 votos e obteve 298. Mas as Diretas Já foram um movimento importante que ajudou a abreviar o fim da Ditadura. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/historiab/redemocratizacao-do-brasil.htm. Acesso em 10 maio. 2024

tivemos a oportunidade de tentar transformar a universidade pública, em espaço de resistência e formação política.

> [...] Perdemos, entre 1964 e 1978, várias batalhas. Porém ganharemos a guerra, porque a história não caminha para trás. Apenas devemos deixar de lado a bandeira da reforma universitária como uma causa principal. Para que a universidade se renove e se reconstrua, na sociedade brasileira, é imprescindível que se implante no país uma democracia de participação ampliada e que, a largo prazo, sejamos capazes de lutar, ao lado das classes trabalhadoras e das massas populares pela democracia numa democracia de maioria socialista. (Fernandes, 2020, p.39).

Inferimos da exposição de Fernandes (2020), a sua visão ampla do papel social da universidade em participar e lutar por uma sociedade mais justa para todos os trabalhadores. Essa concepção de Fernandes (2020) nos remonta ao objeto de estudo dessa pesquisa, com as lutas unificadas das três universidades estaduais cearenses em defesa de uma educação pública de qualidade, que atenda aos interesses da classe trabalhadora.

Retomando o debate de Florestan Fernandes (2020) sobre o processo de redemocratização e a sua relação com a educação, o referido autor assinala:

> A revolução democrática emergente nunca se ligará as necessidades educacionais da maioria e aos interesses da nação como um todo se não tivermos coragem exemplar de varrer a obra do regime ditatorial, que resultou de um conluio do espirito conservador com o controle imperialista de nossa vida cultural, como se poderá atestar através da comissão MEC-USAID e dos dois decretos tutelares do Marechal Castelo Branco (Fernandes, 2020, p.19).

Ainda sobre esse processo de expansão da educação superior pública no Brasil, ocorrida no contexto da Ditadura Civil- Militar, Neves (2004, p.14-15) destaca:

> Sob a violência da ditadura empresarial- militar, a expansão do ensino superior e a estruturação da pesquisa e da pós-graduação nas universidades públicas brasileiras assumiram contornos muito distintos dos de países europeus e mesmo de países latino-americanos, como o México. De fato, a massificação no Brasil foi realizada por meio do fornecimento privado. No entanto, com os ventos do Norte, o Banco Mundial defendeu que também no Brasil a ideia de universidade pública e gratuita assentada no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, afinal consagrada na Constituição de 1988, teria de ser destruída.

Minto (2014) expõe que ocorreu um fortalecimento da burguesia brasileira nos 21(vinte e um) anos da Ditadura Civil- Militar, e afirma que isso limitou as forças nacionalistas, socialistas, impedindo que pudessem conduzir o país no sentido de conquistas sociais mais amplas. O referido autor vai caracterizar essa como uma

das faces da herança que a Ditadura deixou e que foram fundamentais para a implementação das reformas educacionais nos anos 1990 e 2000, período de ampliação das ideias neoliberais no país, e o consequente, sequestro da educação para o domínio do empresariado.

> [...] a educação está sendo sequestrada pelo empresariado para atender a seus objetivos de disputa ideológica. **A educação, vista como um "serviço" que se adquire, e não mais como um direito, deve ser afastada do Estado, o que justifica a sua privatização.** Do ponto de vista ideológico, a privatização também propicia um maior controle político do aparato escolar, agora visto como "empresa", aliado à padronização promovida pelas bases nacionais comuns curriculares e pela ação do movimento "escola sem partido", este último, um braço político da "nova" direita na escola. (Freitas, 2018, p.29-grifo próprio).

Tal como exposto por Freitas (2018), temos no início dos anos 1990 no país a ampliação das ideias neoliberais. Os governos de Fernando Collor de Mello (1990- 1992) e Itamar Franco (1993-1994) demarcam a entrada do país na lógica neoliberal, com todas as suas determinações de fim da intervenção estatal e retirada de direitos sociais, dentre eles a educação.

> O neoliberalismo olha para a educação a partir de sua concepção de sociedade baseada em um livre mercado cuja própria lógica produz o avanço social com qualidade, depurando a ineficiência através da concorrência. Segundo essa visão, a generalização desta concepção para todas as atividades do Estado produzirá uma sociedade melhor. Os cidadãos estão igualmente inseridos nessa lógica e seu esforço (mérito) define sua posição social. É dessa visão de mundo que advêm as finalidades que ele atribui à educação. (Freitas, 2018, p.31).

Na área educacional, objetivando reduzir os gastos públicos, o principal alvo das reformas passou a ser as universidades federais, que tinham a imagem de serem onerosas demais ao Estado, considerado pelos neoliberais como um empecilho para o bom funcionamento do livre comércio.

> O Estado é o principal inimigo da geração da qualidade social, pois é um mau gestor e impede o funcionamento da lógica do mercado, devendo, portanto, ser reduzido a um mínimo e – mais importante – sem possibilidade de interferir no mercado, o que atrapalharia sua lógica natural. Considerando esses fundamentos, a fronteira de eficiência do sistema educacional seria atingida quando a atividade educacional estivesse sob controle empresarial concorrendo em um livre mercado, sem intervenção do Estado. Nisso consiste o modelo final pensado para a educação (e outras áreas sociais) pela "nova direita" neoliberal. (Freitas, 2018, p.31-32).

As medidas de Collor ocasionaram um empobrecimento demasiado da população brasileira. Seu governo foi envolvido em escândalos de corrupção e

acabou sofrendo um processo de *impeachment* em 1992, aspecto relacionado no capítulo sobre a contrarreforma do Estado.

> A política econômica nos dois anos de governo Collor pautou-se por uma adequação destrutiva ao reordenamento mundial. não houve qualquer ação mais ousada em relação ao problema do endividamento sem o que é impensável uma perspectiva de investimento e de crescimento, somando elementos ao processo de desarticulação progressiva do padrão de desenvolvimento da economia brasileira, em especial da capacidade do setor público [...]na política antiinflacionária, evitou a hiperinflação por algum tempo, mas sem sustentabilidade; implementou uma reforma administrativa desastrada, sob o argumento de diminuiu setor público, desarticulando-o; seu plano de privatizações foi desenhado sem objetivos consequentes; realizou uma liberalização comercial voluntarista, sem medir o impacto sobre a diversificada e complexa estrutura industrial brasileira; cortou subsídios agrícolas que levaram o caos a safra 1990 e 1991. (Behring, 2008, p.152).

Behring (2008) continua a sua explanação, afirmando que Collor preconizou as reformas orientadas e desejadas pelo mercado, porém, como assinalado pela autora, não obteve o sucesso desejado, sendo abandonado, portanto, pela burguesia nacional no processo de *impeachment* citado anteriormente.

Assume, dessa maneira, a presidência do país o vice-presidente, Itamar Franco, que diminuiu o ritmo de privatizações e reformas na educação, ao passo que seu governo tentou aumentar as matrículas nas instituições federais através da oferta de mais vagas nos cursos já existentes, e iniciou o processo de criação de cursos noturnos (Neves, 2004).

Com o fim da gestão de Itamar, assume a presidência o seu ex-ministro Fernando Henrique Cardoso (FHC), governo este que perdurou de 1995 a 2002, e acabou por se caracterizar como um incentivador da mercantilização do setor educacional, que pode ser observado na citação abaixo:

> O octanato de Cardoso e, particularmente, de Paulo Renato de Souza, no MEC, foi exitoso em implementar uma determinada política educacional de corte classista “pró-sistêmico” e fortemente pró- mercado, desobrigando, de forma relevante, a União do dever de assegurar as condições materiais da educação básica e superior[...] (Leher, 2010, p. 373).

Como grande incentivador da mercantilização da educação, o governo FHC elencou, como um dos seus grandes inimigos, o movimento sindical, acusado por ele de ser um empecilho para as reformas.

> Sobre o movimento sindical em especial do setor público ouçamos o presidente Cardoso: porque a reforma terá apenas terá êxito se for

> sustentada pelas lideranças do setor público, não digo as lideranças sindicais que, infelizmente, estão atreladas às formas mais nocivas de corporativismo, mas sim lideranças de mentalidade que querem renovar, sei que tem entusiasmo pela função pública, o que tenho sentido de missão de espírito público. (Behring, 2008, p.153).

Lima (2007) afirma que o governo FHC marcou a segunda fase da reformulação da educação superior brasileira, alinhada ao projeto neoliberal, que defendia a educação superior como um serviço público não-estatal, tal como defendido por Friedman e Bresser Pereira. Pregavam ainda a redução da responsabilidade do Estado com este nível de ensino, seja por meio do corte de verbas, e paralelamente a isso, o incentivo ao empresariamento deste setor, com o discurso de ampliação do acesso a formação superior.

> Em continuidade ao projeto neoliberal o governo FHC (1995-2002) conduziu uma contrarreforma do Estado, que defendia a educação superior como um serviço público não-estatal, além da redução da responsabilidade do Estado com este nível de ensino, seja por meio do corte de verbas e, paralelamente a isso, o incentivo a empresariamento deste campo, com o discurso falacioso de ampliação do acesso à educação superior. (Alves; Bezerra; Rocha, 2021, p.35).

Faz parte desse processo de legitimação do discurso neoliberal de ampliação de vagas no ensino superior, a utilização da mídia, que reforçava a ineficiência do Estado para atender todo o público interessado em cursar esse nível de ensino.

> [...] o setor privado, por sua vez, ampliou significativamente seus gastos com propaganda e marketing, dispendendo seus recursos para tornar seus produtos e serviços atraentes ao público- consumidor. Em grande medida, a propaganda privada torna-se ainda mais perniciosa, pois ocupa- se de uma pretensa incapacidade a que foi submetido o setor público de atender a população no nível superior de ensino. (Minto, 2006, p.142-143).

A educação superior pública, portanto, sofre ataques de ambos os lados: do governo, ao propor reformas; e da iniciativa privada, ao pregar sua ineficiência. No processo de reforma da educação superior no Brasil, foram observadas as seguintes medidas:

> No que tange à implementação da política de privatização de ensino superior, o Estado tomou medidas como a redução do financiamento público, a cobrança sempre mais alta de taxas escolares até a cobrança de mensalidades em cursos de pós-graduação latu sensu e mestrados profissionalizantes. A prestação de serviços via fundações, a não realização de concursos públicos para as vagas criadas pelos processos de aposentadoria “induzida”, a contratação precária de professores substitutos, o congelamento de salários e a introdução de mecanismos de controle da produtividade dos docentes [...] (Neves, 2004, p.97).

Haddad (2008, p.27) pontua que o Banco Mundial enxerga a educação como prestação (pública ou privada) de um serviço, e não como um direito. Segundo Neves (2004), a reforma da educação superior é uma política de governo absolutamente afinada com o aprofundamento das reformas estruturais indicadas pelos organismos internacionais do capital, que defendem a abertura deste setor ao segmento dos bens que podem ser comercializados, tal como vimos na proposta do Banco Mundial.

Ainda sobre as determinações do Banco Mundial para a educação superior na América Latina, Lima (2007) traz as estratégias sugeridas por ele para a obtenção de seus objetivos, dentre as quais ela destaca: a diversificação das instituições de ensino e dos cursos; incentivo à educação a distância (EAD), para atender aos mais pobres; diversificação das fontes de financiamento das universidades públicas e mobilização de fundos privados para o financiamento da educação.

Neste contexto, podemos afirmar que o governo de FHC, seguiu à risca as determinações dos organismos internacionais para a educação, proporcionando um governo extremamente prejudicial para a educação pública.

> [...] abertamente contra a educação pública. Sua gestão foi marcada por confrontos sistemáticos com o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP) e com os sindicatos da educação. Seu desprezo pela educação popular o levou a confrontar o Plano Nacional de Educação (PNE), construído de forma participativa e criativa nos Congressos Nacionais de Educação (CONED). Sua opção inequívoca foi pela mercantilização da educação e pelo ajuste da educação de massa a um padrão de acumulação do capital que requer grande volume de trabalho simples [...]. (Leher, 2010, p. 370-371).

Em 2002, ocorreram novas eleições presidenciais, que foram vencidas por Luís Inácio Lula da Silva (Lula), candidato novamente pelo Partido dos Trabalhadores (PT), na qual muitos brasileiros depositavam esperanças de rompimento com a lógica do capital. Porém, Lula optou por uma política de conciliação de classes e de manutenção de algumas medidas e práticas dos governos anteriores.

Lula, já no seu plano de governo, dava indícios de que não romperia com o neoliberalismo, portanto, seguiria com os acordos com organismos internacionais, cumprindo as reformas requisitadas pelos mesmos. Esta realidade é exposta no trecho que segue.

> Já na posse do primeiro ministro da educação do novo governo, Cristóvam Buarque, era perceptível a desenvoltura do Banco Mundial. A concepção de que a educação superior deveria ser ampliada por meio da educação a distância, a lógica do controle por meio da avaliação e a adesão à agenda da OCDE/ Unesco, da educação ao longo de toda a vida [...] (Leher, 2010, p.377).

Percebemos, da referida citação, que o governo de Lula da Silva manteve e seguiu as determinantes do capital, e operacionalizou um conjunto de reformas, dentre as quais da educação.

> [...] a possibilidade do processo de privatização da educação superior brasileira se dá exatamente pela afinidade política entre o projeto de sociedade e de educação elaborado pelos organismos internacionais para os países da periferia do capitalismo e o projeto que vem sendo implementado pelo governo Lula. Esta afinidade não se expressa apenas na política econômica em sentido restrito, mas na dimensão política mais ampla, na concepção de projeto nacional desenvolvimento. Da sintonia nas diretrizes econômicas em sentido restrito (crescimento econômico, ajuste fiscal para pagamentos das dívidas, implantação de reformas estruturais para atrair capital internacional) evidenciam-se também as sintonias com a direção das políticas sociais, como a educação e, mais especificamente a educação superior. (Neves, 2002, p.33).

O governo petista continuou a lógica privatizante e de financiamento de estudantes em instituições privadas. Para quantificar este crescimento, trazemos a tabela

Tabela 1: Matriculas em cursos de graduação presenciais por categoria administrativa -Brasil 1991-2022

continua

ANO	TOTAL	PRIVADO	PÚBLICO				PRIVADO %	PÚBLICO %	ESTADUAL/ %
			Federal	Estadual	Municipal	Total			
1991	1.565.056	959.320	320.135	202.315	83.286	605.736	61,30	38,70	33,40
1992	1.535.788	906.126	325.884	210.133	93.645	629.662	59,00	41,00	33,37
1993	1.594.668	941.152	344.387	216.535	92.594	653.516	59,02	40,98	33,13
1994	1.661.034	970.584	363.543	231.936	94.971	690.450	58,43	41,57	33,59
1995	1.759.703	1.059.163	367.531	239.215	93.794	700.540	60,19	39,81	34,15
1996	1.868.529	1.133.102	388.987	243.101	103.339	735.427	60,64	39,36	33,06
1997	1.945.615	1.186.433	395.833	253.678	109.671	759.182	60,98	39,02	33,41
1998	2.125.958	1.321.229	408.640	274.934	121.155	804.729	62,15	37,85	34,16
1999	2.369.945	1.537.923	442.562	302.380	87.080	832.022	64,89	35,11	36,34
2000	2.694.245	1.807.219	482.750	332.104	72.172	887.026	67,08	32,92	37,44
2001	3.030.754	2.091.529	502.960	357.015	79.250	939.225	69,01	30,99	38,01
2002	3.479.913	2.428.258	531.634	415.569	104.452	1.051.655	69,78	30,22	39,52
2003	3.887.022	2.750.652	567.101	442.706	126.563	1.136.370	70,77	29,23	38,96
2004	4.163.733	2.985.405	574.584	471.661	132.083	1.178.328	71,70	28,30	40,03
2005	4.453.156	3.260.967	579.587	477.349	135.253	1.192.189	73,23	26,77	40,04
2006	4.676.646	3.467.342	589.821	481.756	137.727	1.209.304	74,14	25,86	39,84
2007	4.880.381	3.639.413	615.542	482.814	142.612	1.240.968	74,57	25,43	38,91
2008	5.080.056	3.806.091	643.101	490.235	140.629	1.273.965	74,92	25,08	38,48

conclusão

ANO	TOTAL	PRIVADO	PÚBLICO				PRIVADO %	PÚBLICO %	ESTADUAL/ %
			Federal	Estadual	Municipal	Total			
2009	5.115.896	3.764.728	752.847	480.145	118.176	1.351.168	73,59	26,41	35,54
2010	5.449.120	3.987.424	833.934	524.698	103.064	1.461.696	73,18	26,82	35,90
2011	5.746.762	4.151.371	927.086	548.202	120.103	1.595.391	72,24	27,76	34,36
2012	5.923.838	4.208.086	985.202	560.505	170.045	1.715.752	71,04	28,96	32,67
2013	6.152.405	4.374.431	1.045.507	557.588	174.879	1.777.974	71,10	28,90	31,36
2014	6.486.171	4.664.542	1.083.586	576.668	161.375	1.821.629	71,92	28,08	31,66
2015	6.633.545	4.809.793	1.133.172	574.645	115.935	1.823.752	72,51	27,49	31,51
2016	6.554.283	4.686.806	1.175.650	577.967	113.860	1.867.477	71,51	28,49	30,95
2017	6.529.681	4.649.897	1.204.956	579.615	95.213	1.879.784	71,21	28,79	30,83
2018	6.394.244	4.489.690	1.231.909	582.905	89.740	1.904.554	70,21	29,79	30,61
2019	6.153.560	4.231.071	1.254.065	582.134	86.290	1.922.489	68,76	31,24	30,28
2020	5.574.551	3.775.571	1.175.189	547.811	75.980	1.798.980	67,73	32,27	30,45
2021	5.270.184	3.363.744	1.289.295	545.647	71.498	1.906.440	63,83	36,17	28,62
2022	5.112.663	3.218.403	1.270.893	549.722	73.645	1.894.260	62,95	37,05	29,02
Δ %	**226,68**	**235,49**	**296,99**	**171,72**	**-11,58**	**212,72**	XXXX	XXX	XXX

Fonte: INEP - Censo do Ensino Superior. Elaboração própria (2024)

Alisando os dados da tabela acima, podemos constatar algumas informações sobre matrículas em cursos de graduação presenciais no Brasil, no período de 1991 a 2022: em 1991, o setor público tinha participação nas matrículas da ordem de 38,70% contra 61,30% no privado; em 2022 esses índices são 37,05% e 62,95%, respectivamente. Ou seja, em 1991, num total de 1.565.056 matriculas no ensino superior no Brasil, 959.320 eram no setor privado, contra 605.736 no setor público. Já em 2022, do total de 5.112.663 de matrículas, há um distanciamento entre esses dois setores, ficando o setor público com 1.894.260 matrículas e o setor privado com 3.218.403 de matrículas. Ressalta-se o crescimento do setor privado, que ficou em torno de 235,49% contra 212,72% do setor público.

Dos dados expostos acima, podemos verificar que após os anos 1990, tivemos um crescimento gigantesco do ensino superior privado, tal como fora anunciado pelos teóricos utilizados nesta pesquisa.

Analisando apenas o período dos governos de FHC e Lula, temos os seguintes dados: em 1995, o setor privado detinha 60,19% das matriculas contra 39,81% do setor público. Em 2002, o setor privado contava com 69,01% das matriculas contra 30,22% do setor público. Verificamos, claramente, o amplo crescimento do setor privado na gestão de FHC. Com base nas gestões de Lula, temos as seguintes variáveis: em 2003, o setor privado detinha 70,77% das

matriculas, contra 29,83% da rede pública. Em 2010, o setor privado teve 73,18% das matriculas, contra 26,82% do setor público. No governo petista também foi verificado o crescimento de matriculas na iniciativa privada e diminuição do percentual de matricula na rede pública, tal como ocorreu no governo anterior de FHC, o que segundo Lima (2007) é uma política de aprofundamento das medidas de mercantilização do governo anterior, através das seguintes ações:

> [...] o estabelecimento de parcerias público- privadas para o financiamento e a execução da política educacional brasileira, do combate ao analfabetismo à implementação a educação fundamental, do ensino médio e da educação superior; e a abertura do setor educacional, especialmente da educação superior, para a participação das empresas e grupos estrangeiros, estimulando a utilização das TIC na educação escolar, por intermédio da educação superior à distância (Lima, 2007, p. 19).

Ainda com o intuito de reforçar a tese da prevalência do setor privado em detrimento do setor público, utiliza-se a tabela que expõe um levantamento das instituições de ensino superior no Brasil, com o marco temporal de 1995 a 2022, dados estes que foram apresentados na introdução deste trabalho e são retomados agora.

Tabela 2: Evolução das Instituições de Ensino Superior no setor público e no privado - Brasil e Ceará - 1995-2022 (%)

	BRASIL		**CEARÁ**	
Ano	**Público**	**Privado**	**Público**	**Privado**
1995	210	684	4	4
1996	211	711	4	4
1997	211	689	4	4
1998	209	764	4	6
1999	192	905	4	7
2000	176	1.004	4	9
2001	183	1.208	4	15
2002	195	1.442	5	20
2003	207	1.652	5	27
2004	224	1.789	5	37
2005	231	1.934	6	41
2006	248	2.022	6	45
2007	249	2.032	6	45
2008	236	2.016	5	47
2009	245	2.069	5	46
2010	278	2.100	5	43
2011	284	2.081	6	47
2012	304	2.112	6	48
2013	301	2.090	7	47
2014	298	2.070	7	46
2015	295	2.069	7	51
2016	296	2.111	7	58
2017	296	2.152	7	65
2018	299	2.238	7	76
2019	302	2.306	7	86
2020	304	2.153	7	82
2021	313	2.261	7	91
2022	312	2.283	7	96
Δ %	**49**	**234**	**75**	**2.300**

Fonte: INEP- Censo da Educação Superior- elaboração própria (2024)

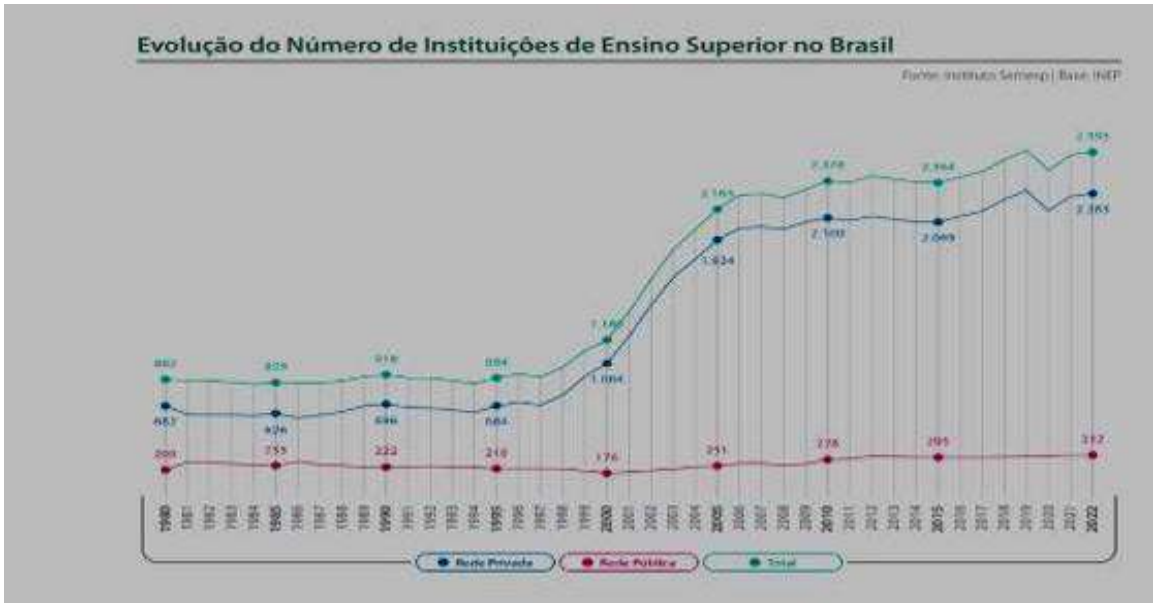
Da referida tabela, observamos que no Brasil, tínhamos em 1995, 210 instituições públicas, e em 2022 esse número subiu para 312, representando um crescimento da ordem de 49%; já o setor privado, saiu de 684 instituições para 2283 no mesmo período analisado, com um crescimento de 234%, mostrando como este setor é altamente lucrativo.

> No contexto do capitalismo financeiro a educação deixou de ser direito social e foi transformada em serviço altamente lucrativo favorecendo a expansão do setor privado mercantil no Brasil a expansão do ensino superior por meio do setor privado mercantil deve ser analisada nesse contexto global de valorização do capital é a partir da mundialização financeira do capital que se consolida o atendimento educacional via grandes empresas cujo objetivo é declaradamente o lucro. (Cassio, 2019, p.67).

Além de ser um setor lucrativo, por transformar o ensino em uma mercadoria, é importante destacar que as IES privadas contabilizam ainda mais lucros em função da ajuda do Estado ao financiar sua ocupação de vagas, tanto pela via do FIES como da isenção fiscal pela adesão ao PROUNI[74].

Ainda sobre esse comparativo do crescimento das instituições de ensino superior no país, expomos a figura apresentada no Mapa do Ensino Superior de 2024, que aponta uma linha de evolução das instituições no período de 1980 a 2022.

Gráfico 1: Evolução do número de Instituições de Ensino Superior no Brasil



Fonte: Instituto Semesp | Base: INEP (2024)

[74] Falaremos mais adiante sobre esses programas.

Reiteramos que estes dados sobre as instituições de ensino superior, evidenciam o crescimento da iniciativa privada no âmbito da educação superior, tal crescimento foi viabilizado pelos governos, como afirmamos antes, ao passo que seguindo determinações do capital estrangeiro têm deixado cada vez mais a questão da educação para a responsabilidade de empresas privadas, com a seguinte justificativa:

> [...] o crescimento de instituições privadas, os governos poderiam não só reduzir gastos, mas também apoiar sistemas de livre escolha, como "esquemas de financiamento baseados na demanda, o que permite que alunos financiados com recursos públicos cursem instituições privadas". (Neves, 2004, p.60).

Castro (2019), sobre esse processo de financeirização da educação brasileira, vai argumentar que A inserção de capital especulativo no ensino superior no Brasil se dá de duas formas: 1) pela inclusão de grupos educacionais no mercado de ações em bolsas de valores; 2) por meio do ingresso de grupos estrangeiros de capitais abertos fechados. A abertura do capital das empresas do mercado de ações e a, subsequente, valorização desses papéis possibilitaram um aumento de seu capital e a compra das menores espalhadas pelo país e, com isso, a formação de grandes grupos empresariais.

> Os principais grupos educacionais que operam no ensino superior privado-mercantil do Brasil atualmente podem ser classificados em três tipos: a) empresa de capital aberto brasileiras (sociedade anônima) com inserção no mercados de ações (BM&FBovespa): Kroton/ Anhanguera (que se fundiram em 2014) Estácio, Ânima e Ser Educacional; b) grupos internacionais que passaram a adquirir instituições de ensino superior privadas no Brasil: Laureate Education e Wyden Educacional; c) grupos educacionais que ainda não abriram o capital no mercado de ações: Universidade Paulista (Unip). Universidade Nove de Julho (Uninove), Universidade Cruzeiro do Sul (Unicsul) e Universidade Tiradentes. (Cassio, 2019, p.69).

Laval (2019) vai corroborar com essa perspectiva dos grandes conglomerados da educação no âmbito da expansão das instituições privadas, ressaltando, inclusive, o protagonismo do Brasil nesse processo.

> [...] Podemos dizer que o Brasil chegou antes do que outros países ao estágio do capitalismo escolar e universitário, caracterizado pela intervenção direta e maciça do capital no ensino. Constatamos esse fato pela expansão de empresas gigantes, como a holding Kroton, que, pelo que sei possui mais de 1,5 milhão de estudantes e quase 40 mil assalariados, e está presente em quase todos os setores do ensino tanto de base como preparatório e profissionalizante. De modo geral, o crescimento notável do ensino superior privado no Brasil nos últimos vinte anos sobre a dominação de grandes oligopólios cotados em bolsa (Kroton Estácio, Anhanguera), faz do país um caso único no mundo. (Laval, 2019, p.13).

Castro (2010) vai tecer uma crítica ao governo petista de Lula, posto que, ao invés de investir na universidade pública, ele vai fornecer isenções a instituições privadas para cumprir uma função que é sua. O governo vai promovendo a expansão dessas instituições empresariais a partir dos seguintes mecanismos:

> [...] Liberalização dos serviços educacionais, imunidade/ isenção fiscal- Programa Universidade para Todos (PROUNI)- isenção da contribuição previdenciária das instituições filantrópicas, isenção do pagamento do salário- educação, Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), e empréstimos a juros baixos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). (Cassio, 2019, p.69).

Das exposições acima, verificamos o total atrelamento da política de ensino superior aos interesses do setor privado, do qual priorizaremos aqui algumas considerações sobre dois dos principais programas de financiamento público para setor privado: o PROUNI[75] e FIES. Criando vagas públicas, alegando uma "gratuidade" que é uma falácia de acordo com Minto (2014):

> Mesmo quando o governo financia bolsas do tipo PROUNI para estudantes frequentarem Instituições de Ensino Superior- IES privadas de ensino, não há a rigor, gratuidade. Isso porque, em primeiro lugar, são utilizados recursos públicos para financiar uma gratuidade que é mediada pela lógica do capital (setor privado de ensino), e que, portanto, difere da gratuidade do ensino estatal, já que parte desse "ensino" tem de ser materializada na forma de lucros ao setor (Minto, 2014, p.324).

Neste sentido, extremamente contraditório, vai se desenvolvendo no Brasil o Programa Universidade para Todos:

> No Brasil, o programa Prouni utiliza subsídios indiretos ao ensino superior privado, para financiar total ou parcialmente as mensalidades de estudantes de baixa renda em cursos superiores na rede particular em troca da isenção de impostos e contribuições. Esse programa obedece ao modelo de parcerias público- privado, que constitui um modelo de gestão eficiente segundo o Banco Mundial (Haddad, 2008, p. 108).

Leher (2010) reforça o caráter inconstitucional do referido programa e destaca o fato de que, o mencionado programa desrespeita a Constituição Federal de 1988, visto que ela estabelece a proibição de repasse de verbas públicas para estas instituições com fins lucrativos.

---

[75] "O Programa Universidade para Todos - PROUNI tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de ensino superior privadas. Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005 oferece, em contrapartida, isenção de tributos àquelas instituições que aderem ao Programa. Disponível em: http://prouniportal.mec.gov.br/o-programa". Acesso em: 13 maio. 2024

> O Programa Universidade para Todos (Prouni) previa quase que total isenção tributária para todas as instituições de ensino superior privadas, incluindo, portanto, as ditas sem fins lucrativos (comunitárias, filantrópicas e confessionais) e as explicitamente mercantis (particulares). O Prouni foi o pomo da discórdia entre as entidades, pois afrontava um princípio basilar do FNDEP: verbas públicas para as escolas públicas [...] (Leher, 2010, p. 378).

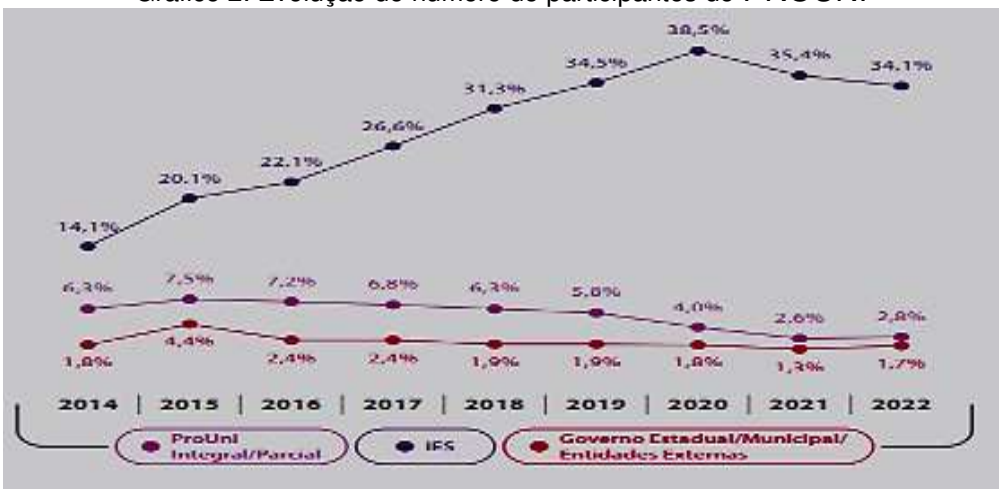
Enfatizamos que a justificativa governamental para a criação de programas como o PROUNI, era a ideia da ampliação do ensino superior, na qual "duas propostas merecem destaque: 1) a divulgação de criação de 100 mil vagas públicas em universidades privadas "publicização"[76] conforme expressão utilizada pelo senhor ministro; 2) a utilização da educação à distância". (Neves, 2004, p.41).

Outro ponto que merece destaque é o fato que o PROUNI, também, foi utilizado como estratégia para resolver o problema com a inadimplência dos estudantes para com as instituições privadas.

> [...] O problema do preço das mensalidades é tão grave que 25% dos alunos que frequentam as instituições particulares estão inadimplentes. Assim, fica evidente a criação de mais uma estratégia de alocação de verbas públicas para as instituições privadas, nos marcos do conceito de público não-estatal, aprofundando a privatização da educação superior e contribuindo para o desmonte das universidades públicas brasileiras. (Neves, 2004, p.41).

Destacamos, agora, alguns dados sobre o financiamento deste programa, apontado no Mapa do Ensino Superior, que determina o percentual de crescimento no número de pessoas contempladas.

Gráfico 2: Evolução do número de participantes do PROUNI

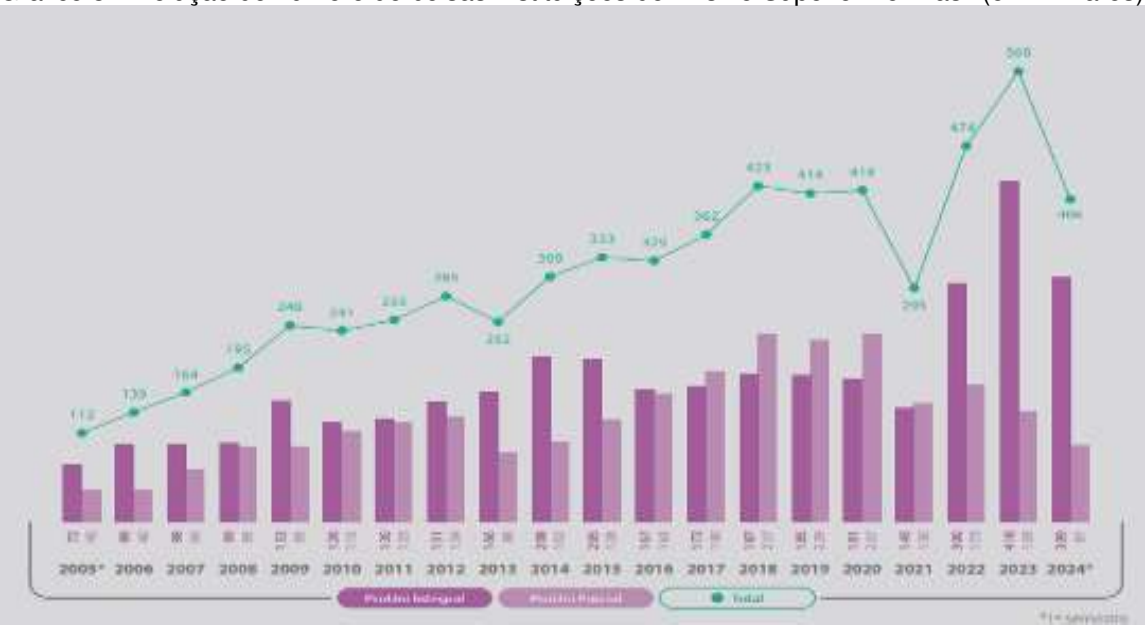


Fonte: Instituto Semesp | Base: INEP (2024)

[76] Observamos, portanto, o atrelamento direto da lógica do público não-estatal via PROUNI, o que não deixa qualquer dúvida sobre o uso de propostas neoliberais para a educação, mesmo em um governo dito de esquerda.

O referido programa de bolsas, como vimos na figura acima, tem uma grande participação ainda, apesar de se apontar uma tendência de queda dos anos 2000 a 2024. Apresentamos agora uma nova figura que demonstra o número de bolsas (parciais e integrais) ofertadas pelo PROUNI nos anos de 2005 a 2024[77].

Gráfico 3: Evolução do número de bolsas Instituições de Ensino Superior no Brasil (em milhares)



Fonte: Instituto Semesp | Base: SISPROUNI (2024)

Observamos, dessa forma, o grande incentivo à mercantilização da educação, visto que, muitos recursos públicos são destinados a programas de financiamento da educação privada., evidenciando assim, uma dependência do mercado de recursos públicos.

> De 2003 a 2017, os gastos da União com a educação foram ampliados em 167,9%. Com as universidades federais, os gastos cresceram 155,6%. Entretanto, a União ampliou em 1.255,8% os recursos para o setor privado por meio do Fies e do PROUNI. Em 2003, foram destinados R$1,6 bilhão para esses dois programas e, em 2017, foram liberados R$ 21,8 bilhões. Tais despesas passaram a representar 16,7% do gasto federal total em educação, e representaram, em 2017, 42,3% das despesas da União com as universidades federais constata-se desse modo que o governo federal ampliou significativamente o financiamento público para esse setor, o que contribuiu para aumentar os lucros dos grupos financeiros educacionais. (Cassio, 2019, p.70-71).

[77] Segundo dados do Mapa do Ensino Superior:1º semestre de 2024: ao todo, o PROUNI oferecerá 406.428 bolsas, sendo 308.977 de bolsas integrais (100%); e 97.451, parciais (50%), distribuídas em 15.482 cursos de 1.028 instituições participantes do programa.

Como já mencionamos anteriormente, dois programas governamentais foram os principais fornecedores de renda à iniciativa privada: o PROUNI e o FIES[78]. Buscando alcançar os índices de expansão almejados pela Organização Mundial do Comércio (OMC), ressalta-se a expansão de empréstimos a estudantes de baixa renda, com taxas subsidiadas, que permitiria ampliar o acesso destes estudantes com este perfil econômico, ao ensino superior, isso se realizaria por meio do FIES. Ou seja, novamente há a proposta de expansão via transferência de recursos públicos para o setor privado, da mesma forma que o propagado pelo PROUNI, que nas palavras de Leher (2010, p.387):

> O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) é uma outra forma de subsidio ao setor privado que, embora independente, está cada vez mais articulado ao Prouni, pois vem sendo utilizado para financiar, com juros subsidiados, as bolsas parciais. O subsídio público se dá por meio do custeio, pelo Estado, dos juros praticados no empréstimo ao estudante, que são inferiores, aos de mercado. Trata-se, por conseguinte, de um subsidio implícito.

Cássio (2019), sobre o programa Fies e sua criação em 1999, ressalta que ele foi criado em substituição ao Crédito Educativo para Estudantes Carentes (CREDUC). Após 2010 este programa passou por ajustes que resultaram no seu crescimento exponencial e, consequente, aumento de gastos federais com instituições privadas.

> [...] As alterações promovidas no Fies em 2010, em especial a redução da taxa de juros ao ano e a dispensa de fiador na celebração dos contratos, contribuiu para o aumento exponencial dos recursos financeiros destinados ao Fundo. Essas alterações estão relacionadas às demandas do *lobby* privatista que concebe o Fies como potencial ferramenta de consolidação do setor. (Cassio, 2019, p.70).

---

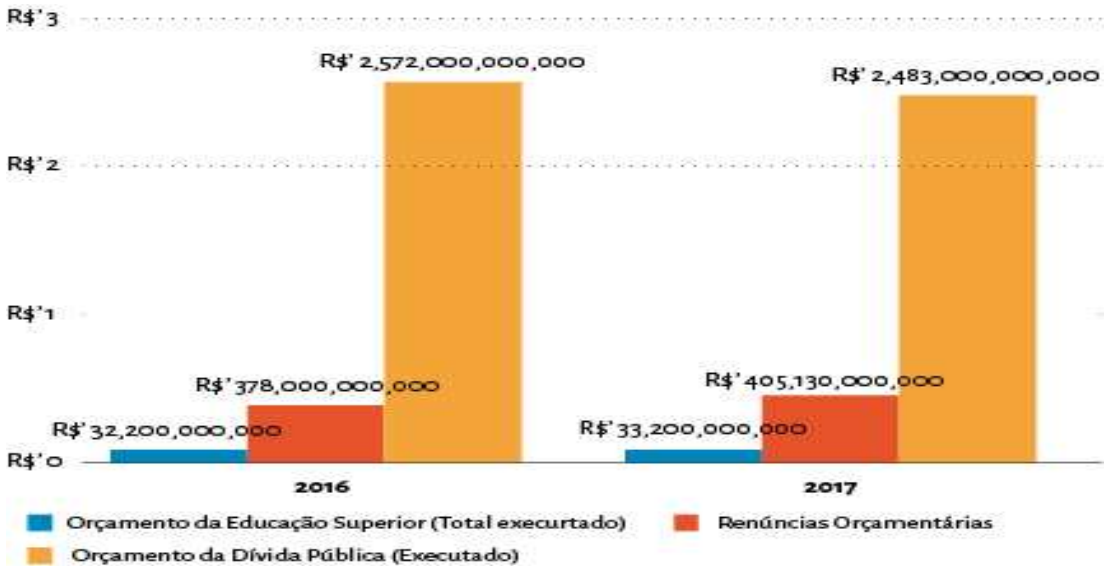
[78] Sobre o financiamento federal aos programas Prouni e Fies, o Andes (2018, pp.101-102) destaca: “em 2003, o governo federal liberou R$ 1,565 bilhão para o Fies, o que na época representou 3,31% do Gasto Federal Total em Educação, conforme apresentado na tabela 10. A partir de 2005, para viabilizar o ProUni, o governo federal passou a conceder benefícios tributários para as instituições privadas de educação superior que aderissem ao programa. Tais benefícios são contabilizados, pela Receita Federal, como gastos tributários da União. Em 2016, o governo federal liberou R$ 19,570 bilhões para o Fies e para o ProUni. Essas despesas passaram a representar 15,99% do Gasto Federal Total em Educação. Em termos financeiros, os recursos destinados à expansão da educação superior privada, por meio do Fies e do Prouni, cresceram 1.150,68% de R$ 1,565 bilhão, em 2003, para R$ 19,570 bilhões, em 2016. No mesmo período, o crescimento do financiamento total da função educação foi de apenas e tão somente 158,73%. Contudo, cabe lembrar que, por definição, o Fies não é uma despesa direta, mas sim o que chamam de uma inversão financeira, ou seja, um empréstimo que o Governo Central faz aos estudantes, e que deverá ser quitado por eles no futuro”.

Cassio (2019) continua a sua problematização acerca desses programas, caracterizando-os, como mecanismos de fortalecimento da mercantilização, da privatização e da financeirização do ensino superior brasileiro.

> Em 2015, o Fies representou 70,5% da receita liquida da graduação presencial do grupo Kroton, o que equivale a aproximadamente R$ 4,2 bilhões. O grupo Estácio obteve 55,17% de sua receita liquida com o Fies. No grupo Ser Educacional, o Fies representou 46,4% do rendimento líquido, e no grupo Ânima, 45,2%. (Cassio, 2019, p.71).

Segundo o autor, no período de 2003 a 2017 o governo comprometeu 16,552 trilhões para o pagamento de juros, amortização e refinanciamento da dívida pública (interna e externa), representando quase 45% de toda a receita da União. Neste sentido, apresentamos a seguinte imagem bastante elucidativa a respeito do montante que vai para a dívida externa e o quanto é destinado à educação pública.

Gráfico 4: Comparativo do orçamento da União despendido com a educação superior (total executado), com as renúncias orçamentárias (total estimado) e o serviço da dívida pública (total executado), entre 2016 e 2017 (em trilhões de reais)



Fonte: extraído de (Triches *et al*, 2019, p.35)

Inferimos dos dados apontados acima, como o problema do nosso país não é a falta de recursos, mas a alocação deles no pagamento de juros da dívida e também, das renuncias fiscais ocorridas nos mais distintos governos.

> Com a financeirização da riqueza, os mercados financeiros passam a disputar cada vez mais recursos dos fundos públicos, pressionados por destinação cada vez mais elevada de recursos para a esfera financeira, que passa pela remuneração dos títulos públicos emitidos pelas autoridades monetárias e negociados no mercado financeiro, os quais se constituem

> importante fonte de rendimentos para os investidores institucionais. É a transferência de recursos do orçamento público para o pagamento de juros da dívida pública, combustível alimentador da remuneração dos rentistas. Nesse bojo, também se encontram generosos incentivos fiscais e isenção de tributos para o mercado financeiro à custa do fundo público. (Salvador, 2011, p. 114).

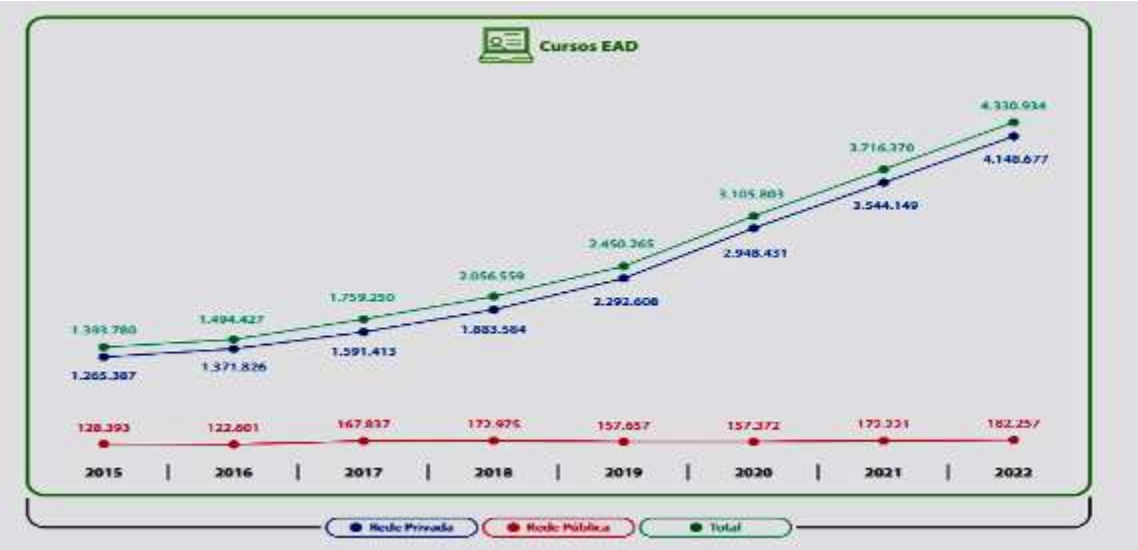
Continuando a nossa problematização sobre a privatização/ mercantilização, evidenciamos que desde o governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, temos a utilização da educação a distância como estratégia de desmantelo das universidades públicas, que acaba procurando legitimidade com o discurso da democratização do acesso a esse nível de ensino, e, também, a financeirização do setor privado com bolsas e FIES.

Nos últimos anos, percebemos o crescente número de matrículas nessa modalidade de ensino, colaborando com as propagandas governistas de expansão do ensino superior no país.

> Em termos de educação pública, fica claro que a expansão de vagas prevista no setor público coloca extrema ênfase no ensino a distância, em contratos de parceria- nos quais se retira da universidade a autonomia acadêmica (de escolha de cursos, programas etc), de gestão administrativa (prazos) e financeira (limita-se o uso de recursos a determinado projeto) - e insiste na autonomia entendida como liberdade para captar recursos, que seriam administrados por fundações. (Neves, 2004, p. 68).

Levando em consideração os anos de 2015 a 2022, e analisando o número total de matrículas nos cursos de ensino a distância, temos a seguinte situação:

Gráfico 5: Evolução de matriculas EAD em Instituições de Ensino Superior no Brasil



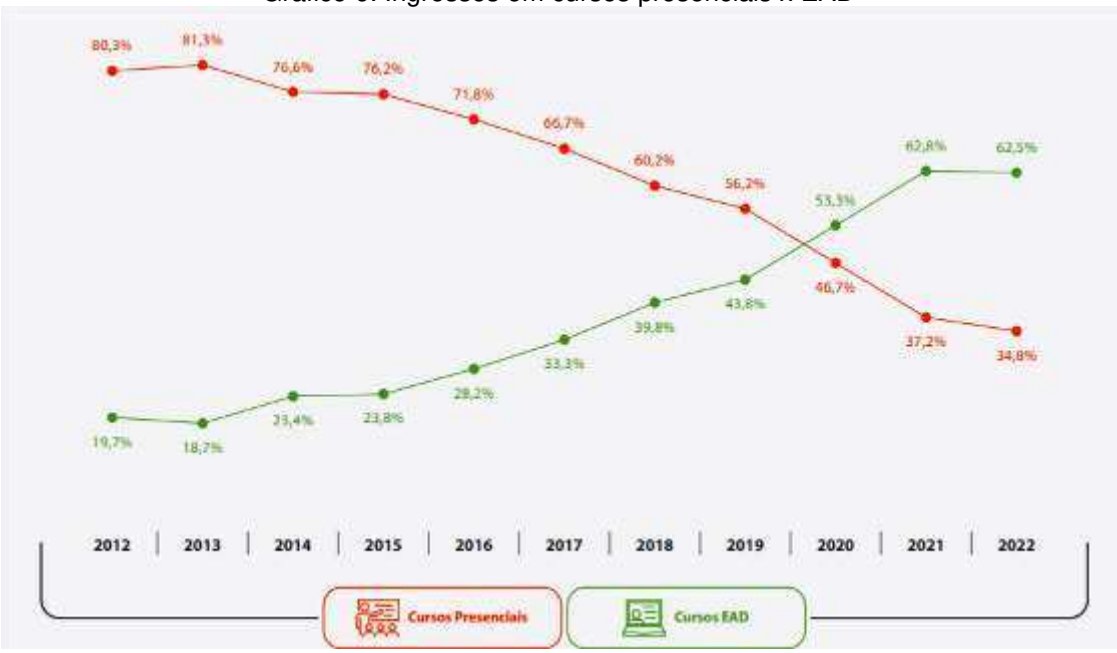
Fonte: Instituto Semesp | Base: INEP (2024, p.19)

Dos dados acima, percebemos novamente, a ampla participação do setor privado e o nicho de mercado que representa a modalidade à distância, contando com mais de 4.148.687 matriculas de um universo de 4.330.934 no âmbito nacional. Vemos, claramente, como essa modalidade de ensino se tornou bastante lucrativa e essencial para os grupos educacionais. Neste sentido de ampliação da comercialização da educação, destacamos a citação de Haddad (2008, p. 12),

> o setor de serviços é um dos setores de interesse da Organização Mundial do Comércio; nele a educação é um dos serviços disponibilizados para fins de comercialização internacional e diminuição de barreiras [...] o ensino privado é um mercado crescente no setor de serviços, crescente e rentável. No mundo inteiro, os interesses privados sobre esse bem público vêm ocupando espaço, pressionando legislações nacionais e internacionais, ampliando o mercado em cada país e no contexto internacional.

Para observamos, o poder que esse nicho adquiriu no setor educacional, analisemos os dados expostos no gráfico abaixo.

Gráfico 6: Ingressos em cursos presenciais x EAD



Fonte: Instituto Semesp | Base: INEP (2024, p.23)

Inferimos, dos dados evolutivos apontados na figura, como os ingressos em cursos a distância se mantiveram numa tendência de crescimento, obtendo em 2022, 62,5% dos ingressos em cursos de graduação, contra 34,8% de cursos totalmente presenciais. Ainda nesse cenário de ampliação do Ead, destacamos os dados abaixo:

Tabela 3: Número de matrículas por modalidade acadêmica em 2022 no Brasil

Grau Acadêmico	Total	Modalidade de Ensino	
		Presencial	A distância
Total	**9.443.597**	**5.112.663**	**4.330.934**
Bacharelado	5.922.108	4.142.719	1.779.389
Licenciatura	1.669.911	598.053	1.071.858
Tecnológico	1.813.574	340.764	1.472.810
Não aplicável	38.004	31.127	6.877

Fonte: Brasil-INEP(2024, p.25)

Observamos da tabela a quantidade exorbitante de matrículas na modalidade a distância, com exatas 4.330.934, contra 5.112.663 matrículas presenciais. A participação de matrículas de graduação presenciais em 2022 é de 54,1% (5.112.663) e a participação a distância, que também avança em relação a 2021, é de 45,9% (4.3330.934). Desse total de matrículas não presenciais, 1.071.858 são em cursos de licenciatura, o que traz grandes riscos a formação profissional.

> Ministério estuda acabar com cursos de licenciatura 100% à distância. O Ministério da Educação não quer mais cursos de licenciatura 100% à distância. Essa é uma das ações estudadas pela pasta para melhorar a educação e a formação de professores no país, segundo o ministro Camilo Santana. Ele falou sobre isso nessa terça-feira (5), na cerimônia de divulgação dos dados do Brasil no Pisa 2022, o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes. Santana lembrou que a autorização de novos cursos de licenciatura está parada por 90 dias, enquanto o ministério reavalia os cursos. O ministro disse que no último Enade, todos os cursos de licenciatura do país ficaram com notas abaixo de 5 numa escala de zero a dez, ainda segundo ele, o problema da licenciatura de formação inicial acontece em todas universidades, privadas e públicas. (Brum, 2023, n.p).

Ainda sobre esse cenário de evolução do número de matrículas na modalidade a distância, que reforça ainda mais o viés da mercantilização e transformação da educação em um serviço comercializado, apresentamos os dados expostos no resumo técnico da educação superior 2022.

Tabela 4: Número De Matrículas De Graduação Por Modalidade De Ensino E Categoria Administrativa, Segundo O Grau Acadêmico – Brasil – 2013-2022

Ano	Grau Acadêmico	A distância					
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada com fins lucrativos	Privada sem fins lucrativos
2013	**Total**	**1.153.572**	**92.344**	**46.929**	**15.280**	**748.157**	**250.862**
	Bacharelado	361.202	20.687	17.330	4.892	241.677	76.616
	Licenciatura	451.193	65.901	29.532	2.363	241.212	112.185
	Tecnológico	341.177	5.756	67	8.025	265.268	62.061
	Não aplicável	0	0	0	0	0	0
2014	**Total**	**1.341.842**	**96.482**	**39.181**	**3.710**	**918.371**	**284.098**
	Bacharelado	416.507	21.195	10.642	587	291.554	92.529
	Licenciatura	540.693	69.797	28.482	1.997	318.998	121.419
	Tecnológico	384.642	5.490	57	1.126	307.819	70.150
	Não aplicável	0	0	0	0	0	0
2015	**Total**	**1.393.752**	**81.463**	**43.988**	**2.942**	**964.209**	**301.150**
	Bacharelado	436.078	18.092	9.972	715	303.980	103.319
	Licenciatura	565.000	54.890	31.483	1.589	350.595	126.443
	Tecnológico	392.674	8.481	2.533	638	309.634	71.388
	Não aplicável	0	0	0	0	0	0
2016	**Total**	**1.106.117**	**65.327**	**41.152**	**2.928**	**744.564**	**252.146**
	Bacharelado	465.790	17.248	9.399	879	323.934	114.330
	Licenciatura	640.327	48.079	31.753	2.049	420.630	137.816
	Tecnológico	0	0	0	0	0	0
	Não aplicável	0	0	0	0	0	0
2017	**Total**	**1.756.982**	**101.395**	**62.250**	**1.927**	**1.233.825**	**357.585**
	Bacharelado	549.160	24.050	13.648	438	379.849	131.175
	Licenciatura	743.468	67.552	41.279	1.314	484.542	148.781
	Tecnológico	464.354	9.793	7.323	175	369.434	77.629
	Não aplicável	0	0	0	0	0	0
2018	**Total**	**2.056.511**	**93.075**	**77.949**	**1.903**	**1.635.555**	**248.029**
	Bacharelado	670.750	20.867	21.633	211	549.094	78.945
	Licenciatura	816.888	63.836	48.420	1.482	593.375	109.775
	Tecnológico	568.873	8.372	7.896	210	493.086	59.309
	Não aplicável	0	0	0	0	0	0
2019	**Total**	**2.450.264**	**81.189**	**74.451**	**2.017**	**1.973.751**	**318.856**
	Bacharelado	840.220	18.543	15.869	313	704.371	101.124
	Licenciatura	899.217	55.524	48.788	1.426	662.871	130.608
	Tecnológico	710.827	7.122	9.794	278	606.509	87.124
	Não aplicável	0	0	0	0	0	0
2020	**Total**	**3.105.803**	**78.891**	**75.918**	**2.563**	**2.612.390**	**336.041**
	Bacharelado	1.123.179	18.578	19.057	367	972.914	112.263
	Licenciatura	987.229	53.258	49.386	1.825	764.116	118.644
	Tecnológico	995.363	7.055	7.475	371	875.360	105.102
	Não aplicável	32	0	0	0	0	32
2021	**Total**	**3.716.370**	**81.833**	**88.138**	**2.250**	**3.173.511**	**370.638**
	Bacharelado	1.456.093	19.171	25.524	523	1.277.598	133.277
	Licenciatura	1.004.915	53.995	55.236	1.349	783.847	110.488
	Tecnológico	1.255.086	8.667	7.378	378	1.112.066	126.597
	Não aplicável	276	0	0	0	0	276
2022	**Total**	**4.330.934**	**73.942**	**105.770**	**2.545**	**3.726.875**	**421.802**
	Bacharelado	1.779.389	16.581	40.303	810	1.565.203	156.492
	Licenciatura	1.071.858	46.410	57.549	1.254	851.579	115.066
	Tecnológico	1.472.810	10.951	7.918	481	1.305.454	148.006
	Não aplicável	6.877	0	0	0	4.639	2.238

Fonte: Brasil, INEP (2024, p.71-72)

Observamos, através dos dados da tabela, a grande participação dos cursos tecnológicos dentro do nicho EAD, que se caracterizam pela formação rápida, em média 2 a 3 anos. Em 2013, as instituições privadas com fins lucrativos tinham 265 mil matrículas, passando em 2022 para 1.305.454, mais de um milhão de matrículas, dentro de uma formação problemática por ser a distância e completamente aligeirada no tempo.

Dentro desse cenário de mudanças, destacamos ainda, o projeto de Reforma Universitária de 2006, que trouxe outro elemento de modificação para as universidades públicas, o REUNI[79] (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), instituído com o Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que tinha como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior.

O programa de reestruturação das universidades citado, elencava várias ações que precisavam ser implementadas, incluindo: o aumento de vagas nos cursos de graduação; a expansão e criação de cursos noturnos; a introdução de inovações pedagógicas; e o combate à evasão escolar, entre outras metas. Todas essas medidas, tinham como objetivo principal a redução das desigualdades sociais no país.

É crucial ressaltar o papel do ANDES-SN na resistência às contradições desse programa. Um dossiê foi elaborado sobre a temática, no qual podemos destacar a seguinte crítica em relação ao REUNI.

> O Reuni, mudou a concepção de universidade, estabeleceu um novo paradigma para o ensino superior que modifica em sua essência o conceito de universidade pública, ressignifica suas funções sociais, altera a estruturação dos cursos de graduação e o trabalho docente desenvolvido nas instituições federais de ensino superior. (Andes, 2013, p. 21).

O REUNI foi amplamente repudiado na comunidade universitária e recebeu várias críticas em relação ao seu funcionamento. Entre os vários problemas apontados, destaca-se o aumento da proporção aluno/professor. Inicialmente, houve investimento na infraestrutura das instituições, mas posteriormente, houve cortes de verbas para a manutenção e conclusão de muitas obras, resultando em algumas universidades se tornando verdadeiros canteiros de obras.

> Essa expansão galopante, muitas vezes atabalhoada, criou uma nova realidade, de diversos campi que foram se reproduzindo como cogumelos, sem ter requisitos importantes para atender aos estudantes e aos professores, para favorecer o ensino, a pesquisa e a extensão, e, em muitos casos, sem professores suficientes para desenvolver os cursos novos que se tornaram mais precários ainda. (Andes, 2013, p.3).

Uma crítica adicional a esse programa está relacionada à ausência de realização de concursos para preencher as lacunas de pessoal nas universidades,

[79] Ver mais sobre o programa em: http://reuni.mec.gov.br/

resultantes da expansão do número de cursos. Essa lacuna, conforme apontado pelo Andes (2013), permanece sem solução nos últimos 30 anos de governo.

> [...] para suprir a carência já existente de professores, seria necessário substituir os temporários, e para atender aos novos alunos, seriam requisitados 25.785 professores. Contudo, aponta a criação de bolsas da Capes para aproveitar aposentados (de excelência) e recém-doutores. Os bolsistas deveriam atuar em pelo menos uma disciplina semestral na graduação [...] com bolsas anuais renováveis por até quatro anos. (Neves, 2004, p 63-64).

O governo tentou disfarçar essa lacuna, criando e implementando bolsas, que mascaravam a falta de professores efetivos e evidenciavam um ataque à carreira docente.

Tabela 5: Funções docentes em cursos de graduação presenciais por categoria administrativa - Brasil 1997-2022

ANO	TOTAL	PRIVADO	PÚBLICO				PRIVADO %	PÚBLICO %	ESTADUAL/ PÚBLICO %
			Federal	Estadual	Municipal	Total			
1997	174.481	84.854	52.217	30.339	7.071	89.627	48,63	51,37	33,85
1998	174.289	84.196	48.622	33.797	7.674	90.093	48,31	51,69	37,51
1999	173.836	92.953	46.687	29.141	5.055	80.883	53,47	46,53	36,03
2000	197.352	109.558	50.165	33.370	4.259	87.794	55,51	44,49	38,01
2001	219.947	128.997	51.765	34.618	4.567	90.950	58,65	41,35	38,06
2002	242.475	150.260	51.020	35.354	5.841	92.215	61,97	38,03	38,34
2003	268.816	172.953	52.106	36.098	7.659	95.863	64,34	35,66	37,66
2004	293.242	192.818	54.439	38.182	7.803	100.424	65,75	34,25	38,02
2005	305.960	201.841	56.565	39.780	7.774	104.119	65,97	34,03	38,21
2006	316.882	209.883	58.078	41.007	7.914	106.999	66,23	33,77	38,32
2007	334.688	218.823	63.302	44.346	8.217	115.865	65,38	34,62	38,27
2008	338.890	219.522	66.122	44.870	8.376	119.368	64,78	35,22	37,59
2009	359.089	227.787	77.574	45.791	7.937	131.302	63,43	36,57	34,87
2010	366.882	226.140	83.443	49.814	7.485	140.742	61,64	38,36	35,39
2011	378.257	227.442	90.388	52.033	8.394	150.815	60,13	39,87	34,50
2012	378.939	218.565	95.615	52.494	12.265	160.374	57,68	42,32	32,73
2013	383.683	217.387	101.376	52.750	12.170	166.296	56,66	43,34	31,72
2014	396.595	225.413	106.631	53.718	10.833	171.182	56,84	43,16	31,38
2015	401.299	226.863	111.086	55.504	7.846	174.436	56,53	43,47	31,82
2016	397.611	219.494	116.223	54.010	7.884	178.117	55,20	44,80	30,32
2017	392.036	212.494	119.544	53.153	6.845	179.542	54,20	45,80	29,60
2018	397.893	214.224	123.761	53.182	6.726	183.669	53,84	46,16	28,96
2019	399.428	213.211	127.326	52.162	6.729	186.217	53,38	46,62	28,01
2020	378.492	198.754	123.400	50.110	6.228	179.738	52,51	47,49	27,88
2021	324.768	151.868	118.546	48.344	6.010	172.900	46,76	53,24	27,96
2022	325.873	151.425	120.403	47.783	6.262	174.448	46,47	53,53	27,39
Δ %	86,77	78,45	130,58	57,50	-11,44	94,64	XXXX	XXX	XXX

Fonte: INEP - Censo do Ensino Superior. Elaboração própria (2024)

Os dados da tabela acima, nos trazem alguns questionamentos. Em 1997, tinha no setor público 89.627 docentes, ao mesmo passo que o setor privado contava com 84.854, ficando assim o setor público com 51,37% dos professores e a

rede privada com 48,67%. Em 2022, do total de 325.873 docentes, 151.425 eram da rede privada, contra 174.448 da rede pública, invertendo, portanto, os índices percentuais, ficando o setor público com 53,53% das funções docentes, contra 46,47% da iniciativa privada.

Outro dado que merece análise é a tendência de queda no número de professores apontadas após 2019, na qual a iniciativa privada saiu de 213.211 docentes, para apenas 151.425, em 2022. Mesmo fenômeno ocorreu na rede pública, em 2019 tínhamos 186.217 docentes e em 2022, apenas 174.448. Muitos fatores podem ter contribuído para essa queda: a pandemia da Covid-19[80] que vitimou e aposentou muitos professores, a falta de concurso público, que foi uma prática do governo Bolsonaro. E, na iniciativa privada, acrescentamos a implantação das aulas remotas[81], que levaram várias faculdades a demitirem seus professores.

Além dessas iniciativas poderosas de fortalecimento do setor privado, em detrimento do setor público, outra tendência verificada é o incentivo ao ensino profissionalizante, afirmando que esta é uma forma mais eficiente de inserção dos jovens que não buscam a universidade, mas sim, garantir formação profissional de qualidade para a sua inserção breve no mercado de trabalho.

Recordemos que desde os anos 2007, ainda na gestão do governo Lula da Silva, já se buscava fortalecimento das redes estaduais de educação profissional[82] e tecnológica, através do repasse de recursos para que os estados

---

[80] No Brasil, a pandemia de COVID-19 teve início em 26 de fevereiro de 2020 com a confirmação do primeiro caso na cidade de São Paulo. Menos de um mês depois, o Ministério da Saúde (MS) declarou o estado de transmissão comunitária em todo o território nacional e, desde então, foram confirmados 37. 553. 337 casos e 702. 421 mortes. Entre os impactos da pandemia, o sistema de saúde passou por uma crise sanitária em 2021, quando o país começou a registrar mortes em filas de espera por leitos e alertas para possíveis desabastecimentos de oxigênio e produtos de intubação. Na economia, interrompeu a recuperação de longo prazo e afetou diretamente o emprego e a renda da população. Por fim, prejudicou a educação de alunos em fase de alfabetização.

[81] Crise provocada pela pandemia gera demissões em universidade e afeta rotina de professores e alunos de Mogi das Cruzes. Diversos professores foram demitidos e aluno afirma que teve as aulas prejudicadas. Segundo o sindicato das faculdades, inadimplência dos estudantes é um dos motivos da crise. A crise provocada pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19) resultou na demissão de muitos professores universitários em todo o país. Uma explicação para isso, segundo o sindicato das faculdades, é o atraso ou inadimplência dos alunos, que deixaram de pagar as mensalidades. Ver mais em: https://g1.globo.com/sp/mogi-das-cruzes-suzano/noticia/2020/09/22/crise-provocada-pela-pandemia-gera-demissoes-em-universidade-e-afeta-rotina-de-professores-e-alunos-de-mogi-das-cruzes.ghtm. Acesso em: 10 jun. 2024

[82] O programa Brasil Profissionalizado foi lançado pelo governo Lula em 2007 e tinha o objetivo de integrar o ensino médio a educação profissional. Ver mais informações sobre o programa Brasil Profissionalizado em: http://portal.mec.gov.br/index2.php?option=com_content&view=article&id=12325&Itemid=663. Acesso em: 10 jun. 2024

investissem na criação, modernização e expansão das redes públicas de ensino médio integrado à educação profissional, como forma de integrar o conhecimento do ensino médio à prática.

No governo petista de Dilma Rousseff (2011-2016), dando seguimento ao processo de fortalecimento da educação profissional, foi lançado o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)[83]. Este programa tinha como objetivo ampliar o acesso ao ensino técnico e profissionalizante, além de:

> Expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional presencial e a distância; construir, reformar e ampliar as escolas que ofertam educação profissional e tecnológica nas redes estaduais; aumentar as oportunidades educacionais aos trabalhadores por meio de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; aumentar a quantidade de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de educação profissional e tecnológica; melhorar a qualidade do ensino médio. (Pronatec, 2011, n.p).

É importante destacar, que essas iniciativas governamentais, cujo principal objetivo é a busca da qualificação profissional, são frequentemente, utilizadas pelos governos para deslegitimar a função das universidades públicas. Isso reforça o discurso de que essas instituições são ineficientes e não priorizam a formação para o mercado de trabalho. Esse discurso é, particularmente, relevante no contexto das universidades estaduais cearenses, onde os governos optam por investir de forma significativa na educação profissional.

Não podemos esquecer, que todas essas políticas seguem as diretrizes dos organismos internacionais, que priorizam a educação básica na área educacional, conforme preconizado pelo Banco Mundial, OMC e FMI, e suas metas estabelecidas para serem alcançadas.

Ressaltamos a própria lógica na qual a educação está inserida, segundo os imperativos do capital, que preconiza a qualificação para o trabalho em detrimento de uma formação mais abrangente. Dessa forma, é mais interessante para os governos investir na educação profissional, considerando a demanda do mercado de trabalho por jovens com qualificações mínimas[84], porém carentes de criticidade.

---

[83] Ver mais sobre o programa PRONATEC em: http://pronatec.mec.gov.br/index.php

[84] Embora não seja nosso objeto de estudo, merece destacar que uma das maiores expressões disto é o chamado Novo Ensino Médio, que reduz a formação propedêutica, de caráter científico, para, em seu lugar, propor itinerários formativos vinculados à formação profissional.

Portanto, como podemos observar, a contrarreforma da educação superior em vigor no Brasil desde os anos 1990 aborda diversas questões. Isso inclui aspectos relacionados ao trabalho docente, como carreira, salário e qualificação, assim como aspectos político-pedagógicos, como currículos, duração dos cursos e processo de diplomação. Além disso, envolve também a autonomia universitária, o financiamento das universidades e os sistemas de gestão e avaliação das instituições de ensino superior brasileiras.

A contrarreforma universitária foi pautada pelos princípios de eficiência e eficácia, resultando em mudanças significativas no ensino superior público, resumidas nos seguintes pontos: I) Iniciou um processo de redução das grades curriculares, visando adequá-las aos interesses do mercado, o que tem levado ao encurtamento e aligeiramento da formação superior. II) O financiamento condicionado a ajustes nas universidades, permitindo-lhes expandir a oferta de vagas e aumentar a proporção de alunos por professor. III) Houve uma diversificação na estrutura institucional do ensino superior, criando condições para um rápido aumento de institutos, centros universitários e faculdades isoladas. Sobre este último ponto:

> Os governos petistas de Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), embora tenham ampliado vagas nas universidades públicas e contribuído para interiorizar o ensino superior, não romperam com a curva crescente de mercantilização do ensino superior implementado no governo FHC. Utilizando-se de uma estratégia conciliatória, mantiveram os determinantes do capital e operações operacionalizaram um conjunto de reformas dentre as quais da educação, que perpetuou a lógica privatizante e de financiamento de estudantes em instituições privadas. (Alves; Bezerra; Rocha, 2021, p.35).

Esse crescimento do setor privado, acarreta ainda uma nova demanda para as instituições públicas, que tem que ofertar a mesma qualidade de ensino, pesquisa e extensão, com menos recursos e, em menos tempo. Emerge nesse cenário os cursos tecnólogos[85], principalmente, nos Institutos Federais de Educação que passaram a ofertar essa modalidade, além dos cursos técnicos que eram o seu

[85] "Os cursos superiores de tecnologia são conhecidos por ter uma formação mais focada no mundo do trabalho. Uma das novidades da atualização foi a inclusão de 37 áreas tecnológicas, com exceção apenas dos eixos produção alimentícia e segurança, que não foram subdivididos. Em razão das novas diretrizes curriculares nacionais da EPT, incorpora-se o conceito de áreas tecnológicas para estruturar a segmentação dos eixos tecnológicos e busca-se, de forma mais contundente, a identificação das possibilidades de itinerários formativos. Dentre os novos cursos do catálogo, destacam-se: mídias sociais digitais; biotecnologia; cosméticos; produção de cerveja; gestão de energia e eficiência energética; design educacional; e internet das coisas". Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/junho/mec-publica-novo-catalogo-de-cursos-superiores-de-tecnologia. Acesso em 02 jul. 2024.

foco. Vale relembrar o nicho de mercado que constitui estes cursos na iniciativa privada, conforme os dados já apresentados acerca das matrículas EAD e que apontam o crescimento desses cursos nos últimos anos.

Podemos afirmar, portanto, que os governos FHC, Lula e Dilma lançaram um forte ataque a essas instituições por meio do sucateamento de suas estruturas físicas, da restrição cada vez maior no repasse de verbas, da escassez de professores e profissionais técnico-administrativos, e da crescente precarização do trabalho, principalmente o docente.

> Como parte de um processo global de reestruturação do Estado, as reformas educacionais da década de 1990 incidiram diretamente nas formas de construção da experiência dos atores magisteriais, assim como a configuração de sua subjetividade. A redefinição das tarefas docentes e das qualificações requeridas pelos cargos profissionais, juntamente com a significativa queda de salários, implicaram em uma perda real e simbólica de espaços de reconhecimento social. (Gentili; Suárez, 2004. p.23).

Esse cenário adverso, demandou um amplo poder de mobilização por parte da categoria docente na luta contra essa política de desmantelamento da educação pública.

> [...]A maior parte dos conflitos que ocorreram e ocorrem no campo da educação latinoamericana têm girado em torno de questões específicas do setor docente, e também de um conjunto de reivindicações históricas do setor. Os conflitos protagonizados por organizações docentes, nesse contexto, colocaram sob tensão as pretensões de mudança das administrações políticas da educação, mostrando, não poucas vezes, a incapacidade dos governos para garantir as condições básicas de uma escolaridade de um conjunto da população. Ou seja, o aumento da conflitividade docente parece estar mostrando a distância existente entre os ambiciosos programas de reforma educacional implementados durante a década de 1990, e a fragilidade ou precariedade das condições políticas, econômico- financeira e normativa sobre as quais se baseia a própria reprodução dos processos de escolarização pelo menos de forma como vinha perfilando-se durante o último século. (Gentili; Suárez, 2004. p.23).

Apenas por meio da luta coletiva, será possível enfrentar os ditames dessas reformas impostas pelos diferentes governos brasileiros. Sem a devida mobilização docente, não teremos a universidade de qualidade desejada por todos os defensores da educação pública.

> Mobilização que ocorreu por parte dos docentes das universidades federais em 2012, que durou 124 dias (17 de maio a 16 de setembro) e buscava negociar com o governo federal a reestruturação da carreira docente para, com base em conceitos definidos, valorizar a atividade docente, torná-la estável e atraente, para ingresso e permanência, e, desta forma, resgatar direitos perdidos ao longo dos últimos 20 anos. E a segunda reivindicação da pauta da greve dos docentes das federais era melhoria nas condições de

> trabalho. A proposta do governo foi rejeitada unanimemente pelo movimento grevista. Contudo, mesmo não tendo sido alcançada a carreira única nem o atendimento da reivindicação de condições de trabalho, a maioria das assembleias avaliou que não havia condições de continuar a greve, optando por resguardar o acúmulo de forças, mantendo o estado de mobilização na perspectiva de continuar trabalhando pelas reivindicações apresentadas. Ou seja, aprofundar o processo de retomada da dinâmica de luta pela universidade pública e gratuita, local e nacionalmente. (Andes, 2013, p. 4).

Em 2016, o governo de Dilma Rousseff foi alvo de um golpe (*impeachment*)[86], resultando na ascensão de Michel Temer à presidência. O governo Temer foi marcado por inúmeros embates, especialmente, com os setores educacionais, que se mobilizaram inicialmente em torno da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241, posteriormente denominada Emenda Constitucional (EC) 95[87]. Essa emenda visava congelar os gastos públicos em determinadas áreas por vinte anos, incluindo, evidentemente, a educação.

A PEC/EC desencadeou uma série de mobilizações e ocupações em universidades pelo país, levando a uma grande marcha para Brasília em 29 de novembro de 2016, data da votação da PEC. O governo de Temer e seu aparato militar reprimiram duramente a manifestação. Enquanto os manifestantes eram atacados com bombas de gás lacrimogêneo e spray de pimenta lançados de helicópteros, os deputados aprovavam a impopular medida de corte e congelamento de gastos públicos, afetando significativamente o orçamento das universidades.

---

[86] O afastamento definitivo de Dilma Rousseff da Presidência da República é sem dúvida o capítulo mais vergonhoso da história política brasileira. Acusada de praticar uma manobra contábil, as chamadas “pedaladas fiscais”, contra ela não foram levantadas quaisquer suspeitas de enriquecimento ilícito ou aproveitamento do cargo em benefício próprio, ainda que sua vida, privada e pública, tenha sido vasculhada com lupa por seus adversários. Ver mais sobre esse processo golpista em https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/31/opinion/1472650538_750062.html. Indicamos também o documentário: “Democracia em Vertigem” que é um documentário brasileiro de 2019 dirigido por Petra Costa, que retrata os bastidores do impeachment da presidente do Brasil Dilma Rousseff; o julgamento de seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva; o pleito que elegeu o candidato de extrema-direita Jair Bolsonaro; e a crise político-econômica no país. Com acesso privilegiado a Dilma, Lula, Bolsonaro e outros políticos importantes, Petra Costa entrelaça o pessoal e o político para narrar um momento decisivo da história recente do Brasil, também considerado como "uma advertência a todas as democracias do mundo". Em uma sucessão de eventos que se assemelha a um filme de suspense, o documentário captura intimamente os três presidentes enquanto eles lutam por suas vidas políticas, além de mostrar o dano colateral que essa luta teve sobre a democracia.

[87] A Emenda Constitucional nº 95, também conhecida como a Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos, alterou a Constituição brasileira de 1988 para instituir o Novo Regime Fiscal. Trata-se de uma limitação ao crescimento das despesas do governo brasileiro durante 20 anos, alcançando os três poderes, além do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União.

Apesar da resistência popular, marca do período administrado pelo presidente extremamente impopular[88], Temer conseguiu em julho de 2017 aprovar a sua Reforma Trabalhista, mencionada no capítulo anterior, que trazia mudanças nas férias, jornada de trabalho, remuneração e a prevalência de acordos negociados entre empregadores e empregados, um ataque direto aos sindicatos.

No governo Temer foi apresentado o projeto de contrarreforma do Ensino Médio[89], de caráter extremamente deletério à educação dos filhos da classe trabalhadora, visto que modificava a estrutura geral dos cursos. Na prática, o Ensino Médio[90] servirá apenas de formação barata para o mercado de trabalho. Este processo foi feito sem a participação de setores da educação, mostrando seu viés impositivo. Outra questão que merece destaque, é o papel da mídia na divulgação dessa mudança, abordavam a questão, evidenciando, que agora os jovens poderiam escolher como seria a sua formação.

Percebemos que após o *impeachment* de Dilma Rousseff, o Estado brasileiro, sob a gestão de Michel Temer, acelerou seu processo de reformas impopulares e cortes de gastos nas áreas públicas. Isso resultou em um verdadeiro cenário de contrarreforma, atacando diretamente os direitos dos trabalhadores por meio de medidas impopulares, como mencionamos: contrarreforma do ensino médio; a reforma trabalhista; o encaminhamento da reforma previdenciária para o Congresso Nacional; a privatização de bens públicos, como o direito de exploração do pré-sal, a concessão de aeroportos, terminais portuários e ferroviários e as linhas de concessão de energia. Cenário este que seria agravado com a eleição em 2018 de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), político de extrema-direita, neofascista que implementou um verdadeiro governo de ataques a setores da educação, ciência e saúde.

> A eleição de Bolsonaro foi uma surpresa. Poucos se recordam, mas em 2017 apenas, um ano antes de ter sido eleito presidente da República com quase 60 milhões de votos, o então deputado Jair Bolsonaro disputou e perdeu a eleição para a presidência da Câmara dos deputados, não

---

[88] Governo Temer é aprovado por 3% e reprovado por 77%, diz Ibope. Com o percentual de 77% de reprovação, o governo do presidente Michel Temer atingiu o maior patamar de avaliação "ruim/péssimo" de toda a série histórica da pesquisa, iniciada em março de 1986. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/governo-temer-e-aprovado-por-3-e-reprovado-por-77-diz-ibope.ghtml

[89] A aprovação da contrarreforma do Ensino Médio ocorreu em fevereiro de 2017, quando foi promulgada a Lei n. 13.415.

[90] Ver mais sobre a Contrarreforma do Ensino Médio na publicação do ANDES-SN intitulada: A Contrarreforma do Ensino Médio: o caráter excludente, pragmático e imediatista da Lei n° 13.415/2017. Disponível em: https://issuu.com/andessn/docs/imp-doc-1049083919

> somente perdeu mas ficou em último lugar, com apenas quatro votos um resultado vergonhoso frente aos 293 dados ao vencedor do pleito o deputado Rodrigo Maia [...] Hoje muitos dizem que previram ascensão de Bolsonaro. Mentira ninguém seria capaz de fazê-lo. **Bolsonaro em nada eram nada uma chacota uma caricatura de um militar frustrado e fanfarrão mas virou presidente da República e em apenas 4 anos foi capaz de causar um estrago nunca visto na história do Brasil** (Ibrahim, 2022, p. 11- grifo próprio).

Ibrahim (2022) destaca que o governo Bolsonaro vendeu estatais a preços baixos, atacou a cultura, ampliou a possibilidade de armamento da população, permitiu o desmatamento de grandes áreas de biomas. Nesse contexto, o Bolsonarismo é a forma de expressão mais aguda desse modelo de sociabilidade capitalista no Brasil, permeado por ataques profundos as áreas sociais.

> Estamos falando pouquíssimo de ciência e tecnologia atualmente no Brasil. **Nos últimos quatro anos, os investimentos neste setor caíram 70% [...] a educação segue uma escalada obscurantista.** Então, estou falando de áreas como política externa, meio ambiente, ciência e tecnologia, cultura, educação e saúde, que são áreas centrais da vida social brasileira, e que não são discutidas hoje no Brasil[...] do ponto de vista de um projeto estratégico para o país nós estamos absolutamente à deriva. (Ibrahim, 2022, p. 93- grifo próprio).

Os ataques do governo Bolsonaro a educação foram uma marca de seu governo, seja por meio do corte de orçamento, ou pelos ataques as instituições acusadas de doutrinar estudantes.

> Um estudo sobre a educação no governo Bolsonaro não pode deixar de suscitar assombro e reflexão. No caso específico da educação, o governo Bolsonaro tentou abrir uma frente especificamente neofascista. Explicitou que a educação ficaria sob responsabilidade do lumpesinato bolsonarista. Por isso, ao contrário da área econômica, recusou a concessão do MEC para a gestão do bloco do poder, por meio da nomeação de um quadro orgânico ao capital indicado pelo Todos na educação[...]em favor do desconhecido Ricardo Vélez. (Leher, 2023, p.23).

É importante frisar ainda que na época de governo de Jair Messias Bolsonaro, ganhou força mundialmente a pandemia da Covid-19. Doença que trouxe implicações e muitas restrições, ao passo que era um vírus novo e muito mortal. Bolsonaro agiu contra as medidas de isolamento social e não elaborou um projeto para reduzir os prejuízos decorrentes da Covid-19 na educação, pelo contrário, tal como expõe Leher (2023):

> Um dos exemplos mais fortes sobre a postura do governo na pandemia foi o esforço dedicado de Bolsonaro para que as escolas não recebessem sem recursos para universalizar o acesso à internet. Em 2021, após ser derrotado no Congresso que aprovou o uso de parte dos recursos do Fundo

> de Universalização dos Serviços de Telecomunicação (FUST) para educação, destinando 3,5 de bilhões de reais para tal fim, o governo foi ao Supremo Tribunal Federal para impedir o uso dos recursos pela educação, ao mesmo tempo que, ainda em 2021, bloqueou 1.2 bilhões de reais já presentes no orçamento do MEC e que poderiam ser utilizados na melhoria da infraestrutura das escolas. Visto em conjunto, a queda foi de 7,3% entre 2021 e 2019, a menor aplicação dos últimos dez anos. Ademais o próprio parlamento flexibilizou a aplicação dos 25% das receitas de impostos nos estados e municípios nos anos de 2020 e 2022, acarretando perda orçamentária nos federativos. (Leher, 2023, p.16).

Behring (2021), comparando os governos Temer e Bolsonaro, diz que a política econômica e fiscal de Bolsonaro, adota os mesmos princípios do governo de Temer, marcado pela virada de um período ainda mais nefasto e violento do neoliberalismo. Medidas como a EC 95 e EC 109/2021, trouxeram novas ações de cortes e ajustes fiscais, principalmente na área educacional, considerada inimiga por Bolsonaro.

> Em 2021, governo Bolsonaro contingenciou cerca de 40% do orçamento que, entretanto, já era 21% menor do que o de 2020. A pressão pela revogação do bloqueio é imprescindível, mas insuficiente, pois pode desfocar o problema dos cortes orçamentários na Lei Orçamentária Anual. O governo cedeu na liberação gradual do bloqueio e preservou o corte de brutais 21% e, enquanto isso, as contrarreformas avançam. Os indicadores de 2022 apenas confirmam isso. Muitos celebraram a redução do contingenciamento de 2022 de 14,5% para 7,2% o que significa, no entanto, uma perda de 1,6 bilhão de reais. De pouco adiantou celebrar, pois novos cortes nos recursos discricionários das universidades foram efetivados. Reduzindo em mais de 220 milhões de reais neste ano de 2022. Desse modo, o cenário para as maiores Universidades Federais é de esgotamento de seus orçamentos [...] A análise da tendência recente é esclarecedora: em 2016 o orçamento discricionário era de ordem de 9 bilhões de reais; em 2019, de 6,2 bilhões de reais; e em 2022 de apenas, 4,9 bilhões de reais (Leher, 2023, p. 198).

Percebemos no período um forte descaso com a educação pública, num contexto, já afetado pela pandemia da Covid-19, que trouxe também um aspecto peculiar: visualizamos neste período histórico um declínio no número das matrículas em todos os setores educacionais, tanto o público quanto o privado. Aqui vale a pena uma breve análise do período de 2019 a 2022.

Tabela 6: Matriculas em cursos de graduação presenciais por categoria administrativa -Brasil 2019-2022

ANO	TOTAL	PRIVADO	PÚBLICO				PRIVADO %	PÚBLICO %	ESTADUAL %
			Federal	Estadual	Municipal	Total			
2019	6.153.560	4.231.071	1.254.065	582.134	86.290	1.922.489	68,76	31,24	30,28
2020	5.574.551	3.775.571	1.175.189	547.811	75.980	1.798.980	67,73	32,27	30,45
2021	5.270.184	3.363.744	1.289.295	545.647	71.498	1.906.440	63,83	36,17	28,62
2022	5.112.663	3.218.403	1.270.893	549.722	73.645	1.894.260	62,95	37,05	29,02
Δ %	**-16,92**	**-23,93**	**1,34**	**-5,57**	**-14,65**	**-1,47**	XXXX	XXX	XXX

Fonte: INEP - Censo do Ensino Superior. Elaboração própria 2024

Destacamos este período em especial, para evidenciar que o setor privado enfrentou uma crise, perdendo muitos alunos no período pandêmico, visto que, parte da população ficou sem seus rendimentos e, consequentemente, não pode continuar financiando seus cursos de graduação. Essa queda nas matrículas no setor privado, evidencia ainda a sua total dependência dos recursos públicos, mostrando que o mercado não se sustenta sem a mão do Estado. Esse cenário de queda, também, ocorreu no setor público, mas em menor intensidade. Em 2019, das 6.153.560 de matrículas no ensino superior, 4.231.071 estavam inseridas na rede privada e 1.922.489 nas instituições púbicas. Em 2022, temos apenas 5.112.663 de matrículas totais, sendo 3.218.403 no setor privado e 1.894.260 no setor púbico. Uma queda nas matrículas totais da ordem de -16,92%, já no âmbito privado uma redução -23,93%, enquanto o setor público teve uma redução de apenas -1,47%.

Podemos considerar, dessa forma, o período Bolsonaro como um dos mais adversos ao cenário educacional. Etapa de muitas lutas em defesa da educação e de direitos básicos e elementares, como a garantia das nossas vidas[91],

[91] "Para Pedro Hallal, epidemiologista e pesquisador da Universidade Federal de Pelotas, quatro em cada cinco mortes pela doença no país eram evitáveis caso o governo federal tivesse adotado outra postura — apoiando o uso de máscaras, medidas de distanciamento social, campanhas de orientação e ao mesmo tempo acelerando a aquisição de vacinas. Ou seja, de acordo com suas estimativas, pelo menos 400 mil pessoas não teriam morrido pela pandemia. "Nós fizemos uma análise que estimou que especificamente o atraso na compra das vacinas da Pfizer e da CoronaVac resultou em 95,5 mil mortes. E, logo depois, outros pesquisadores analisaram os dados não especificamente dessas vacinas, mas o ritmo da campanha de vacinação que teria sido, caso tivéssemos adquirido [a tempo], e eles estimaram 145 mil mortes especificamente pela falta de aquisição de vacinas tempestivamente pelo governo federal [...]. Sem considerar o impacto da vacinação, esse grupo aponta, em outro estudo, que a pandemia provocou, em um ano, 305 mil mortes acima do esperado no Brasil. E que ao menos 120 mil vidas poderiam ter sido poupadas com medidas não farmacológicas, testagem e rastreamento. A gente poderia ainda no primeiro ano de história da pandemia ter salvo 120 mil vidas. Agência Senado, 2021". Ver mais em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/06/24/pesquisas-apontam-que-400-mil-mortes-poderiam-ser-evitadas-governistas-questionam. Acesso em 02 jul.2024

visto que, foi um governo que submeteu a nossa população ao negacionismo em todas as áreas, ocasionando, segundo estudos científicos, na morte de brasileiros.

Enfrentamos desde os anos 1990, um cenário de ataques à educação como direito e o fortalecimento da iniciativa privada com orçamento público, tais como nos programas PROUNI, FIES, educação a distância, que serviram de base para a expansão do setor mercantil da educação nacional. Tivemos, assim, um contexto bastante adverso para a educação superior: com corte de recursos, política de desvalorização profissional, falta de concurso público que precariza a carreira docente, falta de investimento nas estruturas físicas das instituições, ou seja, um cenário que exige e exigiu muitas lutas em defesa da educação pública. Tecidas estas considerações sobre a política de ensino superior nacional, é necessário entender como se situa o Ceará, nesse novo contexto de política educacional.

3.2 Política de educação superior no Ceará

Estudar a política de ensino superior no Ceara é um desafio, visto que são poucas as pesquisas sobre essa temática. Ressaltamos, também, a pouca importância dada pelos governos à política de ensino superior, ao passo que são poucos os documentos oficiais que abordam essa área. Para fundamentar este debate, trazemos as concepções de Morais (2000), Nobre (2008), Parente e Arruda (2002), Bezerra (2022), Vale (2012) e Alves (2014; 2018).

Para entendermos a situação atual, é importante revisitar os governos desde o primeiro mandato de Tasso Jereissati[92]. Sob uma retórica de mudança, esse período foi conhecido como o "governo das mudanças", buscando romper com os padrões antigos da política local, frequentemente associada ao coronelismo[93].

> Há mais de uma década, o Ceará vem sendo dominado por um projeto político que se impôs no cenário do Estado sob a pretensão de tanger de

[92] "A eleição de Tasso Jereissati para o governo do Ceará, em 1986, inaugurou um novo ciclo de hegemonia burguesa neste Estado federativo. Este ciclo inclui, além de suas três administrações (1987-1990, 1995-1998 e 1999-2002), a de Ciro Gomes (1991-1994)". (Nobre, 2008, p.16).

[93] Por 19 anos, no Ceará, a força dos coronéis ultrapassou os limites do Exército e se estendeu ao controle político do Estado. Foi quando o triunvirato formado por César Cals, Adauto Bezerra e Virgílio Távora assumiu o Governo local, entre 1963 a 1978, sob a unção do Regime Militar. Por tratar-se de um grupo restrito, que dividia o poder entre si, o ciclo é avaliado como "oligárquico" por alguns analistas. Porém, são tantas as peculiaridades do período que é preciso flexibilizar o conceito puro de oligarquia – e o de coronelismo – para dar conta desse recorte da História. O "tempo dos coronéis" no Ceará misturou pitadas de atraso e modernidade. Ali, já não se via as características do coronelismo político clássico, baseado na propriedade de terra e no prestígio social dos mandatários.

> seus currais o clientelismo atrasado, plantando, em seu lugar, a semente da renovação, capaz de impulsionar o- outrora- miserável estado nordestino rumo ao desenvolvimento socioeconômico consoante os padrões requeridos pela moderna racionalidade globalizada. (Morais, 2000, p.13).

Nobre (2008) vai revelar que estas contrarreformas, propostas nesse período, fazem parte do projeto neoliberal em curso no país.

> [...] esse período da história política cearense caracterizou-se, sobretudo, pela realização de um determinado projeto governamental, quer dizer, da concretização de ideias e propostas na forma de políticas, projetos e ações de governo, que tiveram ampla ressonância na sociedade, e estavam voltados para a modernização econômica e política. Em verdade, a chamada "Era Tasso" configura um novo projeto político. (Nobre, 2008, p.16-17).

Parente e Arruda (2002) analisam o chamado "governo das mudanças" e o relacionam com as demandas nacionais por transformações, visando viabilizar as reformas do Estado, especialmente, centradas nos setores públicos.

> A consolidação do governo Tasso Jereissati teve por base a construção de uma retórica das mudanças, reveladora de uma sintonia entre diretrizes locais e nacionais de gestão do poder, projetando o Ceará para o restante do país. O discurso mudancista fez parte dos pronunciamentos do governador em várias circunstâncias, sobretudo, os que dirigia aos funcionários públicos e ao povo em geral [...] (Parente; Arruda, 2002, p.65).

Almejava-se, dessa forma, o rompimento com o atraso que há tempos dominava o ambiente cearense. Foi nessa perspectiva, que Tasso Jereissati implementou seu discurso de "uma nova forma de fazer política".

> O Ceará é um Estado com características muito peculiares no cenário político nacional. A realidade que chama logo a atenção, nesta conjuntura, está no fato de o Estado contar com duas lideranças de destaque nacional: Ciro Gomes e Tasso Jereissati. Defendemos que esta conjuntura, até certo ponto inusitada para o padrão nordestino, não é inerente à condição cearense ou regional, mas é um fenômeno da modernidade brasileira. O Ceará se torna modelo num mundo globalizado por ter respondido de forma mais adequada ao ideário nacional desenvolvimentista sem, contudo, o componente nacionalista. (Parente; Arruda, 2002, p.65).

Inferimos das colocações de Parente e Arruda (2002) o pioneirismo do Ceará na implantação das políticas neoliberais, ou seja, o Ceará foi um laboratório de sucesso na viabilização desse projeto em curso no país. Sobre as perspectivas destes governos, Vale (2012, p. 13) pontua:

> A perspectiva é de uma racionalização e moralização da máquina estatal, em verdade, situando de modo mais eficiente, seu aparato a favor dos interesses da acumulação capitalista que se revelou ao longo da trajetória do governo mudancista ou a chamada "Era Tasso" que extrapola as próprias gestões de Tasso Jereissati no governo (entre 1987-2002, ele

> governou o Estado por três vezes) e se apresentam também nas gestões de Ciro Gomes (1991-1994), Lúcio Alcântara (2003-2007) e Cid Gomes (2007-2011; 2011- 2014).

Sobre a implementação desse novo ideário no contexto cearense, Parente e Arruda (2002) fazem algumas considerações sobre as duas faces da hegemonia ideológica que ocorreu no Ceará. Os autores mencionados afirmam:

> As duas faces da hegemonia ideológica acontecida no Ceará, dominada respectivamente pela ideologia do conservadorismo e pela ideologia da modernidade, constituem também dois momentos estruturalmente semelhantes. O treinamento e a socialização, por que passam as elites cearenses nesses respectivos momentos, contribuíram para que elas se tornassem homogêneas socialmente e coesas administrativamente [...] (Parente; Arruda, 2002, p. 130).

Desenha-se e executa-se, então, uma transição do coronelismo para o governo das mudanças, demandando transformações no ensino superior e em suas universidades, com destaque para a UECE, inserindo-a no contexto da modernidade[94] do Estado. Essa transição implica em abandonar um modelo ultrapassado, em favor da criação de uma universidade mais alinhada com as demandas do mercado e com a lógica neoliberal.

Era imperativa a completa adaptação das universidades cearenses aos novos interesses do Estado e às propostas de reestruturação da educação superior durante os anos 1990. Conforme discutido anteriormente, essas instituições deveriam operar como aparatos de pesquisa alinhadas aos interesses do mercado, seguindo a lógica neoliberal. Dessa forma, serviriam como fundamentos para os processos de modernização do Estado, os quais envolviam privatização e terceirização.

> O ensino superior terá atenção especial do governo no sentido de fortalecimento das universidades estaduais, com vistas a uma atuação mais integrada a comunidade e, portanto, mais participativa no que tange aos problemas educacionais do Estado. De modo mais especifico, a Universidade deverá atuar no desenvolvimento de uma política de capacitação de recursos humanos necessários ao desenvolvimento socioeconômico do Estado, contribuir de forma mais efetiva no processo de desenvolvimento cientifico e tecnológico do Ceará e atuar mais fortemente na educação não formal da população cearense, particularmente no desenvolvimento de programas de extensão voltados para a capacitação de mão -de –obra e geração de empregos. (Morais, 2000, p.22-23).

---

[94] Ver mais sobre a modernidade e Era Jereissati no Ceará em: PARENTE, Josênio; ARRUDA, José Maria (org). A Era Jereissati: modernidade e mito. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

Esperava-se que as universidades formassem mão-de-obra qualificada, agissem na reformulação de propostas pedagógicas de cursos de formação de professores, tudo isso com o menor tempo e investimento possível.

> [...] a grande meta seria a consecução de um padrão de excelência na formação de estudantes e na reciclagem de professores do ensino médio e dirigentes. Propõe-se a instauração de uma administração leve, enxuta e flexível para transformá-la em um agente dinamizador do desenvolvimento. Busca-se maior produtividade com qualidade. (Morais, 2000, p. 136).

Vale (2012), ao abordar o processo de transformação da universidade em uma instituição a serviço do mercado, destaca:

> A ideia de universidade tecnológica já indicava uma vontade de reduzir a UECE a uma instituição formadora diretamente para o limite do mercado, isto é, para o abandono da própria essência universitária que se baseia justo na liberdade científica e cultural que lhe permitiu historicamente transcender ao universo de conhecimento de cada época. Aliás, esta é a justificativa da autonomia universitária que, no modelo tecnológico fica, de cara, comprometida. (Vale, 2012, p. 144).

Morais (2000) argumenta que a integração das universidades cearenses no sistema de ensino superior, ciência e tecnologia do Estado, marcou o início de um processo de adaptação completo ao ideário empresarial, característico do que ficou conhecido como "governo das mudanças".

> [...] Em síntese, vislumbramos indícios de que, dependendo da correlação de forças, a modernização preconizada pelos arautos da privatização poderá descaracterizar o ensino superior estadual como serviço público. Dessa maneira, um dos possíveis desdobramentos desse processo será a adoção de valores inerentes à empresa privada na condução da Uece, podendo ocorrer a cobrança de mensalidades nos cursos de graduação e pós-graduação. (Morais, 2000, p.21).

Com base na exposição de Morais (2000), podemos afirmar que o receio da autora se materializou, visto que o número de cursos pagos nas três universidades estaduais cearenses aumentou de forma significativa. Isso se deu, através da oferta de especializações pagas, da cobrança de taxas por diversos serviços e da comercialização de várias pesquisas realizadas nas instituições para o setor privado.

Alves (2018) destaca que em 1991 foi instituído um Grupo de Trabalho da Educação Superior com o propósito de formular as recomendações indispensáveis para a tão almejada reforma do sistema de ensino superior estadual. Este grupo enviou um relatório contendo suas propostas para a educação superior:

> Fazer a revisão dos currículos de todos os cursos; suprimir ou limitar a oferta de cursos não condizentes com a realidade sociocultural e com a demanda de mercado de trabalho; reexaminar as licenciaturas, orientando-as efetivamente para elevação da qualidade profissional dos docentes de 1º e 2º graus, particularmente nas áreas de Matemática, Português, Física, Química e Biologia [...]. (Morais, 2000, p.94).

Aferimos da citação acima, um aspecto bem atual que é a desvalorização de determinados cursos de ensino superior em detrimento de outros. As licenciaturas, apesar de sua importância na formação de professores, perdem relevância para cursos de interesse mercadológico, como da área tecnológica.

No período entre 1992 e 1993, pela primeira vez no Ceará, o governo estabeleceu um sistema de Ciência e Tecnologia, e em 1994 criou a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SECITECE), responsável pela gestão das universidades estaduais cearenses. Mais uma vez, o Ceará estava na vanguarda do processo de reforma do ensino superior, ao transferir da Secretaria de Educação a responsabilidade pela educação superior no Estado, antecipando o que estava sendo planejado pelo governo Fernando Henrique Cardoso. (Alves, 2018).

Ainda no contexto do novo papel assumido pelas universidades durante o chamado governo das mudanças, observado por Morais (2000), podemos destacar que:

> [...] as universidades estaduais teriam o papel fundamental na esfera da educação, poderiam contribuir como indutoras de treinamento e reciclagem dos professores da rede oficial de ensino. Estas instituições deveriam também atender as necessidades do Estado quanto ao aperfeiçoamento dos técnicos das várias áreas e dos servidores públicos, além de oferecer sua cooperação ao setor produtivo. Ou seja, universidades totalmente voltadas aos interesses do mercado. (Alves, 2018, p.89).

Alves (2018), ao discutir as considerações de políticos locais sobre o projeto de universidade desejado, destaca a declaração de Beni Veras:

> Tem que ser uma universidade do tamanho certo. [...] Uma universidade suficiente para completar o mercado de trabalho. **Uma universidade que atenda o mercado de trabalho no Ceará, com cursos próprios e reciclagem de professores, conveniada com empresas locais. Melhor que está formando em certas carreiras,** sem muita justificativa e que não darão retorno. Nesse caso, ela mereceria ser autônoma, infensa a influências políticas. (Alves, 2018, p. 89- grifo próprio).

Destacamos esse trecho, para reforçar o viés mercadológico imposto à educação superior cearense, visto que até hoje, governantes cearenses fazem uma

distinção entre quem deve cursar o ensino superior e quem deve apenas fazer um curso profissionalizante, obviamente, estes seriam os filhos da classe trabalhadora.

Dito isso, podemos afirmar que as universidades estaduais deveriam atender somente aos serviços requisitados pelo projeto de modernização do Ceará, que pretendia imprimir novos valores relativos à eficácia e eficiência da máquina administrativa e investimentos no setor produtivo.

> Os temas da política fiscal, da participação da população através de conselhos, da incorporação de intelectuais com perfis diferentes e formação diversificada, além da construção ideológica de um discurso de ruptura fundamentado nos ideais de mudança e modernidade, refletem não apenas diretrizes do poder local, mas objetivos mais amplos condizentes com o cenário nacional. (Parente; Arruda, 2002, p. 71).

Evidenciando como a educação é uma área de grande interesse do governo e, principalmente, do mercado, os defensores do projeto de reforma da universidade argumentam que esta não deve ser pensada apenas pelos setores internos da universidade. Segundo eles, "a educação é um problema importante demais para ser deixado aos cuidados apenas dos educadores" (Morais, 2000, p.92).

Podemos resumir esses anos de “governo da mudança” como o pontapé inicial para o projeto de mercantilização da educação superior no Ceará, já que buscava-se reduzir gastos com as universidades e vender seus serviços ao setor mercadológico.

> Passado o otimismo inicial do “projeto mudancista” capitaneado por Tasso Jereissati e Ciro Gomes – que pretendia transformar a UECE em universidade tecnológica, enquanto a UVA e a URCA responderiam pela formação de professores – os seguidos governos adotaram uma posição pessimista em relação a essas instituições. (Macário, 2019, p. 8).

Agora, vamos apresentar como essa política se consolidou nos governos de Lúcio Alcântara a Camilo Santana, abrangendo o período de 2003 a 2022, e destacando o que cada um desses governos trazia em seus planos para o ensino superior.

3.2.1 Lúcio Alcântara, Cid Gomes e Camilo Santana: o descaso com as universidades públicas

Vimos, no tópico anterior, o atrelamento da política neoliberal à nova concepção que deveria ter a universidade pública. Uma universidade que atenda às

necessidades do mercado, com cursos voltado para a formação de um mercado de trabalho e que forneça subsídios para a consolidação da indústria cearense.

O governo Lúcio Alcântara (2003-2007) deu prosseguimento ao projeto neoliberal do Estado e, consequentemente, seguiu a lógica da transformação da educação superior pública em serviço do mercado. O plano de governo *"Ceará Cidadania: crescimento com inclusão social*", concebido por Lúcio Alcântara em 2003, delineou uma série de metas/ objetivos para fortalecer o sistema de Ciência e Tecnologia. Entre elas:

> O primeiro objetivo será consolidar o sistema estadual de ciência e tecnologia. Será interligado em rede, fortalecendo as instituições de pesquisa e ensino superior, tecnológico e profissional, e expandindo a rede de incubadoras [...] ciência e tecnologia são um meio para fortalecer o poder competitivo dos diversos setores da economia cearense. As ações voltadas para capacidade de inovação das empresas deverão orientar-se, principalmente, para fortificar a relação do setor industrial com o sistema estadual de fomento à pesquisa; mobilizar a comunidade tecnológica, no intuito de implementar projeto industrial com interesse na área de inovação tecnológica (Plano de governo [2003-2006], 2003, p. 83-84).

É possível perceber uma estratégia de alinhar as universidades mais estreitamente com a Ciência e Tecnologia, uma abordagem que estava em consonância com certos paradigmas da época. Esse alinhamento pode indicar uma intenção de integrar a pesquisa acadêmica mais diretamente com as necessidades e oportunidades do mercado, buscando promover uma relação mais sinérgica entre academia e indústria.

A ausência de um tópico específico para a educação superior no documento pode sugerir que as políticas educacionais estavam sendo direcionadas de forma mais ampla, para a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico, com a educação superior sendo vista como um componente integrado desse esforço mais amplo. Isso pode refletir uma abordagem centrada em resultados, buscando alcançar objetivos de desenvolvimento econômico e social por meio do avanço da ciência, tecnologia e inovação.

É importante ressaltarmos que as estratégias e prioridades de um governo, podem variar de acordo com o contexto político, econômico e social, assim como as visões e crenças pessoais do líder político. Portanto, as escolhas feitas por Lúcio Alcântara em seu plano de governo, refletiam suas aspirações específicas para o desenvolvimento do Ceará durante sua gestão. Podemos resumir, assim, a universidade pretendida por ele:

> Promoção ao avanço em pesquisas relativas à setores em que o estado tem vantagens competitivas; estimulo a uma maior interação entre pesquisa e setores produtivos; promoção de maior intercâmbio entre centros de pesquisa(do Estado com outros estados), universidades e instituições representativas dos setores considerados estratégicos; aproximação da universidade, com seu potencial cientifico e tecnológico, à cédula de governo; criação e fortalecimento de cursos de mestrado e doutorado nas áreas demandadas pelo ambiente de inovação. (Plano de governo [2003-2006], 2003, p. 83-85).

Temos a perspectiva de crescimento atrelada às necessidades de desenvolvimento do Estado, entendido este como desenvolvimento das forças produtivas do capital. No âmbito da ampliação das vagas do ensino superior, o documento afirma que a demanda por vagas é quatro vezes maior que a quantidade destas disponíveis nas universidades e faculdades.

> [...] As propostas do novo governo para minimizar os efeitos desse problema são: aumentar o número de vagas nas universidades públicas estaduais, incentivar a expansão dos centros de ensino privado e ampliar a oferta de cursos técnicos e profissionalizantes por meio dos Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs) e Centros de Ensino Tecnológicos (CENTEC). (Plano de governo [2003-2006], 2003, p. 110).

A perspectiva de ampliação de vagas no ensino superior público, juntamente com o incentivo à ampliação por meio da iniciativa privada, demonstra uma abordagem abrangente para atender às crescentes demandas por educação superior no estado. Tinha como linha de ação, no âmbito da ampliação do ensino superior, os seguintes projetos: programa de educação profissional que era direcionado para a qualificação de pessoas, de modo a atender a demanda do mercado; o Programa Serviço Civil Voluntário que permitiria a complementação da formação acadêmica de estudantes universitários com estágios práticos para prestação de serviço em comunidades carentes, em retribuição ao ensino gratuito na Universidade Pública Estadual e o programa de consolidação de Polos de Educação Superior e Tecnológica do Estado, que segundo este plano:

> Possibilitara ao governo integrar as diversas instituições que atuam com capacitação e aumentar a rede de Centros Vocacionais Tecnológicos e de Centros de Ensino Tecnológico para garantir a educação profissional em todo o Estado. Além disso, será ativado o Conselho Estadual de Ensino Superior, integrando as ações e instituições públicas de ensino com os diferentes níveis de governo e setor privado. (Plano de governo [2003-2006], 2003, p. 112).

O plano de governo de Lúcio Alcântara, embora contenha poucos elementos específicos sobre o ensino superior, sugere uma vinculação dessa

modalidade de ensino com o fortalecimento do desenvolvimento tecnológico do estado e seu projeto de modernização. Isso é evidenciado pelos programas voltados para a qualificação profissional, a prestação de serviços em comunidades carentes e a consolidação de polos de educação superior e tecnológica.

Apontando alguns dados sobre investimentos em educação no referido governo, usamos os dados apresentados por Venâncio (2014, p.20).

Quadro 1: Orçamento destinado a Educação em relação ao Total do Orçamento- Lúcio

Ano	**Valor Fixado Educação**	**Total do Orçamento**	**% em relação ao total**
2003	1.654.410.864	7.053.550.562	23,46%
2004	2.064.654.594	9.237.294.738	22,35%
2005	2.045.261.133	8.860.002.660	23,08%
2006	3.174.720.902	11.239.120.783	28,25%

Fonte: Dados extraídos de Venâncio (2014) - elaboração própria (2024)

Observamos que em 2003, primeiro ano de seu governo, ele destinou 23,46% do orçamento para a educação. Em 2006, o percentual subiu para 28,25%. Venâncio (2014) vai atrelar esse crescimento do percentual ao aumento da arrecadação fiscal.

Tabela 7: Valores Arrecadados com Tributos e Transferências – Governo Lúcio Alcântara

Especificação	**Ano 2003**	**Ano 2004**	**Ano 2005**	**Ano 2006**	**% de aumento**
ICMS	**2.585.224.347**	**2.930.037.953**	**3.097.416.553**	**3.674.126.010**	**42,12%**
IPVA	**104.837.321**	**118.382.890**	**136.041.976**	**159.978.360**	**52,60%**
Outras Receitas Tributárias	**192.334.351**	**228.531.792**	**286.199.216**	**316.500.005**	**64,56%**
Receita de Contribuições	**416.268.838**	**441.231.274**	**194.261.098**	**223.203.068**	**-46,38%**
Receita Patrimonial	**39.719.622**	**30.168.859**	**58.062.734**	**96.527.884**	**143,02%**
Receita Serviços	**17.662.718**	**14.896.012**	**16.028.897**	**17.934.736**	**1,54%**
Transferências Correntes	**2.124.117.158**	**2.349.668.890**	**2.921.649.798**	**3.235.844.761**	**52,34%**
Cota-Parte do FPE	1.593.204.252	1.756.156.075	2.197.919.614	2.432.476.731	**52,68%**
Transferências da L.C. 87/1996	39.364.084	41.534.652	41.534.652	23.821.345	**-39,48%**
Transferências do FUNDEF	165.348.647	156.527.202	160.954.141	160.962.736	**-2,65%**
Outras Transferências Correntes	326.200.175	395.450.961	521.241.391	618.583.949	**89,63%**

Fonte: Venâncio (2014, p.22)

Venâncio (2014) vai destacar dessa tabela que o maior crescimento da arrecadação no período do governo de Lúcio Alcântara foi referente às Receitas Patrimoniais que em termos percentuais alcançou um aumento de 143,02%, e que essas receitas são compostas, principalmente, por recursos advindos de rendimento de juros do Estado.

Apesar de todas essas receitas, é importante deixarmos exposto o total dos investimentos do referido governo com a educação superior.

Quadro 2: Composição do Produto Interno Bruto do Ceara e Gastos com Educação -Lúcio

Ano	Produto Interno Bruto a preços correntes	Valor adicionado bruto	Gasto com a Função Educação	**Gasto com Educação Superior (FUNECE, UVA e URCA)**	% do Gasto com Educação em relação ao PIB
2003	32.565.000.000	28.668.000.000	1.318.390.482	**76.967.861,76**	4,05%
2004	36 866.000.000	32.415.000.000	1.371.342.000	**96.659.045,70**	3,72%
2005	40.935.000.000	36.236.000.000	1.511.773.716	**105.924.038,78**	3,69%
2006	46.310.000.000	40.597.000.000	1.783.314.765	**115.763.932,66**	3,85%

Fonte: Venâncio (2014, p.25)

Analisando os dados do quadro, Venâncio (2014) afirma que a Educação vem perdendo recursos se comparamos com o quantitativo numérico do PIB do estado do Ceará, no período de 2003 a 2006. É importante, também, analisarmos os números repassados para as estaduais cearenses, em 2003 um total de R$ 76.967.861,76 e em 2007, R$ 115.763.932,66. Um número ínfimo para o tamanho das três instituições de ensino superior.

Em outro momento, Venâncio vai apontar ainda um comparativo do percentual do PIB empregado na educação superior.

Quadro 3: Composição do Produto Interno Bruto do Ceara e Gastos com Educação-Lúcio

Ano	**Produto Interno Bruto a preços correntes**	**Gasto com Educação Superior (FUNECE, UVA e URCA)**	**% do Gasto com Educação em relação ao PIB**
2003	32.565.000.000	76.967.861,76	0,24%
2004	36 866.000.000	96.659.045,70	0,26%
2005	40.935.000.000	105.924.038,78	0,26%
2006	46.310.000.000	115.763.932,66	0,25%

Fonte: Venâncio (2014, p.26)

Verificamos dos dados elencados no quadro, que os gastos da Educação Superior do Estado do Ceará representado pela Fundação Universidade Estadual do Ceará (FUNECE), UVA e URCA, se mantiveram estáveis se comparado com o total do PIB do estado do Ceará, uma vez que em 2003 o gasto total representava 0,24% do total do PIB e no final de 2006, o percentual ficou apenas em 0,25%, apesar do grande crescimento do PIB na época.

Embora o governo de Lúcio Alcântara tenha desfrutado de uma situação econômica geralmente confortável, não parece ter havido uma correlação direta com um aumento significativo no investimento em educação, especialmente, no ensino superior.

Essa disparidade entre a situação econômica geral do estado e o financiamento da educação superior, pode ter contribuído para a crise financeira enfrentada pelas universidades cearenses durante esse período. As dificuldades financeiras podem ter impactado negativamente a qualidade do ensino, a pesquisa e a infraestrutura das instituições de ensino superior, além de terem contribuído para conflitos e protestos dentro da comunidade universitária.

Portanto, apesar do contexto econômico favorável em geral, a situação financeira do ensino superior cearense durante o governo de Lúcio Alcântara sugere que houve um descompasso entre os recursos disponíveis e as necessidades educacionais da região, ao passo que se exigia uma produção, mas não se investia recursos para isso.

Por esse e outros motivos, a relação entre o governo e as universidades estaduais cearenses foi permeada por conflitos significativos entre governo e comunidade acadêmica, resultando em greves e ocupações. Esses eventos estão explorados em detalhes no próximo capítulo, destacando as tensões e os desafios enfrentados pelas instituições de ensino durante esse período político.

Em outubro de 2006, foi eleito para o governo do estado, o candidato Cid Ferreira Gomes. A abordagem de Cid Ferreira Gomes para a educação superior no Ceará, pode ser verificada no documento "Diretrizes para o plano de governo: Ceará vota para crescer", que indica uma visão integrada e interdisciplinar para impulsionar o desenvolvimento do estado. Destaca a educação, a ciência e a tecnologia como áreas-chave para o avanço econômico e social, e sinaliza um compromisso com uma abordagem mais abrangente e estratégica para o progresso do Ceará.

Sugere uma cooperação estreita entre diferentes áreas do governo, instituições de pesquisa, universidades e setor privado, visando promover uma sinergia entre educação, pesquisa e inovação para estimular o crescimento econômico e a melhoria da qualidade de vida da população.

Ao descrever esse plano como parte do "Grande Salto" para o desenvolvimento do Ceará, Cid Gomes indica uma ambição de transformação significativa e de longo prazo, onde a educação superior desempenha um papel fundamental como um dos pilares desse processo de desenvolvimento. O documento traz então as seguintes premissas para a educação superior:

> Estabelecer uma política de educação superior articulada com as políticas de inclusão social e desenvolvimento regional, com vistas a garantir a sustentabilidade do novo modelo de desenvolvimento sócio-econômico e político-cultural do Estado do Ceará. Qualificar e ampliar o sistema estadual de educação superior na direção das vocações regionais e das tendências de futuro, promovendo ações específicas de indução do desenvolvimento. (Diretrizes para o plano de governo, 2006, p. 22).

A vinculação da educação superior ao plano estadual de modernização econômica sugere uma abordagem estratégica para impulsionar o desenvolvimento do Ceará. Com base nisso, os objetivos do plano de governo de Cid Gomes para a educação superior podem incluir:

> Promover a inclusão social e o desenvolvimento regional por meio da implantação de políticas afirmativas voltadas para interiorização da educação superior; potencializar o processo de desenvolvimento local e regional, promovendo uma relação de **cooperação entre os sistemas estadual e federal de educação superior; *ampliar a oferta de vagas no ensino superior as universidades estaduais, em especial no interior do Estado*.** (Diretrizes para o plano de governo, 2006, p. 22- grifo próprio).

Destacamos estes aspectos, para demarcar dois pontos fundamentais sobre os governos cearenses: a tentativa de federalizar o ensino superior, visto por eles como responsabilidade da União; e em segundo lugar, a expectativa de ampliação de vagas no interior do estado.

O referido documento traz, ainda, um conjunto de propostas de ações a serem implementadas pelo governo:

> Garantir autonomia de gestão administrativa e financeira das universidades estaduais por meio de mecanismos de sustentabilidade permanente; articular o sistema de ensino superior com o de ensino tecnológico e o sistema de C,T& I; incentivar a qualificação dos docentes do sistema estadual de ensino superior; criar as condições para ampliar a inserção das universidades públicas estaduais na pesquisa e na extensão; estimular o desenvolvimento de projetos de reforma e atualização curricular, em

> particular nos cursos de formação de professores para educação básica; estabelecer uma instância de discussão com a comunidade acadêmica sobre o papel das universidades públicas e privadas no projeto de desenvolvimento do Estado do Ceará; apoiar a luta pela transformação dos três *campi* da Universidade Federal do Ceará - UFC em universidades autônomas; aumentar o número de vagas e de novos cursos nas universidades, nos níveis de graduação, especialização, sequencial e pós-graduação; ampliar o quadro de mestres e doutores; promover a difusão e as atividades de extensão das universidades e instituições de pesquisa no sentido de levar novos conhecimentos para população; estimular o intercâmbio acadêmico entre as universidades públicas do Estado, especialmente entre a Capital e o Interior; ampliar a oferta de vagas no ensino superior nas universidades estaduais, em especial no interior do Estado. (Diretrizes para o plano de governo, 2006, p. 25-26).

Sobre o primeiro governo de Cid Gomes (2007-2010) é importante apresentarmos alguns dados sobre o financiamento da educação superior nesse período.

Quadro 4: Composição do Produto Interno Bruto do Ceara e Gastos com Educação- Cid

Ano	**Produto Interno Bruto a preços correntes**	**Gasto com a Função Educação**	**Gasto com Educação Superior (FUNECE, UVA e URCA)**	**% do Gasto com Educação em relação ao PIB**
2007	50.331.383.000	1.976.101.186,97	**118.144.127,14**	3,93%
2008	60.098.877.000	2.503.615.784,06	**154.073.236,00**	4,17%
2009	64.713.000.000	2.995.989.826,61	**176.490.040,71**	4,63%
2010	74.949.000.000	3.640.426.225,89	**244.482.419,91**	4,86%

Fonte: Venâncio (2014, p.69)

Analisando a tabela, observa-se um crescimento contínuo do PIB no Estado do Ceará, uma vez que seu valor saiu de R$ 50.331.383.000 em 2007, para R$ 74.949.000.000 em 2010, os recursos gastos com Educação no Geral, também aumentaram, assim, como o gasto nas Instituições de Ensino Superior. Em 2007, o gasto com Educação Superior foi de R$ 118.144.127,14 já em 2010 passou a ser de R$ 244.482.419,91. Em termos percentuais, saímos de 3,93% do PIB para a educação em 2007, para 4,86% em 2010. Fato que fez Cid Gomes proferir algumas vez que era o governo que mais investia na educação cearense.

Comparando apenas o PIB cearense em relação a educação superior, Venâncio expõe o seguinte quadro:

Quadro 5: Composição do Produto Interno Bruto do Ceará e Gastos com Educação- Cid

Ano	Produto Interno Bruto a preços correntes	Gasto com Educação Superior (FUNECE, UVA e URCA)	% do Gasto com Educação em relação ao PIB
2007	50.331.383.000	118.144.127,14	**0,23%**
2008	60.098.877.000	154.073.236,00	**0,26%**
2009	64.713.000.000	176.490.040,71	**0,27%**
2010	74.949.000.000	244.482.419,91	**0,33%**

Fonte: Venâncio (2014, p.70)

Venâncio (2014), de acordo com os dados acima, afirma que o investimento na Educação Superior do Estado do Ceará, tem uma média de aplicação de 0,28% quando se comparado com o total do PIB. Mesmo com um maior investimento do governo Cid Gomes em relação ao Ensino Superior, quando comparado com o Governo de Lúcio Alcântara, observa-se um nível muito baixo de gasto, uma vez que não se atinge sequer a 1% do total do PIB, além disso, percebe-se uma ineficiência na aplicação desses recursos públicos, uma vez que é nítida a situação de sucateamento e abandono que passam as Universidades Estaduais do Estado do Ceará.

Pontuamos, que assim como no governo Lúcio, a primeira gestão de Cid Gomes foi marcada também por conflitos contra as três universidades estaduais cearenses, que mais uma vez, tiveram que recorrer ao movimento grevista para obter algumas conquistas que abordaremos no próximo capítulo.

> Esta postura governamental condenou as IEES a situações de extrema precariedade nas estruturas físico-materiais e nos salários dos servidores (docentes e técnicos e administrativos). Em 2007, por exemplo, os salários dos docentes eram os mais baixos de todo o Brasil. (Macário, 2019, p.8).

Compreendido este primeiro mandato de Cid Gomes, avancemos para o seu segundo mandato, que abrange o período de janeiro de 2011 a dezembro de 2014. Durante esse tempo, ocorreram novas iniciativas e ajustes nas políticas de educação superior, levando em consideração os desafios e as oportunidades que surgiram ao longo do primeiro mandato e as demandas da sociedade cearense. Cid Gomes e sua equipe continuaram a priorizar a modernização e o fortalecimento do sistema de educação superior do estado, buscando consolidar e expandir os programas e iniciativas iniciados anteriormente. Para entender completamente o

impacto do segundo mandato de Cid Gomes na educação superior do Ceará, seria necessário examinar de perto os documentos oficiais.

Em seu plano de governo intitulado *Diretrizes para o plano de governo da coligação por um Ceará melhor para todos*, elaborado em 2010, trazia no seu enunciado algumas conquistas no âmbito das universidades estaduais, conquistas que conforme já fora mencionado foi fruto da organização coletiva das universidades.

> No ensino superior merece destaque a elevação dos salários dos professores das universidades estaduais que, de 2007 a 2010, cresceram mais de 100%. Além disso, o governo tem investido na requalificação dos prédios, instalações e equipamentos dos campi das universidades estaduais, em que se destaca a construção do novo campus da Uece em Itapipoca, o qual abrigara também, a faculdade tecnológica do ceara- Fatec, vinculada ao Centec e voltada para a formação de mão de obra especializada para o Pecém. (Diretrizes para o plano de governo- por um Ceará melhor pra todos, 2010, p. 11).

Podemos verificar que em nenhum momento, ele destaca que tais conquistas só foram concretizadas através de muita luta por parte da comunidade acadêmica das estaduais, ao passo que, o seu governo anterior, assim como o de Lúcio Alcântara, foi marcado por muitos confrontos com a comunidade universitária cearense, cansadas do descaso que estes governos davam as referidas universidades. Portanto, é essencial reconhecer e valorizar o papel desempenhado por esses grupos na conquista de melhorias e na defesa dos interesses das instituições de ensino superior.

Ao analisar os avanços na educação superior durante o segundo mandato de Cid Gomes, é relevante considerar o contexto mais amplo das relações entre o governo e as universidades, incluindo tanto os desafios quanto as conquistas resultantes dessas interações. Isso permite uma compreensão mais completa dos desenvolvimentos e das políticas educacionais implementadas durante esse período, objeto dessa pesquisa, que se propõe justamente a elencar a relação entre as lutas e a política de ensino superior local.

Na análise deste plano de governo, é evidenciado um conjunto de diretrizes e ações a serem implementadas, das quais destacamos as mais relevantes para o objeto de estudo. Na terceira diretriz, ressalta-se a importância de estabelecer um planejamento conjunto com o governo federal para criar programas que ampliem a formação profissional, visando atender às demandas decorrentes do

crescimento do Estado. Esses programas têm como objetivo integrar as universidades às iniciativas governamentais, comprometendo-as com os objetivos de inclusão social e desenvolvimento sustentável do estado. (Diretrizes para o plano de governo- por um Ceará melhor pra todos, 2010).

A próxima diretriz aborda a interiorização da educação superior, que é de suma importância, uma vez que visa levar o ensino superior para além dos grandes centros urbanos, alcançando regiões mais remotas e interioranas do estado. Esse objetivo pode ser fundamental para promover a democratização do acesso à educação superior, reduzindo as desigualdades regionais e proporcionando oportunidades de desenvolvimento para comunidades menos favorecidas. Porém, o que se percebe na diretriz é a interiorização atrelada a expansão da modalidade de educação a distância, em total consonância ao projeto neoliberal vigente no país.

> Estudar a implantação do Sistema Estadual de Educação Técnica e Superior à Distância- Sate; apoiar a consolidação e a expansão do sistema federal de educação superior; estudar o aperfeiçoamento do sistema de educação superior no Ceará; buscar consolidar e expandir a educação profissional no interior do estado (Diretrizes para o plano de governo- por um Ceará melhor pra todos, 2010, p. 72).

Podemos destacar a ênfase dada à educação superior na modalidade à distância e a expansão da educação profissional durante os governos de Cid Gomes. Foi observada uma ampliação[95] significativa dessa modalidade de ensino, sendo que boa parte dos recursos destinados ao ensino superior foi alocada para essa finalidade.

Sobre a melhoria da qualidade dos programas de graduação, o plano traz as seguintes metas:

> Propor a elaboração do plano estadual Integrado de Educação Superior; o desenvolvimento tecnológico; a ciência e a pesquisa envolvendo as instituições de ensino superior estaduais e federais; **articular-se com o governo federal sobre parcerias, objetivando garantir a qualificação e expansão do ensino superior no estado; abertura de novos cursos de formação de professores; buscar promover a melhoria do ensino de graduação estimulando a mobilidade acadêmica; planejar a ampliação e modernização da infraestrutura dos diversos cursos de graduação** (Diretrizes para o plano de governo- por um Ceará melhor pra todos, 2010, p. 72- grifo próprio).

---

[95] Apresentaremos após a exposição do plano de governo de Camilo Santana, dados do INEP que apontam o viés mercantilizado da educação superior cearense.

Percebemos na exposição acima, novamente o atrelamento de expansão vinculado ao governo federal. No tocante a ampliação da infraestrutura dos cursos, vale destacar este ser um ponto que não saiu do plano, visto que as universidades estaduais cearenses sempre sofrem com problemas de ordem estrutural, sendo este um dos principais pontos de pauta das greves das instituições.

Na esfera da pesquisa e pós-graduação, destaca-se o objetivo de identificar e integrar áreas de conhecimento prioritárias demandadas pela sociedade. Isso evidencia, novamente, a universidade sendo orientada para atender às necessidades do mercado. Propõe, ainda, consolidar as ações da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) voltadas para a formação de recursos qualificados (programas de bolsas acadêmicas de iniciação cientifica, mestrado, doutorado) e para o provimento de infraestrutura para pesquisa. (Diretrizes para o plano de governo- por um Ceará melhor pra todos, 2010).

Na nona diretriz, o documento apresenta os elementos essenciais para o planejamento e gestão universitária, incluindo a geração e utilização de informações gerenciais.

> Planejar a implantação da autonomia de gestão administrativo- financeira das universidades; ampliar e fortalecer o ensino superior federal no interior do estado, estimulando a cooperação com as universidades estaduais; articular com o governo federal a criação de duas novas universidades federais no Ceará; uma na região norte e outra no Cariri. (Diretrizes para o plano de governo- por um Ceará melhor pra todos, 2010, p. 73).

Resumidamente, percebemos que o segundo governo de Cid Gomes está mais inclinado a transferir a responsabilidade pela educação superior para o âmbito federal. Em várias diretrizes, há uma clara vinculação com o governo federal, indicando a percepção de Cid Gomes de que a educação superior deve ser uma prioridade compartilhada entre os governos estadual e federal.

Cid Gomes, ainda deixava evidente que a responsabilidade do Estado e a sua prioridade era investir no ensino profissionalizante[96], novamente corroborando com os projetos nacionais de incentivo a educação profissional.

---

[96] O Governo do Estado do Ceará, por meio da Secretaria da Educação (SEDUC), assumiu em 2008 o desafio de implantar a rede de educação profissional no Estado. A estratégia central foi integrar o Ensino Médio à formação profissional de nível técnico, oferecendo educação em tempo integral aos jovens cearenses. O modelo integrado possibilita a centenas de alunos a qualificação para ingressar no mercado de trabalho ao mesmo tempo em que são habilitados a concorrer a uma vaga na universidade. A educação profissional dá maior amplitude à concepção do direito à educação por criar condições para que se estabeleça um diálogo com o mundo do trabalho.

O estudo de Venâncio (2014) revela que durante o primeiro governo de Cid Gomes, houve um considerável investimento no ensino profissionalizante. Os dados indicam que em 2007, esse investimento foi de aproximadamente R$ 733.603,35, enquanto que em 2010, esse montante aumentou significativamente para cerca de R$ 201.355.066,23. Isso representa um aumento percentual notável de 273,47% ao longo desse período.

Novamente, Cid Gomes tem um mandato marcado pelos conflitos com o movimento paredista das universidades estaduais, em sua nova gestão, voltam a ocorrer greves das três universidades, demarcando o descaso e a omissão de sua gestão com o ensino superior. Apesar desse cenário, a categoria docente manteve os ganhos salariais adquiridos no PCCV.

> No período [...] correspondente ao segundo mandato do governador Cid Ferreira Gomes (2011-2014), os reajustes ficaram um pouco acima da inflação, encerrando o mandato com um ganho real acumulado de +2,22% no período. As conquistas do PCCV eram, assim, preservadas, garantindo um poder de compra dos salários dos docentes compatível com o dos professores das universidades federais brasileiras. (Macário, 2019, p.11).

Em outubro de 2014, vence as eleições governamentais para os anos 2015-2018, o candidato do PT Camilo Santana. Assumindo a gestão em janeiro de 2015, Camilo apontava em seu plano de governo as seguintes perspectivas:

> Outro princípio balizador a ser utilizado é o da eficácia, no sentido de que os instrumentos e mecanismos de políticas públicas devem ser aperfeiçoados e refinados, de modo que se possa obter deles o melhor em termos de resultados para a sociedade. Princípios igualmente importantes como o da seletividade e sustentabilidade deverão, também, orientar a formulação do referido documento. (Diretrizes gerais para elaboração de um plano de governo[2015-2018], 2014, p.1).

Abordando nossa área de estudo, a educação, temos, no referido plano, o foco na expectativa da ampliação da educação em tempo integral e muito destaque à educação profissional, conforme verificamos nas propostas abaixo:

> Desenvolvimento de políticas de incentivos aos estudantes do ensino médio e profissional com foco na conclusão do ciclo da educação básica; Desenvolvimento de estratégias para a redução do abandono e evasão escolar no ensino médio e profissional; Desenvolvimento de políticas de formação continuada dos profissionais do ensino médio e profissional; [...] Acompanhamento da saúde física e mental dos estudantes do ensino médio e profissional, focados nas ações afirmativas e de formação do cidadão; [...] **Consolidar a rede de educação profissional integrada no estado do Ceará**; Expansão do atendimento à demanda por educação profissional integrada no Ceará**; Desenvolver mecanismo para a alocação e atualização permanentes dos cursos técnicos e currículos da educação profissional, estruturados em ampla pesquisa e fontes de**

> **informações do contexto regional e potencial dos municípios**; **Desenvolver parcerias com o setor produtivo na consolidação da educação profissional no estado do Ceará**; Desenvolver mecanismos para monitorar e inserir o egresso da educação profissional no mercado de trabalho; Desenvolvimento das habilidades dos estudantes da educação profissional quando ao empreendedorismo; **Promoção de ações para articular o ensino médio à educação profissional, privilegiando áreas estratégicas para o desenvolvimento do Estado**; (Diretrizes gerais para elaboração de um plano de governo [2015-2018], 2014, p.13-14-grifo próprio).

Observamos das pontuações destacadas acima, a forte tendência do governo no incentivo à educação profissional[97], deixando clara a sua articulação com o mercado de trabalho e a transformação destes estudantes em mão de obra a serviço dessas empresas interessadas na parceria com o governo.

O mesmo interesse em desenvolvimento não observamos em relação ao ensino superior, que aponta as seguintes metas:

> Reestruturar o sistema de ciência, tecnologia e inovação público estadual – SECITECE, NUTEC, FUNCEME, FUNCAP –, criando as carreiras de gestão, planejamento e infraestrutura em ciência, tecnologia e inovação; Aprimorar o marco legal estadual em ciência, tecnologia e inovação; Apoiar a transformação do campus da Universidade Federal do Ceará em Sobral na Universidade Federal da Região Norte do Ceará; **Apoiar a expansão do ensino superior público federal no Estado do Ceará; Interiorizar as ações de ciência, tecnologia e inovação; Expandir e consolidar a pós-graduação stricto sensu nas universidades estaduais**; Incentivar e apoiar a consolidação do ecossistema de inovação no Estado; Institucionalizar o Programa de Popularização da Ciência, incentivando os alunos do ensino fundamental ao estudo das ciências básicas**; Articular os programas de educação superior aos de educação básica; Consolidar a infraestrutura de pesquisa científica e inovação nas universidades e instituições de ciência e tecnologia; Dar continuidade ao programa de formação do corpo docente das universidades estaduais.** (Diretrizes gerais para elaboração de um plano de governo[2015-2018], 2014, p.15-grifo próprio).

Destacamos o trecho “apoiar a expansão do ensino superior público federal no Estado do Ceará”, pois este reforça a perspectiva dos governantes locais com a tentativa de federalizar a educação superior. Suas propostas no referido plano são bem superficiais e não trazem apontamentos reais de uma política de financiamento das universidades estaduais cearenses.

---

[97] “Apoio à expansão do ensino médio integral com o desenvolvimento de atividades extracurriculares no contraturno escolar focadas na ampliação do conhecimento dos estudantes e de suas perspectivas de futuro (plano de vida, orientação vocacional, tomada de decisão, socialização e etc”.)(Diretrizes gerais para elaboração de um plano de governo[2015-2018], 2014, p.12)

Em 2014, o governo Camilo escreveu um novo documento intitulado *Os 7 Cearás: propostas para o plano de governo*, apontava em sua seção sobre a educação superior que:

> o setor público tem papel relevante como promotor, incentivador e indutor da geração de conhecimento através da oferta de Ensino Superior de qualidade e por meio de programas de apoio à ciência, tecnologia e inovação. Em particular, as universidades estaduais do Ceará - UECE, URCA e UVA - são instituições públicas, gratuitas, patrimônios científicos, acadêmicos e culturais da sociedade cearense. É responsabilidade e competência do Estado, com participação da União, garantir o financiamento público dessas instituições nos termos das Constituições Federal e do Estado do Ceará. As universidades contribuem para a formação de capital humano, geração de conhecimento e inovação tecnológica, constituindo--se numa base imprescindível para o desenvolvimento econômico e social. Nos últimos anos, muitos investimentos foram realizados em diversas áreas das universidades estaduais; por outro lado, há ainda importantes desafios a serem vencidos. (Para o Ceará seguir mudando, 2014, p.135).

O referido documento destacava as ações prioritárias do governo para o ensino superior, as quais podemos resumir da seguinte forma:

> **Discutir a elaboração de uma Lei específica regulamentando a autonomia financeira, acadêmica e de gestão das universidades estaduais cearenses para que elas cumpram com as atividades de ensino, pesquisa e extensão**;
> **Garantir processos democráticos nas universidades estaduais**, estabelecendo e respeitando os instrumentos legais que garantam eleições democráticas dos gestores escolhidos pela mais ampla participação dos vários segmentos das universidades e por métodos que favoreçam o debate de opiniões e ideias do alunato, professorado e funcionários técnico-administrativos;
> Dialogar com a comunidade acadêmica política de reposição de vagas causadas por mortes, exonerações e aposentadorias de docentes, bem como sobre a realização de concurso para professor efetivo;
> **Criar e regulamentar um Plano de Cargos, Carreira e Salários para os servidores técnico -administrativos e realizar concurso público**;
> Estabelecer critérios relacionados a contratação de terceirizados, bem como buscar aumentar a participação de servidores de carreira;
> **Criar condições adequadas, inclusive salariais, para os professores substitutos;**
> Dialogar com os membros da comunidade científica um percentual dos Editais a ser destinado a instituições públicas estaduais e do interior do Estado; a criação de editais específicos para instituições estaduais; e as cláusulas de exclusão para a concessão de bolsas de Iniciação Científica.
> Lutar pela aprovação da Lei de Assistência Estudantil das universidades cearenses que já tramita na Assembleia Legislativa;
> Dialogar sobre Lei para escolha do Reitor e Vice-Reitor, assim como analisar os sistemas existentes no Brasil e no Exterior;
> Fortalecer e ampliar a democracia interna das universidades estaduais cearenses;
> Investir na modernização da estrutura arquitetônica e urbanística das universidades estaduais cearenses, garantido a acessibilidade e apoio didático--pedagógico aos alunos e professores com de ciência e/ou limitações físicas;

> **Negociação, com o Governo Federal, sobre a participação financeira da União no investimento e no custeio das Universidades Estaduais Cearenses, aliando-se o estabelecimento de regime de colaboração entre as três esferas de poder na oferta de educação superior**. (Para o Ceará seguir mudando, 2014, p.136- grifo próprio).

Analisando o trecho do documento acima, passada a gestão de Camilo Santana, observamos que apesar de parecer ser uma proposta elaborada pela comunidade acadêmica, estes pontos apresentados não foram colocados em voga, pelo contrário, a gestão de Camilo Santana foi caracterizada por sucessivos ataques às universidades estaduais.

O documento elenca as propostas para a construção do Plano Plurianual-PPA do governo:

> Democratização do acesso à Educação Superior; recomendação de adesão ao ENEM e de implantação do Sistema de Cotas; **elevação da taxa de matrícula na educação superior, com expansão de vagas e cursos nas IES públicas, em especial no turno noturno e no interior do Estado do Ceará; abertura de novos cursos articulados às novas profissões e ao desenvolvimento regional, com estímulo à reformulação das estruturas curriculares na direção das necessidades do Estado;**
> Apoio à criação de redes de mestrado e de doutorado, tanto no âmbito do Estado do Ceará quanto no âmbito regional e nacional;
> **Equiparação dos salários dos Professores Substitutos aos salários dos efetivos de mesma titulação, conforme Lei 14.116/2008 e Lei Complementar 14/1999 que regulamenta a seleção e contratação de Professores Substitutos;**
> Estímulo ao compartilhamento de bibliotecas, laboratórios especializados e infraestrutura laboratorial e de TI entre as IES no Estado do Ceará, fortalecido pela universalização da inclusão digital para todos os cearenses e garantia do acesso à internet banda larga para o sistema de Educação Superior pública, em especial no interior do Estado do Ceará;
> **Construção de sede própria para a UVA ou aquisição do prédio Betânia, onde hoje funciona o Campus Betânia, no qual estão localizados a Reitoria, 9 cursos de graduação e o Mestrado em Zootecnia**;
> Incentivo à mobilidade acadêmica, tanto discente quanto docente, no âmbito do Estado do Ceará, e viabilização de meios, através de instrumentos concebidos para este;
> **Capacitação às IES para utilização plena dos recursos federais oriundos do PROUNI, FIES e UAB**;
> **Estabelecimento de calendário de certames com vistas à reposição das carências de pessoal docente e técnico-administrativo das Universidades Estaduais Cearenses**;
> Ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente efetivo, em exercício no conjunto do sistema de educação superior; elevação gradual da qualificação dos professores das Universidades Estaduais do Ceará.
> **Consolidação da EaD como modalidade de oferta de Educação Superior e de formação continuada; institucionalização da EaD nas Universidades Estaduais do Ceará** (Para o Ceará seguir mudando, 2014, p.137-138- grifo próprio).

É importante verificarmos algumas questões apontadas no PPA, que pela sua não realização, ocasionaram atritos com a comunidade acadêmica, como a questão da equiparação salarial dos professores substitutos e suas péssimas condições de trabalho. Essa questão foi causa de mais um movimento paredista no âmbito da UECE em 2016.

Outro ponto contraditório e não cumprido na época acordada, diz respeito à proposta de construção de calendário de reposição das carências de profissionais nas estaduais cearenses, que historicamente, sofrem com a falta de professores e servidores técnico-administrativo.

> 27%, em média, dos docentes das universidades estaduais são professores substitutos. Quando analisamos individualmente a situação de cada universidade, o quadro torna-se mais alarmante. No caso da UECE, dos 1.107 professores, 761 são efetivos – o que representa 69% do total, e 341 são substitutos; ou seja, 31% do quadro têm um vínculo precário de contratação e remuneração muito inferior à dos efetivos. [...] No caso da URCA, esse número é ainda maior, pois, dos 644 professores, 256 são substitutos, isto é, 40% do total. Apenas 388 são efetivos – o equivalente a 60%. Já a UVA, diferentemente das duas, expressa o menor quadro de professores substitutos, apenas 37 docentes – equivalente a 10% do total de 387 – os outros 350 professores são efetivos. (Rocha, 2018, p.185-186).

Percebemos no referido documento, a pouca menção às universidades estaduais cearenses e seus incontáveis problemas ignorados pelo governo estadual. Nesse sentido, Bezerra (2022, p. 163) afirma que:

> As instituições praticamente não são citadas e não consta nenhuma menção aos seus problemas, a falta de recursos, ou mesmo qualquer proposta de elevação do orçamento das universidades estaduais. Em contrapartida, reitera-se de forma imprecisa a autonomia de gestão administrativa e financeira das instituições e em conformidade, em todos os planos, demonstra-se a importância de aproximar as universidades do setor industrial em vista do processo de inovação tecnológica. Não por acaso a educação superior é apartada das demais etapas de ensino e é inserida no âmbito da ciência e tecnologia.

Ainda no âmbito dessa pouca relevância dada as estaduais nos planos de governo, Bezerra (2022) traz uma nova contribuição.

> Depois do governo das Mudanças, com o Tasso Jereissati, depois Ciro Gomes, as universidades estaduais não aparecem mais, não tem mais uma importância nos planos de governo. Eu diria que esse é um grande problema. […] o governo já não dava mais tanta importância e passou a tratar essas instituições como um peso, como algo que o Estado tinha assumido, mas que era algo oneroso e que não fazia muito sentido investir ou tratá-las como instituições centrais no desenvolvimento econômico, cultural e social do Estado. Então, esse é o grande problema que eu identifico desde então em todos os governos. Você vai ter uma mudança de tintura, uma tintura a mais, uma valorização a mais, talvez no governo de

> Cid Gomes, no segundo governo de Cid Gomes para este governo atual de Camilo Santana. Mas, no geral, há uma linha de continuidade de tratar os planos de governo, de tratar essas instituições com um certo desdém (Bezerra, 2022, p.163).

Essa invisibilidade exibe uma contradição, ao mesmo tempo que as estaduais não têm destaque nos planos de governo, o mesmo não acontece quando elas conquistam prêmios e destaque nacionalmente, pois o governo lança notícias da qualidade da educação superior cearense. Sobre este aspecto da apropriação das conquistas pelo governo, Alves (2018) assinala:

> Observando as notícias, percebemos que em alguns momentos os *sites* do governo do Ceará (Gabinete do Governador- Gabgov, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior- Secitece, Assembleia Legislativa-ALCE, Fundação Cearense de Apoio a Pesquisa-Funcap), divulgam as conquistas de prêmios da universidade, quando a realidade é que estes mesmos órgãos ignoram os seus problemas e sucateamento. Por vezes acionaram batalhões da polícia para reprimir professores e estudantes, quando estes vão aos seus recintos protestar contra o descaso com as universidades estaduais cearenses. (Alves, 2018, p.116).

Inferimos do exposto por Alves (2018), uma das grandes contradições que permeia a relação governo e universidades estaduais, visto que os gestores locais que ignoram a existência dos problemas recorrentes das universidades públicas, tratam como conquista deles, os avanços obtidos pelas referidas instituições de ensino no Ceará.

Ressaltamos a perspectiva de privatização do ensino superior, quando ele diz: capacitação às IES para utilização plena dos recursos federais oriundos do PROUNI, FIES e Universidade Aberta do Brasil (UAB)[98] e, também, consolidação da EAD como modalidade de oferta de educação superior e de formação continuada; institucionalização da EAD nas universidades estaduais do Ceará, ambas essas perspectivas estão fortemente vinculadas ao projeto nacional de mercantilização da

---

[98] O programa busca ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação a distância. A prioridade é formação inicial a professores em exercício na educação básica pública, porém ainda sem graduação, além de formação continuada àqueles já graduados. Outro objetivo do programa é reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior e desenvolver um amplo sistema nacional de educação superior a distância. Há polos de apoio para o desenvolvimento de atividades pedagógicas presenciais, em que os alunos entram em contato com tutores e professores e têm acesso a biblioteca e laboratórios de informática, biologia, química e física. Uma das propostas da Universidade Aberta do Brasil (UAB) é formar professores e outros profissionais de educação nas áreas da diversidade. O objetivo é a disseminação e o desenvolvimento de metodologias educacionais de inserção dos temas de áreas como educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação patrimonial, educação para os direitos humanos, educação das relações étnico-raciais, de gênero e orientação sexual e temas da atualidade no cotidiano das práticas das redes de ensino pública e privada de educação básica no Brasil. MEC UAB--site. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/uab

educação superior. Sobre essa perspectiva de crescimento da educação superior pelo viés privatista, apontamos alguns dados do INEP.

Tabela 8: Matriculas em cursos de graduação presenciais por categoria administrativa -Ceará 1991-2022

ANO	TOTAL	PRIVADO	PÚBLICO			PRIVADO %	PÚBLICO %	ESTADUAL/ PÚBLICO %
			Federal	Estadual	Total			
1991	37.904	10.363	11.894	**15.647**	27.541	27,34	72,66	**56,81**
1992	38.823	9.973	11.848	**17.002**	28.850	25,69	74,31	**58,93**
1993	36.048	10.067	10.275	**15.706**	25.981	27,93	72,07	**60,45**
1994	36.820	10.099	10.157	**16.564**	26.721	27,43	72,57	**61,99**
1995	38.005	10.598	10.567	**16.840**	27.407	27,89	72,11	**61,44**
1996	41.238	11.160	10.704	**19.374**	30.078	27,06	72,94	**64,41**
1997	42.377	11.612	11.718	**19.047**	30.765	27,40	72,60	**61,91**
1998	46.496	12.940	13.357	**20.199**	33.556	27,83	72,17	**60,19**
1999	52.422	14.974	14.462	**22.986**	37.448	28,56	71,44	**61,38**
2000	56.717	17.462	16.274	**22.981**	39.255	30,79	69,21	**58,54**
2001	63.429	20.699	17.525	**25.205**	42.730	32,63	67,37	**58,99**
2002	74.271	27.919	19.019	**27.333**	46.352	37,59	62,41	**58,97**
2003	83.808	35.550	20.968	**27.290**	48.258	42,42	57,58	**56,55**
2004	94.140	44.263	23.302	**26.575**	49.877	47,02	52,98	**53,28**
2005	99.597	49.605	23.067	**26.925**	49.992	49,81	50,19	**53,86**
2006	108.364	58.943	24.307	**25.114**	49.421	54,39	45,61	**50,82**
2007	121.135	68.622	26.199	**26.314**	52.513	56,65	43,35	**50,11**
2008	136.720	75.580	28.968	**32.172**	61.140	55,28	44,72	**52,62**
2009	136.781	80.102	26.706	**29.973**	56.679	58,56	41,44	**52,88**
2010	152.430	92.000	29.530	**30.900**	60.430	60,36	39,64	**51,13**
2011	166.917	101.113	31.786	**34.018**	65.804	60,58	39,42	**51,70**
2012	182.938	114.046	33.340	**35.552**	68.892	62,34	37,66	**51,61**
2013	202.079	130.243	35.312	**36.524**	71.836	64,45	35,55	**50,84**
2014	228.348	152.742	37.132	**38.474**	75.606	66,89	33,11	**50,89**
2015	243.905	163.665	39.686	**40.554**	80.240	67,10	32,90	**50,54**
2016	257.827	171.250	44.155	**42.422**	86.577	66,42	33,58	**49,00**
2017	251.594	161.847	46.701	**43.046**	89.747	64,33	35,67	**47,96**
2018	247.837	156.645	50.019	**41.173**	91.192	63,20	36,80	**45,15**
2019	239.792	150.112	52.813	**36.867**	89.680	62,60	37,40	**41,11**
2020	219.722	134.518	50.620	**34.584**	85.204	61,22	38,78	**40,59**
2021	193.277	119.020	52.298	**21.959**	74.257	61,58	38,42	**29,57**
2022	205.410	117.227	53.326	**34.857**	88.183	57,07	42,93	**39,53**
Δ %	**441,92**	**1031,21**	**348,34**	**122,77**	**220,19**	XXXX	XXX	XXX

Fonte: INEP - Censo do ensino superior. Elaboração própria (2024)

Observamos alguns dados que merecem análise desse aspecto privatista do ensino superior cearense. Em 1991, tínhamos no setor privado 10.363

matrículas, em 2022, este número subiu para 117.227, representando um crescimento em pouco mais de vinte anos de 1031,21%. Ao analisarmos as matrículas nas estaduais, temos em 1991, um total de 15.647 na rede pública, já em 2022 um total de 34.857, representando um crescimento de 122,77%. Um aumento ínfimo comparado ao do setor privado, conforme verificamos na tabela a seguir, sobre as instituições de ensino superior no período de 1995 a 2022.

Tabela 9: Evolução das Instituições de Ensino Superior no setor público e no privado - Ceará - 1995-2022 (%)

Ano	Federal	Estadual	Público	Privado
1995	1	**3**	4	4
1996	1	**3**	4	4
1997	1	**3**	4	4
1998	1	**3**	4	6
1999	1	**3**	4	7
2000	1	**3**	4	9
2001	1	**3**	4	15
2002	2	**3**	5	20
2003	2	**3**	5	27
2004	2	**3**	5	37
2005	3	**3**	6	41
2006	3	**3**	6	45
2007	3	**3**	6	45
2008	2	**3**	5	47
2009	2	**3**	5	46
2010	2	**3**	5	43
2011	3	**3**	6	47
2012	3	**3**	6	48
2013	4	**3**	7	47
2014	4	**3**	7	46
2015	4	**3**	7	51
2016	4	**3**	7	58
2017	4	**3**	7	65
2018	4	**3**	7	76
2019	4	**3**	7	86
2020	4	**3**	7	82
2021	4	**3**	7	91
2022	4	**3**	7	96
Δ %	**300**	**0**	**75**	**2.300**

Fonte: INEP- Censo da Educação Superior- elaboração própria (2024)

A tabela nos aponta, dados extremamente significativos, para entender a ampliação das instituições particulares. Em 1995, o estado do Ceará contava com 4 instituições privadas, passando para 96 em 2022, representando, dessa forma, um crescimento de 2.300%. O setor público estadual permaneceu estagnado, no

período supracitado não houve a criação de nenhuma nova universidade estadual, permanecendo apenas as três estaduais. O setor federal, saiu de 1, a Universidade Federal do Ceará (UFC), para 4 instituições em 2022. São elas: Universidade Federal do Cariri (UFCA); Instituto Federal do Ceará (IFCE) e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

Confirmamos, o que era apontado nos planos e objetivos dos diferentes governos, que propagavam a transferência da educação superior para a iniciativa privada, tal como preconizado pelo projeto nacional de educação que, atrelado aos preceitos neoliberais, vê a educação como serviço a ser comercializado.

> A rede privada concentra 95,9% das matrículas EAD. Nos cursos presenciais, o índice é de 57,1%. Entre 2021 e 2022, as matrículas em cursos presenciais cresceram 6,3%, com queda de 1,5% na rede privada. No EAD, o aumento no período foi de 21,0%: 22,3% na rede privada. 62,9% dos calouros em 2022 entraram em um curso EAD. Nos cursos presenciais, houve crescimento de 17,4% no número de ingressantes: 18,0% na rede privada. No EAD, o aumento foi de 32,5%: 30,9% nas IES privadas. 40,1 mil estudantes concluíram a graduação em 2022, 34,3% em cursos EAD. Nos cursos presenciais, houve crescimento de 3,9% de concluintes, com queda de 1,2% na rede privada. No EAD, houve queda de 0,8%, com aumento de 4,6% na rede privada. (Semesp, 2024, p.151).

Voltando ao governo Camilo Santana, merece destaque a questão salarial, que durante a sua gestão vivenciou seu pior cenário, visto que as perdas salariais foram crescentes, dado que o governo assumiu uma política de ajuste zero no salário do funcionalismo e implementou uma reforma da previdência, antes mesmo da nacional, que repercutiu diretamente nos ganhos reais da categoria.

> Em face dessa conjuntura, o governo aprovou, num clima de normalidade e tranquilidade, a Emenda Constitucional 88/2016 (EC do teto dos gastos públicos) no mesmo espírito da EC 95/2016 do governo federal, que tem por objetivo congelar os gastos primários do Estado. Na mesma calmaria, fez tramitar e aprovar a Lei Complementar nº167/2016 (DOE de 28/12/2016), que eleva a contribuição previdenciária dos servidores estaduais de 11% para 12% em 2017, de 12% para 13% em 2018 e de 13% para 14% em 2019. (Macário, 2019, p.12).

Essa reforma aprovada na gestão Camilo, trouxe impactos significativos na categoria docente, como: endividamento, perda no padrão de vida pela redução salarial, entre outros.

Tabela 10: IPCA acumulado e reajustes salariais dos docentes das universidades estaduais do Ceará – 2015 – 2019

IPCA		REAJUSTE GOVERNO		IPCA	REAJUSTE
ANO	%	MÊS/ANO	%	ACUMULADO	ACUMULADO
2014	6,41	jan/15	6,45	1,0641	1,0645
2015	10,67	jan/16	0,00	1,1776	1,0645
2016	6,29	jan/17	2,00	1,2517	1,0858
2017	2,95	jan/18	3,00	1,2886	1,1184
2018	3,75	jan/19	0,00	1,3370	1,1184
2019	4,31	jan/20	0,00	1,3946	1,1184

Fonte: Dados extraídos de Macário (2019, p.12)

Inferimos da tabela, que apesar dos dados evidenciarem uma situação econômica confortável, o governo implementou em 2018 e 2019 reajuste 0%, o que ocasionou perdas salariais consistentes para a categoria.

> O padrão salarial que se mantinha estável desde a conquista do PCCV, em 2008, começa a sofrer grave corrosão a partir do ano de 2015, quando se inicia o primeiro mandato do governador Camilo Santana (PT). No quadro da crise econômica, política e fiscal e da imposição de uma agenda regressiva em escala nacional, o governo recém empossado resolveu adotar uma postura austera para com as políticas e os servidores públicos. (Macário, 2019, p.11).

O segundo governo de Camilo Santana, reeleito com muita tranquilidade para o mandato (2019-2022), apontava em seu plano de governo o seguinte comentário sobre a importância da educação.

> Sabemos, por exemplo, que investir em educação é a melhor forma de transformar as pessoas e a sociedade. E acreditamos que educação significa mais acesso à ciência, tecnologia e inovação, capazes de criar riqueza (social, cultural e econômica) e também criam o futuro. Um futuro melhor para todos. (Ceará - estado criativo, inovador e transformador, 2018, p.1).

É até irônico que um governo que desprestigiou tanto a educação com a justificativa de crise fiscal, ressalte este aspecto em seu plano. Mais uma vez, é um documento que pouco cita as universidades estaduais, mencionando apenas o seguinte aspecto a ser executado: direcionamento das pesquisas nas universidades estaduais para melhoria das condições de vida das pessoas em situação de vulnerabilidade. (Ceará - estado criativo, inovador e transformador, 2018, p.7).

A segunda gestão de Camilo Santana à frente das estaduais, foi um período complexo, visto que, conforme já mencionamos, ocorreram profundos ataques e cortes no orçamento das universidades. Foi um governo marcado, mais

uma vez pela falta de diálogo, acentuada pela existência da pandemia e pela falácia governista de crise fiscal, fato usado por Camilo para implementar vários cortes no orçamento, não conceder direitos adquiridos pelo PCCV e congelar os salários ao patamar de 2007, exposto na introdução deste trabalho, ocasionando um dos maiores desmontes já vistos na história das estaduais cearenses. Mas, com a chegada de Bolsonaro ao poder em 2019, o movimento docente encontrou dificuldade para reverter este cenário.

Podemos concluir, dos planos citados, que independente do governo, não existia uma proposta clara de financiamento e desenvolvimento das três universidades estaduais cearenses, apenas são mencionadas como objeto de incremento ao desenvolvimento do mercado e formação de professores. Feitas essas considerações acerca dos planos de governos de Lúcio (2003) a Camilo (2022), apontamos agora como se desenvolveram as três universidades estaduais, apesar desse contexto adverso.

3.3. Universidades Estaduais do Ceará: breve histórico e caracterização.

No Ceará existem três universidades estaduais, conforme já mencionamos anteriormente, estas instituições, ao longo de suas histórias, sofreram com o descaso dos governos estaduais, enfrentaram o abandono e os discursos governamentais de que eram onerosas e sem grandes retornos econômicos para a população.

> Ao longo de suas trajetórias, as IES estaduais do Ceará sobreviveram com dificuldades financeiras evidentes, que se manifestaram em diversos problemas que tem afetado o seu funcionamento, como: a falta professores e servidores, a ausência ou precária política de assistência estudantil, as condições infraestruturais deficitárias, entre outros que existem e se perpetuaram desde o surgimento das universidades (Bezerra, 2022, p.178-179).

Macário (2019) diz que a UECE, URCA e UVA desempenham importante papel, seja na oferta de vagas, seja no processo de interiorização e no protagonismo que desempenham na formação de professores, na produção científica. Elas estão presentes na capital e em todas as principais cidades do interior do estado. Apesar de não ser ainda o ideal em termos de atender a população, mesmo assim, constituem um patrimônio da nossa educação pública cearense, ao passo que são desenvolvedoras de importantes pesquisas.

3.3.1 A Universidade Estadual do Ceará- UECE

A Universidade Estadual do Ceará foi objeto de estudo do trabalho dissertativo que inspirou esta tese, por essa razão, apontamos aqui algumas atualizações dessa dissertação[99] e os elementos mais relevantes encontrados naquele estudo. Inicialmente, trazemos alguns dados da história[100] da universidade e suas gestões.

Sua trajetória começa com a missão de produzir e disseminar conhecimentos e formar profissionais para promover o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da região, a história da Universidade Estadual do Ceará (UECE) começa com a Lei nº 9.753, de 18 de outubro de 1973, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Educacional do Estado do Ceará (FUNEDUCE), cuja primeira presidente foi a professora Antonieta Cals de Oliveira.

Com a Resolução nº 2, de 5 de março de 1975, do Conselho Diretor, referendada pelo Decreto nº 11.233, de 10 de março do mesmo ano, foi criada a Universidade Estadual do Ceará, que teve incorporada ao seu patrimônio as Unidades de Ensino Superior existentes na época: Escola de Administração do Ceará, Faculdade de Veterinária do Ceará, Escola de Serviço Social de Fortaleza, Escola de Enfermagem São Vicente de Paula, Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, em Limoeiro do Norte, além da Televisão Educativa, canal 5. (Uece [site], 2024).

Ao firmar-se como Universidade, transformou aquelas Escolas em seus primeiros cursos de graduação, aos quais outros foram somados. Seu primeiro reitor foi o professor Antônio Martins Filho, e, graças ao seu empenho e à sua dedicação junto às autoridades federais, obteve-se o reconhecimento da Universidade Estadual do Ceará, que, incontestavelmente, abriu novas possibilidades de desenvolvimento para o Estado e para a Região. (Uece [site], 2024).

A UECE teve sua instalação concretizada somente em 1977. Nesse período de dois anos, direcionou seu âmbito de abrangência àquelas profissões mais necessárias ao desenvolvimento do Ceará na época: Ciências da Saúde – Enfermagem e Nutrição; Ciências Tecnológicas – Matemática, Física, Química,

---

[99] ALVES, Danielle Coelho. Política de Educação Superior no Ceará e a resistência do movimento docente na Universidade Estadual do Ceará - UECE. 2018. 179f. Dissertação (Mestrado em)- Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós- Graduação em Educação, Fortaleza (CE), 2018

[100] Histórico da UECE extraído de seu site. Disponível em: https://www.uece.br/institucional/historico/

Ciências Pura, Geografia e Ciências da Computação; Ciências Sociais – Administração, Ciências Contábeis, Serviço Social e Pedagogia; Ciências Humanas – Letras, Filosofia, História, Música, Instrumento-Piano e Estudos Sociais e Ciências Agrárias – Medicina Veterinária. (Uece [site], 2024).

Por necessidade de adequação às novas exigências administrativas que se evidenciaram nos três primeiros anos de funcionamento, a FUNEDUCE foi transformada em Fundação Universidade Estadual do Ceará, a FUNECE, por força da Lei nº 10.262, de 18 de maio de 1979, e do Decreto nº 13.252, de 23 de maio do mesmo ano. (Uece [site], 2024).

Criada com o objetivo de atender às necessidades do desenvolvimento científico e tecnológico do estado do Ceará, a UECE passou a atuar em outros municípios do Estado, estruturando-se, a partir daí, em rede multicampi com Faculdades nos Municípios de Crato, Juazeiro do Norte, Iguatu, Quixadá, Limoeiro do Norte, Crateús, Ipu, Ubajara, Redenção e Cedro. (Uece [site], 2024).

A Universidade Estadual do Ceará (UECE) é, atualmente, uma Instituição de Ensino Superior constituída em forma de Fundação com personalidade jurídica de Direito Público, criada pelo Decreto nº 11.233, de 10 de março de 1975.

Constituída por uma rede multicampi, que, historicamente, prioriza os cursos voltados para a formação de professores, a UECE vem acumulando experiências e transformando o seu perfil curricular em função da melhoria da formação profissional de seus alunos e, consequentemente, da elevação da qualidade de vida da sociedade cearense. (Uece [site], 2024).

Ainda abordando um pouco de sua história, apontamos as gestões que marcaram a reitoria da universidade, desde a sua fundação aos dias atuais (2024). A primeira gestão, foi nomeada no dia 13 de maio de 1977, por meio de lista sêxtupla, foram nomeados, pelo então governador Adauto Bezerra, o professor Danísio Dalton da Rocha Corrêa como reitor e o professor João Nazareth Cardoso como vice-reitor.

Em 1981, o professor Danísio Dalton da Rocha Corrêa assumiu a Secretaria de Educação do Estado, e o professor Padre Luiz Moreira assumiu como reitor *pro tempore*[101], sendo logo depois nomeado reitor da UECE, por ato do então governador Virgílio Távora.

---

[101] Expressão que quer dizer: de modo temporário ou provisório (ex: presidente pro tempore; reitor pro tempore). In Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2024. Disponível em: https://dicionario.priberam.org/pro%20tempore.

Por meio de lista sêxtupla, foram nomeados, em 13 de abril de 1984, pelo então governador Gonzaga Mota, os professores Cláudio Régis de Lima Quixadá e Perípedes Franklin Maia Chaves, para as funções de reitor e vice-reitor, respectivamente. A quinta gestão teve como reitor o professor Perípedes Franklin Maia Chaves e como vice-reitor o professor Luiz Tavares Júnior, nomeados pelo governador Tasso Jereissati, em 14 de abril de 1988. Ato do governador Ciro Ferreira Gomes, de 12 de maio de 1992, nomeou para a sexta gestão administrativa da UECE os professores Paulo de Melo Jorge Filho e Hélio Bonfim de Macêdo, respectivamente reitor e vice-reitor.

Para a sétima gestão administrativa da UECE, foram nomeados, em 24 de maio de 1996, o professor Manassés Claudino Fonteles como reitor, e o professor Francisco de Assis Moura Araripe, que assumiu a Vice-Reitoria em 10 de junho de 1996, nomeados pelo governador Tasso Jereissati.

Em 22 de maio de 2000, os professores Manassés Claudino Fonteles e Francisco de Assis Moura Araripe assumiram seu segundo reitorado. Em 6 de outubro de 2003 o professor Manassés Claudino Fonteles afastou-se, e assumiu como reitor o professor Francisco de Assis Moura Araripe, terminando o mandato em 22 de maio de 2004. Os professores Jáder Onofre de Morais e João Nogueira Mota, assumiram os cargos de reitor e vice-reitor, respectivamente, para o período de 2004 a 2008.

No período de 2008 a 2012, os professores Francisco de Assis Moura Araripe e Antônio de Oliveira Gomes Neto assumiram os cargos de reitor e vice-reitor, nomeados pelo governador Cid Gomes. Vale mencionar que na gestão de Araripe, o Sindicato dos professores da UECE teve inúmeros pedidos de acesso aos dados da instituição negados, fato que ocasionou na contratação da pesquisadora para fazer um levantamento no Diário Oficial do Estado sobre os números da UECE.

Os professores José Jackson Coelho Sampaio e Hidelbrando, dos Santos Soares, respectivamente reitor e vice-reitor, assumiram, em 23 de maio de 2012 até 22 de maio de 2016, nomeados por ato do governador Cid Ferreira Gomes, sendo novamente eleitos em 2016 para gestão da UECE até maio de 2020. Devido à pandemia da Covid-19, a professora Josete Castelo Branco Sales foi nomeada pelo governador Camilo Santana como reitora *pro tempore* até que fosse possível a realização das eleições.

Em 18 de novembro de 2020, a consulta acadêmica foi realizada, tendo como mais votados os professores Hidelbrando dos Santos Soares e Dárcio Ítalo Alves Teixeira. No dia 13 de janeiro de 2021, os professores mais votados foram nomeados pelo governador Camilo Santana e tomaram posse em cerimônia realizada na UECE no dia 15 do mesmo mês. Ironicamente, Hidelbrando foi uma figura na construção da SINDUECE e na sua gestão, implementa grandes ataques a categoria docente.

A UECE conta em 2024 com 5 centros: Centro De Estudos Sociais Aplicados-CESA, Centro de Educação-CED, Centro de Ciências da Saúde- CCS, Centro de Humanidades- CH e Centro de Ciências e Tecnologia- CCT. Possui 9 faculdades: Faculdade de Educação de Itapipoca-FACEDI, Faculdade de Veterinária-FAVET, Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos- FAFIDAM, Faculdade de Educação de Crateús- FAEC, Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu-FECLI, Faculdade de Educação, Ciências e Letras dos Inhamuns-CECITEC, Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central-FECLESC e Faculdade de Educação e Ciências Integradas do Sertão de Canindé- FECISC ; e, por último, 1 instituto: o Instituto de Ciências Biomédicas-ICB

Além dessas faculdades e centros, a UECE ainda tem em sua estrutura 43 polos de educação a distância, viés que reforça a proposta de consolidação da Ead na instituição, com mais de 2477 alunos matriculados no referido ano. As matrículas presenciais somam um total de 13.044 alunos ativos na graduação, distribuídos em 29 cursos na capital e 44 no interior. Nos programas de pós-graduação 2445 estudantes ativos.

Para atender a essa grande comunidade acadêmica, temos o quantitativo de servidores efetivos na universidade, temos apenas 273 técnico-administrativo e 917 docentes concursados. Sobre o perfil docente em 2024, temos a seguinte situação.

Quadro 6: Professores efetivos por categoria e formação acadêmica (2024)

CATEGORIA		**INSTRUÇÃO**	
Adjunto	487	Doutor	423
Assistente	244	Especialista	10
Associado	172	Graduado	8
Auxiliar	5	Mestre	234
Titular	9	Pós-doutor	242
Total	**917**	**Total**	917

Fonte: Uece- Elaboração própria (2024)

A carência de professores é uma marca na história da UECE, fato que ocasionou diversas greves e mobilizações pautando essa questão. Vimos, anteriormente que a UECE conta com mais de 13 mil alunos na graduação, para cerca de 917 professores efetivos. Existe uma vacância enorme de vagas para professores efetivos, que ao invés de fazer concurso, as gestões estaduais optam por contratar professores substitutos e temporários.

Quadro 7: Número de Professores Efetivos, Substitutos e Visitantes de 2008-2022

ANO	EFETIVO	SUBSTITUTO/ TEMPORÁRIO	VISITANTE	TOTAL
2008	879	116	4	**999**
2009	881	149	4	**1034**
2010	881	238	4	**1123**
2011	792	217	2	**1011**
2012	774	266	3	**1043**
2013	771	0	5	**776**
2014	772	245	5	**1022**
2015	724	341	7	**1072**
2016	787	304	3	**1094**
2017	757	284	5	**1046**
2018	750	344	19	**1113**
2019	735	372	12	**1119**
2020	738	350	28	**1116**
2021	700	338	21	**1059**
2022	669	326	0	**995**

Fonte: Uece em Números- Elaboração Própria (2024)

O quadro nos aponta uma realidade assustadora, em 2008 a universidade contava com 116 professores substitutos, num universo de 999 docentes. Em 2022, essa realidade apontava 326 professores substitutos e temporários, e apenas 669 professores efetivos. Ressaltamos ainda, que entre os anos 2015 a 2022, os números de professores substitutos correspondiam, praticamente, a metade do quadro docente da universidade. O número de efetivos apenas aumentou em decorrência do concurso realizado em 2022 que diminuiu um pouco a demanda de professores. É importante mencionarmos, que este concurso foi feito sem Dedicação

Exclusiva[102], importante para a dedicação total do docente a universidade e relevante aporte financeiro.

> Os editais foram publicados no Diário Oficial do Estado (DOE) desta terça-feira (26). São oferecidas, ao todo, 365 vagas, sendo 230 para professores assistentes e 135 para adjuntos, tornando o concurso o maior já realizado para a Universidade Estadual do Ceará (Uece)[...]. As vagas previstas nos editais, dividem-se para provimento imediato de cargos nos cursos já existentes da Uece e ao preenchimento de cargos dos cursos novos criados no âmbito dos campi situados nos municípios de Canindé, Quixeramobim, Aracati, Crateús e Tauá.. (Uece- Maior concurso[site], 2022, n.p).

Ainda nessa notícia publicada no *site* da instituição em 2022, o reitor da instituição ressalta que com este concurso o número de docentes efetivos, finalmente terá um acréscimo considerável. Reflete ainda sobre o anunciado projeto de ampliação da UECE. Aspectos sobre os quais ele diz que:

> [...] isso significa "uma conquista histórica para a Uece. É o maior concurso para professores já realizado na Universidade, representando um aumento de mais de 50% no atual número de professores efetivos de nosso quadro. Esse dado, por si só, é motivo de celebração. Também, estamos vivendo a maior e mais qualificada expansão e interiorização de nossa história, e o concurso é uma das garantias da qualidade desse processo. (Uece- Maior concurso [site], 2022, n.p)

Retomando o debate sobre a pós-graduação na universidade e como esta, apesar do descaso governamental vem se ampliando, destacamos o gráfico abaixo sobre a quantidade de cursos e programas de pós-graduação.

Gráfico 7: Quantidade de cursos e programas em 2024

Fonte: Uece- metabase (2024)

[102] Dedicação Exclusiva (DE) é o regime que implica, ao servidor docente, o impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, com as exceções previstas na Lei 12.772/2012. Assim sendo, as exceções ao regime de dedicação exclusiva são todas as situações previstas em Lei em permitem a acumulação do cargo de docente em regime de DE com outras funções remuneradas. Disponível em: https://portal.ifba.edu.br/dgp/manual-do-servidor/itens-do-manual/excecoes-ao-regime-de-dedicacao-exclusiva

Inferimos do gráfico, a grande quantidade de cursos de especialização, em sua maioria pagos, com a verba destinada em parte ao Instituto de Estudos, Pesquisas e Projetos da Universidade Estadual do Ceará (IEPRO)[103]. Estes cursos pagos tornaram-se um mecanismo de sobrevivência da universidade, ao passo que professores aumentam as suas remunerações através desse método.

> Alinhando-se aos imperativos do mercado, a universidade, na concepção de seus governantes deve, portanto, buscar parcerias e lançar produtos, seja através da venda direta de cursos como de Especialização e Mestrados profissionais, seja através de projetos e pesquisas previamente encomendadas por setores empresariais. (Alves, 2018, p.90).

No âmbito da pesquisa e o seu incentivo, vale a pena elencarmos dados sobre o quantitativo de bolsas dentro dos programas de iniciação cientifica vigentes na UECE de 2008 a 2022.

Quadro 8: Bolsas de Iniciação Cientifica- 2008-2020

ANO	IC UECE	IA	FUNCAP	PIBIC	PIBIC AF	PIBIC EM	PIBITI	PROVIC PCA/UECE	TOTAL	ESTUDANTES
2008	172	0	121	110	0	0	0	94	**497**	17.037
2009	176	0	130	135	0	0	0	226	**667**	16.837
2010	177	0	170	149	2	0	10	235	**743**	16.306
2011	152	25	180	155	2	69	10	210	**803**	16.487
2012	153	25	180	163	2	80	10	278	**891**	17.837
2013	152	25	180	163	2	0	10	186	**718**	18.138
2014	234	16	198	174	2	0	10	0	**634**	18.499
2015	234	16	216	174	2	0	10	0	**652**	17.885
2016	234	16	214	174	2	0	9	0	**649**	16.975
2017	234	0	214	173	2	0	9	0	**632**	17.334
2018	234	0	215	175	2	0	9	16	**651**	17.140
2019	234	0	215	175	2	0	9	16	**651**	17.053
2020	234	0	214	175	2	0	8	16	**649**	18.399
2021	234	0	230	175	2	0	8	16	**665**	17.234
2022	234	0	235	178	2	0	8	16	**673**	17.510
Fonte: Uece em Números- Elaboração Própria (2024)										
*Em 2018, outro programa foi instituído na instituição o PCA/UECE										

[103] O Instituto de Estudos, Pesquisas e Projetos da Universidade Estadual do Ceará (IEPRO), é uma sociedade civil sem fins lucrativos, criado em novembro de 1995, com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento técnico- cientifico das instituições públicas e privadas do Estado do Ceará e da região, aproximando as culturas universitária, empresarial e governamental. Justifica-se, também, pela onda de inovações técnicas, organizacionais, gerenciais e financeiras que vêm varrendo as economias desenvolvidas e em desenvolvimento, configurando uma verdadeira revolução empresarial. Está claro que no cenário atual não existe mais espaço para modelos tradicionais de organização e gerência, para a rigidez das estruturas organizacionais complexas, para os estilos autocráticos de gestão. Nesse contexto, e para contribuir para esse novo mundo organizacional, nasceu o IEPRO. Na busca de soluções racionais para essas questões justifica-se a sua inserção no contexto das organizações que pretendem inovar-se para, num cenário de tantas turbulências, associar-se aos setores públicos e privados como um agente eficaz na indução de mudanças (IEPRO- site)

Ao observarmos o quadro, constatamos a pouca evolução no quantitativo de bolsas de fomento à ciência, em 2008 tínhamos apenas 497 bolsas totais para o número de 17 mil estudantes. Em 2022, 673 bolsas para os mesmos 17 mil estudantes matriculados. Ressaltamos que nos anos de 2008 a 2013, existia uma modalidade de bolsa sem remuneração, dentro do programa voluntário de iniciação científica da UECE, o PROVIC. Os alunos tinham que dedicar horas ao programa sem nenhum tipo de aporte financeiro. Ainda analisando os dados, verificamos que os anos de 2010, 2011 e 2012, fora o período com o maior número de bolsas de custeio.

É importante mencionarmos, que apesar dessa pouca quantidade de bolsas e o pequeno orçamento destinado à pesquisa na instituição, a mesma vem se consolidando no cenário local e nacional como uma grande instituição pesquisadora. Vertente essa que vem atraindo o interesse do mercado ao financiar pesquisas e, consequentemente, lucrar com seus resultados. Os professores têm que recorrer ao financiamento externo para sobreviver.

> Sobre os financiamentos externos captados por professores da Uece, Vale (2012) destaca que os líderes de pesquisa na universidade conquistaram 14 milhões de reais nos últimos quatro anos, através do edital de Pró-Equipamento Institucional/CAPES e programas da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), com foco na inovação científica e tecnológica (Alves, 2018, p.103-104).

Percebemos como a história da UECE é marcada pelos constantes cortes e falta de recursos para o básico. Cenário que após 2015, com o governo de Camilo Santana, teve esse viés cada vez mais frequente e normalizado.

> Em 2014, a expectativa de despesas da Uece girava em torno de 20 milhões, que ocasionaria um déficit de 2 milhões, esse valor liberado inicialmente. No entanto, o gasto efetivo do custeio total, ao final de 2014, foi de 33 milhões: 5 milhões para Monitoramento das Ações e Projetos Prioritários do Governo do Estado- MAPP- Gestão e 28 milhões para custeio geral (finalístico e de manutenção, atendendo aos demais equipamentos de todos os campi). Tivemos um investimento no custeio de 10 milhões que deveria ser utilizado na política de assistência estudantil, conquista da greve de 2013 [...] a universidade já vinha se mantendo a muito custo, cortando despesas e lutando para sobreviver. **Esta situação piorou nos últimos anos em decorrência da crise que se instalou no país e que teve forte impacto nas contas da Uece, na qual foi demandado um corte de 25% em suas contas** (Alves, 2018, p. 106-107- grifo próprio).

Conforme já afirmamos, apesar desse descaso a UECE vem se consolidando como uma das melhores universidades, obtendo premiações para seus professores e estudantes, conforme apontado por Alves (2018).

Quadro 9- Premiações a professores e estudantes da UECE

PREMIAÇÃO	**DATA DA NOTICIA**
Professor da UECE tem trabalho premiado com o Newton Mobility Grant da Inglaterra	04 de Abril de 2018
Alunos da Pós-Graduação em Geografia da Uece são finalistas em prêmio nacional	26 de Março de 2018
Uece é novamente premiada em Congresso Brasileiro de Software	02 de Outubro de 2017
UECE é destaque no Prêmio CAPES de Tese	16 de Outubro de 2017
Doutoranda do ProPGeo/Uece é premiada em 1º lugar no XII SBCG	03 de Novembro de 2016
Goes/Uece recebe prêmio de melhor artigo em Congresso Brasileiro de Software	28 de Setembro de 2016
PesquisAtores são premiados em Festival de Esquetes	04 de Agosto de 2016
Estudante de Química da Uece conquista prêmios em feira de Ciências e Engenharia	19 de Abril de 2016
Aluno da Facedi é premiado em universidade portuguesa	20 de Novembro de 2015
Professora da Faec/Uece recebe Prêmio Krostsch de Estudios sobre la Universidad	18 de Novembro de 2015
Professores e alunos do CMACFA são premiados em Simpósio Internacional	06 de Novembro de 2015
Aluna do ProPGeo é premiada em Encontro Nacional de Geografia	20 de Outubro de 2015
Dissertação do MACC ganha prêmio de Incentivo em Ciência e Tecnologia para o SUS	17 de Novembro de 2015
Estudante de Nutrição da UECE recebe prêmio de melhor estagiária do IEL	14 de Outubro de 2015
Professor do Mestrado de Física da Uece concorre ao prêmio ENI Award 2016	09 de Outubro de 2015
Mestrando da Uece tem artigo premiado em Simpósio Internacional, na Itália	10 de Setembro de 2015
Prêmio de melhor Dissertação de Mestrado da área de Ciências & Tecnologia	28 de Julho de 2015
Equipe do LARCES tem trabalho premiado em conferência no Camboja	26 de Janeiro de 2015
PPGCV recebe mais um Prêmio Capes de Tese	15 de Dezembro de 2014
Monografia de conclusão de curso da UECE ganha prêmio do Tribunal de Justiça	05 de Dezembro de 2014
PPGCV ganha pela sexta vez Prêmio Capes de Tese	06 de Outubro de 2014
Livro organizado por professora da UECE é finalista do Prêmio Jabuti 2014	26 de Setembro de 2014
Professora da UECE ganha Prêmio de Inovação do Setor Químico 2014	15 de Setembro de 2014
Aluno e funcionário da FECLESC ganha dois prêmios no mesmo dia	06 de Junho de 2014
Professora da FAEC é premiada pela Universidad Nacional Autónoma de México	16 de Abril de 2014
Ensaio sobre imagem das pessoas com deficiência em selos é premiado	11 de Abril de 2014
Mestre em Políticas Públicas pela UECE é premiada pelo Programa Muher e Ciência	05 de Março de 2014
Pesquisa de professor da UECE sobre o sagrado e o silêncio é premiada duas vezes	14 de Fevereiro de 2014
“Semana Universitária da UECE” agraciado com Prêmio Ceará de Cidadani@	20 de Novembro de 2013
Projeto Wikidesafios, do CADM/UECE, recebe Prêmio Jeito Universitário	31 de Outubro de 2013

Nas sete últimas edições do Prêmio Capes de Tese, PPGCV foi agraciado cinco vezes	09 de Outubro de 2013
Professora da FAFIDAM é agraciada com Prêmio Capes de Tese	09 de Outubro de 2013
Aluno da UECE é premiado em simpósio internacional de climatologia	07 de Outubro de 2013
Ex-aluno da UECE ganhador do Prêmio Professor Nota 10 visita a Reitoria	19 de Dezembro de 2012
FAVET ganha pela terceira vez Prêmio Capes de Teses	27 de Novembro de 2012
UECE ganha segundo lugar no Prêmio Ceará de Cidadani@ Eletrônica 2012	20 de Novembro de 2012
Ex-aluno da UECE ganha Prêmio Professor Nota 10, da Fundação Victor Civita	04 de Outubro de 2012
Professora lança livro de ensaio laureado com Prêmio Osmundo Pontes	03 de Outubro de 2012
Ex-aluno da UECE do Curso de Letras ganha Prêmio Educador Nota 10	10 de Agosto de 2012
Ex-aluna do PPGCV/FAVET recebe Prêmio Tese 2011 da CAPES	11 de Junho de 2012
Professor e alunos do curso de Medicina da Uece são premiados no CREMEC	30 de Janeiro de 2012
Rádio Web Ajir, coordenada por prof. da Uece, recebe prêmio em Brasília	29 de Dezembro de 2011
Uece vencedora do Prêmio FINEP INOVAÇÃO 2011	05 de Dezembro de 2011
Uece: a grande vencedora do Prêmio Ceará de Cidadani@ Eletrônica 2011	10 de Novembro de 2011
Uece premiada com quatro projetos no “Prêmio Ceará de Cidadani@ Eletrônica”	26 de Outubro de 2011
Ex-aluno da UECE ganha Prêmio de Melhor Tese em São Paulo	20 de Outubro de 2011
Alunos da Física da UECE têm trabalho premiado em Congresso Nacional	06 de Outubro de 2010
Médica Veterinária da Uece é indicada para o maior prêmio da Ciência Veterinária no país	04 de Outubro de 2011
Doutorandas da UECE são premiadas na XXIV Reunião Anual da SBTE	02 de Setembro de 2010
Professora da FAVET ganha prêmio como co-autora de artigo científico	06 de Janeiro de 2010
Pesquisador da UECE recebe Prêmio do CIESP	15 de Dezembro de 2009
UECE recebe Prêmio FINEP 2009/Região Nordeste	25 de Novembro de 2009
UECE é a segunda no Prêmio FINEP 2009/Região Nordeste	18 de Novembro de 2009
Pesquisadora da UECE ganha Prêmio na Área de Turismo	28 de Setembro de 2009
UECE mais uma vez ganha o Prêmio Capes de Teses em Medicina Veterinária	02 de Junho de 2009
Alunos da UECE são premiados no V Edital de Incentivo às Artes da SECULT	05 de Março de 2009

Fonte: Extraído de Alves (2018, p.111-112)

Das premiações acima, notamos o reconhecimento da universidade em diversos setores da sociedade, seja através de prêmios científicos, literários, reconhecimento a qualidade de teses e dissertações, trabalhos distintos. É uma demonstração da excelência dos membros da comunidade acadêmica ueceana, que apesar dos diminutos investimentos, produz conhecimento e busca formas de socializar estes, mesmo sem apoio financeiro da universidade para viagens e afins.

Apesar do abandono, a UECE vem se consolidando como uma das melhores instituições do país. Neste sentido, recorremos novamente a Alves (2018) para expor os dados coletados pela pesquisadora que confirmam essa excelência

conquistada pela UECE ao longo dos últimos anos, ironicamente anos de muitos cortes e precarização da universidade e das condições de vida da comunidade acadêmica.

Quadro 10 - Notícias da Excelência da UECE na mídia

NOTÍCIA	ANO	LINK
Uece está entre as 50 melhores instituições brasileiras no ranking do SCImago	2018	http://www.uece.br/uece/index.php/noticias/95138-2018-03-15-12-03-26
Uece está entre as 50 melhores instituições brasileiras no ranking do SCImago	2018	http://www.funcap.ce.gov.br/index.php/pagina-inicial/3-lista-de-noticias/45841-uece-esta-entre-as-50-melhores-instituicoes-brasileiras-no-ranking-do-scimago
Uece sobe no padrão de qualidade e curso de Medicina é o melhor do N/NE	2017	http://blogdoeliomar.com.br/2017/12/02/uece-sobe-no-padrao-de-qualidade-e-curso-de-medicina-e-o-melhor-n-ne/
Uece entre as 10% melhores instituições do mundo no Webometrics Ranking	2017	http://www.uece.br/uece/index.php/noticias/94704-2017-10-03-21-05-29
Cursos da UECE entre os melhores do Brasil	2017	http://www.sct.ce.gov.br/index.php/noticias/62231-cursos-da-uece-entre-os-melhores-do-brasil
Ranking aponta Uece como melhor universidade estadual do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil	2017	http://www.ceara.gov.br/2017/09/20/ranking-aponta-uece-como-melhor-universidade-estadual-do-norte-nordeste-e-centro-oeste-do-brasil/
UECE mais uma vez, a melhor Estadual do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País	2017	http://www.sct.ce.gov.br/index.php/noticias/62244-uece-mais-uma-vez-a-melhor-estadual-do-norte-nordeste-e-centro-oeste-do-pais
Uece é a melhor universidade estadual do Centro-Oeste, Nordeste e Norte, aponta pesquisa	2017	https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2017/09/uece-e-a-melhor-universidade-estadual-do-centro-oeste-nordeste-e-nort.html
Curso de Medicina da UECE é o 3º melhor do Brasil no ENADE	2017	http://www.uece.br/uece/index.php/noticias/94640-2017-09-06-17-30-28
Uece tem cursos entre os 15% melhores do Brasil	2017	http://www.uece.br/uece/index.php/noticias/94635-2017-09-05-14-02-56
Alunos do curso de Administração da Uece estão entre os 5% melhores do país	2017	http://www.uece.br/uece/index.php/noticias/94205-2017-03-15-12-20-47
Pela 6ª vez, Uece é a melhor Estadual do Norte, Nordeste e Centro-Oeste	2016	http://www.uece.br/uece/index.php/noticias/93793-2016-09-21-11-42-24
Uece é eleita a melhor universidade estadual no Norte, Nordeste e Centro-Oeste	2016	https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2016/09/uece-e-eleita-a-melhor-universidade-estadual-no-norte-nordeste-e-cent.html
Cursos de Letras da Uece estão entre os melhores do país segundo o MEC	2016	http://www.uece.br/uece/index.php/noticias/92999-2016-01-11-11-58-50
Uece é mais uma vez a melhor Estadual do Norte, Nordeste e Centro-Oeste	2016	http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/educacao/uece-e-mais-uma-vez-a-melhor-estadual-do-norte-nordeste-e-centro-oeste/
Carlos Felipe ressalta posição da Uece no Ranking Universitário da Folha	2015	https://www.al.ce.gov.br/index.php/oradores-expedientes/item/45313-17-09-2015-gm02
Uece é a melhor universidade estadual entre 3 regiões pela 5ª vez	2015	http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/educacao/uece-e-a-melhor-universidade-estadual-entre-3-regioes-pela-5a-vez/

Uece mais uma vez é melhor Estadual do Norte, Nordeste e Centro-Oeste	2015	http://www.uece.br/uece/index.php/noticias/92650-2015-09-16-16-02-42
Ranking: UECE é a melhor universidade estadual do N/NE	2014	http://sobralonline.com.br/ranking-uece-e-melhor-universidade/
UECE continua como melhor estadual do N/NE e oitava do País	2014	http://www.uece.br/uece/index.php/noticias/91439-uece-continua-como-melhor-estadual-do-nne-eoitva-do-pais
Ranking: UECE é a melhor universidade estadual do N/NE	2014	http://www.oestadoce.com.br/geral/ranking-uece-e-a-melhor-universidade-estadual-do-nne
UECE é classificada como 1ª melhor universidade estadual do N, NE e C-O	2013	http://www.uece.br/uece/index.php/noticias/90208-uece-e-classificada-como-a-1o-melhor-universidade-estadual-do-n-ne-e-centro-oeste
Uece é classificada como a 1ª melhor universidade estadual do N, NE e Centro-Oeste	2013	http://www.gabgov.ce.gov.br/2013/09/11/uece-e-classificada-como-a-1o-melhor-universidade-estadual-do-n-ne-e-centro-oeste/
Cursos da UECE entre os melhores na avaliação do MEC	2012	http://www.uece.br/uece/index.php/noticias/2930-cursos-da-uece-entre-os-melhores-na-avaliacao-do-mec
Uece é a 8ª melhor Universidade Estadual Brasileira e a 1ª do Norte, Nordeste e Centro-Oeste	2012	http://www.funcap.ce.gov.br/index.php/component/content/article/3-lista-de-noticias/44122-uece-e-a-9o-melhor-universidade-estadual-brasileira-e-a-1o-do-norte-nordeste-e-centro-oeste-
UECE é a 8ª melhor Universidade Estadual Brasileira e a 1ª do Norte, Nordeste e Centro-Oeste	2012	http://www.uece.br/uece/index.php/noticias/2481-uece-e-a-9o-melhor-universidade-estadual-brasileira-e-a-numero-um-do-norte-nordeste-e-centro-oeste
Cursos de Graduação da UECE estão entre os melhores do país	2011	http://www.uece.br/uece/index.php/noticias/1852-cursos-de-graduacao-da-uece-sao-bem-avaliados-no-guia-do-estudante
UECE melhora sua posição no ranking da avaliação da CAPES	2010	http://www.uece.br/uece/index.php/noticias/1267-uece-melhora-sua-posicao-no-ranking-da-avaliacao-da-capes

Fonte: Extraído de Alves (2018, p.115-116)

Concluímos que apesar de toda a sua história de abandono, sucateamento e precarização, a universidade vem resistindo e ressaltando seu valor para a sociedade. Ironicamente, nestes momentos os governos postam em seus *sites* os casos de sucesso das instituições.

Conforme verificamos nos planos, os governos estudados nessa pesquisa, assumiram uma postura de invisibilidade aos problemas das universidades estaduais, realidade que era exposta na mídia pela comunidade acadêmica que tentava lutar contra essa política de destruição das instituições.

Expostos estes elementos centrais sobre a UECE, apresentaremos, agora, o processo de criação e consolidação da URCA no interior do Ceará, enfrentando a omissão dos governos.

3.3.2 A Universidade Regional do Cariri- URCA

A Universidade Regional do Cariri (URCA)[104], foi criada pela Lei Estadual nº 11.191 de 09 de Junho de 1986, autorizada a funcionar por Decreto Presidencial de 11 de fevereiro de 1987 e, instalada em 07 de março e 1987. Em 1º de março de 1993 ela foi transformada em fundação, com o nome de Fundação Universidade Regional do Cariri (Lei 12.007-A). (Urca [site], 2024).

Foi originada a partir da Faculdade de Filosofia do Crato, onde eram ministrados os cursos de Pedagogia, Letras, História, Geografia e História Natural (habilitação plena em Biologia), reconhecidos pelos Decretos Federais nº 67.140/70 e nº 69.977/72 e Portaria Ministerial nº 487/80. (Urca [site], 2024).

Foram incorporados à Universidade, os cursos de Ciências Econômicas, Direito, Formação de Tecnólogo, nas modalidades Construção Civil – Edifícios, Topografia e Estradas e Ciências (curta duração), integrantes da rede da Universidade Estadual do Ceará – UECE. (Urca [site], 2024).

Uma instituição fortemente nascida da mobilização da comunidade regional em torno de um ideal, a URCA tem a grande missão, apontada no seu texto regimental e evidente na sua prática: “contribuir significativamente para a transformação da realidade regional, através de atividades de ensino, pesquisa e extensão. Em sintonia com as aspirações da sociedade, constituir-se agente ativo do processo de desenvolvimento das regiões do Cariri e Centro Sul do Ceará, prioritariamente. (Urca [site], 2024).

Entretanto, seu raio de ação geoeducacional mais direto, ultrapassa as fronteiras do Ceará, estendendo-se aos estados do Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Piauí, beneficiando 106 municípios. Atua na busca de soluções dos problemas relacionados com o desenvolvimento econômico e social da região, desenvolvimento sustentável e includente. Por sua função precípua a URCA se inclina também sobre os problemas nacionais e universais, sendo propulsora da ciência, da cultura e da civilização de forma criativa e inclusiva. (Urca [site], 2024).

Atualmente, a Universidade Regional do Cariri tem como demarcações a busca constate pela integração com a comunidade, o fortalecimento da produção do conhecimento aplicado em todas as suas áreas de atuação, a excelência na

---

[104] Dados sobre o histórico extraídos do site da instituição. Disponível em: http://www.urca.br/portal2/historico/. Acesso em 01 maio. 2024

instrução de profissionais e o destaque na formação de professores para atuar em todos os níveis da educação.

Na sua evolução ao longo do tempo, a URCA contou com importantes expansões: aquisição do Museu de Paleontologia Prof. Plácido Cidade Nuvens em Santana do Cariri, a implantação das suas unidades em Iguatu, Campos Sales e Missão Velha, a aprovação da candidatura do Araripe Geoparque Mundial da UNESCO com sucessivas avaliações exitosas, projeto de grande ousadia e que já é referência no Brasil e na América Latina.

Apontados estes elementos gerais da história e constituição da URCA, apresentamos agora alguns dados de sua estrutura. A universidade conta em 2024 com os *campus*: *Campus* Pimenta – Crato/CE; *Campus* São Miguel – Crato/CE; *Campus* de Artes Violeta Arraes – Crato/CE; *Campus* Crajubar – Juazeiro do Norte/CE; *Campus* de Campos Sales/CE; *Campus* de Missão Velha/CE e *Campus* de Iguatu/CE. Possui ainda os seguintes centros: Centro de Artes; Centro de Educação; Centro de Ciências e Tecnologia; Centro de Ciências Biológicas e da Saúde; Centro de Estudos Sociais Aplicados e Centro de Humanidades. Dispõe ainda dos seguintes institutos: Instituto Tecnológico do Cariri; Instituto Ecológico e Cultural do Cariri; Instituto José Marrocos de Pesquisa e Estudos Socioculturais do Cariri; Herbário Caririense Dárdano de Andrade Lima e Biotério.

No âmbito do ensino em Graduação, conta com os cursos divididos nos *campus*: Pimenta: Licenciatura em Ciências Biológicas – Noturno; Bacharelado em Ciências Biológicas – Diurno; Bacharelado em Ciências Econômicas – Matutino/Noturno; Licenciatura em Ciências Sociais – Noturno; Bacharelado em Ciências Sociais – Noturno; Licenciatura em Educação Física – Vespertino; Bacharelado em Enfermagem – Diurno; Licenciatura em Geografia – Matutino/Noturno; Licenciatura em História – Matutino/Noturno; Licenciatura em Letras – Matutino/Noturno; Licenciatura em Pedagogia – Matutino/Noturno; Licenciatura em Química – Diurno. Em São Miguel: Bacharelado em Direito – Vespertino/Noturno. No *Campus* de Artes Violeta Arraes: Licenciatura em Artes Visuais – Diurno; Licenciatura em Teatro – Diurno. No Crajubar: Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo – Diurno; Bacharelado em Eng. de Produção – Diurno; Licenciatura em Física – Diurno; Licenciatura em Matemática – Noturno; Tecnologia em Construção de Edifícios – Noturno; Tecnologia em Estradas – Noturno. Em Campos Sales: Licenciatura em Ciências Biológicas – Noturno; Licenciatura em

Letras – Noturno; Licenciatura em Matemática – Noturno. Em Missão Velha: Licenciatura em Ciências Biológicas – Noturno e Licenciatura em Letras – Noturno. E, por último, Iguatu: Bacharelado em Direito – Noturno; Bacharelado em Enfermagem – Noturno; Bacharelado em Ciências Econômicas – Noturno; Licenciatura Educação Física – Noturno. Vinculados a graduação UAB-Ead: os cursos de Licenciatura em Letras e Licenciatura em Matemática.

Em seu Estatuto, aprovado em 1986, aponta entre suas finalidades as seguintes premissas em seu Art. 4º:

> A Universidade tem como finalidades principais as seguintes: I - **Ministrar o ensino superior, abrangendo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, das letras e das artes e a formação de profissionais de nível universitário**; II - Estender às comunidades da região do Cariri, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhe são inerentes; III – Realizar e patrocinar atividades reclamadas pela política de desenvolvimento do Estado do Ceará e atender às exigências desta, no campo da cultura humanística e da tecnologia; IV – Contribuir para o progresso humano em geral, na elaboração, ampliação e transmissão de conhecimentos. (Universidade Regional do Cariri, 1986, p.1- grifo próprio).

No inciso destacado, verificamos a importância dada a pesquisa dentro do contexto de constituição de uma universidade, conforme apontado também, nos artigos 37 a 39.

> Art. 37 – **A pesquisa, em suas diversas formas, será considerada como função específica da Universidade, na busca de novos conhecimentos e técnicas e como recurso da natureza educativa empregado no cultivo da atividade científica, indispensável a uma correta formação universitária**. Art. 38 - Os projetos de pesquisa tomarão como ponto de partida os dados da realidade local, regional e nacional, sem perder de vista as generalizações, em contextos mais amplos, dos fatos descobertos e de suas interpretações. Art. 39 - A Universidade estenderá à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, os resultados da pesquisa. (Universidade Regional do Cariri, 1986, p.9-10- grifo próprio).

Inferimos do devido trecho do Estatuto da universidade, a preocupação com a vinculação entre ensino e pesquisa, e afirma o desejo que os resultados das pesquisas produzidas retornem à comunidade.

De uma universidade que antes, exclusivamente, formava professores, a URCA ampliou e incrementou à sua estratégica tarefa, a produção do conhecimento inovador pela criação de suas pós-graduações e consolidação da pesquisa, sendo a primeira instituição do Cariri a implantar a pós-graduação *stricto sensu* em nível de mestrado e de doutorado.

Em 2024, a URCA contava, segundo seu *site* de pós-graduação, com 65 cursos de especialização *lato sensu*: Língua Portuguesa e Literatura Brasileira e Africana; Ciências Políticas; Psicologia Jurídica; Gestão de Projetos; Perícia Criminal e Ciências Forenses; Direito Eleitoral; Serviço Público e Gestão de Pessoas; Sistematização da Assistência em Enfermagem; Direito Administrativo e Gestão Pública; Políticas de Assistência Social; Acupuntura; Ensino de Língua Inglesa; Métodos Estatísticos Aplicados a Saúde; Biodiversidade do Semiárido; Agroecologia; Enfermagem Cardiovascular; Direito Penal e Criminologia; Educação Ambiental; Docência do Ensino Superior em Saúde; *Personal Training*; Matemática do Ensino Médio; Educação Infantil; Gestão Escolar; Desenvolvimento Regional e Planejamento Urbano; Saúde do Trabalhador; Urgência e Emergência; Direito Tributário e Processo Tributário; Ecologia; Gerenciamento da Construção Civil; Direito Imobiliário e Registral; Direito Constitucional; Geografia e Meio Ambiente; Gestão Financeira e Consultoria; Saúde Mental; Saúde da Família; Enfermagem Oncológica; Farmacologia Clínica; Centro Cirúrgico e Central de Material Esterilizado; Administração Hospitalar e Sistemas de Saúde; Gestão em Serviço de Saúde, Controle, Avaliação, Regulação e Auditoria; Formação em Práticas Integrativas e Complementares em Saúde; Atividade Física Adaptada; Direito Público; Agroecologia; Ciência das Religiões; Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos; Políticas Públicas em Saúde Coletiva; Saúde da Mulher; Perícia Criminal e Ciências Forenses; Gerontologia e Saúde do Idoso; Ensino de Ciências e Biologia; Ensino de Biologia e Química; Direito Processual Civil; Direito Previdenciário e Trabalhista; Direito das Famílias; Administração Financeira e Psicologia Aplicada à Educação.

Da mesma forma que a UECE, a URCA vem ampliando consideravelmente a oferta de cursos de especialização *lato sensu*, visto que em 2021, segundo dados do URCA em números, estes cursos eram no total 26. Sobre os programas de Mestrado, destacam-se: Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Artes; Programa de Pós-Graduação em Letras; Mestrado Profissional em Educação; Mestrado Acadêmico em Diversidade Biológica e Recursos Naturais; Mestrado Acadêmico em Enfermagem; Mestrado Profissional em Ensino de Física; Mestrado Profissional em Saúde da Família; Mestrado Profissional em Ensino de História; Mestrado Profissional em Matemática; Programa de Pós-Graduação em Economia Regional e Urbana; Programa de Pós-Graduação em

Química Biológica e Mestrado Profissional em Ensino de Geografia em Rede Nacional. Observamos dos referidos programas de Mestrado que nem todos são acadêmicos, alguns são profissionais, muitas vezes pagos. Quanto aos programas de Doutorado, encontramos os seguintes: Programa de Pós-Graduação em Química Biológica e Doutorado Profissional em Saúde da Família.

Anteriormente, citamos como a pesquisa era destacada no Estatuto da instituição, expomos para fins de análise dados de bolsas de iniciação cientifica na referida universidade. Se expõe no documento como a pesquisa deve dar retorno a sociedade, como ela é função da universidade, porém, na prática os recursos para seu desenvolvimento são praticamente inexistentes e insuficientes para as demandas da comunidade acadêmica.

Quadro 11: Número de bolsas de Iniciação Científica de 2013-2022

Bolsas/Fomento	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**
PIBIC/URCA	83	85	80	-	-	-	-	-	-	
PIBIC/FUNCAP	42	44	48	48	48	50	50	53	68	70
PIBIC/CNPq	64	64	64	114	114	62	62	63	62	64
PIBIT/ CNPq	-	-	-	-	-	2	3	-	-	
PIBIC/CNPq AF	-	-	-	-	-	-	-	1	-	03
PIBIC EM/ CNPq	-	-	-	-	-	50	50	32	32	32
BAT/URCA	-	85	107	-	-	-	-	-	-	
PIC VOLUNTÁRIO	-	-	23	-	-	-	-	-	-	
URCA FECOP	-	-	-	177	144	180	180	181	181	197
URCA TESOURO				64	-	-	-	-	-	
FIT	-	-	-	-	17	-	-	-	-	
TOTAL	**189**	**278**	**322**	**403**	**323**	**344**	**345**	**330**	**343**	**366**

Fonte: Urca em Números- Elaboração Própria (2024)

Observamos que em 2013, a universidade contava com apenas 189 bolsas para toda a sua comunidade acadêmica. Em 2022, ocorreu um pequeno acréscimo, indo assim para 366 bolsas. Durante o período analisado, observamos que apenas dois programas permaneceram subsidiando pesquisa na instituição, FUNCAP e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Após 2016, com a entrada do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP), houve o maior número de bolsas, com 403 e a partir desse ano, sempre tem verba desse programa para a instituição. Apesar do pouco financiamento, observamos, no quadro abaixo, que os anos de 2013 a 2015 de poucas bolsas IC, mesmo assim, a universidade obteve uma boa produção cientifica.

Quadro 12: Produção Científica de 2013 a 2015

PRODUÇÃO CIENTÍFICA			
ESPECIFICAÇÕES	2013	2014	2015
Artigos	577	584	246
Trabalhos	563	460	224
Livros	41	40	14
Organização livro	27	22	7
Capítulos de Livros	254	184	94
Orientação Doutorado	3	5	5
Co Doutorado	1	3	-
Orientação Mestrado	26	44	78
Co Mestrado	15	6	-
Orientação IC, Pós e TCC	141	354	1856
Orientação Concluída IC	143	106	193
Supervisão PostDoc/DCR	1	3	5
Patente	1	-	3
TOTAL	1793	1811	2725

Fonte: URCA em Números (2015, p.8)

Para efeitos de comparação, destacamos do documento URCA em Números de 2022, o quadro das produções realizadas naquele ano.

Quadro 13: Produção Acadêmica e Científica 2022

PRODUÇÃO ACADÊMICA DA URCA 2022	
Produção	Quantidade
Artigos Completos Publicados em Periódicos	3306
Capítulos de Livros Publicados	1185
Co-Orientações Concluídas - Dissertação de Mestrado	06
Co-Orientações Concluídas - Tese de Doutorado	06
Livros Publicados	51
Organização de Obra Publicada	104
Orientações Concluídas - Dissertação de Mestrado	76
Orientações Concluídas - Iniciação Científica	115
Orientações Concluídas - Supervisão de Pós-doutorado	03
Orientações Concluídas - Tese de Doutorado	17
Patentes	0
Projetos	742
Trabalhos Completos Publicados em Eventos	138
Total	5.749

Fonte: URCA em Números (2022, p.15)

Sobre as produções, observamos os seguintes números: em 2013, ocorreu um total de 1793 publicações. Em 2022, este número avançou para 5749. Esses números reforçam o protagonismo e o esforço de professores e estudantes no desenvolvimento de pesquisas e nas suas consequentes publicações.

Sofre o financiamento, destacamos como ele é importante e necessário para o avanço e melhorias da universidade. Neste sentido, analisamos os dados abaixo.

Quadro 14: Execução orçamentária URCA- 2013 a 2015

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA URCA 2013 – 2015			
FONTES DE RECURSO ($)	**2013**	**2014**	**2015**
Pessoal	64.009.553,05	69.051.926,00	77.199.352,11
Manutenção	3.988.684,27	3.983.086,25	3.171.315,92
Finalístico	5.104.028,48	7.915.047,27	7.321.057,60
Recurso Extra*	636.978,04		
Investimento/ Tesouro Estadual	2.716.771,50	3.244.981,28	1.775.999,87
FECOP	-	-	447.719,67
Total Tesouro	**75.819.037,30**	**84.195.040,80**	**89.915.445,17**
Rec. Próprios	1.256.614,75	154.353,52	385.630,43
Convênios	631.413,09	864.861,79	605.905,57
TOTAL OUTRAS FONTES	**1.888.027,84**	**1.019.215,31**	**991.536,00**
TOTAL	**77.707.065,14**	**85.214.256,11**	**90.906.981,17**

Fonte: URCA em números(2015, p.10)

Aferimos do quadro como o orçamento é limitado para uma universidade do porte da URCA. Sobre esse baixo investimento, Barbosa (2022) traz uma citação de Soares (2000) sobre os custos dos alunos por universidade.

> […] o aluno da UFC custa anualmente US$ 16.259; da UECE, US$ 2.499; da UVA US$ 1.854 e da URCA apenas US$ 1.402. Estes números demonstram quão diferentes são as universidades estaduais ('primas pobres') da Universidade Federal do Ceará e de como são discriminadas as duas do interior (URCA e UVA) com relação à própria UECE. (Soares, 2000, p. 35).

Bezerra (2022), dialogando sobre a política de Assistência Estudantil na URCA, destaca que ela contempla quatro eixos: I) permanência, no qual se insere a Residência Universitária; II) alimentação, no qual se enquadra o Restaurante Universitário; III) auxílio Estudantil, voltado ao incentivo à participação de eventos acadêmicos; e IV) apoio a semanas acadêmicas. Vale ressaltar que o Restaurante Universitário somente foi inaugurado em 2010 e a Residência Universitária em 2011. Equipamentos essenciais para a comunidade discente, que em sua ampla maioria é composta por estudantes com menor poder aquisitivo[105]. A política de assistência

[105] Em 2019, cerca de 80% dos estudantes matriculados na URCA possuíam uma renda familiar de até dois salários mínimos. A URCA, especialmente, é uma instituição peculiar que atende alunos de cinco estados: Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, de mais de cem cidades diferentes. (Bezerra, 2022, p.234).

estudantil, ou a falta dela constituiu uma das pautas históricas de lutas nas universidades.

Outro problema histórico das universidades cearenses, é a carência de professores, conforme já mencionamos anteriormente. A falta de concurso é uma marca dos governos estaduais, que somente os realizam à custa de muita luta. Para cobrir as demandas das instituições, recorrem às figuras dos professores substitutos[106] e mais recentemente, o temporário[107]. Sobre essa problemática,

> A carência de professores vem sendo remediada ao longo das duas últimas décadas pela contratação de professores substitutos, como demonstra os dados há pouco anotados. Importante realçar que essa prática se faz ao arrepio da legislação específica, pois consoante determina a Lei Complementar número 14/1999, a contratação de professores substitutos dever-se-ia efetivar para repor mão de obra para os seguintes casos de afastamento de efetivos: licença para tratamento de saúde, licença gestante, quando se tem doente na família, para tratar de assuntos particulares e para afastamento para realizar mestrado e doutorado. Numa tentativa de legalizar a ilegalidade, o chefe do executivo fez tramitar e aprovar na Assembleia Legislativa a Lei Complementar número 105/ 2011 que permite ampla liberdade para a contratação de professores temporários para cobrir a demanda de urgência das Universidades Estaduais, quando não houverem sido ainda criados cargos efetivos para provimento ou até que se ultimem as providências necessárias à realização e finalização das etapas do concurso público. (Alves, 2014, p.29-30).

Desnecessário delongar sobre o caráter essencialmente prejudicial da carência crônica de professores de carreira e a massiva presença de substitutos/ temporários para o desenvolvimento do tripé ensino, pesquisa e extensão, visto que muitas vezes, os professores sem vínculo efetivo ficam limitados a sala de aula. Apesar disso, muitos se submetem a pesquisa de forma voluntária.

> [...]mesmo os professores tendo uma sobrecarga de trabalho na sala de aula, eles estão buscando realizar atividades de pesquisa na própria instituição mesmo que de forma voluntária, tendo em vista que o número de bolsas concedidas aos professores substitutos é extremamente pequeno, comparado a demanda, portanto a maioria dos sujeitos se quiserem realizar esta atividade tem que ser por meio da iniciativa individual, aumentando ainda mais a sua carga de trabalho. (Alves, 2014, p.105).

---

[106] A Lei Complementar 14/ 99 diz que professores substitutos somente podem ser contratados para cobrir vagas de carência temporária, ou seja, somente para as seguintes situações: a) licença para tratamento de saúde; b) licença gestante; c) licença por motivo de doença em pessoa da família; d) licença para o trato de interesse particular; e) curso de mestrado e doutorado (Alves, 2014, p.116-117).

[107] Lei Complementar número 105/ 2011 permite ampla liberdade para a contratação de professores temporários, nos seguintes casos: cobrir a demanda de urgência das Universidades Estaduais, quando não houverem sido ainda criados cargos efetivos para provimento ou até que se ultimem as providências necessárias à realização e finalização das etapas do concurso público

Retomando as questões acerca da carência de professores, apontamos os números abaixo que demonstram o quanto o corpo docente da URCA ficou estagnado devido à falta de concurso.

Quadro 15: Número de docentes efetivos e temporários na URCA- (2015-2022)

ANO	EFETIVOS	SUBSTITUTOS	TEMPORÁRIO	TOTAL TEMPORÁRIO E SUBSTITUTO	TOTAL GERAL
2015	362	0	0	0	**362**
2016	358	115	140	255	**613**
2017	385	116	175	291	**676**
2018	386	88	152	240	**626**
2019	380	76	162	238	**618**
2020	380	93	165	258	**638**
2021	364	107	154	261	**625**
2022	367	67	198	265	**632**

Fonte: URCA em números- Elaboração própria (2024)

Analisando o período compreendido entre 2015 e 2022, podemos tecer algumas considerações sobre o quadro docente. Em 2015, 362 professores eram efetivos, este referido ano a instituição não repassou os dados sobre temporários e substitutos. Em 2016, dos 613 docentes da universidade, 358 eram efetivados, contra 255 sem vínculo estável. 2017 apresentou o maior número de professores substitutos e temporários, ressaltando novamente a diferença entre estes vínculos, o substituto cobre a vaga de afastamento de um professor, já o temporário cobre vaga que a universidade precisa para seu funcionamento, em que não existe um professor. Este é um fato estranho, uma vez que se a universidade precisa, não deveria ser temporário, mas de seu quadro permanente, o que nos leva a inferir que essa é mais uma estratégia neoliberal para desregulamentar o trabalho e o funcionalismo público.

Ainda sobre os dados encontrados na pesquisa, é importante destacarmos que em 2017, 40 professores foram nomeados, 7 em 2018 e outros 4 em 2019. Apesar disso, ao analisarmos o período total, saímos de 362 professores em 2015 para 367 em 2022, o que ressalta que apesar dos poucos concursos realizados, os mesmos não deram conta da demanda da universidade. As aposentadorias, exonerações e falecimentos não são devidamente repostos, nem as vagas surgidas do processo de expansão da instituição. Em 2022, foi realizado

concurso docente por meio do Edital 05/2022[108] com a oferta de 184 vagas, distribuídas nas unidades da universidade.

Outra demanda de pessoal da universidade diz respeito ao quadro de servidores técnico-administrativos, visto que a referida instituição nunca realizou concurso para estes cargos. Numa busca nos dados fornecidos novamente no URCA em números, no período de 2013 a 2022, encontramos a seguinte situação.

Quadro 16: Servidores efetivos e terceirizados URCA (2013-2022)

ANO	EFETIVOS	TERCEIRIZADOS	TOTAL
2013	140	156	**296**
2014	132	156	**288**
2015	125	143	**268**
2016	142	143	**285**
2017	142	143	**285**
2018	133	143	**276**
2019	85	143	**228**
2020	85	148	**233**
2021	83	146	**229**
2022	92	160	**252**

Fonte: URCA em números- Elaboração própria (2024)

Tal como na UECE, vislumbramos na URCA um cenário de extrema falta de servidores para atender as demandas da universidade. Em 2013, a URCA contava com apenas 140 servidores efetivos e 156 terceirizados. Em 2022, apenas 92 efetivos e 160 terceirizados. Observamos que nos anos de 2019, 2020 e 2021, o número de efetivos expressivamente caiu para respectivos 85, 85 e 83 funcionários. Assim como no caso dos professores, as vacâncias geradas por falecimento, aposentadoria e exonerações não são repostas por via do concurso público. Percebemos claramente uma política de terceirização dos servidores da universidade. E mesmo com essa prática, o número total de servidores caiu de 296 em 2013, para apenas 252 em 2022.

Verificamos outra semelhança com a situação encontrada na UECE, a falta de concurso para servidores técnico-administrativos e professores. Reafirmasse a carência de profissionais no contexto das pautas das greves de docentes e servidores.

[108] Ver mais informações sobre o Edital 05/2022 que Fixa as Normas do Concurso Público de Provas e Títulos para Provimento de Cargos de Professor Efetivo das Classes de Auxiliar, Assistente e Adjunto da Universidade Regional do Cariri – URCA, aprovado no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE, por meio da Resolução Nº 10/2022 – CEPE, de 25 de abril de 2022. Disponível em: http://www.urca.br/cev/wp-content/uploads/sites/39/2022/05/edital_05_concurso_professor_efetivo_da_URCA_2022.pdf

Podemos concluir ainda, que tal como a UECE, a URCA sofreu com o descaso dos governos cearenses ao longo dos anos, ao não investir o mínimo em infraestrutura, como aferimos na citação.

> [...] o programa da Formação de Recursos Humanos para o Desenvolvimento, no qual foram previsto inicialmente o valor de R$ 8.964.100,00 (oito milhões, novecentos e sessenta e quatro mil e cem reais), tenho sido executado até o final de 2009 o valor de R$ 5.485.668,44 (cinco milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e sessenta oito reais e quarenta e quatro centavos), assim chega-se a uma execução em termos percentual de 61,20%, no entanto algumas ações contidas dentro de programa chamaram a atenção pelo não gasto de recursos financeiros entre eles destaca-se **a Promoção e Assistência Estudantil Urca, Reforma e Ampliação do Campus/Urca e Reforma e Ampliação do Campus São Miguel – Urca.** (Venâncio, 2014, p.115- grifo próprio).

Observamos uma conjuntura de eterna crise na referida instituição, que ainda sofreu com a tentativa de menosprezar a sua importância, acusando-a de ser onerosa e desnecessária, tentando transferir a sua gestão para o governo federal. Analisamos agora a constituição e as características da Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA.

3.3.3 A Universidade Estadual Vale do Acaraú- UVA

A Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) constituiu um verdadeiro desafio de pesquisa, à medida que os dados da instituição não estão expostos em seu *site*, diferente das outras duas estaduais e os órgãos responsáveis pelas informações na universidade não fornecem o material para a pesquisa, demonstrando dessa forma, uma tentativa de esconder informações que são essenciais para compreender a realidade financeira da instituição. Assim, expomos aqui o máximo de informações que foi possível coletar no decurso da pesquisa.

A UVA possui em sua estrutura administrativa quatro *campi*: Betânia, Junco, Derby e CIDAO, todos localizados na cidade de Sobral, Região Norte do Estado do Ceará. A Reitoria da UVA está localizada no *campus* Betânia. A Fundação Universidade Estadual do Vale do Acaraú[109] constitui órgão da Administração Pública Indireta do Estado do Ceará sob a formação de Fundação Pública, com personalidade de Direito Público, vinculada à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Superior do Estado do Ceará (SECITECE), conforme Lei

[109]Dados sobre o histórico extraídos do site da instituição. Disponível em: https://www.uva.ce.gov.br/institucional/institucional-sobre/. Acesso em 01 maio. 2024

Estadual nº 12.077-A, de 01 de março de 1993, e está inscrita no CNPJ com o nº 07.821.622/0001-20, possuindo sede de gestão administrativa localizada à Avenida da Universidade, 850, Bairro da Betânia, CEP 62040-370, em Sobral CE. (Uva [site], 2024).

Em 1968, por iniciativa do Cônego Francisco Sadoc de Araújo e, por meio da Lei Municipal nº 214 de 23/10/1968, sancionada pelo Prefeito de Sobral, Jerônimo de Medeiros Prado, é criada a Universidade Vale do Acaraú.

> A criação da UVA por lei municipal foi essencial, pois naquele momento político, o Ministério da Educação de forma impositiva determinava que qualquer Instituição de Ensino Superior, não poderia existir sem entidade mantenedora que lhe garantisse o sustento por meio de recursos próprios e satisfatórios. Dessa maneira, a Prefeitura Municipal de Sobral tornou-se a entidade mantenedora da Universidade que surgia. (Fonteles; Gonçalves; Holanda, 2022, p.52).

Em 1984, o Poder Executivo Estadual por meio da Lei nº 10.933 de 10/10/1984 cria, sob a forma de Autarquia, a Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), vinculada à Secretaria de Educação, dotada de personalidade jurídica de direito público e autonomia administrativa, financeira, patrimonial, didática e disciplinar, com sede no Município de Sobral e jurisdição em todo o Estado do Ceará. Com a criação da Autarquia são encampadas as Faculdades de Ciências Contábeis, Enfermagem e Obstetrícia, Educação e de Tecnologia, que compunham a antiga Fundação Universidade Vale do Acaraú, e a Faculdade de Filosofia Dom José, pertencente à Diocese de Sobral. (Uva [site], 2024)

> O segundo momento marcante da construção da UVA ocorreu em 1984, quando o poder executivo torna a UVA uma autarquia dotada de personalidade jurídica de direito público e autonomia administrativa, financeira, patrimonial, didática e disciplinar. A UVA tornava-se mais conhecida, passando a atrair agora um número maior de alunos, mas mesmo com a encampação pelo estado, a autarquia apresentava vários desafios para sua reestruturação administrativa e consolidação como Universidade. (Fonteles; Gonçalves; Holanda, 2022, p.52).

Em 1993, a Universidade Estadual Vale do Acaraú é transformada em Fundação Universidade Estadual Vale do Acaraú, vinculada a então Secretaria da Ciência e Tecnologia, por meio da Lei nº 12.077-A de 01/03/1993, publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) de 22/04/1993. A Lei nº 13.714 de 20/12/2005 alterou a denominação da Secretaria da Ciência e Tecnologia para Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior (SECITECE). (Uva [site], 2024).

No ano de 1994, a UVA é reconhecida pelo Conselho de Educação do Ceará por meio do Parecer nº 318/94 de 08/03/1994, homologado pelo Governador Ciro Ferreira Gomes e sancionado por meio da Portaria Ministerial nº 821 de 31/05/1994 do Ministério da Educação e do Desporto, publicada no Diário Oficial da União de 01/06/1994. (Uva [site], 2024).

> [...] a gênese da UVA remonta a 1961 a partir dos primeiros cursos superiores vinculados à Diocese de Sobral, instituindo as bases do seu processo de formação. Foi encampada pelo Governo do Estado em 1984, tornando-se Universidade estadual legitimamente em 1993. Desde o início, a instituição delegou para si o papel de referência de ensino de graduação e de acesso ao ensino superior público a um número significativo de estudantes que encontraram na Instituição a oportunidade de adquirir uma formação ao nível superior. Ao alcançar uma melhor oportunidade de formação, poderiam regressar ao lugar de origem e contribuir para mudanças de suas realidades locais. (Fonteles; Gonçalves e Holanda, 2022, p.50)

É importante destacarmos a controversa gestão do Reitor Prof. José Teodoro Soares[110], considerada por seus apoiadores uma excelente gestão, conforme verificado na citação abaixo.

> Sob o bastão dessa gestão foram realizados os primeiros concursos para professores efetivos. A realização do primeiro concurso proporcionou a chegada do entusiasmo de jovens professores, muito recém-graduados que se somaram à experiência daqueles incorporados ao quadro de efetivos quando da encampação pelo Estado em 1984, sendo esse enquadramento publicado em 1986. Alguns “arranhões” nas relações ocorreram, mas nada que impedisse que a experiência e sonhos se cruzassem, positivamente, em muitos momentos. (Fonteles; Gonçalves; Holanda, 2022, p.53)

Entretanto, sob a gerência do referido reitor, a UVA iniciou seu processo de expansão pelo viés privatista, com a venda de cursos pagos, sem as devidas e necessárias preocupações com a qualidade desses cursos ofertados. Sobre esse “empreendedorismo”, Bezerra (2022, p.151), mencionando uma fala de sua pesquisa, pontua,

> […] o professor Teodoro já trabalhava naquela época essa coisa muito forte do empreendedorismo. Cada um constrói o seu próprio salário, a universidade tem que construir o seu próprio financiamento e [...] isso foi muito consequência dessa opção da gestão da universidade, que os institutos seriam uma espécie de financiamento paralelo para tentar suprir as deficiências do Estado no que diz respeito aos recursos disponibilizados

---

[110] “José Teodoro Soares (1940 - 2016) foi um professor, empresário e político cearense que ocupou os cargos de reitor da URCA, no período de 1987 a 1990, e, em seguida, da UVA durante 16 anos (1990 – 2006). Precisamente, durante este período à frente da administração superior que a UVA experimento um crescimento e descentralização das suas atividades, por intermédio dos convênios firmados com os Institutos”. (Bezerra, 2022, p.151).

> para a universidade e a gente foi meio que se acostumando com essa realidade. A universidade crescendo realmente no seu aspecto estrutural.

Bezerra (2022), continuando a sua problematização acerca desses cursos, reitera que eles eram bastante precários e ofereciam uma formação de baixa qualidade para os alunos, aspecto assinalado em outra fala de sua pesquisa,

> Curso da UVA entre aspas. Eram cursos oferecidos pelos institutos privados com a chancela da UVA. E isso dava um retorno financeiro para a universidade e o reitor se gabava disso e dizia que a gente não precisava de recurso público. Porque já tinha o recurso privado. O que era um absurdo. […] Praticamente, a UVA vendia diplomas, porque existem institutos e institutos. Uns mais sérios e outros menos sérios. Mesmo nos mais sérios, por exemplo, eu tinha aluno da graduação lecionando, formando aluno que ainda não estava formado, dando aula nesses institutos (Bezerra, 2022, p.253).

Aferimos, assim, as contradições vivenciadas na gestão do professor Teodoro, que transformava a UVA numa mera vendedora de cursos sem preocupação com a qualidade, com a vinculação direta do orçamento da universidade aos recursos captados pelo instituto. Com isso, a imagem da universidade foi comprometida, criando um viés negativo ao seu nome.

Segundo Fonteles, Gonçalves e Holanda (2022, p.71) podemos afirmar que outro problema enfrentado na UVA é a interferência das elites locais em seu funcionamento e administração, das três universidades estaduais é a que mais tem sua gestão permeada por interesses alheios à concepção de uma universidade.

> Seu quadro administrativo durante muito tempo reproduziu uma estrutura de Gestão amparada em relações muito enraizadas pela força de uma elite local que atuava nela como símbolo de status, fazendo sofrer de certa atrofia pela qual não passou nem a URCA e, nem a UECE, que permite maior alternância de grupos. (Fonteles; Gonçalves; Holanda, 2022, p.71).

Tem em sua missão: ofertar ensino superior de excelência, de forma inclusiva, flexível e contextualizada, e buscar, por meio da pesquisa e extensão, soluções que promovam a qualidade de vida.

Em 2020, a Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) foi reconhecida por sua competência na formação de professores para a educação básica, pela oferta de ensino superior de qualidade e flexível.

> [...] a UVA continua sendo a formadora de maior relevância no Noroeste cearense: “A UVA é a principal formadora de recursos humanos, de líderes e de profissionais liberais da região, atendendo cerca de 54 municípios da região Norte do Estado do Ceará. Isso tem uma implicação direta na oferta de pessoal qualificado ao mercado de trabalho. Hoje, Sobral conta com 05

> instituições de ensino superior, sendo 03 públicas e 02 privadas, com fluxo diário aproximado de 20 mil alunos na graduação e pós-graduação dos municípios de abrangência da UVA e de outros estados vizinhos, o que caracteriza uma grande influência das Universidades no desenvolvimento da cidade. ” (Fonteles; Gonçalves; Holanda, 2022, p.56).

No âmbito da gestão democrática e nos processos de desenvolvimento do seu Estatuto e Regimento, a universidade adiou por tempos a sua realização.

> Da virada dos anos 2000 até 2018, a UVA não se converteu na Instituição Pública com a qual grande parte da comunidade acadêmica sonhara, pois, não conseguiu fazer a revisão do seu Regimento para seguir pelo menos a metodologia de eleição para Reitor e Vice-Reitor, algo já implementado na Universidade Regional do Cariri - URCA e Universidade Estadual do Ceará – UECE. Acreditamos que isso teria reverberado de modo mais rápido na construção de uma cultura institucional em todas as esferas da vida acadêmica, tornando-se um ato pedagógico para o exercício da democracia. (Fonteles; Gonçalves; Holanda, 2022, p.53-54).

Em seu Estatuto, instituído Decreto nº32.655, de 09 de maio de 2018, ele aponta em seu artigo 36 os fins da universidade.

> art.36 A Universidade tem por finalidade promover e coordenar a realização da educação superior, nos diversos ramos do conhecimento, proceder ao ensino, à pesquisa científica e tecnológica e à criação cultural e artística, desenvolver atividades de extensão e, especificamente: I. - ministrar o ensino superior, realizando pesquisas, desenvolvendo as ciências, as letras, as artes e a tecnologia apropriadas às demandas sociais; II. - realizar e patrocinar atividades condizentes com a política de desenvolvimento do Estado do Ceará e do País, e atender às exigências deste, no domínio da cultura humanística e da tecnologia; III. - levar à comunidade o resultado das atividades de ensino e pesquisa; IV. - promover, como ação específica, a compreensão do semiárido nordestino e da sociedade que nele vive, através da pesquisa científica, do ensino pós-secundário ao pós-graduado, da adaptação, criação e difusão de tecnologia a ele adequada, na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico autossustentável da Região Norte Cearense. Parágrafo único. **A Universidade atingirá seus fins, através dos órgãos ou serviços próprios e ainda mediante convênio com instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras**. (Universidade Estadual Vale do Acaraú, 2018, p. 5- grifo próprio).

Apesar de suas tentativas de expansão, a UVA enfrentou mais dificuldade para realizar a mesma, diferente da UECE, com várias unidades espalhadas pelo interior e da própria URCA.

> [...] em razão da lógica instituída pela parceria da UVA com institutos na oferta de cursos fora da sede, hoje a Instituição tem grande dificuldade em assegurar de forma mais equânime os recursos para custeio e investimento em proporcionalidade com as outras duas Universidades Estaduais do Ceará. Os Campi avançados foram descontinuados e isso reflete na representação das universidades estaduais no território cearense. Enquanto a UECE apresenta uma maior cobertura no estado, seguida pela URCA na

> região Centro-Sul, a UVA aparece com atuação restrita com os Campi no espaço urbano de Sobral. (Fonteles; Gonçalves; Holanda, 2022, p.54).

Em 2024, a UVA conta com os seguintes Centros[111]: I. - Centro de Ciências Exatas e Tecnologia; II. - Centro de Ciências Biológicas e Agrárias; III. - Centro de Ciências da Saúde; IV. - Centro de Ciências Humanas; V. - Centro de Letras e Artes; VI. - Centro de Ciências Sociais Aplicadas; VII. - Centro de Ciências da Educação; VIII. - Centro de Filosofia e Ciências da Religião; IX. - Centro de Educação Tecnológica; X. - Centro de Ciências Jurídicas.

A universidade disponibilizava em 2024 os seguintes cursos de graduação[112]: Curso de Administração, Curso de Administração – Ibiapaba, Curso de Administração Pública UAB, Curso de Agronomia – Acaraú, Curso de Agronomia – Ibiapaba, Curso de Ciências Biológicas, Curso de Ciências Contábeis, Curso de Ciências Contábeis – Camocim, Curso de Ciências da Computação, Curso de Ciências Sociais, Curso de Direito, Curso de Educação Física, Curso de Educação Física UAB, Curso de Enfermagem, Curso de Engenharia Civil, Curso de Engenharia de Pesca – Camocim, Curso de Filosofia, Curso de Física, Curso de Geografia, Curso de História, Curso de Letras, Curso de Letras Habilitação em Língua Portuguesa UAB, Curso de Matemática, Curso de Pedagogia, Curso de Pedagogia – Acaraú, Curso de Pedagogia – Ibiapaba, Curso de Pedagogia Intercultural – Licenciatura, Curso de Pedagogia UAB, Curso de Química, Curso de Tecnologia em Construção de Edifício e Curso de Zootecnia.

Além destes cursos, a UVA ainda possui 10 cursos dentro do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica- PARFOR, possui ainda outros programas que visam a interiorização da formação de professores. O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), realizado em convênio com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), é um programa de educação no campo, desenvolvidos em áreas de reforma agrária. (Fonteles; Gonçalves; Holanda, 2022).

É um número considerável de cursos, mas que não caminhou em conjunto com uma consolidação de uma política de assistência estudantil, outro

---

[111]Dados extraídos do site da universidade. Disponível em: https://www.uva.ce.gov.br/institucional/centros-ensino/

[112] Dados extraídos do site da universidade. Disponível em: https://www.uva.ce.gov.br/cursos/cursos-graduacao/

gargalo no cotidiano das estaduais cearenses, os supracitados autores destacam o processo lento de criação dessa política na UVA.

> A lentidão na construção de políticas de Assistência Estudantil repercute, ainda no grande número de alunos que precisam se deslocar para Sobral diariamente, muitas vezes, enfrentando grandes distâncias. **O Restaurante Universitário da UVA passou a ser uma realidade para alunos, professores e servidores somente em 2017, enquanto a Residência Universitária foi inaugurada em 2018.** Estas são conquistas reais e simbólicas que levarão algum tempo para promover uma vivência acadêmica mais intensa. (Fonteles; Gonçalves; Holanda, 2022, p.54- grifo próprio).

Conforme expomos no trecho destacado, reafirmamos as dificuldades infraestruturais que permeiam o cotidiano das instituições, visto que equipamentos essenciais como restaurante universitário e residência somente foram construídos em 2017 e 2018.

No âmbito da pesquisa e pós-graduação, analisamos os documentos que regem as especializações *lato sensu*, e retiramos o seguinte trecho da Resolução n° 15/2016-CEPE que as rege.

> Art. 3º. Os Cursos de pós-graduação *lato sensu* (Especialização), são destinados a candidatos diplomados em cursos de graduação ou demais cursos superiores e que atendam às exigências da UVA, tendo como objetivos desenvolver, aprofundar, atualizar e aprimorar conhecimentos adquiridos na graduação, oferecer qualificação especializada para profissionais das diversas categorias, estimulando a reflexão crítica, a capacidade de investigar e avaliar com vistas à realidade atual. Parágrafo Único: **Os cursos de Especialização da UVA são provenientes de projetos autossustentáveis e sem financiamento abrigado no custeio da Universidade.** (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – Cepe, 2016, p.2).

Aferimos, tal como vislumbrado nas outras universidades estaduais, uma verdadeira política de financiamento e fortalecimento desses cursos de especialização pagos, temos na UVA um número considerável de cursos de especialização, num total de 52[113]. São eles: na área da Administração: Curso de Especialização em Gestão da Produção, Curso de Especialização em Gestão de Agronegócios, Curso de Especialização em Gestão de Pessoas, Curso de Especialização em Gestão Financeira, Curso de Especialização em Gestão Municipal, Curso de Especialização em Marketing, Curso de Especialização em Responsabilidade Social, Empresarial e Pública, MBA em Gestão LEAN. Na área

[113]Dados extraídos do site da universidade. Disponível em: https://ww2.uva.ce.gov.br/apps/view/lista_proed_cursos.php

da Biologia: Curso de Especialização em Biodiversidade Vegetal, Curso de Especialização em Bioquímica e Biologia Molecular Aplicadas, com Ênfase em Saúde, Meio Ambiente e Agropecuária, Curso de Especialização em Ensino de Biologia e Curso de Especialização em Fitoterapia com Ênfase na Flora Medicinal do Ceará. Na área de Ciências da computação: Administração e Segurança de Redes de Computadores, Curso de Especialização em Desenvolvimento de Sistemas Mobile e Web, Curso de Especialização em Engenharia de Software e MBA em Governança e Gestão de TI. Nas Ciências Sociais: Curso de Especialização em Gestão de Organizações Sociais e Especialização em Crítica e Sociologia da Arte. Em Contabilidade: Curso de Especialização em Controladoria e Auditoria Contábil e Curso de Especialização em Gestão Pública e Auditoria. No campo do Direito: Curso de Especialização em Administração Judiciária, Curso de Especialização em Direito Constitucional, Curso de Especialização em Direito do Trabalho e Processual Trabalhista, Curso de Especialização em Direito Penal e Processual Penal, Curso de Especialização em Direito Previdenciário, Curso de Especialização em Direito Processual Civil. Na área de Educação Física: Curso de Especialização em Educação Física Escolar e Curso de Especialização em Preparação Física Funcional. No âmbito da Enfermagem: Curso de Especialização em Auditoria em Saúde, Curso de Especialização em Enfermagem Clínica e Cirúrgica, Curso de Especialização em Enfermagem em Urgência e Emergência, Curso de Especialização em Enfermagem: Unidade de Terapia Intensiva, Curso de Especialização em Gestão de Sistemas e Serviços de Saúde e Curso de Especialização em Saúde da Família. Na Engenharia: Curso de Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho. Em Filosofia: Curso de Especialização em Ensino de Filosofia e Curso de Especialização em Filosofia da Religião. Em Geografia: Curso de Especialização em Desenvolvimento com o Meio Ambiente e Curso de Especialização em Desenvolvimento do Semiárido. No campo da História: Curso de Especialização em Ensino de História do Ceará, Curso de Especialização em Teoria e Metodologia da História e Curso Especialização em Ensino de História Indígena e Afro-brasileira. Em Letras: Curso de Especialização em Alfabetização e Linguística, Curso de Especialização em Dificuldades de Aprendizagem da Leitura e Escrita: Dislexia,Disgrafia e Disortografia, Curso de Especialização em Espanhol – Língua e Literatura, Curso de Especialização em Inglês e Curso de Especialização em Língua Portuguesa e Literatura. Na Matemática: Curso de Especialização em

Ensino de Matemática. Na área da Pedagogia: Curso de Especialização em Educação Especial com Ênfase Inclusiva, Curso de Especialização em Educação Infantil, Curso de Especialização em Gestão e Docência na Educação Superior, Curso de Especialização em Gestão Educacional e Curso de Especialização em Psicopedagogia Institucional, Clínica e Saúde. Em Química: Curso de Especialização em Ensino de Química e Zootecnia: Curso de Especialização em Produção de Pequenos Ruminantes. Observamos, pela quantidade de cursos de especialização pagos[114], que a vertente mercadológica continua muito presente na realidade da universidade.

Para o desenvolvimento de uma universidade e consolidação de suas pesquisas, é necessário que se tenham bons programas *Stricto Sensu* de mestrado e doutorado. Na UVA, temos os seguintes mestrados[115]: Mestrado Acadêmico em Filosofia, Mestrado em Zootecnia, Mestrado Profissional em Saúde da Família, Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional e Programa de Pós-Graduação em Geografia (PROPGEO). Sobre o processo de ampliação da pós-graduação:

> O primeiro curso foi o Mestrado Acadêmico em Zootecnia, criado em 2005, o segundo só veio surgir sete anos depois com a criação do Mestrado Acadêmico em Geografia em 2012, e perdurou mais oito anos para a criação do Mestrado Acadêmico em Filosofia em 2019. Além dos mestrados acadêmicos, a UVA oferta o Mestrado Profissional em Saúde da Família - MPSF, desde 2012, curso integrante da Rede Nordeste em Formação em Saúde da Família - RENASF, e recentemente, aprovou também o doutorado pela mesma rede, porém, não assegurando a formação de um programa acadêmico próprio. Também é recente a criação do Mestrado Profissional de Sociologia - PROFSOCIO, articulado em rede com outras 17 Instituições, tendo as atividades iniciadas em 2018. (Fonteles; Gonçalves; Holanda, 2022, p.70).

---

[114] Ao apresentarmos os dados da especialização da UECE anteriormente, afirmamos que esse crescimento representou também um aporte de verbas de fundo privado (a grande maioria das especializações são pagas) para a instituição e para acrescentar ao salário dos professores. Percebemos que esse crescimento também se repete na URCA e na UVA, o que demonstra claramente algumas questões: as verbas para as estaduais são insuficientes ao ponto de depender de recursos externos para complementar salários; a opção de lecionar em cursos privados, mesmo que na própria instituição que os professores trabalham, precariza suas práticas educativas, uma vez que precisam replanejar seus tempos para incluir tarefas de ensino a mais; muitos docentes acabam se acomodando a essa prática e não engrossam as fileiras da luta por melhores condições de trabalho e de salário; os estudantes desses cursos têm que pagar para estudar em uma instituição pública; esses cursos geram uma divisão na categoria de docentes, entre os que concordam que deve ser cobrado e os que discordam, gerando uma divisão interna e enfraquecendo os laços de classe.

[115] Dados extraídos do site da universidade. Disponível em: https://www.uva.ce.gov.br/cursos/cursos-mestrado/

O Programa de Iniciação Científica da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) é uma iniciativa coordenada pela Pró- Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) com os seguintes objetivos[116]:

> [...] incentivar a participação de estudantes de graduação em atividades de pesquisa científica, estimulando a produção científica e o envolvimento de novos pesquisadores nas atividades de pesquisa e formação acadêmica; contribuir com o ingresso destes estudantes em cursos de pós-graduação e, ainda, prepará-los para atuação no mercado de trabalho. (Uva [site], 2024, n.p).

É importante destacar que as atividades de pesquisa, fazem parte do tripé universitário: ensino, pesquisa e extensão. A Iniciação científica, por meio das bolsas de financiamento, constitui um importante mecanismo de formação dos estudantes e de retorno dos investimentos feitos na universidade para a sociedade.

Tabela 11: Bolsas de Iniciação Científica na Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA (2006-2018).

Programas	PIBIC/ CNPQ	AF/ CNPQ	PIBITI/ CNPQ	BICT/ FUNCAP	BPI FUN-CAP	PIC/ PBU UVA	Total
2006	20			56			76
2007	20	-	-	56		-	76
2008	25	-	-	56		-	81
2009	30	-	-	56		-	86
2010	40	07	07	39	11	17	121
2011	43	07	10	40	11	15	126
2012	45	--------	13	40	17	13	135
2013	45		13	40	17	20	135
2014	48		13	43	*	24	128
2015	48		13	48	*	29	138
2016	48		13	46	*	20	127
2017	48	---------	11	35	*	41	135
2018	50		11	50	36	37	184

Fonte: (Fonteles; Gonçalves; Holanda, 2022, p.65)

Ao abordarmos os dados expostos na tabela, podemos tecer alguns comentários importante, primeiramente, a pequena quantidade de bolsas, e como elas permaneceram nesse patamar sem ocorrer uma ampliação significativa. Em 2006, a universidade contava com apenas 76 bolsas, providas pelo CNPq e FUNCAP. Em 2018, o número subiu para 184, ou seja, em 12 anos, foram aportadas

[116]Dados disponíveis em: https://www.uva.ce.gov.br/imprensa/servicos/ini-cien/ini-cien-apresentacao/

apenas 108 novas bolsas. Ironicamente, a situação voltaria a piorar, segundo dados fornecidos pela UVA a pesquisadora[117], em 2024 temos a seguinte situação.

Quadro 17: Bolsas Iniciação Científica, Pós-graduação e assistência estudantil (2024)

BOLSAS		QUANTIDADE
INICIAÇÃO CIENTÍFICA	CNPq PIBIC	38
	CNPq PIBITI	11
	FUNCAP IBICT	70
	FUNCAP BPI	19
	CNPq PQ	03
FORMAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO	MESTRADO	49
	PÓS-DOUTORADO	08
PROGRAMA DE BOLSAS DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL		610
TOTAL		808

Fonte: UVA (2024)

Verificamos que em 2024, as bolsas de iniciação científica, somadas chegam ao total de 141, dentro de um universo de 6925 estudantes matriculados. Poucas também são as de auxilio e permanência, apenas 610, tão necessárias no contexto da assistência estudantil. Para os programas de Mestrado apenas 49 para um total de 158 alunos e 8 bolsas de pós-doutorado.

Outro pronto necessário e foco de muitas reclamações na comunidade acadêmica, é a falta de concurso para docentes, dada a necessidade de reposição das vagas geradas por falecimentos, aposentadorias e criação de novos cursos. Em 2013, as seções sindicais elaboraram um documento em que apontavam o seguinte quadro docente.

Quadro 18: Número de docentes das três estaduais em 2013

QUADRO DOCENTE	UECE	URCA	UVA
Professores Efetivos	811	332	321
Professores Cedidos	19	16	13
Professores Substitutos	263	94	58
Professores Afastados para Qualificação	188	45	23
Professores Temporários	---	151	---
Professores Afastados (Licença Médica)	19	04	04
Professores em Readaptação de Função	---	02	---
Professores Afastados para Interesse Particular	26	01	01

Fonte: Sinduece; Sindurca; Sindiuva (2014)

[117] Dados enviados à pesquisadora via e-mail no dia 27 de maio de 2024, pela secretaria executiva da reitoria

Em 2013, a UVA contava com 321 professores efetivos, 13 cedidos, 58 docentes substitutos, 23 estavam afastados para qualificação e 1 para tratamento de saúde. Sobre as carências totais nas três instituições, expomos o quadro.

Quadro 19: Carência de professores nas três universidades (2007-2013)

ITEM	UECE	URCA	UVA	Totais
Quantitativo	163	122+ 174 = 296	123	577
Motivo	perdas por aposentadoria	aposentadorias, exonerações, falecimentos, cursos sem professor, professores em contrato temporário.	aposentadorias, exonerações, falecimentos e disciplinas sem professor.	

Fonte: Sinduece, Sindurca, Sindiuva (2014)

Para a UVA, as perdas de docentes totalizavam 123, para fins de reposição emergencial, a partir das aposentadorias ocorridas entre 01 de janeiro de 2007 e 30 de junho de 2013, afastamentos para aposentadorias, perdas por exoneração e falecimentos, além de oferta de novas disciplinas obrigatórias decorrentes da duplicação de modalidades dos cursos (licenciatura e bacharelado) e outras, impostas por força de lei, o que requer aumento do quantitativo de professores.

Silva e Holanda (2018) apontavam que em 2015 a UVA oferecia em Sobral, 26 cursos de graduação, com 10.241 estudantes matriculados. Seu corpo docente era formado por 402 profissionais, dos quais 311 eram efetivos e 91 substitutos.

Ainda na busca de dados sobre o quadro docente da UVA, destacamos os dados de 2018, expostos na tabela elaborada pelo ANDES.

Tabela 12: Número de professores nas estaduais em 2018

Universidade	Professor Efetivo	%	Professor Substituto	%	Professor Visitante	%	TOTAL
I - UECE	761	69%	341	31%	5	0,5%	1.107
II - UVA	350	90%	37	10%	-	0%	387
III - URCA	388	60%	256	40%	-	0%	644

Fonte: Andes (2018b, p.48)

Inferimos algumas situações sobre a UVA no referido ano, ela tinha em seu quadro docente 350 professores efetivos e 37 substitutos, totalizando 387 docentes. Em termos percentuais, a UVA era a que contava com o menor percentual de professores substitutos.

> Em média, 27%, do corpo docente das Universidades Estaduais é formado por Professores Substitutos. Quando analisamos individualmente a situação de cada universidade, a situação torna-se mais alarmante. No caso da UECE, dos 1.107 professores, 761 são efetivos – o que representa 69% do total, 341 são substitutos, e 5 são visitantes. Ou seja, 31% do quadro tem um vínculo precário de contratação e remuneração muito inferior à dos efetivos. A UVA, diferente das demais, apresenta o menor quadro de professores substitutos, apenas 37 docentes – equivalente a 10% do total de 387 – e 350 professores efetivos. Já a URCA, dos 644 professores, 388 são efetivos – equivalente a 60% do total – e 256 são substitutos, isto é, 40%. (Andes, 2018b, p.48).

Em 2022, ocorreu novo concurso público por meio do Edital 09/2022 no qual foram ofertadas 145 vagas, distribuídas nos *campi* da UVA em Sobral, São Benedito, Acaraú e Camocim. As vagas eram para os cursos de Agronomia, Engenharia de Pesca, Ciências Biológicas, Zootecnia, Ciências da Computação, Engenharia Civil, Física, Matemática, Química, Ciências Sociais, Geografia, História, Enfermagem, Educação Física, Administração, Ciências Contábeis, Direito, Pedagogia, Filosofia e Letras. (Uva [site], 2022) [118].

Apesar do pouco investimento na universidade, ela vem contribuindo para a formação de profissionais nas mais distintas áreas do conhecimento no interior cearense.

> A Universidade contribuiu com a formação de quadros docentes que são fundamentais para a estruturação e funcionamento adequado das redes municipais de ensino que, por sua vez, puderam ofertar o ensino fundamental e médio regular a crianças e jovens. Dessa maneira, a instituição promoveu a formação de professores que contribuem para o desenvolvimento das novas gerações em cada município, o que seria difícil de ser realizado sem a presença da UVA nessa porção noroeste do território cearense. (Fonteles; Gonçalves; Holanda, 2022, p.109).

Acerca desse processo importante de expansão das instituições de ensino superior para o interior do estado, Silva e Holanda (2018) ressaltam o papel das universidades estaduais cearenses nesse processo e, também, na formação de

---

[118] Dados extraídos da notícia Edital de Concurso Público para Professor da UVA é publicado no Diário Oficial do Estado. Disponível em: https://www.uva.ce.gov.br/2022/04/26/edital-de-concurso-publico-para-professor-da-uva-%ef%bb%bfe-publicado-no-diario-oficial-do-estado/

professores, visto que para atuar em muitos locais se passou a exigir curso superior[119].

> As universidades estaduais cearenses foram os principais agentes de interiorização do ensino superior, facilitando o acesso dos estudantes às universidades e contribuindo para a melhoria dos índices educacionais de muitos municípios, sobretudo pela qualificação dos professores do ensino básico. (Silva; Holanda, 2018, p.79).

Sobre as tentativas governamentais de desqualificar as competências e de sugerir a inviabilidade das universidades estaduais, especialmente as do interior do estado, destacamos a seguinte citação:

> Em evento ocorrido no Auditório Central da UVA, no dia 25 de outubro de 2017, o então Presidente da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Ceará - FUNCAP, já atestava esse desafio afirmando que: **"As Universidades Estaduais do Interior do Ceará é uma inviabilidade, sobrevivem porque teimam.".** Na minha leitura significa dizer que se não morremos de inanição até hoje, poderemos ir muito adiante. (Fonteles; Gonçalves; Holanda, 2022, p.56- grifo próprio).

Inferimos da exposição, como o projeto de transferir a gestão das estaduais cearenses, principalmente URCA e UVA, era um objetivo pretendido e almejado pelos mais distintos governantes cearenses, e como diz o trecho grifado na citação, sobrevivem porque teimam, lutam contra todo esse descaso governamental. Ironicamente, quando tem premiações e destaque das universidades, fazem discursos enaltecendo as instituições e alegando grandes investimentos nas mesmas, como essa fala de Cid Gomes no prefácio do livro de 50 anos do curso de Enfermagem da UVA.

> Em seus quase 55 anos de fundação, a Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) vem ajudando a formar uma geração de cearenses e construindo uma trajetória forjada no pioneirismo e na qualidade do ensino superior no interior do Ceará. Não podemos falar de UVA sem lembrar a ideia transformadora do padre sobralense Francisco Sadoc de Araújo, fundador da Universidade, e de figuras ilustres que continuaram seu legado, como o Professor Teodoro Soares, que se envolveu pessoalmente na luta pelo reconhecimento da UVA pelo Ministério da Educação, que ocorreu em 1994. Tenho muito orgulho de poder ter feito parte dessa história apoiando a UVA quando fui prefeito de Sobral e governador do Ceará, acompanhando a implantação de novos cursos e vibrando com o crescimento dessa tão importante instituição. Agora, em meu mandato de

[119] Sobre essa exigência de concurso para cargo docente, Silva e Holanda (2018, p.85-86) destacam: "O advento dos concursos obrigatórios para assumir qualquer cargo público, abarcando dessa forma, as redes de ensino públicas municipais e estaduais, trouxe consigo a possibilidade ingressar no magistério não por indicação política, mas por competência técnica. Até mesmos os professores que tinham seus contratos passaram a temer perder seus postos de trabalho, buscando desse modo a formação superior."

> senador pelo Ceará, sigo tentando oferecer minha contribuição, especialmente viabilizando recursos que são fundamentais para o bom funcionamento da Universidade. (Albuquerque; Dias; Ribeiro, 2022, p.9).

É importante destacarmos os esforços e contribuições significativas dos professores, servidores e gestores da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) na construção contínua da instituição. Esses esforços se refletem não apenas na qualidade do ensino oferecido, mas também, na inserção socioterritorial da universidade e no impacto positivo que ela tem nas comunidades locais. Os egressos da UVA são prova viva desses esforços, pois muitos deles estão atuando de forma confiante e eficaz em suas profissões, cargos e funções nos diversos municípios que compõem os territórios de atuação da universidade. Esses profissionais formados pela UVA não apenas demonstram competência técnica, mas também um profundo compromisso com o desenvolvimento local e regional. (Fonteles; Gonçalves; Holanda, 2022).

Percebemos, ao longo dessas páginas, como apesar de toda a falta de financiamento para pesquisa, extensão e atividades de ensino, as universidades cearenses vão se destacando no cenário nacional, em parte graças ao seu corpo docente e discente que é extremamente qualificado. Apesar das péssimas condições de infraestrutura, salário de docentes defasados, as instituições vêm buscando formas de se destacar e garantir uma educação de qualidade, apesar dos governantes que não dialogam com as universidades.

Todo esse cenário de descaso constante com as universidades estaduais, ocasionou um período de muita luta em defesa destas instituições. Ao longo dos governos Lúcio, Cid e Camilo a comunidade acadêmica das universidades, por meio de seus sindicatos, foram protagonistas de muitos movimentos que buscavam o mínimo de recursos e investimento nessas instituições. É sobre essa organização coletiva das três universidades nas greves unificadas da categoria e as conquistas resultantes do movimento que apresentamos no capítulo seguinte.

4 GREVE GERAL INTERIOR E CAPITAL: LUTA E RESISTÊNCIA NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO CEARÁ

Expusemos, no capítulo anterior, os impactos da política de ensino superior no Brasil e Ceará e como esse projeto influenciou diretamente nossas universidades estaduais, que foram laboratório da dita modernização cearense. Apresentamos um pouco da constituição das instituições, apontando aspectos das contradições que as permeiam, ao passo que, ao mesmo tempo sofrem com o pouco investimento, alcançam resultados significativos em pesquisa, ensino e extensão. Usamos como fonte de pesquisa neste capítulo, jornais de circulação local, atas, notas, panfletos e os documentários produzidos pelas seções sindicais. Destacamos, que apesar dos esforços, as fontes de pesquisa não foram muitas, pois, os sindicatos durante muito tempo não registrava a sua história de lutas, dificultando um pouco o acesso a algumas informações relevantes.

4.1 Sindicatos das universidades estaduais do Ceará: criação e memórias

Antes de adentrarmos na história das seções sindicais do ANDES-SN no Ceará, vale a pena ressaltarmos um pouco da própria criação do sindicato nacionalmente. O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN)[120] é um sindicato brasileiro, com sede em Brasília (DF) e seções sindicais nos locais de trabalho, que representa professores de ensino superior e ensino básico, técnico e tecnológico no país. (Andes [site],2024).

Foi fundado em 19 de fevereiro de 1981 na cidade de Campinas (SP), como Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (a ANDES). Sete anos depois, em 26 de novembro de 1988, após a promulgação da atual Constituição Federal, passou a ser Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (o ANDES-SN).

Ainda sob a pressão da ditadura civil-militar (1964-1985), o ANDES-SN preocupou-se em não apartar o trabalho acadêmico da realidade social, vinculando, na prática, a luta dos docentes às lutas de outros trabalhadores. Essa postura introduziu no cotidiano docente um pensar articulado da realidade social que, pela

[120]Dados da história do ANDES-SN extraído do seu site. Disponível em: https://www.andes.org.br/sites/historia

sua importância, instituiu espaços destinados à discussão da questão da terra, classe, etnia e gênero, para além de questões ligadas à educação, à ciência e tecnologia, ao sindicalismo e à própria organização dos professores. Neste sentido, podemos ressaltar a participação do ANDES-SN nas mais distintas lutas sociais[121].

> Já como Sindicato Nacional, o ANDES-SN participou ativamente da luta contra o projeto neoliberal iniciado no Brasil a partir do governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e intensificado nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), quando se instaurou um profundo ataque aos serviços e servidore(a)s público(a)s, com congelamento de salários, privatizações, terceirização, suspensão de concursos públicos, desestruturação dos direitos sociais, entre outros (Andes, 2020, p.15).

Assim, o movimento docente constituiu-se na relação permanente com as experiências de outros trabalhadores que lutam pelo reconhecimento de direitos sociais para todos os brasileiros.

> Ainda na década de 1990, o ANDES-SN teve papel de destaque na luta contra as privatizações, tanto na educação quanto em outras áreas das políticas públicas e sociais. Na década de 2000, o ANDES-SN empreendeu diversas lutas. Com a ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva ao poder em 2003 teve início o processo de cooptação de sindicatos e movimentos sociais pelo governo federal. Entidades e movimentos cooptados pelo governo abandonaram acúmulos históricos e aderiram à defesa de propostas que, quase sempre, eram instrumentais ao neoliberalismo (Andes, 2020, p.18).

Na conjuntura pós golpe de 2016, o ANDES atuou na luta em defesa da manutenção da democracia e preservação de direitos sociais.

> Após o impeachment de Dilma em 2016, a efetivação de inúmeros ataques à classe trabalhadora pelo governo Michel Temer e um salto qualitativo na

[121]"Nos últimos 40 anos, o ANDES-SN vem atuando não somente na defesa permanente da universidade pública e contra a precarização do trabalho docente. Teve participação ativa nas lutas pela redemocratização do país no início da década de 80 (Diretas Já!), anistia aos presos e exilados políticos e pela Constituinte 1986/88. Participou, com outras entidades, da criação do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, que desenvolveu proposições para a Constituinte de 1986-88, apresentou propostas para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e, posteriormente, no final da década de 90, elaborou o Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira (PNE), que reivindicava aumento do orçamento da educação pública. Ainda na década de 90, o ANDES-SN teve papel de destaque na luta contra as privatizações neoliberais, tanto na educação quanto em outras áreas. Na década de 2000, o ANDES-SN empreendeu diversas lutas. Com a ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva ao poder em 2003 teve início o processo de cooptação de sindicatos e movimentos sociais. Coerente com suas posições, o ANDES-SN rompe com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 2005, após o processo de aprovação da Reforma da Previdência, que retirava mais direitos dos trabalhadores. Em seguida o ANDES-SN empreende campanha contra o projeto de Reforma Universitária do governo federal e suas implicações, tais quais o aumento das parcerias público-privadas dentro das universidades por meio das fundações ditas de apoio. Em 2014 o ANDES-SN, junto a outras entidades sindicais e ao movimento estudantil, organiza o I Encontro Nacional de Educação (ENE), no Rio de Janeiro (RJ), reafirmando a posição do Sindicato Nacional em defesa de uma educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada. Após 2016, atuou contra as reformas defendidas por Temer e Bolsonaro". (Andes [site], 2024).

> conjuntura desfavorável para a luta dos trabalhadores provocado pela eleição de um governo de extrema-direita em 2018, o ANDES-SN tem se esforçado para construir a unidade na luta necessária para enfrentar governos que não apenas buscam retirar direitos sociais, mas restringir nossas liberdades democráticas. Para enfrentar militares, fundamentalistas e representantes do grande capital que atuam nos governos do momento, o ANDES-SN, além de realizar ações de apoio e solidariedade às vítimas das ações de criminalização e perseguição de professoras e professores em todo o país, tem pautado sua atuação pela conformação de frentes, fóruns e movimentos unitários para denunciar e combater situações de arbitrariedade, perseguição e violência política, assim como para lutar pela revogação de medidas como a EC 95/2016, a PEC 06/2019 e os cortes no orçamento da educação e, finalmente, manter a defesa intransigente do projeto de educação pública e gratuita. (Andes, 2020, p.20-21).

Suas propostas para a universidade brasileira foram construídas, a partir dos problemas históricos vivenciados pela maioria dos trabalhadores e enfrentados por inúmeros movimentos sociais. Nesse sentido, destacamos as inúmeras publicações do ANDES-SN e compromissos com a universidade e trabalho docente.

> Lutar pela educação pública de qualidade, pela valorização do trabalho docente e pela autonomia das instituições públicas de ensino superior; Lutar pela universalização do acesso à educação superior pública e gratuita, com garantia de permanência; Lutar pelo espaço público para produção de conhecimento; Reforçar a unidade da classe trabalhadora no Brasil, internacionalmente e, em particular, na América Latina; Lutar contra toda forma de cerceamento à liberdade de organização sindical e de expressão; Lutar contra as reformas neoliberais que retiram direitos dos trabalhadores, especialmente a reforma universitária privatizante e combater todas as formas de mercantilização da educação. (Andes, 2024, n.p).

Aferimos das bandeiras de lutas e seus compromissos o propósito da defesa da educação pública em todos os campos que a formam. Dito, isso, expomos agora o processo de criação das seções sindicais nas universidades estaduais cearenses.

4.1.1 Seção Sindical do Andes na UECE- SINDUECE

Como já mencionamos, as lutas empreendidas pela SINDUECE nos governos Lúcio Alcântara e Cid Gomes foi objeto de estudo da dissertação de mestrado que originou essa tese, portanto, com relação a SINDUECE fizemos um trabalho de atualização dos dados de gestão e das novas lutas que emergiram no período governado por Camilo Santana.

A história da UECE é um caso de imensos desafios para a sua sobrevivência, assim, ocorreu a organização do movimento docente na universidade, inicialmente por meio do Sindicato dos Docentes do Ensino Superior

Público do Estado do Ceará (SINDESP)[122], que perdeu legitimidade com a categoria docente, que tentou por anos disputar a gestão do sindicato, não alcançando êxito.

> Inicialmente fez um rápido histórico das lutas sindicatos professores da UECE que se engajaram ao longo de mais de 10 anos em várias atividades tendo em vista construir um sindicato democrático incluindo-se nesse caso 2 tentativas de conquistar a geração dos SINDESP avaliando-se, posteriormente, que a estrutura do sindicato não se coaduna com a do ANDES. **Destacou a recente criação das Seções Sindicais da Universidade do Vale do Acaraú- UVA e da Universidade Regional do Cariri URCA** relatou que ao longo do ano de 2001 houve vários eventos envolvendo professores do interior e da capital[...]. (Sinduece, ata de criação, 2002, p.1).

Assim, os docentes das três estaduais optaram pela criação de seções locais do Andes. Sobre esse contexto:

> A Sinduece é a Seção Sindical do ANDES-SN dos docentes da Universidade Estadual do Ceará (UECE) que surgiu em 2002 para combater os graves problemas estruturais que a universidade foi relegada pelos sucessivos governos cearenses. Além disso, **a Uece passava por administrações autoritárias e submissas aos ditames do gestor estadual de plantão, fato que ameaçava completamente sua autonomia. Neste contexto, um grupo de professores começou a se reunir e discutir a criação de uma organização que expressasse a ânsia de mudança bem como se tornasse em um instrumento para congregar e organizar os docentes de maneira autônoma e combativa**. (Sinduece [site], 2024-grifo próprio).

Do exposto, aferimos que a criação da SINDUECE, foi resultado de uma longa batalha no decorrer do ano de 2002, na qual foi formada uma comissão a favor da seção sindical, e ao longo do tempo se envolveu em várias lutas e iniciativas. Destacamos a participação ativa na reivindicação por concursos para

---

[122] "Em meados da década de 1980 os professores da UECE criaram uma entidade que deveria defender seus interesses, a Associação dos Professores da Universidade Estadual do Ceará – APUC**.** Seu primeiro presidente foi o professor Rui Alencar Araripe sucedido pelo professor Hamilton Mota. O Sindicato dos Docentes do Ensino Superior Público do Estado do Ceará – SINDESP é sucessor da antiga APUC.O SINDESP foi criado em Assembleia de professores da UECE, da URCA e da UVA, convocada através de edital publicada no dia 07 de setembro de 1989 no jornal O POVO e realizada no dia 13 de setembro de 1989 no auditório Central do Campus do Itaperi. A pauta contemplava três itens: a criação do Sindicato, a aprovação do estatuto e a escolha de uma diretoria provisória. Compuseram a mesa dirigente dos trabalhos os professores Francisco Pessoa Furtado, Guilherme Sergio Tavares Cavalcante, José Maria Gomes Loiola, Francisco Auto Filho, Maria Ivanira Oliveira, Francisco Valentim de A. Neto e Gilberto Leitão de Castro e Silva. A primeira Diretoria Executiva foi constituída pelos docentes: Francisco Pessoa Furtado, presidente – Guilherme Sérgio Tavares Cavalcante – vice-presidente, José Maria Gomes Loiola – vice-presidente regional da UVA, Fernando Peixoto de Melo – vice-presidente Regional da URCA, Gilberto Leitão de Castro e Silva- Secretário – Geral , Raimundo Luiz do Nascimento – 1º secretário , Adolfo Claudio Mentor Melo – Diretor de Finanças, Manoel Valdecir de Vasconcelos – 1º Diretor de Finanças, Francisco Adegildo Ferrer – Diretor de Formação Sindical, José Ednardo Silveira Albuquerque – Diretor de Relações Sindicais, Paulo Roberto de A. Nunes – Diretor de Divulgação e Cultura".(Sindesp,2024).

professores, o que levou à realização de um concurso no mesmo ano, oferecendo 130 vagas.

Dessa forma, a SINDUECE surgiu da colaboração entre o movimento de professores do interior e o movimento Em Defesa da UECE, ativo na capital. Ambos herdam o espírito combativo enraizado na história da universidade.

> [...] constituída em Assembleia de docentes da UECE em abril de 2002 no Auditório Central do Itaperi. A Comissão editou seis números do Boletim LUTA DOCENTE e deu andamento às reivindicações por concurso público, parcialmente atendidas com a realização do concurso público para professores efetivos em 2002, com a oferta de 130 vagas. Outras atividades foram destacadas como a participação nas lutas salariais dos funcionários públicos do Estado e a representação da UECE, através de delegados que representavam os inscritos na Secretaria Regional, em número de 52, nos encontros do ANDES - SN. Destacou que não havia mais como esperar para criarmos nossa Seção Sindical. A seguir, foi aberta a palavra aos presentes, quando se pronunciaram: Professora Elvira Sá de Morais relembrou, dizendo-se emocionada, vários momentos da luta sindical, o empenho e, por fim, a criação da Seção Sindical (Sinduece, ata de criação, 2002, p.2).

Assim, a SINDUECE foi estabelecida oficialmente em 11 de dezembro de 2002, durante uma assembleia da categoria, com o propósito de enfrentar os sérios problemas estruturais aos quais a universidade foi relegada pelos governos cearenses sucessivos. Nesse processo, o ANDES-SN por meio da sua Regional, escreveu um pequeno texto sobre a criação da mais nova seção do ANDES-SN.

> Escrevo-lhes com grande alegria para informar que ontem, 11 de dezembro de 2002, os professores da UECE fundaram sua Seção Sindical do ANDES SN, a SINDUECE - SEÇÃO SINDICAL. Com cerca de 70 docentes presentes, a assembleia de criação da seção transcorreu em clima de emoção permanente, já que a luta pela sua fundação remonta a mais de 10 anos e não foram poucos os companheiros (as) que viram ali a culminância de uma longa trajetória de lutas. A presença de vários lutadores e lutadoras que buscaram construir o ANDES SN no âmbito da UECE, o conjunto de depoimentos dados pelos docentes que participaram deste processo e a presença de novos professores da UECE deu à criação da seção um sentido de continuidade da luta. (Andes, 2002, p.1).

Desde o seu surgimento, a SINDUECE já estava comprometida com a defesa do ensino público, a interligação inseparável entre ensino, pesquisa e extensão, e a importância da cooperação entre as três categorias que formam a universidade: professores, estudantes e servidores técnico-administrativos. Essa colaboração entre os segmentos foi fundamental para o sucesso de várias

mobilizações em defesa da UECE. Em seus 21 anos[123] de existência, a SINDUECE pautou a defesa da educação pública como principal bandeira de luta. Apresentamos agora as diretorias da SINDUECE.

A Diretoria Provisória (2002/2004) assumiu suas funções em meio a um contexto de negligência por parte do governo estadual em relação à UECE, refletido principalmente na falta de professores e em instalações físicas amplamente precárias, aspectos já contemplados no decurso da pesquisa. Compuseram esta gestão: Presidente: Lena Lúcia Espíndola Rodrigues Figueiredo; Vice-Presidente: Maria Cristina de Queiroz Nobre; Secretária Geral: Maria Neuma Pereira Lopes; 1º Secretário: Francisco Martins de Sousa; Tesoureiro Geral: Gledson Ribeiro de Oliveira; 1ª Tesoureiro: Fabíola Barrocas Tavares; Diretor de Relações Intersindicais: José Eudes Baima Bezerra; Suplentes: Maria Ivane Sales; Hidelbrando dos Santos Soares; Rosemary de Oliveira Almeida. (Alves, 2018).

Assumiu o comando em 27 de maio de 2004, a gestão “Autonomia e Democracia” (2004/2006), esta diretoria testemunhou mais uma vez os diferentes segmentos da universidade unindo-se em defesa de seus interesses por meio de um movimento grevista, que teve início em 2005 nas unidades do interior (Itapipoca e Limoeiro). Esse movimento se estendeu até a capital e tinha várias demandas, incluindo a luta por concursos públicos, uma política de interiorização da Uece, aumento salarial e melhorias infraestruturais. Compuseram esta gestão: Presidente: José Eudes Baima Bezerra; Vice-Presidente: Francisco Martins de Sousa; Secretária Geral: Maria Neuma Pereira Lopes; 1º Secretária: Maria Raquel de Carvalho Azevedo; Tesoureira Geral: Josete de Oliveira Castelo Branco Sales; 1º Tesoureiro: Epitácio Macário Moura; Diretora de Relações Intersindicais: Catarina Tereza Farias de Oliveira; 1ª Suplente: Angélica Maria Pinheiro Ramos; 2ª Suplente: José Ernandi Mendes. (Alves, 2018).

A Diretoria para o período 2006/2008, foi a gestão “Sinduece Democrática e de Luta”. Assumindo o cargo em 18 de setembro de 2006, esta diretoria enfrentou o desafio de liderar a universidade durante a greve de 2006, que tinha como principais reivindicações o Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS) e questões salariais. Essa greve foi encerrada após 156 dias, com a garantia de vinculação

---

[123] Para saber mais sobre a história da SINDUECE, verificar o documentário: 15 ANOS DE SINDUECE - "AMAR E MUDAR AS COISAS". Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=EPcJUxVotEo&t=192s

orçamentária para o PCCS em janeiro de 2007.Compuseram esta diretoria: Presidente: Célio Ribeiro Coutinho; Vice-Presidente: Guilherme Sérgio Tavares Cavalcanti; Secretária Geral: Ana Cristina de Moraes; 1ª Secretária: Adinari Moreira de Sousa; Tesoureira Geral: Lia Matos Brito de Albuquerque; 1º Tesoureiro: José Ernandi Mendes; Diretor de Relações Intersindicais: Epitácio Macário Moura; 1ª Suplente: Rosemary de Oliveira Almeida; 2ª Suplente: Josete de Oliveira Castelo Branco Sales. (Alves, 2018).

Tomou posse em 31 de outubro de 2008 a diretoria 2008/2010, a gestão "Sinduece democrática e de luta sempre" e teve como principal bandeira de luta a implementação e regulamentação do PCCV. Integraram esta gestão: Presidente: Lia Matos Brito de Albuquerque; Vice-presidente: José Eudes Baima Bezerra; Secretária Geral: Elizabeth Bezerra Furtado; 1º Secretário: Erasmo Miessa Ruiz; Tesoureira Geral: Maria Neuma Ferreira Lopes; 1º Tesoureiro: Antônio de Pádua Santiago de Freitas; Diretora de Relações Intersindicais: Ana Cláudia de Souza Leite; 1ª Suplente: Rosa Maria Barros Ribeiro; 2ª Suplente: Angélica Maria Pinheiro Ramos. (Alves, 2018).

A Diretoria 2010/2012 intitulada "Trabalho digno, autonomia e democracia na universidade" tomou posse em 22 de novembro de 2010. Essa gestão tentou obter, junto à administração superior, dados referentes à carência de professores efetivos na instituição. Tais dados não foram liberados, obstaculizando o trabalho investigativo da SINDUECE, que recorreu à pesquisa no Diário Oficial do Estado, contratando uma pesquisadora, conforme mencionado anteriormente na introdução deste trabalho. Durante essa gestão e como forma de defesa da UECE foi lançada a *Campanha Pra Uece Não Parar, Efetivo Já,* que tinha como mote principal a luta por concurso docente, a enorme vacância de professores na universidade, além de pautar a regulamentação do PCCV; equiparação salarial entre substitutos e efetivos e política de assistência estudantil. Compuseram esta gestão: Presidente: Epitácio Macário Moura; Vice-presidente: Erlenia Sobral do Vale; Secretário Geral: José Alex Soares Santos; 1ª Secretária: Rosângela Maria Costa Fernandes; Tesoureiro Geral: Francisco Carlos Jacinto Barbosa; 1ª Tesoureiro: Jaquelânia Aristides Pereira; Diretora de Relações Intersindicais: Elda Maria Freire Maciel; 1ª Suplente: Regina Stella Pereira Nascimento; 2ª Suplente: Adelita Neto Cabral. (Alves, 2018).

Em 21 de novembro de 2012, tomou posse a sexta diretoria da SINDUECE para a gestão 2012/2014- "Sinduece - luta e autonomia", com os

seguintes integrantes: Presidente: Elda Maria Freire Maciel; Vice-presidente: José Eudes Baima Bezerra; Secretário Geral: Antônio Valricélio Linhares da Silva; 1ª Secretário: Antônio Carlos Ferreira Bonfim; Tesoureira Geral: Maria Neuma Pereira Lopes; 1ª Tesoureira: Lia Magalhães de Almeida Silva; Diretor de Relações Intersindicais: Pedro Claesen Dutra Silva; 1ª Suplente: Catarina Tereza Farias de Oliveira; 2ª Suplente: Angélica Maria Pinheiro Ramos. Nessa gestão ocorreram dois movimentos paredistas (2013 e 2014), além da ocupação do prédio do Instituto Federal de Educação do Ceará (IFCE) por estudantes Faculdade de Educação de Itapipoca (FACEDI) e da Assembleia Legislativa do Ceará. Uma gestão que travou duros embates com o então governador Cid Gomes. (Alves, 2018).

Em 20 de novembro de 2014, para o período 2014/2016, assumiu a sétima diretoria da SINDUECE, a gestão “Seguir na luta em defesa da educação pública” encontrando os docentes da instituição em greve, que fora iniciada em setembro de 2014 e suspensa em 09 de janeiro de 2015, após acordo com o Governador Camilo Santana que havia assegurado a realização de concurso emergencial para professores nas três universidades estaduais, abrangendo um total de 249 vagas, concurso para servidor técnico-administrativo, além da criação do plano de cargos para esta categoria. Entretanto, os acordos para a suspensão da greve não foram cumpridos. A diretoria era composta por: Presidente: Célio Ribeiro Coutinho; Vice-Presidente: Sâmbara Paula Francelino Ribeiro; Secretária Geral: Maria Lenúcia de Moura; 1º Secretário: Raimundo Augusto Martins Torres; Tesoureira Geral: Maria Goretti Lopes Pereira e Silva; 1º Tesoureira: Catarina Tereza Farias de Oliveira; Diretora de Relações Intersindicais: Lucilane Maria Sales da Silva; 1º Suplente: Alexsandro Macêdo Saraiva; 2º Suplente: Samuel Carvalheira de Maupeou.

Assumiu em 18 de novembro de 2016, para o período 2016/2018 a gestão “Resistência e luta” composta exclusivamente por mulheres: Presidente: Sâmbara Paula Francelino Ribeiro; Vice-presidente: Elda Maria Freire Maciel; Secretária Geral: Maria José Camelo Maciel; 1ª Secretária: Theresa Christine Filgueiras Russo Aragão; Tesoureira Geral: Maria Goretti Lopes Pereira e Silva; 1ª Tesoureiro: Geandra Cláudia Silva Santos; Diretora de Relações Intersindicais: Maria Márcia M. de Castro Martins; 1ª Suplente: Lucilane Maria Sales da Silva; 2ª Suplente: Marisa Ferreira Aderaldo. Foi uma gestão que atuou num contexto

adverso de implementação de cortes e mudança no sistema de previdência[124] estadual, antecipando reformas a nível nacional.

A nona diretoria da SINDUECE- Unir para resistir (2018/2021) teve seu tempo de gestão ampliado em decorrência da Covid-19 que atrasou o processo eleitoral bianual. Compuseram essa direção: Presidenta: Sandra Maria Gadelha de Carvalho; Vice-presidente: Alexandre Araújo Costa; Secretário Geral: Pedro Claesen da Silva Dutra; 1º Secretário: José Wellington Dias Soares; Tesoureiro Geral: Nilson de Souza Cardoso; 1º Tesoureiro: José Eudes Baima Bezerra; Diretor de Relações Intersindicais: Frederico Jorge Ferreira Costa; 1ª Suplente: Virgínia Marcia Assunção Viana e 2ª Suplente: Camila Holanda Marinho

Assumiu a gestão da SINDUECE (2021/2023) a diretoria "Na Luta é que a gente se encontra" em 11 de fevereiro de 2023 a décima diretoria, composta por: Presidenta: Virgínia Márcia Assunção Viana; Vice-presidenta: Raquel Dias Araújo; Secretária Geral: Sandra Maria Gadelha de Carvalho; 1ª Secretária: Patrícia Limaverde Nascimento; Tesoureiro Geral: André Lima Sousa; 1ª Tesoureira: Lúcia Helena de Brito; Diretor de Relações Intersindicais: Alexandre Araújo Costa; 1ª Suplente: Maria Márcia Melo de Castro Martins e 2ª Suplente: Jaqueline Rabelo de Lima .

Tomou posse em 10 de março de 2023 para o período 2023/2025 a diretoria "é preciso estar atenta/o e forte", composta por: Presidente: Nilson de Souza Cardoso; Vice-presidenta: Raquel Dias Araújo; Secretário Geral: Pedro Wilson Oliveira da Costa Junior; 1ª Secretária: Jaquelânia Aristides Pereira; Tesoureira Geral: Jaqueline Rabelo de Lima; 1ª Tesoureira: Lúcia Helena de Brito; Diretora de Relações Intersindicais: Patrícia Limaverde Nascimento; 1ª Suplente: Diana Nara da Silva Oliveira e 2ª Suplente: Lena Lúcia Espíndola Rodrigues Figueirêdo. A diretoria que atua em 2024, enfrenta uma greve contra o governo Elmano, eleito em 2022.

Expostas as gestões das diretorias da SINDUECE, expomos agora um pouco sobre a história da SINDURCA, ressaltamos mais uma vez a dificuldade na obtenção de dados sobre a seção sindical e sua formação.

---

[124] O governador do Ceará, Camilo Santana, aumentou a alíquota de contribuição previdenciária dos servidores de 11% para 14%, aprovada na Assembleia Legislativa, em dezembro de 2016. Ver mais sobre as reformas pensadas por Camilo Santana em: https://fetamce.org.br/ja-esta-em-vigor-o-novo-sistema-previdenciario-do-ceara-leia-a-integra-das-mudancas/

4.1.2 Seção Sindical do Andes na URCA- SINDURCA

O SINDURCA[125], como sindicato dos docentes da Universidade Regional do Cariri, é uma seção sindical do ANDES – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. Sua criação está diretamente ligada a história de luta em defesa da educação pública.

> Se um historiador quiser ser honesto ao escrever a História da URCA, terá que contá-la atrelada à luta do povo trabalhador do Cariri, e aos movimentos docente e discente desta universidade, pois todos os avanços que esta universidade teve - da sua criação até a construção de um Restaurante Universitário, passando pelos concursos públicos para professor efetivo é a história das lutas e das greves de professores, estudantes e técnico-administrativos. (Sindurca, s/a, p.24).

Assim, como na SINDUECE, sua articulação e desenvolvimento se deu pela organização e ampliação do movimento docente na instituição.

> Já em 1998 este movimento docente realizou uma greve que levou ao novo concurso para professor o mesmo se repetindo em 2002 quando já dirigido pelo sindicato dos docentes da URCA- SINDURCA, professores e estudantes fizeram uma greve solitária, porém forte, finalizada com a concha deixa o concurso para 100 vagas de professor efetivo. (Sindurca, s/a, p.24).

Nos seus anos de atuação, vem lutando em defesa da universidade pública e da democracia dentro da instituição. Em 2003, o movimento docente da instituição lançou uma candidatura a reitoria da URCA, que conquistou uma expressiva quantidade de votos, porém, o empossado pelo governador Lúcio Alcântara, foi André Herzog. Fato que gerou revolta na comunidade acadêmica, ocasionando o movimento: “Reitor Eleito, Reitor Empossado”.

> [...] este movimento docente com o apoio do SINDURCA protagonizou uma heroica ocupação de todo o espaço físico da universidade por 21 dias e um confronto direto com a reitoria interventora pelos 4 anos de seu mandato, o que provocou a destruição política deste grupo interventor. (Sindurca, s/a, p.24).

Ao longo dos anos 2003-2018, o SINDURCA atuou nas lutas da comunidade acadêmica em defesa das estaduais cearenses, participando das greves unificadas de 2006, 2007/2008, 2013, 2014/2015. Nos períodos sem greve, esteve pautando lutas locais na região do Cariri. Recentemente, esteve na greve

---

[125] Novamente, uma das dificuldades da pesquisa foi coletar dados sobre o histórico da seção sindical. Tivemos acesso a pouquíssimo material para compor esse tópico, apesar dos pedidos da pesquisadora, a seção sindical enviou poucas informações.

unificada das estaduais em 2024[126], porém, foi a primeira instituição a aceitar o acordo que nada acrescentava em ganhos as estaduais.

Com o intuito de registrar e preservar a história do SINDURCA, esperávamos elencar aqui as diretorias que já passaram pelo sindicato, no entanto, apesar dos inúmeros contatos da pesquisadora, as informações não foram enviadas. O sindicato não possui um *site*, dificultando ainda mais o resgate dessas informações. Desta forma, realizamos, apenas, a coleta destas gestões que estavam registradas no *Facebook* da entidade.

No ano de 2016 foi empossada a diretoria 2016-2018 com a seguinte composição: Presidente: Emerson Ribeiro; Vice-Presidente: Prof. Darlan Reis; Tesoureira: Profa. Valéria Pinheiro; Secretário: Prof. Raul Ferreira; 1º Suplente: Prof. Carlos Alberto Tolovi; 2º Suplente: Prof. Thiago Zanotti e 3º Suplente: Prof. Araújo Filho.

Em 2021 foi empossada pela categoria a Diretoria do Sindicato das e dos Docentes da URCA, o SINDURCA (2021-2023). A Diretoria é composta pelas professoras Daniele Quiroga na Presidência; Carolina Pienegonda, Vice-presidência; Ana Maria Leite, Secretaria; Fátima Pinho, Tesouraria; Alana Mara Gonçalves, 1ª Suplência, Simonete Pereira, 2ª Suplência; e Sislândia Brito, 3ª Suplência.

Em 2023, foi eleita a Chapa Luta e Resistência para a Direção do SINDURCA, biênio 2023-2025: Presidente: Zuleide Queiroz; Vice-presidente: Fernando Castelo Branco; Tesoureira: Fátima Pinho; Secretário: Ivan Carneiro; 1º suplente: Ana Nunes; 2º suplente: Daniel Carneiro e 3º suplente: Cássio Expedito.

4.1.3 Seção Sindical do Andes na UVA – SINDIUVA

O SINDIUVA[127], como sindicato dos docentes da Universidade Estadual Vale do Acaraú, é uma seção sindical do ANDES – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.

Os primeiros passos da sua formação deram-se no final dos anos de 1990. Nesta época era patente a insatisfação de vários professores perante a atuação do sindicato que representava os docentes das três universidades do

---

[126] Não abordamos essa greve unificada em 2024, por ela estar fora do período de nossa pesquisa, apenas mencionamos alguns aspectos superficialmente.

[127] Histórico da SINDIUVA extraído da agenda distribuída a categoria em 2016. Não foi possível encontrar informações da sua história em outras fontes.

estado do Ceará, o SINDESP, conforme já mencionado no histórico da SINDUECE. Os professores envolvidos nessa tentativa de tomada do SINDESP formavam o movimento docente, núcleo futuro do SINDIUVA. Foram referências nesse período: Isorlanda Caracristi, Aldiva Sales Diniz, Johnson Fernandes, Neuzita, Nilson Almino, Hélio Reis, Isaurora, Neide, Carmin, Werber, Sandra, Marta e Azevedo.

Dessa forma, vai criando força e organização, assim, entre 1998 e 1999, o movimento docente começa a atuar internamente na UVA, apontando problemas na gestão da universidade. Nos dois anos seguintes, novos docentes começam a juntar-se ao grupo original como os professores Emerson, Praciano, Paula, Diocleide, Nicolau Lima, Antônio José, Gustavo, Marlene, Murilo, Virginia, Dimas Domenico e Marcos Aurélio.

Em 2001, o SINDIUVA é fundado com o estabelecimento de uma diretoria provisória. A sua formalização oficial ocorreu no dia 13 de novembro de 2001, em decorrência da assembleia que elegeu a diretoria provisória e estabeleceu o seu regimento.

Figura 2: Formação da Diretoria Provisória SINDIUVA

Fonte: SINDIUVA (2024)

O SINDIUVA se vincula ao ANDES – SN e começou a participar de seus encontros. Essa diretoria conduziu as reivindicações da categoria e em assembleias aprovou o seu regimento interno de acordo com o do ANDES - SN.

Em 2005, começou a se formar um fórum de debates do que há de comum entre as reivindicações das seções sindicais das três universidades estaduais (SINDIUVA, SINDURCA e SINDUECE).

Nos anos de 2006, 2007 e 2008, as seções sindicais das universidades estaduais realizaram as primeiras greves em conjunto reivindicando o Plano de Cargos e Carreira e Vencimentos (PCCV). Nesse ano, ocorreu a primeira eleição

formal da SINDIUVA, cabendo a essa diretoria a implantação da atual sede no *campus* Betânia favorecendo um melhor atendimento aos professores filiados. No ano seguinte, graças à luta vitoriosa do movimento docente, os professores das universidades estaduais do Ceará conseguiram um aumento de 104% acrescido de uma reposição anual da inflação do ano anterior, proporcionando, assim, uma devida dignidade ao trabalho docente.

No ano de 2008, o SINDIUVA encampa a luta vitoriosa contra a absorção dos cursos técnicos e científicos do *campus* do Cidao pelo Instituto Técnico Federal do Ceará (IFCE).

Em 2009, ocorre a segunda eleição do SINDIUVA. Essa diretoria centra o seu trabalho na luta pela implementação das leis complementares ao PCCV e por mais verbas para as universidades estaduais.

No início de 2011, o SINDIUVA é vitorioso na luta jurídica contra a precarização do trabalho docente, quando a Justiça do trabalho obriga a UVA a assinar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) se comprometendo a não mais contratar professor na qualidade de “colaborador”. Nesse ano, ocorre a terceira eleição do SINDIUVA.

Em 2012, o SINDIUVA realiza, com grande participação do movimento estudantil, uma manifestação de protesto contra a eleição indireta a portas fechadas da lista tríplice para reitor da universidade.

Em 2013, o SINDIUVA elege a sua quarta diretoria. Essa diretoria teve o desafio de estar à frente de uma greve (2013/2014) por mais vagas para professor efetivo e por mais verbas para a universidade. A greve findou com a realização do Seminário sobre as universidades estaduais.

Em 2014, como resultado da greve parcialmente vitoriosa, o SINDIUVA, em parceria com o movimento estudantil e os servidores técnicos administrativos, consegue 10 milhões de reais para assistência estudantil e o compromisso do governo de construção do restaurante e a residência universitária. O SINDIUVA confecciona a carteira de identidade sindical para seus filiados proporcionando descontos em espetáculos, shows e casas conveniadas. O SINDIUVA participa de vários encontros regionais e nacionais representando os docentes da UVA. Ainda nesse ano, por conta da não realização de concurso para professor efetivo, em assembleia histórica, os professores decidem paralisar as suas atividades.

Em janeiro 2015, os professores encerram a greve com o compromisso do governo de realização de concurso público para o preenchimento de 67 vagas de professor efetivo. Em sua quinta eleição, o SINDIUVA elege a atual diretoria. Essa diretoria negocia com o governo do Estado o preenchimento das vagas restantes do último concurso. Ainda nesse último ano, foram regulamentadas as leis complementares do PCCV. Também em 2015, foi oficializado o Fórum das Três Seções Sindicais das universidades estaduais.

O ano de 2016 se inicia com o cumprimento da palavra da reitoria de realização de um processo Estatuinte na UVA, para atualização do Estatuto dessa instituição, uma reivindicação antiga do SINDIUVA e de toda comunidade acadêmica.

Em 2016, o SINDIUVA tinha nos seus quadros 150 filiados, aproximadamente metade dos professores efetivos da UVA. Sua atuação prima pela autonomia em relação aos partidos políticos e pela sua independência diante dos governos, de suas instituições e da administração da universidade.

A defesa incondicional do ensino público, gratuito e de qualidade é a sua principal referência. Acredita que o compromisso ético do magistério possa contribuir para a construção de uma sociedade humanamente diversa, socialmente igual e completamente livre.

Entre 2016 e 2024 as questões locais em defesa da UVA foram o cerne das atenções do sindicato. Enfrentando as adversidades provocadas pela pandemia, a eleição do governo Bolsonaro, que repercutiu negativamente na organização dos movimentos de esquerda. Ainda em 2024, a diretoria do SINDIUVA enfrentou uma nova greve, dessa vez contra o governo de Elmano -PT, que ignora e criminaliza o movimento paredista das universidades estaduais.

Feito este breve resgate histórico, é importante elencar as pessoas que compuseram as gestões do SINDIUVA ao longo dos anos, e observamos dessa forma, como os membros são quase sempre os mesmos sujeitos.

Em 13 de novembro de 2001, ocorreu a assembleia de fundação do SINDIUVA com o estabelecimento da diretoria provisória: Presidente: Tarcísio Praciano Pereira; Vice-Presidente: Aldiva Sales Diniz; Secretário: Emerson Ferreira de Almeida; Tesoureira: Maria Gorete de Sousa; Diretor de relações intersindicais: Marcos Aurélio Macedo de Sousa; Diretor de atividades Cientificas e culturais: Murilo Sérgio da Silva Julião; Suplentes: Hélio da Silveira Reis Junior; Nicolau de Lima

Bussons; José Osmar Fonteles e Francisco José Freire de Andrade. Esta diretoria começa a estabelecer as bases administrativas do SINDIUVA, se vinculando ao ANDES-SN e começando a participar de encontros.

No biênio 2004-2005, ocorre a eleição da primeira diretoria do SINDIUVA, estabelecimento de vínculos com os novos sindicatos da UECE e URCA. Essa Diretoria era composta por: Tarcísio Praciano Pereira, Aldiva Diniz, Emerson Ferreira de Almeida, Ermínio de Sousa Nascimento, Hélio da Silveira Reis Júnior, Johnson, Neide Santana, Marcos Aurélio. Foram marcas dessa gestão: o crescimento de enfrentamentos com administração da universidade e governo do estado do Ceará, greve na UECE, estabelecimento do regimento do SINDIUVA em uniformidade com o regimento do ANDES/SN.

Em fevereiro e março de 2007 é feita a primeira eleição formal do SINDIUVA tendo chapa única. A gestão 2007-2009 era formada por: Presidente: Nicolau de Lima Bussons; Vice-Presidente: Diocleide de Lima Ferreira; Secretário: Emerson Ferreira de Almeida; Tesoureiro: Hélio da Silveira Reis Júnior; Diretor de Relações Intersindicais: Maria Neusita Tabosa; Diretor de Cultura: Domenico Sávio Rocha Cavalcante; 1º Suplente: Ermínio de Sousa Nascimento; 2º Suplente: Werber Pereira Moreno e 3º Suplente: Murilo Sérgio da Silva Julião.

Em 2009 ocorre a segunda eleição de diretoria do SINDIUVA para o período 2009-2011, com a chapa formada por: Presidente: Maria Antônia; Vice-presidente: Werber Pereira Moreno; Tesoureiro: Murilo Sérgio da Silva Julião; Secretária: Isaurora, Secretário de Cultura: Domenico Sávio Rocha Cavalcante

Em 2011, foi empossada a gestão 2011-2013 composta por: Presidente: Isorlanda Caracristi; Vice-Presidente: Aldiva Diniz; Secretário: Emmanoel Lima; Tesoureiro: Hélio da Silveira Reis Júnior; Diretor de Relações Intersindicais: Emerson Ferreira de Almeida; Diretor de Cultura: Luciano Gutemberg; 1º Suplente: Neide Santana; 2º Suplente: Geane Albuquerque e 3º Suplente: Ermínio de Sousa Nascimento.

Para o biênio 2013-2015 foi eleita a seguinte direção com os seguintes membros: Presidente: Silvia Helena de Lima Monteiro; Vice-Presidente: Luiz Ferreira Aguiar Ponte; Secretário: Flávio Telles Melo; Tesoureira: Tereza Cristina Lacerda Gomes; Diretor de Relações Intersindicais: Francisco José Fontenele de Azevedo;

Diretor de Cultura: Paulo Rocha Aguiar Júnior; 1º Suplente: Antônio Carlos Oliveira Castro; 2º Suplente: José Osmar Fonteles e 3º Suplente: Everasmo Freire Bezerra.

Em setembro de 2015, ocorreu a posse da diretoria 2015-2017, composta por: Presidente: Silvia Helena de Lima Monteiro; Vice-Presidente: Rosângela Duarte Pimenta; Secretário: Manoel de Castro Carneiro Neto; Tesoureiro: Emerson Ferreira de Almeida; Diretor de Relações Intersindicais: Flávio Telles Melo; Diretor de Atividades Científicas e Culturais: Francisco Denis Melo; 1º Suplente: Luiz Ferreira Aguiar Ponte; 2º Suplente: Joaquim Alves Neto e 3º Suplente: Rejane Maria Gomes da Silva.

Para a gestão 2017-2019, foi empossada em setembro de 2017, a diretoria composta por: Presidente: Rosângela Duarte Pimenta; Vice-Presidente: Tito Barros Leal de Pontes Medeiros; Secretário: Muciana Aracely da Silva Cunha; Tesoureira: Carina Brunehilde Pinto da Silva; Diretor de Relações Intersindicais: Marcel Lima Cunha; Diretor de Atividades Científicas e Culturais: Madeline Gurgel Barreto Maia; 1º Suplente: Aldiva Sales Diniz; 2º Suplente: Luiz Vieira da Silva Neto e 3º Suplente: Mariana Albuquerque Dantas.

Em setembro de 2019, foi empossada a gestão 2019-2021 composta por: Presidente: Marcel Lima Cunha; Vice-Presidente: Joannes Paulus Silva Forte; Secretário: Emerson Ferreira de Almeida; Tesoureiro: Murilo Sérgio da Silva Julião; Diretor de Relações Intersindicais: Jefferson Alves de Aquino; Diretora de Atividades Científicas e Culturais: Amélia Soares André; 1º Suplente: Maria Luiza Ribeiro Wetzel; 2º Suplente: Carina Brunehilde Pinto da Silva e 3º Suplente: Elaine Sampaio de Sousa Carlos.

A gestão 2021-2023 foi empossada em 2021, composta por: Presidente: Kaoli Pereira Cavalcante; Vice-Presidente: Daniele Kelly Lima de Oliveira; Secretária: Patrícia Vasconcelos Frota; Tesoureiro: Emerson Ferreira de Almeida; Diretor de Relações Intersindicais: Niágara Vieira Soares Cunha; Diretora de Atividades Científicas e Culturais: Amélia Soares André; 1º Suplente: Jander Barbosa Monteiro; 2º Suplente: Maria Gorete de Sousa e 3º Suplente: Tito Leal de Pontes Medeiros.

Em setembro de 2023, tomou posse para o biênio 2023-2025, a diretoria composta por: Presidente: Silvia Helena de Lima Monteiro; Vice-Presidente: Flávio Telles Melo; Secretário: Emerson Ferreira de Almeida; Tesoureiro: Luiz Ferreira Aguiar Ponte; Diretor de Relações Intersindicais: Viviane Prado Bezerra; Diretora de

Atividades Científicas e Culturais: Amélia Soares André; 1º Suplente: Raimundo Nonato Rodrigues de Sousa; 2º Suplente: Luiz Vieira da Silva Neto e 3º Suplente: Luiz Osório de Oliveira Filho.

Observamos, conforme já havíamos antecipado, que os membros da diretoria, por vezes, são compostos pelos mesmos sujeitos, evidenciando um problema pela não renovação dos quadros políticos do sindicato, visto que é necessário o processo de formação política de outros professores, que, também é uma função dos sindicatos.

Expostas as gestões do SINDIUVA desde a sua fundação aos dias atuais, apresentamos agora um breve resgate sobre o processo de constituição do fórum das três estaduais.

4.1.4 A consolidação do Fórum das Três Estaduais

No intuito de fortalecer o processo de luta e de defesa das estaduais, foi criado pelas seções sindicais das universidades um fórum com o objetivo de unificar a luta e garantir maior organicidade ao movimento, denominado de Fórum das Três Estaduais. Durante os anos, o fórum agiu de forma coletiva, porém, sem um processo formal de sua organização.

Em 2015, no entanto, tentando legitimar o papel e função desse fórum, as representações das seções sindicais e a regional do ANDES, decidiram elaborar o regimento do referido fórum. Seu regimento destaca seus integrantes, inclusive com representante da CSP- Conlutas[128] que, posteriormente, foi desligada do ANDES.

> Art.1. Para efeito deste regimento, o Fórum das três seções sindicais das Universidades Estaduais do Ceará (Fórum das 3) é constituído por representações de diretoria das três seções sindicais das universidades

[128] Sobre a saída do ANDES-SN da CSP-Conlutas: “após dois dias de debates, que foram precedidos pelas discussões nas assembleias de base, as e os participantes do 14º Conad Extraordinário do ANDES-SN deliberaram por encaminhar ao 41º Congresso do Sindicato Nacional a desfiliação da CSP-Conlutas. A decisão foi aprovada neste domingo (13), durante a plenária do Tema 2 Questões Organizativas, com o tema “CSP-Conlutas: balanço sobre atuação nos últimos dez anos, sua relevância na luta de classes e a permanência ou desfiliação da Central”. A proposta “Indicar ao 41º Congresso a desfiliação do ANDES da CSP-Conlutas” foi aprovada com 37 votos favoráveis, 22 contrários e 05 abstenções. E, nesse momento, democraticamente o Sindicato entende que é hora de indicar ao próximo congresso a sua desfiliação da CSP-Conlutas. Esse debate é fruto, inclusive, de um debate que a nossa base vem fazendo ao longo de um processo histórico da construção do ANDES-SN. E, manifestado aqui hoje, foi justamente isso: a síntese de todas as posições que vêm da base, das nossas seções sindicais e que são fundamentais para a construção da história do nosso sindicato”, pontuou Jennifer”. (Andes, 2022). Disponível em: https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/14o-conad-extraordinario-indica-ao-41o-congresso-a-saida-do-aNDES-sN-da-cSP-conlutas1.

> estaduais cearenses (UECE, URCA E UVA) e representante do ANDES-SN e da CSP-Conlutas. (Fórum das três, 2015, p.1).

Sobre o papel e funcionamento do referido fórum, foi deliberado no supracitado documento que:

> Art. 2. O Fórum das três seções sindicais das Universidades Estaduais do Ceará é uma instância de socialização de informações sobre o movimento docente, de discussão dos assuntos relacionados às demandas deste movimento e de indicação da sua direção política com vistas à **construção e manutenção da unidade na luta dos docentes das universidades estaduais cearenses em defesa de uma universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada, nos marcos dos princípios defendidos pelo ANDES-SN;** Art. 3. O Fórum das três seções sindicais das Universidades Estaduais do Ceará representa política e legitimamente o movimento docente das universidades estaduais cearenses em quaisquer das instâncias onde esteja em discussão ou negociação os interesses dos docentes das referidas universidades. (Fórum das três, 2015, p.1- grifo próprio).

Inferimos do documento a importância dada a organização das seções sindicais e, principalmente, a força da unidade deste coletivo na tentativa de diálogo com o governo e na viabilização e financiamento de mobilizações coletivas, das quais podemos citar a produção do jornal Palavra de Ordem, confecção de *outdoor* nas cidades das estaduais etc.

Desde a sua criação, este fórum vem apresentando demandas e solicitando audiências com as gestões estaduais no intuito de negociar melhorias para as universidades, mas, como de praxe dos governantes cearenses, o silêncio impera, restando às universidades estaduais, a organização de movimentos mais radicais. Os movimentos unificados das universidades estaduais estão apresentados no próximo tópico, especialmente as greves, com suas pautas e conquistas.

4.2 Greves unificadas nas universidades estaduais do Ceará: a luta como forma de sobrevivência

O período de 2003 a 2022 (governos de Lúcio Alcântara, Cid Gomes e Camilo Santana) é marcado na história das universidades estaduais do Ceará pelo contexto de greves e mobilizações. É sobre essa conjuntura intensa de conflitos e permeada pela falta de diálogo, que traçamos as principais questões sobre os movimentos paredistas unificados.

4.2.1 Greve de 2005: o pontapé inicial para a unidade nas lutas

O ano de 2005, ainda no governo de Lúcio Alcântara, é destacado como um momento político crucial para o movimento docente das estaduais, pois foi nesse ano, que o movimento ganhou apoio significativo da comunidade acadêmica, especialmente, devido à greve desencadeada pela falta de estrutura nas unidades da UECE no interior. Essa greve foi mencionada durante a assembleia de 6 de maio, que contou com a participação de várias unidades da universidade no interior, e que defendia a necessidade de uma greve geral envolvendo tanto o interior quanto a capital.

> **Faculdade Dom Aureliano Matos (FAFIDAM-Limoeiro): todas as atividades estão paralisadas; Faculdade de Educação de Itapipoca (FACEDI): está com 50 dias de paralisação,** mas em processo de mobilização tendo em vista se conseguir uma maior adesão dos professores (um aluno do Centro Acadêmico de Ciências falou da importância de uma caravana da paralisação e da expectativa despertada por esta Assembleia de um apoio mais expressivo por parte dos professores); Faculdade de Educação de Crateús (FAEC): a faculdade já estava se mobilizando mas a paralisação se deu com a chegada da caravana de alunos de Itapipoca; CECITEC/Tauá: não há professores para Química e Biologia; faltou um professor no semestre passado da área de Pedagogia; a biblioteca está defasada, o núcleo de informática desativado e de 14 foram reduzidas para 9 o número de bolsas; há uma carência geral e quem mais sente são os alunos dos municípios vizinhos; informe da FECLI/Iguatu: (não havia representante); Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC/Quixadá): [...] a faculdade não aderiu ao movimento. Quanto à mobilização na capital [...] houve uma assembleia no Centro de Humanidades quando foi proposta a greve geral com adesão da capital. A proposta aprovada foi parar uma semana a partir do dia 11, ocupando a Universidade com uma programação de debates [...] Quanto ao campus do Itaperi, a aluna Natália, do Curso de Pedagogia informou que há indicativo de greve nos cursos de Pedagogia e Serviço Social e que vê problema de adesão nos cursos da área de saúde. Ainda não decidiram quando parar, mas consideram o dia 11 como uma data importante e que **a paralisação é uma questão de necessidade e não de solidariedade com o pessoal do interior**.(Sinduece, ata da assembleia 06 de maio, 2005, p.24- grifo próprio).

Verificamos o protagonismo das unidades do interior no início do movimento grevista. É evidente, conforme descrito na ata, que as condições precárias e o sucateamento da universidade foram motivadores fundamentais para a greve, vista como um meio de defesa da sua preservação, conforme destacado no último trecho da citação. O movimento grevista ganhou força e adesão em todas as unidades da UECE, consolidando-se ao longo do tempo. Sobre as demandas do movimento:

> [...] a condição para a continuidade do movimento é que prossigam as negociações e que na metodologia de negociação, inicialmente solicitemos

> 310 vagas para professores e que no curso dos acontecimentos tenhamos o mandato para apresentar uma proposta alternativa para cobrir os semestres de 2005 e 2006, número esse a ser consolidado com informações de coordenadores de cursos e de diretores de unidades do interior. Outras reivindicações são: um calendário de concurso até 2009; a garantia de redução do número de professor substituto, de forma que se cumpra a Lei 14. (Sinduece, ata da assembleia 16 de maio, 2005, p.29).

As pautas da greve da UECE estavam na mídia cearense, reforçando o que já apontamos nesta pesquisa, que as demandas giram no eixo: carência de professores, problemas de financiamento e infraestrutura precária. Acerca da exposição da greve na mídia, Alves (2018) apresentou o quadro com as notícias coletadas na SINDUECE, e que constituem um arquivo denominado: dossiê da greve e encontra-se disponível para consulta local.

Quadro 20- Notícias mobilizações/ greves em 2005

TITULO	**JORNAL**	**DATA**
Falta de professores é alvo de protestos	Diário do Nordeste	16/04/2005
Falta de professores é maior problema	Diário do Nordeste	27/04/2005
Caravana da paralisação chega a Tauá e Iguatu	Diário do Nordeste	29/04/2005
Três faculdades da Uece n interior estão em greve	O Povo	03/05/2005
Estudantes e professores iniciam greve	O Povo	12/05/2005
Uece: professores pedem reajuste de 9,4%	O Povo	17/ 05/2005
Greve na Uece não atrapalhará o vestibular	O Povo	18/ 05/2005
Manifestantes querem contratação de professores	Diário do Nordeste	19/ 05/2005
Professores e alunos em greve têm encontro com o Governo	O Povo	20/ 05/2005
Permanece impasse sobre fim da greve na Uece	O Povo	21/ 05/2005
Edital para concurso público na Uece será publicado amanhã	O Povo	26/ 05/2005
Irreverência durante protesto na Praça do Ferreira	O Povo	26/ 05/2005
Federalização seria solução para problemas	O Povo	26/ 05/2005
Governo vai contratar professores	Diário do Nordeste	02/ 06/2005
Grevistas da Uece pedem contratação de 255 professores	O Povo	02/ 06/2005
Vestibular da Uece ocorre sem transtornos	O Povo	06/ 06/2005
Uece: vagas extras devem ser criadas	O Povo	08/ 06/2005
Ensino superior: estudo mostra redução de recursos	O Povo	09/ 06/2005
Estudantes e professores ocupam reitoria da Uece	O Povo	16/ 06/2005
Tumulto na ante-sala do reitor	O Povo	16/ 06/2005
Grevistas ocupam reitoria da Uece	Diário do Nordeste	16/ 06/2005

Greve não deverá atrapalhar a realização da SBPC	O Povo	19/ 06/2005
Greve não atrapalha a segunda fase do vestibular	O Povo	20/ 06/2005
Estudantes deixam reitoria da Uece	O Povo	22/ 06/2005
Estudantes obrigados a desocupar reitoria da Uece	O Povo	22/ 06/2005
Governo do Estado defende federalização da UVA e Urca	O Povo	27/ 06/2005
Greve na Uece não comprometerá SBPC	Diário do Nordeste	30/ 06/2005
Professores descartam represálias ao evento	Diário do Nordeste	30/ 06/2005
Professores da Uece tendem a encerrar greve	O Povo	05/ 07/2005
Greve geral da Uece termina após 55 dias	O Povo	08/ 07/2005

Fonte: Alves (2018, p.130-131)

Observamos que as notícias expuseram as debilidades da universidade e as pautas da greve, dentre as quais, muitas referências à carência de professores. Sobre a vacância, o então governante afirmou:

> Quanto à Uece, eu afirmo nenhum governo contratou tantos professores para instituição quanto eu. O número de professores que colocamos em dois anos e pouco do meu governo é grande, principalmente se comparado com governos anteriores (ele não declinou números). **Não tenho fábrica de fazer dinheiro nem posso fazer milagre, mas o número de professores que já contratamos é bem superior ao de governos anteriores.** (Sei [...], 2005- grifo próprio).

Inferimos da fala do governante a sua ironia ao relatar a escassez de recursos, pois, conforme apontado anteriormente na pesquisa, recursos não eram o problema do estado, mas sim, a falta de vontade de investir nas universidades estaduais cearenses.

A abordagem do governo nessa greve foi de tentar provocar uma cisão entre os sindicatos das três universidades, acusando URCA e UVA[129] pelos problemas da UECE. Numa delas, o secretário afirmou que as instituições do interior, deveriam ser federalizadas, conforme já era verificado em outros discursos governamentais.

> o Prof. Gledson Ribeiro de Oliveira que fez um breve histórico do movimento remontando ao dia 19/05 quando fizemos uma caminhada até o Palácio Iracema, para forçar a negociação com o governo, o que resultou na

[129] Conforme ata da SINDUECE de 24 de maio de 2005, ocorria um debate no âmbito da UVA, sobre o seu nome, se somente Universidade Vale do Acaraú (UVA), propunham que se tornasse Universidade Estadual Vale do Acaraú (UEVA) na tentativa de criar uma referência com as outras estaduais, visto que já existia uma instituição privada chamada UVA. Acrescentaram o Estadual, mas a sigla UVA permaneceu em uso.

> marcação de uma audiência com o Secretário de Ciência e Tecnologia, Prof. Hélio Barros. No dia 20, sexta-feira, **o que seria uma mesa de negociação se transformou numa reunião de discussão sobre os problemas das universidades brasileiras, com destaque para a UVA e URCA, para as quais o Secretário manifestou claramente seu interesse de que sejam federalizadas para que assim o governo do Estado possa dar mais atenção à UECE**. (Sinduece- ata da assembleia 24 de maio 2005, p.30- grifo próprio).

Reforçando esta perspectiva de federalização das outras universidades estaduais, o então secretário de Ciência e Tecnologia, proferiu as palavras ao jornal o Povo:

> O Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado, Hélio Barros, defende a federalização da Universidade do Vale do Acaraú (UVA) e da Universidade Regional do Cariri (Urca) como o único caminho para resolver os atuais problemas da Universidade Estadual do Ceará (Uece). Com a federalização, as verbas das duas instituições, que totalizam R$ 40 milhões, seriam destinadas à Uece [...] A "tábua de salvação" seria a federalização da UVA e da Urca, universidades com caráter regional [...] Ele diz não saber se há verbas para garantir a concretização da proposta, mas questiona a disparidade entre os Estados[..] Hélio Barros pede que a sociedade também se envolva na mobilização pela federalização e forme um movimento "pró-educação". (Federalização [...], 2005, n.p).

Ainda nessa perspectiva de tentar provocar o rompimento da unidade entre as três estaduais, o secretário afirmou novamente no jornal o Povo em 02 de junho de 2005 que:

> Governo do estado teria mais recursos para investir no ensino superior caso as universidades Regional do Cariri (URCA) e do Vale do Acaraú (UVA) fossem federalizadas com isto de acordo com ele seriam garantidos pelo menos R$ 50 milhões por ano para a UECE. (Secretário [...], 2005, n.p).

A resposta da SINDURCA veio em 05 de junho, quando em seu informativo, propôs uma paralisação.

> [...] no Ceará a paralisação da UECE sinalizou qual é a perspectiva greve em defesa das reivindicações não chegou a nossa vez assim sendo vale a pena lembrar a última assembleia dos docentes da URCA que decidiu por uma paralisação de 24 horas tomando por base uma pauta reivindicatória cujo eixo inicial é a reposição emergencial das perdas salariais impostas pelo governo Lúcio a semana chegou vamos parar e lutar pelos nossos direitos. (Sindurca, informativo junho, 2005).

As estratégias de luta adotadas pelo movimento foram diversas, incluindo caminhadas e marchas até o Palácio Iracema, então sede do governo estadual, para negociar reuniões com representantes do governo. Diante do impasse nas tratativas com o governo, o movimento grevista decidiu ocupar a reitoria da instituição como uma estratégia adicional, que resultou em algumas conversas com a reitoria.

Figura 3: Ocupação da reitoria da UECE

Fonte: Diário do Nordeste (2005)

A ocupação da reitoria resistiu até o dia 21 de junho, quando a administração superior conseguiu uma ordem de reintegração de posse. Para desocupar[130] o prédio, foi utilizado o batalhão de choque, caracterizando um dos episódios mais truculentos da história da UECE.

Figura 4: Desocupação da reitoria em 21 de junho de 2005

Fonte: Extraído do documentário Diário de Classe (2011)

[130] Ver mais sobre a desocupação da reitoria e história dos movimentos grevistas, nos documentários: Diário de Classe (parte 1 e 2- https://www.youtube.com/watch?v=ragJl85Cy-g e parte 3: https://www.youtube.com/watch?v=A7PHcNPstio) e, Amar e mudar as coisas: Sinduece-15 anos de luta, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=EPcJUxVotEo

Pela imagem, constatamos o tamanho do aparato utilizado pelo Estado contra professores e estudantes, mas, ao contrário do que o governo almejava, o movimento se fortaleceu após esse episódio lamentável. Para Alves (2018), este incidente serviu para revitalizar o movimento grevista, que já estava enfrentando um impasse quanto aos próximos passos a serem tomados. O ocorrido evidenciou a truculência do governo e a ligação das reitorias com os diferentes governos estaduais. Acerca desse episódio, a SINDUECE lançou uma moção de repudio aprovada em assembleia.

> Presidente da Sinduece, que inicialmente leu uma moção de denúncia e repúdio pela forma como se deu a expulsão de professores e alunos da ocupação da Reitoria, com o uso de um batalhão de policiais do Gate, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, quando, contrariamente ao que determinava a ordem judicial que determinava a desocupação do prédio da Reitoria, os ocupantes foram obrigados a deixar o campus sob pressão da polícia fortemente armada[...]O Prof. Guilherme sugeriu que o dia 21/06 ingressasse na história da UECE como um dia de luta e concordou que o cumprimento da ordem foi além do que o mandato do juiz determinou, no que recebeu a concordância do Prof. Edmilsom que acrescentou que *o citado dia fosse considerado como dia de resistência democrática na UECE[...]a* Reitoria tinha um plano para acabar com a greve. Disse que no início da assembleia estava tenso mas a decisão tirada de continuar a greve foi muito importante e mostra a disposição da categoria em continuar com suas lutas. Acrescentou que soube que o Batalhão vai ficar enquanto durar a greve (Sinduece- ata da assembleia 22 de junho, 2005, p.42).

A comunidade acadêmica percebeu o nível de truculência da administração da reitoria, pois a ocupação das tropas militares permaneceu no *campus* do Itaperi, procurando os integrantes dos movimentos discentes e docente, numa clara tentativa de criminalizar os militantes. Obviamente, parte do movimento temeu maiores represálias e os debates sobre o encerramento da greve foram travados.

> Sair da greve é uma burrice, ainda podemos arrancar mais conquistas. E que a Sinduece pratica um sindicalismo de resultado. Profa. Elizabeth: a greve tem contribuído para ampliar os movimentos sociais. Sente uma frustração porque não tivemos coragem para nos mobilizar para conseguir ganhos salariais. Manifestou solidariedade com os alunos que foram expulsos e mantiveram acampamento. (Sinduece- ata da assembleia 05 de julho, 2005, p.57)

Ainda na referida e polêmica assembleia, alguns professores pontuaram que as demandas que levaram a instituição à greve ainda não tinham sido alcançadas e que a universidade enfrentava o mesmo cenário adverso de antes.

> Profa. Catarina[...] lamenta que na UECE seja muito difícil fazer pesquisa pois há 6 meses está parada por falta de condições. Disse que a UECE desencanta as pessoas; há colegas que não têm casa, não têm plano de saúde; que é interessante os professores se identificaram com a nossa categoria e não só com a instituição, embora continue defendendo uma universidade pública e gratuita. (Sinduece- ata da assembleia 05 de julho,2005 p.57).

Percebemos na fala da docente, uma certa sensação de descontentamento e desilusão com os problemas recorrentes da universidade. Conforme já foi exposto, a história da UECE é marcada pela falta de recursos básicos e de extrema precarização das estruturas e dos docentes. O viés positivo apontado nessa mesma assembleia, foi a capacidade de organização política do movimento.

> A Profa. Cristina Nobre achou interessante o resgate feito sobre o movimento político na UECE e que vivemos um momento novo, onde a Universidade está se renovando porque antes não tinha sindicato. Não tem certeza se deve suspender a greve; está segura de que temos capacidade de mobilização, mas é preciso respirar e não perder o pique. Prof. Guilherme: **uma avaliação pertinente deve levar em conta que tivemos ganhos efetivos, um deles é o capital político, a possibilidade de romper a inércia e formar uma identidade coletiva**. Devemos fazer uma avaliação criteriosa sobre o que ganhamos. (Sinduece- ata da assembleia 05 de julho de 2005, p.58- grifo próprio).

A greve de 2005 foi um movimento extremamente importante para a luta em defesa das universidades estaduais, pois, marcou o momento de unidade coletiva das categorias docente e discente. Foi encerrada em 07 de julho de 2005, 55 dias após o seu início, sem muitos ganhos concretos, mas a principal vitória foi o espírito mobilizador unificado que eclodiu a partir daí. Dentre as conquistas advindas deste movimento paredista, podemos citar a realização de concurso público para 30 novos docentes, além dos 97 já previstos em concurso anterior. (Alves, 2018).

Alves (2018) assegura que esta greve obteve êxito em deslegitimar o discurso do governo Lúcio, que desejava federalizar a URCA e UVA, responsabilizando-as pelos problemas históricos da UECE. Como fora dito, o clima de luta permaneceu e o movimento paredista foi retomado em 2006, que elencamos a seguir.

4.2.2 Greve de 2006: unidade em defesa da pauta docente (carreira e salário em questão)

Neste tópico apresentamos as principais questões referentes a greve de 2006, protagonizada pelas três estaduais. A URCA iniciou a greve em 26 de abril, seguida da UECE em 07 de junho e UVA em 21 de junho.

O ano de 2006 deu prosseguimento aos movimentos, suspenso em 2005, que denunciavam os abusos cometidos pelo governo estadual que limitava os investimentos nessas instituições.

> Com o tema "Dia de luta em prol da UECE" os alunos e professores da Universidade Estadual do Ceará organizaram uma manifestação para reivindicar o cumprimento da pauta da última greve da instituição que ocorreu há exatamente um ano. Entre as principais agências estão a contratação do quantitativo de professores prometido para 2005.2; a instalação da clínica para grandes animais até julho de 2006; a renovação da biblioteca central até dezembro deste ano, e a construção do complexo esportivo. Os alunos e professores também reivindicam a melhoria das condições de segurança no trabalho para professores e servidores que atuam em condições insalubres e a implementação de uma política estudantil, recursos para o novo restaurante universitário e interiorização, ou seja, a criação de um grupo de trabalho para apresentar em 30 dias proposta de uma política de valorização e remanejamento de professores do interior. Não dá para continuar assim RU era pra atender 1000 pessoas só atende 400. Segundo a aluna a universidade precisa de cuidados básicos: faltam professores, livros pra biblioteca e até papel higiênico nos banheiros, é uma situação muito desgastante e por isso precisamos desse momento de mobilização. (Alunos [...], maio de 2006, p.8).

As lutas em defesa de melhores condições salariais continuaram e, em assembleia da SINDUECE realizada em 31 de maio de 2006, foi ressaltado que:

> A professora Zuleide, representante da URCA informou que a tabela salarial proposta em nosso PCC está abaixo da proposta do Piauí e que **por conta dos baixos salários a URCA perdeu nos últimos anos mais de oito professores mestres e doutores; a situação é gravíssima, a educação está se transformando num bico, que precisam, de apoio imediato da UECE para reforço de seu movimento paredista** e que o secretário Hélio Barros sequer queria receber a pauta de reivindicação que lhe apresentaram. Considerou que o momento é decisivo que é hora da UECE parar. Propor um PCC para as três universidades. (Sinduece- ata da assembleia 31 de maio, 2006, p.65- grifo próprio).

Dois aspectos se destacam da explanação da professora, a fuga de professores das universidades cearenses, dado seu baixo salário, e o chamado de ajuda da UECE no movimento paredista iniciado na URCA em 26 de abril de 2006.

> O movimento dos professores da Universidade Regional do Cariri (URCA) já dura um mês. [...] Os docentes da URCA pedem reajuste salarial, reposição das perdas, fim das taxas cobradas aos alunos, concurso público para professores e servidores técnico-administrativo, autonomia financeira e melhores condições de trabalho. [...] existe uma perda salarial em torno de 62,62% de 1994 até agora. (Mossmann, 2006. p.20).

Sobre a falta de atrativos para ser docente nas universidades, podemos destacar ainda as condições infraestruturas e falta de recursos para pesquisa, aspectos já apontados anteriormente.

> A professora Zuleide da SINDURCA informou que **há 41 dias a URCA está em greve, que a pauta tem semelhança com as demandas das outras universidades estaduais**, e todo o Cariri apoia o movimento, que esse é o tempo e que temos apenas 23 dias. Esta é a quarta greve da URCA e somente agora reivindicam reposição e reajuste salarial, nosso salário está defasado em 46% com relação às universidades federais. (Sinduece- ata da assembleia 07 de junho, 2006, p.67- grifos nossos).

Nesta assembleia do dia 07 de junho de 2006, a proposta de retomada da greve foi aprovada.

> A seguir foram postas em votação na seguinte ordem as propostas já apresentadas: 1. Pela deflagração da greve (aprovada por unanimidade dos presentes); 2 unificação do movimento em comando único (UECE, URCA, UVA e professores da educação básica do estado e município de Fortaleza (aprovada por unanimidade) e 3 moção de apoio aos professores em greve (aprovada por unanimidade). (Sinduece- ata da assembleia 07 de junho, 2006, p.67).

A assembleia dos docentes deflagrou a greve, pautando a questão salarial e carreira. No tocante à carreira, cobravam agilidade na consolidação da proposta do Plano de Cargos e Carreira (PCC) que se arrastava desde 2005.

> Professores da Universidade Estadual do Ceará (Uece) pode decretar greve se até o próximo dia 07, não houver negociação da pauta de reivindicação com o Governo do Estado[...] Os professores que estão em campanha salarial, reivindicam reajuste salarial emergencial de 16,3%, recuperação das perdas de 74% referentes aos últimos 10 anos e agilização do processo do Plano de Cargos e Carreira (PCC). Segundo os docentes, os salários dos que trabalham na Uece são os mais baixos em relação a outras instituições de ensino superior estadual do pais. No movimento deste ano, a categoria decidiu priorizar a luta por melhores salários e pela implantação do Plano[...] **se não houver negociação até o dia 07, a assembleia da categoria poderá deflagrar a greve. A ideia é unificar o movimento da UECE com a URCA, que já está em greve e buscar o apoio da UVA**. (Professores [...], 2006, p.2- grifo próprio).

Conforme assinalado ao final da matéria, os docentes da URCA e UECE, buscaram o apoio da UVA para adesão ao movimento unificado.

> Greve geral interior e capital [...]. Queremos uma campanha salarial unificada, esse movimento pode ser um grande avanço para que a gente acabe com a intransigência do governo. A ideia da categoria é unificar o movimento da UECE qual URCA que já está em greve e buscar o apoio da Universidade Vale do Acaraú UVA, no entanto segundo a professora Agnes Peter representante do SINDIUVA por enquanto, não há pretensão dos professores da UVA de entrar em greve. (Guimarães, 2006, n.p).

A UVA entrou nessa greve em 21 de junho. Sobre a participação da universidade e suas pautas na greve, destacamos, o seguinte trecho da ata da assembleia da UECE do dia 26 de junho:

> Esta reunião estava prevista para o dia 21 à tarde, mas só aconteceu no dia 23 de junho e teve a presença de representantes da UVA e da Urca**. O fato novo da reunião foi a informação de que a UVA entrara em greve. A seguir o professor Murilo da UVA informou que a adesão à greve foi aprovada por um terço da categoria e os problemas vivenciados naquela universidade são muito semelhantes aos evidenciados pela UECE**. Quanto ao PCC há um projeto adaptado do projeto da UECE. (Sinduece- ata da assembleia 26 de junho, 2006, p.72- grifo próprio).

Conforme mencionado anteriormente, as pautas das três universidades estaduais são semelhantes, pois, seus problemas são iguais: infraestrutura, salário e financiamento. Retomando as questões pertinentes a UVA, fora informado ainda na assembleia[131] da SINDUECE que a reitoria da instituição estava pressionando órgãos internos para a informação da relação dos nomes dos professores em greve.

Analisando a conjuntura estadual, ressaltamos que os professores da rede básica estadual, também estavam em greve, e assim como os docentes do ensino superior, não tinham muitos canais de diálogo com o governo de Lúcio Alcântara, conforme já fora apontado pela professora Zuleide em assembleia da UECE, e que por diversas vezes, o governo ameaçou aos grevistas com retaliações. Dada essa conjuntura de repressão governamental, os comandos de greve unificaram a ação.

> A greve continua em todo o sistema de ensino do Estado. Ontem, representantes das três universidades (Uece, Urca e Uva), e da educação básica, resolveram oficializar a criação de um comando unificado de greve. A medida é para pleitear com mais força questões em comum, como o PCC e reposição salarial. O governo diz que está tentando negociar o fim da greve, mas alega esbarrar na legislação eleitoral para conceder os reajustes. (Professores do estado [...], 2006, n.p).

O movimento continuava nas três universidades estaduais, apesar da pressão das reitorias e falta de negociação com o governo. Em suas tentativas de dialogar com o governador, os professores optaram por alterar sua estratégia de atuação, buscando Lúcio Alcântara nos momentos em que ele estava envolvido em atividades relacionadas às eleições, como em palanques e ocasiões oficiais do governo. Um desses episódios ocorreu quando os professores das instituições

---

[131] Em assembleia ocorrida em 10 de julho na UECE, o representante da SINDIUVA, informou a pressão da reitoria pelos nomes dos docentes grevistas.

estaduais encontraram o então governador durante um almoço. Nesse encontro, conseguiram agendar uma audiência com ele. Essa mudança de abordagem mostra a determinação dos professores em fazer suas vozes serem ouvidas, aproveitando oportunidades estratégicas para alcançar seus objetivos.

> Vestindo camisas pretas, em sua grande maioria, os professores postaram-se em frente ao palanque onde estava o governador no almoço com os vereadores, e mostraram faixas e cartazes aos presentes. Eles entraram em silencio: Universidades Estaduais do Ceará- Pior salário do Brasil e Universidades Estaduais de coração sangrando- negociação já, eram alguns dos motivos expressos nos cartazes e faixas que os professores utilizaram durante o protesto. (Governador [...], 2006, n.p).

Figura 5: Encontro com o governador

Fonte: Diário do Nordeste (2006)

As negociações não avançavam, o governo se recusava a aprovar o PCC e o reajuste salarial, prolongando a duração desta greve que em agosto de 2006 já chegava aos 100 dias na UECE, perto de 100 na UVA e mais de 141 na URCA. Sobre a pressão das reitorias pelo fim da greve,

> **O reitor da UVA professor Colaço, fez uma proposta de que suspendendo a greve encaminharia a formação de comissões para atender as demandas dos professores.** Já o professor Hélio Reis da UVA propôs um encontro com a OAB para que uma representação da entidade tivesse uma interlocução com o governo. [...] O professor Fábio (URCA) informou sobre uma reunião do comando de greve da URCA, tendo sabido que a greve continua e que **o interventor Herzog fez um apelo para que suspendam a greve.** Quanto ao pedido de ilegalidade da greve o processo se encontra com o juiz e a tendência é continuar a greve, sendo cada vez mais necessário a união do movimento. O reitor tem tentado dividir o movimento colocando uma pauta dos pontos específicos de um lado, e do outro os pontos de competência do governo. (Sinduece- ata da assembleia 01 de agosto, 2006, p.82- grifo próprio).

No caso específico da URCA com o reitor Herzog, destacamos o quanto sua postura era de perseguição e desqualificação do movimento na instituição, relembrando que ele solicitou a ilegalidade da greve e manteve tal posicionamento.

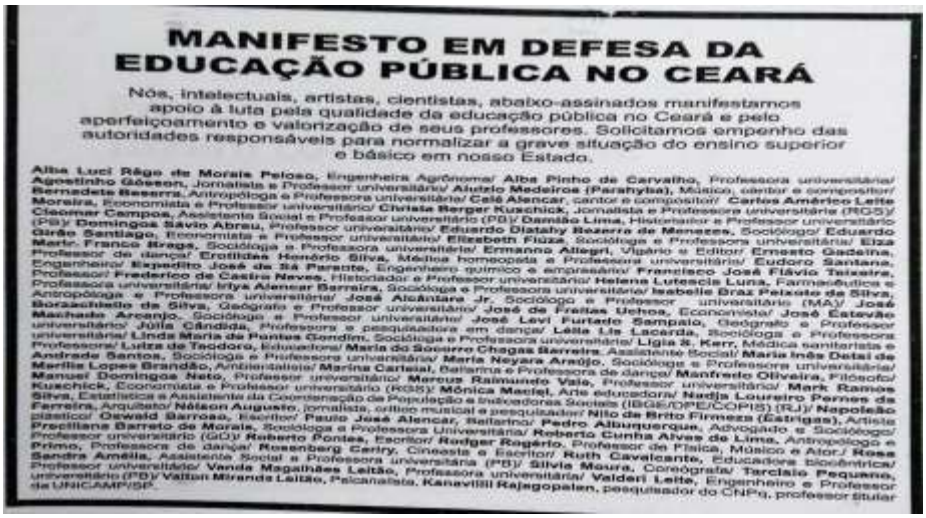
> A fala do reitor interventor da URCA, professor Herzog que desqualificou a reivindicação do plano de cargos e carreiras para aquela universidade, porque segundo ele, o já existente é satisfatório, além de afirmar que não retiraria o processo de solicitação da ilegalidade da greve.[...] Sobre o reitor da Urca senhor Herzog, disse que o mesmo se manifestou truculento e puxa saco do governador e subestimou/ desprezou a importância do PCC para a URCA, porque segundo ele o plano de cargos existentes já atende os professores e de fato ele utilizou a justiça para incriminar a SINDURCA, estando hoje com uma multa de R$ 35 mil reais (Sinduece, ata conjunta da assembleia 16 de agosto, 2006, p.85-86).

Na ocasião do aniversário de 100 dias de greve na UECE, a SINDUECE lançou uma nota intitulada “A Uece está em greve, por que? ”, que dizia:

> Temos consciência que a greve é um processo desgastante, mas necessário, pois constitui para nós trabalhadores do ensino, o único instrumento de luta. Desse modo, conclamamos a população a nos apoiar nessa empreitada contra a desvalorização o desrespeito e o descaso atribuídos pelos poderes públicos aos professores do Estado do Ceará. (Sinduece, a Uece está em greve, por que?, 2006).

A resposta da população ao pedido do movimento grevista foi significativa, com vários intelectuais cearenses lançando um manifesto em defesa da educação pública no Ceará. Esse gesto demonstra um amplo apoio à causa dos professores e destaca a importância da educação para a sociedade como um todo. O manifesto contribuiu para ampliar a conscientização sobre as questões enfrentadas pelos educadores e reforçou a necessidade de investimentos e melhorias no sistema de ensino superior do estado. Essa solidariedade da comunidade intelectual pode fortalecer ainda mais a posição dos grevistas e aumentar a pressão sobre o governo para buscar soluções satisfatórias para as demandas educacionais.

Figura 6: Reprodução do manifesto em defesa da educação pública no Ceará



MANIFESTO EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO CEARÁ

Nós, intelectuais, artistas, cientistas, abaixo-assinados manifestamos apoio à luta pela qualidade da educação pública no Ceará e pelo aperfeiçoamento e valorização de seus professores. Solicitamos empenho das autoridades responsáveis para normalizar a grave situação do ensino superior e básico em nosso Estado.

Alba Luci Rêgo de Morais Peixoto, Engenheira Agrônoma/ **Alba Pinho de Carvalho**, Professora universitária/ **Agostinho Gósson**, Jornalista e Professor universitário/ **Alutzio Medeiros (Parahyba)**, Músico, cantor e compositor/ **Bernadete Beserra**, Antropóloga e Professora universitária/ **Celó Alencar**, cantor e compositor/ **Carlos Américo Leite Moreira**, Economista e Professor universitário/ **Christa Berger Kuschick**, Jornalista e Professora universitária (RGS)/ **Cleomar Campos**, Assistente Social e Professor universitário (PB)/ **Damião Lima**, Historiador e Professor universitário (PB)/ **Domingos Sávio Abreu**, Professor universitário/ **Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes**, Sociólogo/ **Eduardo Girão Santiago**, Economista e Professor universitário/ **Elizabeth Fiuza**, Socióloga e Professora universitária/ **Eliz Marir. Franco Braga**, Socióloga e Professora universitária/ **Ermanno Allegri**, Vigário e Editor/ **Ernesto Gadelha**, Professor de dança/ **Erotildes Honório Silva**, Médica homeopata e Professora universitária/ **Eudoro Santana**, Engenheiro/ **Expedito José de Sá Parente**, Engenheiro químico e empresário/ **Francisco José Flávio Teixeira**, Professor/ **Frederico de Castro Neves**, Historiador e Professor universitário/ **Helena Lutescia Luna**, Farmacêutica e Professora universitária/ **Irlya Alencar Barreira**, Socióloga e Professora universitária/ **Isabelle Braz Peixoto de Silva**, Antropóloga e Professora universitária/ **José Alcântara Jr**, Sociólogo e Professor universitário (MA)/ **José Borzachiello da Silva**, Geógrafo e Professor universitário/ **José de Freitas Uchoa**, Economista/ **José Estevão Machado Arcanjo**, Sociólogo e Professor universitário/ **José Levi Furtado Sampaio**, Geógrafo e Professor universitário/ **Júlia Cândida**, Professora e pesquisadora em dança/ **Lélia Lis Lacerda**, Socióloga e Professora/ **Luiza de Teodoro**, Educadora/ **Maria do Socorro Chagas Barreira**, Assistente Social/ **Maria Inês Dotzel de Andrade Santos**, Socióloga e Professora universitária/ **Maria Neyara Araújo**, Socióloga e Professora universitária/ **Marília Lopes Brandão**, Antropóloga/ **Marina Carlesal**, Bailarina e Professora de dança/ **Manfredo Oliveira**, Filósofo/ **Manuel Domingos Neto**, Professor universitário/ **Marcus Raimundo Vale**, Professor universitário/ **Mark Ramos Kuschick**, Economista e Professor universitário (RGS)/ **Mônica Maciel**, Arte educadora/ **Nadja Loureiro Pernes da Silva**, Estatística e Assistente da Coordenação de População e Indicadores Sociais (IBGE/CNPE/COPIS) (RJ)/ **Napoleão Ferreira**, Arquiteto/ **Nélson Augusto**, jornalista, crítico musical e pesquisador/ **Nilo de Brito Firmeza (Estrigas)**, Artista plástico/ **Oswald Barroso**, Escritor/ **Paulo José Alencar**, Bailarino/ **Pedro Albuquerque**, Advogado e Sociólogo/ **Precilliane Barreto de Morais**, Socióloga e Professora Universitária/ **Roberto Cunha Alves de Lima**, Antropólogo e Professor universitário (GO)/ **Roberto Pontes**, Escritor/ **Rodger Rogério**, Professor de Física, Músico e Ator/ **Rosa Primo**, Professora de dança/ **Rosenberg Cerry**, Cineasta e Escritor/ **Ruth Cavalcante**, Educadora Biocêntrica/ **Sandra Amélia**, Assistente Social e Professora universitária (PB)/ **Silvia Maura**, Coreógrafa/ **Tarcísio Pequeno**, Professor universitário/ **Vanda Magalhães Leitão**, Professora universitária/ **Valderi Leite**, Engenheiro e Professor universitário (PB)/ **Valtan Miranda Leitão**, Psicanalista, **Kanavilil Rajagopalan**, pesquisador do CNPq, professor titular da UNICAMP/SP.

Fonte: O Povo (2006)

No contexto dessa solidariedade e união no movimento grevista, é crucial destacarmos a realização da primeira assembleia unificada dos docentes das três universidades estaduais, em 16 de agosto de 2006. Esse evento marcou um claro sinal de fortalecimento da unidade entre as instituições de ensino superior. Ao se unirem em uma assembleia conjunta, os professores das diferentes universidades demonstraram sua determinação em trabalhar juntos para alcançar seus objetivos comuns. Essa ação coletiva não apenas fortaleceu o movimento grevista, mas também, destacou a importância da solidariedade e cooperação dentro da comunidade acadêmica para enfrentar desafios e promover mudanças significativas no sistema educacional.

Com esta integração, foi possível avançar na elaboração do Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS) dos professores das universidades estaduais cearenses. Neste novo momento, outras estratégias foram assumidas pelo movimento paredista, dentre eles, foi elaborada a proposta de vinculação orçamentária para garantir o plano em 2007.

> Queremos desatar esse nó para garantir que ainda este ano seja enviado para a Assembleia um projeto de lei criando o nosso PCCS e que o governo assegure recursos no orçamento para implantação no próximo ano, diz Célio Coutinho. De acordo com ele, se esta solicitação for atendida a categoria poderá encerrar a greve (Camelo, 2006, p.4).

Cavalcante (2006), em matéria veiculada no jornal O Povo em setembro de 2006, assinalava que UECE já estava em greve há 90 dias, UVA 75 dias de paralisação, pleiteando esta última, além da questão salarial, a construção de um Restaurante Universitário e residência universitária. Sobre a URCA, ele escreveu: " A Universidade Regional do Cariri, ficou paralisada por 105 dias, mas voltou às aulas no mês passado (agosto), devido a uma decisão judicial". (*Idem*, 2006, p.1).

Segundo Baima (2006), o governo careceu de boa vontade para encerrar a greve, comprometendo-se a concretizar o plano no ano seguinte, em 2007. O autor argumenta que o então governador, Lúcio Alcântara, que havia sido derrotado por Cid Gomes nas eleições, simplesmente ignorou as demandas das universidades estaduais. Essa falta de compromisso e diálogo prolongou o impasse, tornando essa greve uma das mais longas da história.

> A paralisação das aulas na Universidade Estadual do Ceará (Uece) já dura 132 dias. É a maior da história da instituição e uma das mais longas do país. De acordo com o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de

> Ensino Superior (Andes), a maior greve registrada entre as federais foi em 2005, que durou 112 dias (Guimarães, 2006, p.5).

Acerca dessa falta de negociação, os impactos disso no cotidiano da universidade e nos limites da autonomia universitária, assinalamos:

> A falta de autonomia das universidades leva a que as administrações superiores ajam como prepostos do governo dentro da instituição colocando-se sempre na trincheira oposta em nenhum momento os reitores tomaram a posição de defesa da própria instituição. (Imopec, 2006, p.1).

A reitoria da UECE, seguindo o mesmo rumo político do gestor da URCA, mostrou seu caráter subserviente ao governo estadual, convocando os professores a acabar o movimento grevista e retornar à sala de aula. Os professores e estudantes responderam a convocatória com protesto no *campus* do Itaperi.

> Salas de aulas vazias, mas corredores tomados por alunos e professores usando chapéus e camisas em apoio a greve, que completa hoje 139 dias. Assim foi o dia em que a reitoria convocou os professores a voltar às aulas para concluir o primeiro semestre de 2006. Faixas de apoio a greve estavam nos principais pontos do Campus do Itaperi e um carro de som do sindicato, explicava aos alunos sobre a decisão de manter a paralisação. (Benevides, 2006, n.p).

Colares (2006), acerca das condições que levaram as universidades estaduais cearenses à decisão difícil de realizar uma greve, destaca:

> No caso das universidades estaduais públicas do Ceará nota-se, porém, um total descaso do poder governamental em torna-las dignas representantes do saber local. Nelas destacam-se: sua falta de autonomia em todas as suas esferas; a vinculação de seus reitores aos ditames de governantes e do secretário de estado; a falta de interação entre a UECE, URVA e UVA Urca como participes do sistema de educação superior do Ceará; os baixos salários pagos aos docentes dessas instituições; a falta de condições para que os docentes bem executem o seu trabalho (sala de aula, sala de atendimento, até laboratório); a falta de atenção na oferta de cursos que se engajem na demandas particulares de cada região do Ceará; o desestímulo à pesquisa e extensão universitária; a falta de bolsas de iniciação à pesquisa e a extensão em número significativo para os estudantes de graduação e o fim dos cursos de graduação pago nas universidades estaduais públicas; o fim dos cursos de pós graduação pagos que não estimulam o crescimento acadêmico e a interação entre a universidade e a sociedade via seus movimentos sociais. (Colares, 2006, n.p).

Na citação acima, vemos uma verdadeira síntese das pautas grevistas das universidades estaduais, é um verdadeiro resumo do descaso governamental em todos os âmbitos das instituições de ensino superior. Aspecto importante a destacarmos é a truculência das reitorias, como o caso do gestor da URCA.

> Impasse entre professores da direção da Universidade Regional do Cariri Urca pesquisadores entram na justiça contra o reitor André Herzog

> culpando de impedir a entrada deles nos laboratórios de pesquisa o chefe de gabinete da Urca diz que está havendo uma confusão e que o acesso ao laboratório está sendo controlado porque ele está sendo concluído. (Pesquisadores [...], 2006, p.9).

A UVA, completou em 23 de outubro de 2006, 38 anos de sua fundação, e naquela vez, a comemoração foi em contexto de greve.

> A Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) completou no último dia 23, 38 anos de fundação, vivendo um dos mais longos movimentos paredistas de sua história: já são 4 meses de paralisação. Para marcar a data os professores participaram de um movimento de panfletagem conscientizando a população dos motivos da greve e organizaram para ontem uma série de atividades sociais na praça da Coluna da Hora no centro. (Uva [...], 2006, n.p).

Inferimos da matéria a tentativa da comunidade acadêmica de conscientizar a população de Sobral, acerca dos motivos que levaram a universidade a suspender as suas aulas. Dentro de qualquer movimento, é muito relevante o apoio popular, principalmente, nas lutas em defesa da educação pública.

Assim, como ocorrido na greve da URCA, a UVA também recebeu uma ordem de ilegalidade da greve em outubro de 2006.

> Uma determinação judicial põe fim à greve dos professores da Universidade do Vale do Acaraú (UVA). Os docentes devem retomar as atividades nesta segunda, 30. Os professores prometem recorrer da decisão. Por força de uma determinação judicial, os professores da UVA tiveram que acabar com a greve, iniciada no dia 21 de junho, acatando um pedido feito por alguns estudantes de direito da universidade, a Juíza Joyce Sampaio declarou a greve ilegal e determinou o retorno imediato dos docentes às atividades acadêmicas. Em caso de descumprimento de decisão, o sindicato ou professores, em caso de recusa isolada, estão sujeitos a pagarem multa de R$ 10 mil por dia. O retorno das aulas está marcado para segunda, 30. (Aulas [...],2006, n.p).

A notícia da ilegalidade da greve e, o consequente, retorno das aulas, foi divulgada nos jornais, através de uma convocação dos docentes por meio desse comunicado.

Figura 7: Convocação professores UVA

UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ

CONVOCAÇÃO DOS PROFESSORES DA UVA

Em cumprimento à decisão judicial, prolatada nos autos do Proc. Nº4400/06 da 4ª Vara da Comarca de Sobral, na data de 26.10.06, que declarou "ilegal o movimento paredista deflagrado pelos professores vinculados a qualquer título à Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA" e determinou o "**imediato retorno**" dos docentes às suas atividades acadêmicas, - CONVOCO todos os professores de todos os Cursos de Graduação da Universidade Estadual Vale do Acaraú para reiniciarem suas atividades docentes, na segunda-feira, dia 30 de outubro de 2006.

Informo que a decisão judicial estipulou multa de R$10.000,00 (dez mil reais), por dia, pelo descumprimento da decisão, pelo Sindicato ou por "docente renitente em caso de recusa isolada".

Sobral-CE, 27 de outubro de 2006.

Reitoria

Fonte: o Povo (2006)

Em novembro de 2006, após cinco meses de greve na UECE, uma nova ação judicial ordenou a retomada das aulas. No entanto, o movimento grevista optou por continuar a paralisação, uma vez que a ação não fazia menção direta aos professores. Em uma tentativa de enfraquecer a greve, a reitoria convocou novamente os professores a retornarem às salas de aula.

Figura 8: Convocação professores UECE

RETORNO ÀS AULAS DA UECE
NOTA DE CONVOCAÇÃO

Tendo em vista o Mandado de Segurança impetrado pelos alunos de diversos cursos de graduação e concedido pelo MM. Juízo da 2ª Vara da Fazenda Pública, no Processo nº 2006.0025.7521-3, em 01.11.2006, e considerando a obrigação de imediato e efetivo cumprimento da Liminar concedida, convocamos os Diretores de Centro/Faculdade, os professores, os servidores técnico-administrativos e os alunos dos campi de Fortaleza e do interior para o retorno às aulas e atividades escolares, com vistas à observância do Calendário letivo aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE, para Reposição de Aulas, a partir de segunda-feira, dia 06 de novembro, sob pena de aplicação de medidas administrativas e legais cabíveis aos servidores desta Instituição que não cumprirem o mandamus aqui citado.

Fortaleza, em 03 de novembro de 2006.
Reitor da UECE

Fonte: O Povo (2006)

A administração superior, também, ameaçou os docentes com cortes de ponto, suspensão de férias e abertura de processos administrativos, caso não retomassem suas atividades. Essa postura reflete novamente a opção da reitoria em agir como serva do governo estadual que, apesar das tentativas, não conseguiu minar a força do movimento grevista. Essas medidas coercitivas evidenciam a persistência dos professores em defender suas reivindicações, apesar das pressões e ameaças impostas pela administração. O sindicato[132] reagiu a esta nota afirmando que isso era autoritarismo, caráter negado pelo reitor, anunciando se tratar apenas de um procedimento comum. Apesar das ameaças, a greve continuou.

A pressão para encerrar a greve intensificou-se, tanto por parte da administração superior quanto por meio de medidas legais, incluindo a imposição de multas outras sanções judiciais. Em 10 de novembro de 2006, os professores decidiram suspender a greve na instituição, após 156 dias, com a garantia verbal de que haveria vinculação orçamentária para o Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) a partir de janeiro de 2007. Essa garantia foi obtida em uma reunião com deputados realizada em 8 de novembro.

---

[132] Informações extraídas da notícia: Sindicato diz que medidas são ameaça. Publicada no jornal o Povo em 7 de novembro de 2006

Foi, de fato, um movimento longo e vitorioso, que resistiu a todos os ataques do governo estadual, o qual se recusava a atender às demandas dos grevistas. Os professores, também, enfrentaram as ameaças da reitoria da instituição e os mecanismos jurídicos utilizados na tentativa de enfraquecer o movimento. No entanto, a determinação e a solidariedade dos professores prevaleceram, demonstrando a importância da luta coletiva na busca por melhores condições de trabalho e pelo fortalecimento da educação pública.

> No dia 10 de novembro de 2006 foi realizada mais uma assembleia geral dos professores da Uece, sendo que esta teve um caráter e uma energia diferenciados das demais. Contando com a presença de 202 professores, representando a maior de todas em presença docente, esta assembleia marcou a história do movimento por ser o dia da suspensão da greve (por unanimidade de votos a favor) frente à prudente e oportuna decisão da categoria e não por imposição a reitoria ou mesmo o mandato judicial. A plenária estava multicolorida e um tanto "eufórica" em função da alegria e ar de vitória após tanto esforço nas mobilizações e negociações.[...] **Serão feitas três emendas orçamentárias- uma para cada universidade(UECE, URVA E UVA). Essa emenda insere uma rubrica própria para PCCS no projeto orçamentário para 2007, o que representa uma grande conquista do movimento** (Sinduece, ata de assembleia 10 de novembro 2006, p.111- grifo próprio).

A conquista da promessa de vinculação orçamentária para garantir o PCCS, foi de fato uma vitória significativa para os professores. Ao mesmo tempo em que significava o estado de alerta para verificar o cumprimento.

> Aprovação pela Assembleia Legislativa do Ceará (ALECE) de Dotação Orçamentária de R$ 14 milhões, que garantiria a implantação do PCCV em 2007. Esta conquista simbólica foi acordada entre as seções sindicais Sinduece, Sindiuva, Sindurca (com anuência da categoria), as lideranças de partidos políticos e a presidência da ALECE. (Mandacaru, 2024, p.2).

Além disso, é importante ressaltarmos o grande destaque que essa greve obteve na mídia, evidenciado pelas notícias contribuiu para aumentar a visibilidade das demandas dos grevistas e para mobilizar o apoio da opinião pública, fortalecendo assim sua posição durante o movimento grevista. Sobre as notícias, destacamos a coleta feita por Alves (2018).

Quadro 21: Notícias mobilizações/ greves em 2006

TITULO	**JORNAL**	**DATA**
Alunos e professores cobram melhorias	O Povo	12/05/2006
Professores da Uece podem entrar em greve	O Povo	01/06/2006
Professores da Uece entram em greve	O Povo	08/06/2006
Plano de cargos e carreiras da Uece	O Povo	09/06/2006

Professores e greve e Estado não chegam a acordo	O Povo	22/06/2006
Professores sem previsão para o retorno às aulas	O Povo	27/06/2006
Professores do Estado unificam comando de greve	O Povo	08/07/2006
Professores unificam o comando de greve	Diário do Nordeste	08/07/2006
Professores de ensino superior mantêm greve	O Povo	11/07/2006
Professores da Uece decidem manter a paralisação	Diário do Nordeste	11/07/2006
Professores do Estado continuam com movimento paredista	O Estado	25/07/2006
Universidade necessária	O Povo	31/07/2006
Professores pedem dialogo com Lúcio	O Povo	09/08/2006
Greve causa indefinição do semestre	Diário do Nordeste	11/08/2006
Governador conversa com os professores da Uece	Diário do Nordeste	14/08/2006
Professores mantêm greve	O Povo	17/08/2006
Professores da Uece fazem consulta ao TSE	O Povo	01/09/2006
Universitários se data para retorno às aulas	O Povo	07/09/2006
Professores da Uece em greve priorizam PCC	O Povo	12/09/2006
Três meses sem aula	O Povo	12/09/2006
Greve completou os 100 dias	Diário do Nordeste	21/09/2006
Greve de professores mais perto do fim	O Povo	23/09/2006
Professores continuam em greve	O Povo	26/09/2006
Uece abre inscrições para o vestibular	O Povo	01/10/2006
Grevistas tentam solução para impasse	O Povo	05/10/2006
Greves e soluções	O Povo	07/10/2006
Carência de professores	Diário do Nordeste	09/10/2006
Porque se faz greve nas universidades estaduais cearenses	O Povo	10/10/2006
Greve da Uece	O Povo	11/10/2006
Greve chega ao quarto mês sem previsão de acordo	O Povo	12/10/2006
Grevistas da Uece realizam hoje assembleia geral	Diário do Nordeste	16/10/2006
Após 132 dias, greve não tem data para acabar	O Povo	17/10/2006
Acervos estão comprometidos	Diário do Nordeste	17/10/2006
Universidade Estadual perde 1500 exemplares	Diário do Nordeste	17/10/2006
Alunos da Uece continuam sem aula	O Povo	24/10/2006
Professores fazem manifestação	Diário do Nordeste	24/10/2006
Professores mantêm greve	O Povo	26/10/2006
Greve da Uece completará cinco meses	O Povo	02/11/2006
Uece: ordem judicial manda reiniciar aulas	Diário do Nordeste	04/11/2006
Justiça determina que reitor da Uece convoque grevistas	Diário do Nordeste	04/11/2006
Paralisação completa 150 dias	Diário do Nordeste	04/11/2006

Reitor da Uece convoca professores e funcionários	O Povo	04/11/2006
Retorno as aulas da Uece	O Povo	05/11/2006
Grevistas terão ponto cortado	O Povo	07/11/2006
Sindicato diz que medidas são ameaças	O Povo	07/11/2006
Professores da Uece não retornam às aulas	Diário do Nordeste	07/11/2006
Reitoria ameaça desconto salarial dos dias parados	Diário do Nordeste	07/11/2006
Assembleia geral decidirá se greve continuará	O Estado	07/11/2006
Professores da Uece decidem manter a greve	O Povo	08/11/2006
Greve não acaba e reitoria diz que vai cortar pontos	O Povo	08/11/2006
Alunos temem atraso em formaturas	O Povo	08/11/2006
Professores pedem apoio aos deputados	O Povo	08/11/2006
Fim da greve divide opinião de alunos	Diário do Nordeste	08/11/2006
Juiz determina retorno imediato às aulas	Diário do Nordeste	09/11/2006
Paralisação pode terminar na segunda-feira	Diário do Nordeste	09/11/2006
Justiça impõe multa a grevistas	O Povo	09/11/2006
Professores podem encerrar hoje a greve	O Povo	10/11/2006
Greve de professores da Uece pode chegar ao fim	O Povo	10/11/2006
Retorno as aulas na segunda-feira	Diário do Nordeste	10/11/2006
Professores diminuem pauta de reivindicações	Diário do Nordeste	10/11/2006
Emenda é condicionada ao encerramento da greve	Diário do Nordeste	10/11/2006
Uece: greve acaba, desafio começa	Diário do Nordeste	11/11/2006
Desafio de manter o calendário letivo	Diário do Nordeste	11/11/2006
Professores decidem continuar mobilizados	Diário do Nordeste	11/11/2006
Aulas da Uece reiniciam na segunda	Diário do Nordeste	11/11/2006
Aulas das universidades estaduais recomeçam	Diário do Nordeste	14/11/2006
Poucos alunos comparecem no retorno às aulas	Diário do Nordeste	14/11/2006
Greve mais longa de professores universitários	Diário do Nordeste	14/11/2006
Aulas voltam ao normal na Uece depois da greve	O Povo	14/11/2006

Fonte: Alves (2018, p. 137-139)

Fica claro, que nenhuma conquista vem sem muita luta e determinação para resistir às imposições dos governos e da justiça com suas ações de ilegalidade. Esse espírito de mobilização e resistência tem sido uma constante na história das instituições estaduais cearenses. Esse histórico de luta e conquistas, ressalta a importância da unidade e da persistência dos membros da comunidade acadêmica, em defender seus direitos e melhorias nas condições de trabalho e ensino. Estava preparado, assim, o terreno para efetivar a conquista do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV) na greve seguinte, da qual trataremos agora.

4.2.3 Greve de 2007/2008: PCCV- Do pior salário do Brasil e melhoramos estruturalmente nossas universidades

Conforme mencionamos anteriormente, a história das universidades estaduais cearenses é de luta e precarização constante. Iniciamos um novo ano, com os velhos problemas de sempre, como exposto na matéria publicada no jornal o Povo sobre o caos vivenciado na UECE.

> A Universidade Estadual do Ceará (UECE) está vivendo uma crise extremamente grave. Os recursos financeiros para os gastos de manutenção (despesas de luz, agua, telefone, material de expediente) estão reduzidos à metade de suas reais necessidades. Falta pessoal docente e administrativo, impossibilitando o funcionamento da instituição. [...] Prédios de vários campi do interior estão sem vigilantes, com pouco pessoal de limpeza, com o patrimônio público sendo degradado a cada dia que passa, construções estão paralisadas apesar de já terem sido licitadas e iniciadas tais como, hospital veterinário em Fortaleza, ampliação da biblioteca central, construção do novo restaurante universitário, novo complexo poliesportivo, além de várias salas de aula ampliações no interior do estado. O nível salarial de professores e funcionários está defasado gerando num clima de inquietação. (Albuquerque [...], 2007, n.p).

A matéria tem uma verdadeira síntese das demandas que nunca são totalmente atendidas no âmbito das instituições, fato que sempre leva a realização de novos movimentos solicitando as mesmas bandeiras de luta.

A greve de 2006 foi finalizada com a promessa de uma emenda no orçamento das universidades estaduais que viabilizaria a existência do PCCV. Dessa forma, o então empossado governador Cid Gomes, recebeu a categoria docente em audiência. Sobre a reunião, os docentes expuseram suas observações.

> Para o presidente do sindicato dos docentes da UECE disse que a audiência foi o momento para apresentar os problemas das universidades e cobrar uma política de estado eficiente para a educação. Entre as reivindicações do movimento estão a reposição das perdas salariais cerca de 16% de aumento a implantação do plano de cargos carreiras e salários concurso para professores efetivos e servidores técnico administrativo e melhorar a infraestrutura. Temos os piores salários das universidades brasileiras até o Piauí fez um reajuste e a criação de plano de cargos e carreiras só nós estamos no final da fila reclamou o presidente do sindicato dos docentes da URCA. Após a reunião com o governador e com o chefe de gabinete os professores saíram esperançoso em uma possível resolução dos problemas. A professora da UVA participou da audiência fechada e avaliou como positiva nós expusemos os pontos principais e sentimos uma abertura do governo para discutir uma solução. **O governador reconheceu que os salários e os financiamentos são muito baixos e se comprometeu a encontrar uma solução. Um dos resultados efetivos da reunião foi a criação de um grupo de estudo sobre a situação das três universidades**. (Cid [...], 2007, n.p- grifo próprio).

Inferimos da fala do governante, a percepção que ele tinha plena ciência dos problemas das estaduais. Nesta mesma audiência, os representantes dos sindicatos das universidades estaduais cearenses expressaram sua surpresa com a notícia do não pagamento dos salários.

> A notícia de que o pagamento de seus salários seria adiado pelo menos por oito dias pegou de surpresa professores estaduais, que se reuniram com o governador Cid Gomes para discutir um plano, de cargos, carreiras e salários para a categoria. O encontro, logo no primeiro dia de trabalho de Cid, foi uma promessa do próprio governo durante o período de campanha. (Depois [...], 2007, n.p).

Assim, o ano de 2007 iniciou de forma bem contraditória para os docentes das estaduais, pois ao mesmo tempo em que estavam esperançosos com o PCCV, foram pegos de surpresa com o governo estadual que não havia feito o pagamento dos professores, fato que desencadeou uma mobilização em 08 de janeiro e uma nova paralisação nas aulas até que o salário fosse pago, situação que foi normalizada na segunda quinzena de janeiro do referido ano.

> Nesta mobilização, fomos recebidos por Ivo Gomes e Nelson Martins. Ao ser questionado sobre o atraso no pagamento dos servidores, Ivo Gomes alegou que não tinha recursos em caixa e garantiu que não haverá mais atrasos. O mesmo foi questionado pelos servidores, pois a situação do salário é emergencial e o governo poderia remanejar verba de outro setor para honrar o compromisso com os trabalhadores. [...]. Outro informe dado foi o de que hoje a noite ocorrerá uma assembleia geral na URCA e que será votada a proposta de só iniciar as aulas após o pagamento dos servidores, no dia 12 de janeiro. (Sinduece, ata de assembleia 09 de janeiro, 2007, p.116).

Acerca da efetivação do PCCV, foi criado um grupo entre as três instituições universitárias para pensar a sua elaboração e as devidas negociações com o governo. Porém, a sua concretização demandou mais luta por parte do movimento, convocando para isso paralisações unificadas.

> A principal luta dos professores hoje é em função do PCCV como defesa da qualidade dos serviços que a universidade oferece. Foi ressaltado que precisamos sair do individualismo e partir para a mobilização. Esse sentimento de que a luta coletiva se faz necessária neste momento foi exposto por diversos professores. (Sinduece, ata de assembleia 25 junho de 2007, p.122).

A crítica ao individualismo surge da falta de participação dos professores nas assembleias após a greve. Esse tema foi amplamente discutido entre os membros da categoria, destacando a importância de manter o espírito de mobilização vivo.

> A assembleia foi marcada por críticas a ausência dos professores das assembleias e das lutas. As hipóteses foram muitas. Os professores estão felizes e satisfeitos com o abono anexado ao salário? Estão iludidos com a crença na boa vontade do governo em aprovar o PCCV, que é uma demanda da categoria e não do Cid Gomes? [...] Foi lembrado que já estamos a oito meses do mandato do governo Cid Gomes e as iniciativas para a aprovação imediata do PCCV não estão sendo nem um pouco enérgicas [...] Já passa da hora de nos reerguermos e trabalharmos arduamente pela nossa valorização e auto estima profissional e em defesa da Uece. (Sinduece, ata de assembleia 13 agosto de 2007, p.125).

A categoria tentava encontrar formar de destravar o andamento do PCCV e das outras pautas, porém, o governo as tratava com o desdenho habitual relacionado às estaduais. Nesse contexto, o debate acerca da retomada do movimento paredista ganhou força.

> [...] o PCCV não é só proposta de salário, mas de um plano mais amplo para a universidade. Propôs que fizéssemos um estudo sobre a implementação do piso, registrar o fato e consolidar como proposta jurídica. O prof da UVA avaliou a decisão da UVA por uma proposta diferenciada. Questionou a proposta de greve num momento de refluxo do movimento e disse que, caso decidíssemos por ela, temos que trabalhar muito ou será um suicídio político das três universidades frente a esse refluxo do movimento e ao fim do semestre. Professora Lucíola fala da importância, das mobilizações e da necessidade de dialogarmos com os estudantes sobre o projeto de universidade. (Sinduece, ata de assembleia 27 agosto de 2007, p.129-130)

Dentre as promessas de campanha de Cid Gomes para o governo, estava a ampliação dos cursos gratuitos na URCA, ainda em 2008, dado que aquela instituição sofria com o grande número de cursos pagos.

> A gratuidade dos cursos ofertados pela Urca foi uma promessa do governador Cid Gomes ainda em campanha e que terá efeito prático um ano após assumir o governo. Desde o início deste ano que os estudantes cobram do governador o cumprimento da promessa. O meu compromisso será mantido e será a partir de 2008, reafirmou Cid Gomes. O clima é de expectativa dos estudantes e fez com que a inadimplência na unidade local da Urca chegasse a quase 50%, trazendo preocupação para a administração. A ideia dos novos gestores é negociar com os alunos os débitos oferecendo parcelamento para viabilizar o funcionamento da unidade no decorrer deste segundo semestre. É preciso manter o pagamento das mensalidades, até porque há despesas como aluguel das salas. A ideia do governador é promover o zoneamento do ensino universitário no interior a Urca atenderá a região sul do estado para isso foi instituída uma comissão que está fazendo um estudo do impacto físico e financeiro na folha de pagamento do estado. (Urca [...], 2007, n.p).

Destacamos, no âmbito das lutas da comunidade acadêmica, a problemática enfrentada pelos servidores técnico-administrativos, que sofrem com a falta de pessoal, acarretando-lhes mais serviço e consequente precarização de suas atividades, a baixa remuneração e péssimas condições de trabalho. Nesse sentido,

neste ano de 2007 o sindicato que os representa solicitou a inclusão deles no PCCV das estaduais.

> Pode haver nova greve na Universidade Estadual do Ceará (UECE) tendo inclusive repercussão na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) e na Universidade Regional do Cariri (URCA) caso a reunião entre o governador Cid Gomes, o secretário René Barreira não traga para os servidores técnico- administrativos das universidades a notícia de que o plano de cargos carreiras e vencimentos (PCCV) será estendido a categoria, opção pela greve é certa. A garantia do presidente do sindicato dos servidores técnico administrativos do ensino oficial superior do estado do Ceará (SINSESC), ele e alguns servidores pediram na audiência que tiveram ontem com o titular da SECITECE que o PCCV beneficie não só os professores, mas também, os técnico-administrativos. O plano é institucionalizado e deve abranger as três instituições, não fazendo distinção entre os funcionários. (Uece [...], 2007, n.p).

As universidades vivenciavam um clima totalmente favorável à retomada da greve suspensa anteriormente. E, em decorrência das homenagens ao dia do professor em 15 de outubro, as seções sindicais publicaram uma nota nos jornais da cidade, parabenizando os docentes e pautando os problemas das estaduais.

Figura 9: Nota unificada dia dos professores

FORTALEZA, CEARÁ - SEGUNDA-FEIRA, 15 DE OUTUBRO DE 2007 | DIÁRIO DO NORDESTE

ANDES-SN | SINDUECE | SINDIUVA | SINDURCA

RESISTÊNCIA E LUTA NO DIA DO PROFESSOR

A SINDUECE, a SINDIUVA e a SINDURCA, seções sindicais do ANDES-SN, vêm homenagear os professores e professoras das Universidades Estaduais Públicas do Ceará e demais professores (as) pelo importante papel que desempenham na formação do povo cearense.

Nesta relevante data, vimos alertar os docentes e a sociedade acerca da grave situação das nossas universidades provocada pelo descaso dos governantes nas últimas décadas. A ausência de políticas para o setor educacional tem se refletido no sucateamento da infra-estrutura, na desvalorização do trabalho docente e na desagregação do espaço sócio-cultural universitário, precarizando o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão.

Mesmo diante desse quadro, a UECE, a UVA e a URCA, distribuidas por todo o território cearense, atendem a uma grande demanda por educação superior pública e gratuita, além de desenvolver importantes projetos de relevância social junto à comunidade cearense.

O desencadeamento da greve dos docentes de 2006 foi uma resposta ao quadro atual das universidades públicas estaduais. Este movimento provocou a incorporação das demandas de valorização da universidade pública e gratuita no debate eleitoral. Destaca-se que o atual governador, Cid Gomes, assumiu o compromisso perante a sociedade de promover melhorias significativas na educação superior no Ceará. Passados nove meses de governo, a prática tem se mostrado contrária ao discurso.

A morosidade e a indisposição do Governo em negociar as propostas dos(as) professores(as) referentes ao Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos (PCCV) e a protelação na implantação do Piso Salarial — principais reivindicações dos docentes — são exemplos da falta de compromisso com as Universidades Estaduais. Enquanto isso, os professores destas universidades continuam com o pior salário dentre as instituições congêneres do Brasil.

Neste contexto, o movimento unificado das três universidades deliberou pelo **estado de greve,** manifestando que a categoria continua seu processo de luta e mobilização em defesa da **universidade pública, gratuita, autônoma e democrática.** Acreditamos que esta posição representa uma vitória política da categoria bem como a forma mais adequada de comemorar o dia do professor.

Conclamamos a sociedade cearense a engajar-se nesta luta. VIVA O PROFESSOR! VIVA OS TRABALHADORES!

SINDUECE - Seção Sindical dos Docentes da UECE, **SINDIUVA** - Seção Sindical dos Docentes da UVA, **SINDURCA** - Seção Sindical dos Docentes da URCA, Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - **ANDES-SN.**

Fonte: Diário do Nordeste (2007)

Em novembro do supracitado ano, os docentes das três instituições pautaram o debate sobre a decretação de uma nova greve, visto que permaneciam em estado de greve.

Em 07 de novembro de 2007, os professores da UECE decretaram nova greve, tendo os seguintes itens na pauta de reivindicações: implantação do piso salarial (uma ação do SINDESP[133] que tramita há muitos anos), aprovação e implantação imediata do PCCV, eleições diretas e paritárias; e implantação imediata do Plano Estadual de Assistência Estudantil.

Acerca do processo que decretou a greve na URCA, em 07 de novembro, a SINDURCA divulgou o seguinte comunicado.

> Com o auditório do salão de atos lotado, os professores da URCA aprovaram, por ampla maioria, hoje à noite, 07/11, em assembleia geral, a greve da categoria para o início da próxima semana. Com a convicção que só a luta pode garantir que as nossas reivindicações sejam atendidas pelo governo, os docentes da URCA decidiram que a data para a deflagração do movimento grevista deverá ser unificada conjuntamente com a UECE, que já havia decidido pela greve em assembleia realizada ainda na manhã desta quarta-feira. A greve é em defesa do PCCV nos termos apresentados pela categoria docente e pela implantação imediata do Piso Salarial já determinado pela justiça na UECE, URCA e UVA! Diante da justeza dessa luta, o SINDURCA reitera o chamado a toda a comunidade, as entidades de classe, os funcionários, os estudantes a somarem-se a nós na luta pela dignidade da carreira docente e por uma universidade pública, gratuita, autônoma, democrática, laica e de qualidade. (Sindurca, comunicado, 2007, n.p).

---

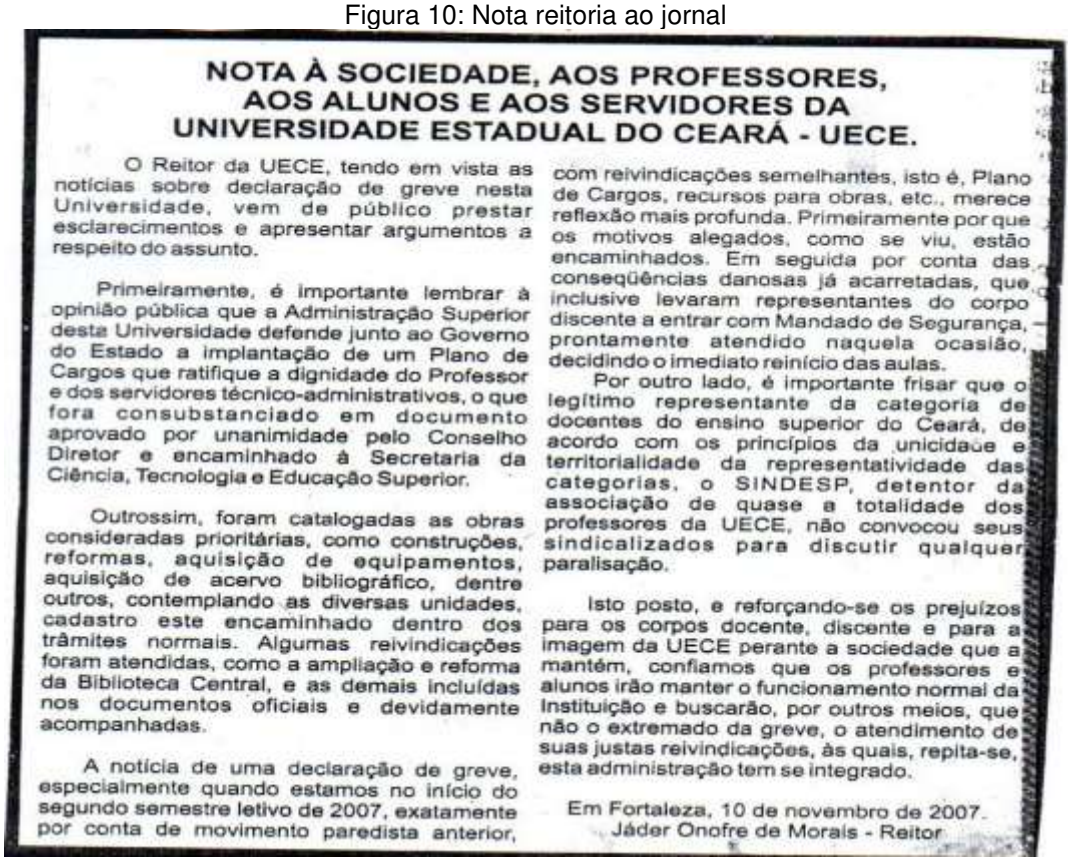
[133] O site do SINDESP traz a seguinte informação a respeito da origem do piso salarial: "O Piso Salarial dos professores das IES Estaduais foi conseguido através de muita luta e da persuasão do governador Gonzaga Mota. Em dezembro de 1986, através do Decreto 18.292 de 22.12.1986 e da Lei 11.247 de 16.12.1986, o governador Gonzaga Mota instituiu o PISO SALARIAL dos professores das Universidades mantidas pelo Governo do Estado do Ceará: UECE, URCA e UVA. Os professores passaram a receber seus salários de acordo com a tabela de referência a partir de janeiro de 1987. Em abril do mesmo ano o governador Tasso Jereissati valeu-se de uma ação popular por ele mesmo manejada através do advogado Eduardo Pragmacio e, ignorando a lei e o decreto, resolveu não pagar o que nos era devido. No dia 18 de fevereiro de 1992 o SINDESP ingressou com um recurso junto à antiga 4º Junta de Conciliação e Julgamento, hoje 4ª Vara. O processo de 1º Grau: 0039300-21.1992.5.07.0004: AÇÃO TRABALHISTA iniciado naquela ocasião se arrasta até os dias de hoje mesmo estando em fase de execução. No dia 24 de fevereiro do mesmo ano o ministro Célio Borja do Supremo Tribunal Federal, frustrou a tentativa do governo do Estado de impedir o pagamento do PISO SALARIAL derrotando a falsa alegação de inconstitucionalidade do decreto e da lei que nos garantia a tal conquista. Era nossa primeira vitória. De lá até os dias de hoje muitas outras vitórias se sucederam nas cortes de justiça do país. Decorridos mais de 30 anos, a nossa categoria não teve ainda seus direitos plenamente respeitados. A história do PISO SALARAL dos docentes da UECE, da URCA e da UVA está permeada de muito sadismo por conta dos sucessivos governantes do estado do Ceará. A nós, nos cabe continuar lutando sem esmorecimento até que a justiça seja aplicada de maneira efetiva e definitiva". Disponível em: http://www.sindesp.org.br/piso-salarial. Acesso em: 10 jun. 2024.

Percebemos a articulação entre as seções sindicais no processo de construção dessa greve, inclusive na realização das assembleias da categoria docente no mesmo período.

> Os professores da Universidade Estadual do Ceará (Uece) e da Universidade Regional do Cariri (Urca) deflagraram greve geral. Em assembleias realizadas ontem, a categoria votou pela paralisação das atividades a partir da próxima segunda-feira, dia 12. Os professores querem a implantação, ainda este ano, do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV). Mas há um impasse: enquanto o governo do Estado oferece reajuste salarial de 100% em três anos, os docentes exigem 130% de aumento até 2008. **Na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), os professores também realizaram assembleia ontem. As três universidades lutam pela implantação do PCCV.** De acordo com o professor Célio Coutinho, presidente do Sindicato dos Docentes da Uece (Sinduece), a greve foi deflagrada para exigir que o governo reabra as negociações, "encerradas desde o último dia 24". (Uece e Urca [...], 2007, n.p).

Novamente, a gestão da UECE evidenciou seu caráter extremamente subserviente ao governo do estado, escrevendo e lançando no jornal o Povo uma nota repulsiva, ao deslegitimar as pautas recorrentes da greve, mas não acentuando o motivo da recorrência dessas exigências serem as mesmas: a omissão governista.

Figura 10: Nota reitoria ao jornal



NOTA À SOCIEDADE, AOS PROFESSORES, AOS ALUNOS E AOS SERVIDORES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE.

O Reitor da UECE, tendo em vista as notícias sobre declaração de greve nesta Universidade, vem de público prestar esclarecimentos e apresentar argumentos a respeito do assunto.

Primeiramente, é importante lembrar à opinião pública que a Administração Superior desta Universidade defende junto ao Governo do Estado a implantação de um Plano de Cargos que ratifique a dignidade do Professor e dos servidores técnico-administrativos, o que fora consubstanciado em documento aprovado por unanimidade pelo Conselho Diretor e encaminhado à Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior.

Outrossim, foram catalogadas as obras consideradas prioritárias, como construções, reformas, aquisição de equipamentos, aquisição de acervo bibliográfico, dentre outros, contemplando as diversas unidades, cadastro este encaminhado dentro dos trâmites normais. Algumas reivindicações foram atendidas, como a ampliação e reforma da Biblioteca Central, e as demais incluídas nos documentos oficiais e devidamente acompanhadas.

A notícia de uma declaração de greve, especialmente quando estamos no início do segundo semestre letivo de 2007, exatamente por conta de movimento paredista anterior, com reivindicações semelhantes, isto é, Plano de Cargos, recursos para obras, etc., merece reflexão mais profunda. Primeiramente por que os motivos alegados, como se viu, estão encaminhados. Em seguida por conta das conseqüências danosas já acarretadas, que inclusive levaram representantes do corpo discente a entrar com Mandado de Segurança, prontamente atendido naquela ocasião, decidindo o imediato reinício das aulas.

Por outro lado, é importante frisar que o legítimo representante da categoria de docentes do ensino superior do Ceará, de acordo com os princípios da unicidade e territorialidade da representatividade das categorias, o SINDESP, detentor da associação de quase a totalidade dos professores da UECE, não convocou seus sindicalizados para discutir qualquer paralisação.

Isto posto, e reforçando-se os prejuízos para os corpos docente, discente e para a imagem da UECE perante a sociedade que a mantém, confiamos que os professores e alunos irão manter o funcionamento normal da Instituição e buscarão, por outros meios, que não o extremado da greve, o atendimento de suas justas reivindicações, às quais, repita-se, esta administração tem se integrado.

Em Fortaleza, 10 de novembro de 2007.
Jáder Onofre de Morais - Reitor

Fonte: Jornal O Povo (2007)

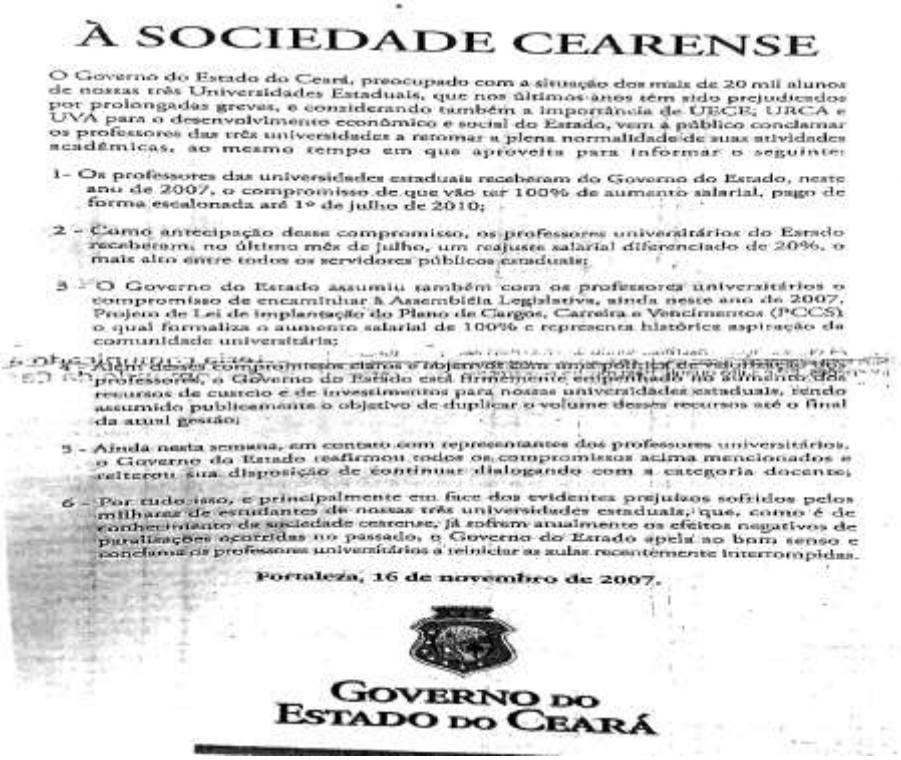
Inferimos da referida nota, o quanto a reitoria se mostra perigosa, acusando a greve de trazer prejuízos aos discentes e, em segundo lugar, alegando que a SINDUECE não tinha legitimidade para estar à frente desse processo.

Em decorrência da primeira reunião após deflagração da greve, o então governador Cid Gomes, proferiu as seguintes palavras reproduzidas na assembleia dos docentes da UECE:

> [...] estava magoado com as universidades, que não negociaria com a categoria em greve, que tem a intenção de dobrar os salários até 2010, que estudou minuciosamente o piso, que ele é inconstitucional e que vai protelar o máximo para não pagar. Ele acha que nosso movimento tem a intenção de desgastar a imagem do governo. O movimento alegou que estávamos lá para negociar e resolver a situação caótica das universidades. O governador reconheceu que não fez nada pelas universidades este ano, além de ter cortado recursos. Prometeu dobrar recursos para o ano seguinte. (Sinduece, ata de assembleia 14 novembro de 2007, p.136).

A postura do então governador Cid Gomes evidenciava que negociar com ele seria um desafio complexo, dado seu posicionamento de não ceder a grevistas, uma marca de suas duas gestões. Várias categorias que entraram em greve não foram recebidas pelo mandatário estadual. Para minar o movimento grevista nas universidades cearenses, seu governo emitiu uma nota nos principais jornais do estado convocando os docentes a retornarem ao trabalho.

Figura 11: Nota do governo



À SOCIEDADE CEARENSE

O Governo do Estado do Ceará, preocupado com a situação dos mais de 20 mil alunos de nossas três Universidades Estaduais, que nos últimos anos têm sido prejudicados por prolongadas greves, e considerando também a importância de UECE, URCA e UVA para o desenvolvimento econômico e social do Estado, vem à público conclamar os professores das três universidades a retomar a plena normalidade de suas atividades acadêmicas, ao mesmo tempo em que aproveita para informar o seguinte:

1- Os professores das universidades estaduais receberam do Governo do Estado, neste ano de 2007, o compromisso de que vão ter 100% de aumento salarial, pago de forma escalonada até 1º de julho de 2010;

2 - Como antecipação desse compromisso, os professores universitários do Estado receberam, no último mês de julho, um reajuste salarial diferenciado de 20%, o mais alto entre todos os servidores públicos estaduais;

3 - O Governo do Estado assumiu também com os professores universitários o compromisso de encaminhar à Assembléia Legislativa, ainda neste ano de 2007, Projeto de Lei de implantação do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos (PCCS) o qual formaliza o aumento salarial de 100% e representa histórica aspiração da comunidade universitária;

4 - Além desses compromissos claros e objetivos com a categoria dos professores, o Governo do Estado está firmemente empenhado no aumento dos recursos de custeio e de investimentos para nossas universidades estaduais, tendo assumido publicamente o objetivo de duplicar o volume desses recursos até o final da atual gestão;

5 - Ainda nesta semana, em contato com representantes dos professores universitários, o Governo do Estado reafirmou todos os compromissos acima mencionados e reiterou sua disposição de continuar dialogando com a categoria docente;

6 - Por tudo isso, e principalmente em face dos evidentes prejuízos sofridos pelos milhares de estudantes de nossas três universidades estaduais, que, como é de conhecimento de sociedade cearense, já sofrem anualmente os efeitos negativos de paralisações ocorridas no passado, o Governo do Estado apela ao bom senso e conclama os professores universitários a reiniciar as aulas recentemente interrompidas.

Fortaleza, 16 de novembro de 2007.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Fonte: Diário do Nordeste (2007)

Verificamos, dessa forma, como o movimento enfrentaria muita resistência do governo para um processo legítimo de negociação. Como forma de pressão e radicalização do movimento, em 04 de dezembro de 2007, a Assembleia Legislativa do Ceará (ALECE) foi ocupada por estudantes e professores da UECE, URCA e UVA[134], na tentativa de abertura de uma mesa de negociação.

> A comitiva com 22 professores e 25 estudantes da URCA que viajou ontem à Fortaleza para se juntarem as caravanas da UECE e UVA na luta pelo Piso e PCCV participaram no início da manhã de hoje, terça-feira, do Ato Público no cruzamento da Av. Pontes Vieira com Av. Des. Moreira. As 10:30h foi iniciada a Assembleia conjunta dos sindicatos e movimento estudantil das estaduais, que ocorreu dentro da Assembleia Legislativa do Estado. Durante as discussões uma comissão do movimento conseguiu ser recebida por um grupo de parlamentares liderados pelo deputado estadual Nelson Martins (PT) que pediu um prazo de 30 dias para que o governo possa apresentar uma "nova" proposta na condição de que os professores decretassem o fim da greve. Assembleia Conjunta contava, nesse momento, com aproximadamente 300 pessoas quando o assunto foi colocado em pauta. Os professores e estudantes decidiram por ampla maioria (apenas 1 voto contra e 6 abstenções) pela CONTINUIDADE da Greve e pela OCUPAÇÃO imediata da Assembleia Legislativa até que se abra um verdadeiro canal de negociação com o governo e que seja apresentada uma proposta por escrito, pois o prazo final para o envio de propostas ao parlamento estadual se encerra no próximo dia 21 de dezembro (SIndurca, comunicado, 2007b, p.1).

Figura 12: Ocupação ALECE 2007

Fonte: Arquivo pessoal

[134] "Em meio à greve da UVA, o governador Cid Gomes empossou a professora Palmira Soares, prima do ex-deputado Teodoro, num caso considerado nepotismo, pois, ela foi a terceira candidata da lista tríplice." (Empossada, o Estado, 2007).

Como esperado, a ocupação gerou muito desconforto a deputados e servidores da dita “Casa do Povo”, gerando reação por parte do governo, que proibiu que a comunidade acadêmica adentrasse nas dependências da ALECE.

> Professores e alunos na Universidade Estadual do Ceará (UECE) do Cariri (URCA) e do vale do Acaraú (UVA) foram impedidos de entrar, ontem pela manhã na assembleia legislativa. Eram cerca de 20 pessoas que chegaram ao local para somar-se aos demais que estavam acampados em frente ao plenário desde terça-feira última, para pressionar as negociações salariais com o governo do estado. A entrada na assembleia só estava sendo autorizada pelo estacionamento atrás de uma porta de vidro semiaberta, cerca de 12 policiais militares permaneceram instalados observando as características das pessoas que pretendiam entrar e barrando quem suspeitas em ser professores ou estudantes da UECE (Benevides, 2007, n.p).

Por conta dos desconfortos e repercussão negativa na mídia e sociedade, os próprios deputados começaram a pressionar o governo pela retomada das negociações. Cid Gomes argumentava que somente conversaria após a suspensão da greve e, consequente, retorno às aulas.

Como fruto desta ocupação[135], o governador Cid Gomes teve que ceder à pressão e recebeu a categoria docente e discente em 07 de dezembro, porém, o impasse permaneceu.(Alves,2018). A conversa não resultou em nenhum avanço, chegando à greve ao ano de 2008.

> Nos dias 07 e 08 de janeiro do corrente ano foi realizada em Fortaleza reunião do Comando de Greve Unificado com a participação das três universidades (URCA, UECE, UVA) com o objetivo de elaborar proposta da categoria em resposta ao texto encaminhado pelo governo do estado do Ceará no final de 2007 no qual consta versão reduzida do PCCV. O resultado desta reunião foi da elaboração de uma quarta proposta financeira, de escalonamento dos percentuais de reposição salarial e das gratificações, além de outros itens constantes na proposta do governo e demonstrando mais uma vez o sentimento de flexibilidade, honestidade, espirito negociador e capacidade de diálogo com o governo sem distanciar-se dos anseios da categoria, os três sindicatos chegaram a seguinte proposição: 1) aumento de 100% real livre da inflação, escalonado em três etapas sendo: 2007 (16,5%, já concedido na forma de abono); 2008 (40%) e em 2009 (23%); 2) manutenção das atuais gratificações e retirada do complemento pessoal; 3) Manutenção do Piso Salarial já conquistado pela categoria e formação de uma comissão de docentes da causa para compor o Comando Unificado durante toda e qualquer negociação; 4) Manutenção da Greve até abertura de negociação com o governo. Esta proposta foi aprovada no Comando e encaminhada a categoria de cada universidade para apreciação e aprovação ou não em suas assembleias. Seguindo tal orientação no último dia 09 de janeiro a UECE e a UVA em suas

[135] Ver mais sobre a ocupação dos dias 04 a 6 de dezembro da Assembleia Legislativa do Ceará-ALECE, no documentário Diário de Classe, produzido pelo Centro de Estudos de Trabalho e Ontologia do Ser Social- CETROS e SINDUECE.

> assembleias deliberaram em favor da proposta do Comando Unificado por ampla maioria. (Comando de greve, 2008, p.1).

No dia 10 de janeiro de 2008, a URCA votou o fim da greve, mas esta suspensão foi gerada por membros da administração superior que compareceram à assembleia, com o intuito único de votar pela suspensão da greve, e conseguiram.

> O Reitor da Universidade Regional do Cariri, Professor Plácido Cidade Nuvens, em face da notificação do resultado da Assembleia do SINDURCA, realizada em 10 do corrente, vem a público comunicar que as atividades letivas da URCA serão reiniciadas em 21 de janeiro próximo, uma vez que a categoria dos docentes decidiu suspender a greve e retomar as negociações com o Governo do Estado. (Urca comunicado, 2008).

Apesar dessa vitória inicial da administração superior da URCA, o movimento decidiu continuar com a greve, visto que tanto a categoria docente, quanto a discente não acreditavam na proposta do governador de dialogar após o seu encerramento.

> A Assembleia dos Professores da UECE, realizada no dia 16 de janeiro de 2008, manifesta seu apoio à decisão dos companheiros da URCA de manter a greve, permanecendo assim nos marcos da paralisação geral das universidades estaduais. Ao mesmo tempo, repudia a atitude dos membros da administração da Universidade Regional do Cariri que tentaram desarticular o movimento paredista da URCA. A vontade da comunidade universitária expressa em assembleia deve ser respeitada para que o exercício da democracia na universidade seja preservado. (Sinduece, moção, 2008).

No caso da UECE, pedidos de ilegalidade da greve eclodiram no início de 2008, sendo decretado em 24 de janeiro e, no dia 27, a reitoria já emitia nota convocando os professores e estudantes para retorno às aulas. A categoria, em assembleia no dia 28 de janeiro, decidiu não acatar a decisão judicial e, também, repudiou as ameaças do reitor da instituição, Jader Onofre. (Alves, 2018).

A resistência do movimento conseguiu reabrir as negociações em fevereiro do mesmo ano, com o governo sinalizando a concessão de algumas pautas estudantis e docentes.

> A proposta de reajuste de 100% (parcelado) foi mantida. A forma como ela será aplicada, contudo, deverá ser objeto de negociação. [...] as parcelas do reajuste podem ser antecipadas. Em relação a investimento nas Estaduais (em obras e custeio), a meta é dobrar o valor até 2010. Entre os investimentos previstos estão a construção de um parque poliesportivo, um hospital veterinário, a reforma do restaurante universitário e um plano de assistência estudantil (Moura, 2008, p.2).

Esta greve, foi suspensa em 13 de fevereiro de 2008, permanecendo a categoria em estado de greve. Como conquistas do movimento grevista, destacamos a autorização para construção do complexo poliesportivo, hospital veterinário e reforma do restaurante universitário, pautas do movimento estudantil e tramitação do PCCV para os docentes.

Alves (2018) destaca que em 20 de maio de 2008, foi aprovado na ALECE, o PCCV das universidades estaduais, relevante bandeira de luta dos docentes desde 2006. Posteriormente, em 27 de maio, o plano foi sancionado pelo governador.

> O PCCV foi aprovado nas seguintes condições: quatro parcelas, sendo 16,45% em julho 2007 (concedido na forma de abono a ser incorporado no Plano), 21,2% em julho de 2008, incluído a revisão geral dos servidores, e mais duas parcelas de 18,6% em julho de 2009 e janeiro de 2010, sem prejuízos da revisão geral dos servidores. A proposta final resultou em um reajuste nominal em torno de 120%. Isto possibilitou a recuperação das perdas acumuladas de quase 12 anos. Após a negociação do PCCV com o governo Cid Gomes a greve foi finalmente suspensa em 13 de fevereiro de 2008. A aprovação do PCCV na ALECE ocorreu em 20 de maio, a Lei foi sancionada em 26 de maio e publicada, no DOE, em 27 de maio de 2008. **Este PCCV é uma das maiores conquistas no âmbito das Universidades brasileiras e tornou-se, ao longo desses tempos, uma importante referência para várias universidades no Brasil**. (Mandacaru, 2024, p.2- grifo próprio).

Mais uma vez, testemunhamos um movimento intenso de luta e resistência nesta greve. Foi mais um embate árduo com o governo estadual, que se recusava a negociar com as categorias docente e discente. A falta de diálogo foi uma característica marcante do governo de Cid Gomes. Assim como nas greves anteriores, esta também recebeu ampla cobertura nos jornais locais, destacando os problemas das universidades e o progresso das lutas.

Quadro 22: Notícias mobilizações/ greves em 2007 e 2008

TITULO	JORNAL	DATA
Sem dinheiro, Cid adia pagamento de servidores	O Povo	03/01/2007
Depois de encontro com Cid, professores recebem má noticia	O Povo	03/01/2007
Estado atrasa folha salarial	Diário do Nordeste	03/01/2007
Cid Gomes reúne-se com professores	Diário do Nordeste	03/01/2007
Servidores ameaçam greve	Diário do Nordeste	04/01/2007
Servidores reagem a atraso e já cogitam greve	O Povo	04/01/2007
Docentes da Uece vão acionar OAB e procuradoria	Diário do Nordeste	05/01/2007
Atraso nos salários dos servidores gera revolta	O Estado	05/01/2007
Governo negocia empréstimo para pagar salários atrasados	O Povo	09/01/2007
Sindicatos entram na justiça contra governo	O Povo	09/01/2007
Obras do hospital paralisadas	Diário do Nordeste	09/01/2007
Secretário anuncia PCCS em 60 dias	Diário do Nordeste	09/01/2007

Professores protestam por salários atrasados	O Estado	09/01/2007
Sem salário, professores da Uece entram em greve	O Povo	10/01/2007
Docentes da Uece em greve	Diário do Nordeste	10/01/2007
Estado finalmente paga salários	O Povo	13/01/2007
Governo quer proibir greve de servidores	Diário do Nordeste	03/03/2007
Regulação da greve	Diário do Nordeste	05/03/2007
Servidores criticam proibição de greve	Diário do Nordeste	06/03/2007
SOS Uece	O Povo	05/05/2007
Aprendendo com o MST	O Povo	09/05/2007
PCCV: servidores e governo não entram em acordo	O Povo	07/06/2007
Professores rejeitam 100% de reajuste	O Estado	19/06/2007
Estado concede reajuste médio de 3,55%	Diário do Nordeste	23/06/2007
Servidores insatisfeitos com o reajuste anunciado	O Povo	24/06/2007
Professores vão parar atividades na Uece amanhã	O Povo	26/06/2007
Professores da Uece decidem manter greve	O Estado	26/06/2007
Professores querem reajuste de 130%	Diário do Nordeste	10/07/2007
Uece pode ser alvo de nova greve	Diário do Nordeste	13/07/2007
Estudantes do MST ocupam reitoria da Uece	Diário do Nordeste	31/07/2007
Fecli mobiliza-se contra encampação	Diário do Nordeste	21/08/2007
Professores têm 2º pior salário do país	O Estado	16/10/2007
Professores dizem que poderão entrar em greve	O Povo	16/10/2007
No fundo do quintal	O Povo	22/10/2007
Uma nova greve?	O Povo	24/10/2007
Saco vazio	O Povo	26/10/2007
Estudantes fazem manifestação em apoio a greve na Uece	O Povo	13/11/2007
Discurso ponderado e de abertura a diálogo	Diário do Nordeste	15/11/2007
Prejuízos triplos na Universidade Estadual	Diário do Nordeste	15/11/2007
Grevistas fazem protesto	O Povo	21/11/2007
Luta pelo piso salarial faz 20 anos	Diário do Nordeste	23/11/2007
Acreditar é impossível	O Povo	27/11/2007
Professores universitários acampam na AL	O Estado	05/12/2007
Negociação só com trégua na greve	Diário do Nordeste	05/12/2007
Professores em greve barrados na Assembleia	Diário do Nordeste	06/12/2007
Deputados estaduais cobram retorno das negociações	Diário do Nordeste	06/12/2007
Grevistas mantêm Assembleia ocupada	O Povo	06/12/2007
Governo só negocia com volta às aulas	O Povo	07/12/2007
Cid discute fim de greve com docentes e alunos	Diário do Nordeste	07/12/2007
Professores da Uece continuam em greve	Diário do Nordeste	10/01/2008
Comando de greve d Uece recorre ao Ministério Público	O Estado	11/01/2008
Negociação entre Governo e professores em greve não avança	O Povo	12/01/2008
Greve dos professores da Uece continua	O Estado	17/01/2008
Manifestação de grevistas ocupa avenida Washington Soares	O Povo	23/01/2008
Professores fecham via em protesto	Diário do Nordeste	23/01/2008
Justiça diz que greve da Uece é ilegal	O Povo	24/01/2008
Decretada ilegalidade da greve na Uece	Diário do Nordeste	24/01/2008
Convocação aos professores e alunos da Uece	Diário do Nordeste	27/01/2008
Professores decidem pela manutenção da greve	O Estado	29/01/2008
Cid enfrenta manifestação de professores em Juazeiro	O Estado	29/01/2008
Professores ignoram Justiça e mantêm greve	O Povo	29/01/2008
Recepção sob protesto no Cariri	O Povo	29/01/2008
Professores continuam em greve	Diário do Nordeste	29/01/2008
Reitor manda cortar ponto	O Estado	31/01/2008
Professores contrariam ação judicial	Diário do Nordeste	31/01/2008
Coordenadores da Uece ameaçam entregar cargos	O Estado	08/02/2008
Coordenadores da Uece prometem repor as aulas	O Povo	08/02/2008

Professores estão em greve há 3 meses	O Povo	12/02/2008
Audiência resulta e retorno das negociações	Diário do Nordeste	13/02/2008
Greve nas universidades estaduais pode acabar hoje	O Povo	13/02/2008
Professores da Uece terminam greve após três meses	O Povo	14/02/2008
Termina greve de professores da Uece	Diário do Nordeste	14/02/2008
Reitor prevê realização de aulas nos fins de semana	Diário do Nordeste	14/02/2008
Professores terminam greve	O Estado	14/02/2008
Alunos e professores voltam às aulas	O Povo	15/02/2008
Deputados votam PCCVs hoje na AL	Diário do Nordeste	20/05/2008
Assembleia aprova projeto sem alteração	Diário do Nordeste	21/05/2008
AL aprova PCCV dos professores das Universidades Estaduais	O Estado	21/05/2008
Reitor pretende melhorar estrutura em 90 dias	O Povo	27/05/2008
PCCV foi sancionado	O Povo	27/05/2008

Fonte: Alves (2018, p.143-144)

4.2.4 Greve de 2013: unidade na luta-estudantes, professores e servidores técnico-administrativos

Antes de adentrarmos na greve de 2013, é importante traçarmos alguns acontecimentos que levaram, a mais uma vez, a necessidade de uma greve. Após este intenso período de lutas e conquistas para as universidades estaduais de 2005 a 2008, os anos posteriores (2008-2012), foram marcados por lutas concentradas em cada universidade, em seguida, com a participação das outras instituições. Sobre essa retomada das mobilizações coletivas, o jornal SINDUECE Informa de agosto de 2011, destacava:

> A primeira iniciativa ocorreu no dia 08 de abril, quando estudantes e professores das três universidades estaduais do Estado – UECE, URCA e UEVA –participaram de um ato em frente ao Palácio da Abolição. Na ocasião, alguns representantes conversaram com o secretário adjunto do gabinete do governador, Almircy Pinto. Ele ligou para o chefe do gabinete, Ivo Gomes, que prometeu negociar uma audiência direta com Cid Gomes. Após quase dois meses de espera, movimentos estudantil e docente resolveram agir novamente. O local escolhido para o segundo ato foi a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, no dia 30 de maio. Outra surpresa. Estudantes e professores foram barrados na porta da "casa do povo". (Sinduece, [Sinduece informa], n3, 2011, p.2).

A UECE promoveu a campanha Pra Uece Não Parar, Efetivo Já![136], que conforme o próprio nome diz, pautava a carência de professores na instituição, que em 2011 apresentava essa situação.

[136] Como forma de defesa da UECE, foi lançada em 2011 a Campanha Pra UECE Não Parar, Efetivo Já, que tinha como mote principal a luta por concurso docente, dada, como já fora dito, a enorme vacância de professores na universidade, além de pautar a regulamentação do PCCV; equiparação salarial entre substitutos e efetivos; uma real política de assistência estudantil. (Alves, 2018, p.144-145).

> Em audiência com o secretário de C&T realizada no ano passado, o reitor da UECE, Assis Araripe, disse que o governador Cid Gomes autorizou a criação de sete vagas para a Universidade, mas como a quantidade é ínfima, diante da ampla demanda, ele não aceitou**. Ainda segundo o reitor Araripe, até maio de 2012, a UECE terá déficit de 222 vagas, e a carência nas três universidades estaduais será de aproximadamente 500 vagas.** [...] Pretendemos mobilizar a categoria para realizar pressões políticas sobre o governo e conquistar o tão necessário concurso para professores efetivos", destaca. (Sinduece, [Sinduece informa], n1, 2011, p.2- grifo próprio).

Sobre a situação na Universidade Estadual Vale do Acaraú, foi relatado que ocorreu um concurso em outubro, mas que cobriu apenas uma pequena parte da carência.

> Na Universidade Estadual Vale do Acaraú, houve um concurso em outubro de 2010, mas apenas **para suprir as vagas dos exonerados e mortos durante o governo Cid Gomes. Segundo dados colhidos junto ao DRH da UVA, a carência de professores nesta Universidade chega a 193**. A presidenta do SINDIUVA, Maria Antônia Veiga, declarou que o governo do estado propôs realização de seleção pública com oferta de 118 vagas para professores substitutos. "Discordamos, visto que novamente o governo se furta de suas obrigações para com a Universidade de realizar concurso público para professor efetivo, no entanto, esta atitude retira de cena o colaborador [situação ilegal, segundo parecer da assessoria jurídica do SINDIUVA]". (Sinduece, [Sinduece informa], n1, 2011, p.2- grifo próprio).

No tocante à carência de professores e lutas na URCA, no período entre as greves de 2008 e 2013, ressaltamos:

> A luta por concurso para professor efetivo na Urca continuou tendo em vista a criação de novos cursos e o número crescente de professores que se aposentarão ou faleciam de 2008 a 2010 o SINDURCA continuou a reivindicação junto ao governo do estado solicitando audiências e perseguindo o governador. Dessa luta resultou o concurso para professor efetivo realizado em 2010, apesar do concurso ainda estávamos com o quadro de professores longe das necessidades especialmente, quando consideramos a situação precária vivida pelas unidades descentralizadas de Iguatu Campos Sales e Missão Velha. (Sindurca, s/a, p.25-26).

SINDURCA lançou uma campanha "Em defesa da URCA: quem dera ser um peixe", que questionava as prioridades do governo Cid Gomes ao investir no Aquário, em detrimento das universidades estaduais.

Figura 13: Campanha URCA

Fonte: Jornal Palavra de Ordem (2012)

Retomando a campanha Pra UECE Não parar, Efetivo Já, foram realizados importantes atos e audiências na capital cearense.

> Durante essa campanha foram realizados alguns importantes atos na capital cearense: 8 de abril de 2011 - caminhada Palácio; 30 de maio de 2011 - ato na assembleia legislativa; 15 de junho de 2011 - ato na reitoria da UECE; 06 de julho de 2011 - audiência pública na Assembleia Legislativa; 20 de junho de 2012 - ato na SECITECE e Avenida Treze de Maio; 27 de setembro de 2012 - ato na SECOPA - Castelão; 08 de novembro de 2012 - a academia vai ao palácio. (Alves, 2018, p.144-145).

Alves (2018) ressalta que essas mobilizações culminaram na realização de concurso para professores efetivos no ano de 2012, que propiciou a entrada de novos docentes na UECE, mas que ainda cobriu uma demanda pequena diante da vacância existente, que girava em 2012, em torno de 300 professores. Além disso, proporcionou uma reunião com o governador ocorrida em 14 de novembro de 2012, na qual expôs que não faria novo concurso.

> O governador centrou a fala na ideia de que a responsabilidade pela educação superior é do governo federal e que, por isto mesmo, seu governo não autorizaria a contratação de professores para preencher vagas causadas por aposentadorias e por ajustes curriculares. Tampouco dispôs-se a atender reivindicações relativas ao financiamento de obras de infraestrutura. Quanto à tramitação dos instrumentos legais que regulamentam o PCCV, afirmou que autorizaria aqueles que não implicassem em impacto orçamentário. (Sinduece, governo não dialoga e nega todas as reivindicações: greve geral, interior e capital!, 2013, p.2).

Esta campanha, além de propiciar a realização de concurso para pouco mais de 70 vagas, também reacendeu o espírito de luta coletiva e gerou o clima necessário para a retomada dos movimentos coletivos, conforme já mencionamos.

Exposta essa conjuntura adversa (com quadro de professores efetivos reduzido, em função da opção do governo pela contratação de professores temporários e sucateamento das unidades do interior e capital) e de abandono por parte do governo estadual, que se recusava novamente a conversar com as universidades, não sobrou outra alternativa à comunidade acadêmica do que radicalizar o movimento com uma nova greve.

Em 17 de setembro de 2013, estudantes da Faculdade de Educação de Itapipoca (FACEDI) ocuparam o prédio que foi cedido pelo governo do estado para o Instituto Federal de Educação do Ceará (IFCE). Ironicamente, o governo doava um prédio ao IFCE e deixava a FACEDI sucateada. Iniciava-se, assim, mais um movimento pelo interior. Seguindo o caminho da FACEDI, em 22 de outubro de

2013, foi deflagrado estado de greve dos docentes da UECE. Na noite deste mesmo dia, os estudantes da UECE em assembleia decretaram greve estudantil.

Em consonância com a decisão dos estudantes, os docentes decretaram greve em 29 de outubro, por ampla maioria dos votos dos professores presentes, com 155 votos favoráveis à greve.

> Depois de 4 anos de seguidas "rodas de conversa" com a SECITECE e muitas manifestações que resultaram numa reunião com o governador Cid Gomes em novembro de 2012, as conversações não resultaram em qualquer providência concreta, razão porque os professores resolveram deflagrar greve geral (interior e capital) a partir de 29 de outubro de 2013 e realizar ampla campanha junto a sociedade cearense em defesa de condições dignas de trabalho e da universidade pública de qualidade. (Sinduece, governo não dialoga e nega todas as reivindicações: greve geral, interior e capital!, 2013, p.2).

A lista de demandas enviada ao governo estadual incluía os seguintes pontos: a regulamentação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV), a realização de concursos para professores e servidores, a equiparação salarial entre funcionários substitutos e efetivos, políticas de assistência estudantil, melhorias na infraestrutura dos *campi*, investimentos em pesquisa e o aumento salarial para os docentes. Além disso, havia questões pendentes a serem discutidas com a reitoria da UECE, como a busca por maior autonomia e democracia na universidade, a realização de uma Estatuinte democrática e autônoma, e a implementação de um plano de atividades docentes (PAD). Era a primeira vez que todos os segmentos que formam a comunidade acadêmica encontravam-se em processo de greve.

> A greve das estaduais cearenses se aproxima do primeiro mês. Pela primeira vez, os três segmentos, servidores técnico-administrativos, estudantes e professores encetam uma luta em comum. A expressiva adesão da comunidade universitária ao movimento reflete a gravíssima situação em que estas instituições se encontram. Queda no financiamento de 2012 para 2013, carência de 800 professores, virtual extinção da carreira dos servidores técnico-administrativos, para a qual jamais se fez concurso (sendo que a UECE, por exemplo, chegou ao teto da própria terceirização), condições físicas impraticáveis, como no caso de Itapipoca, Tauá e Crateús, assistência estudantil praticamente inexistente: tal é o cenário que enfrentamos em nossa atividade acadêmica. Esta situação resulta de uma política deliberada do Governo Cid Gomes que confessadamente considera que a existência das universidades estaduais constituem um erro. Como diz o próprio Governador, trata-se de aplicar uma política de contingenciamento e redução dos serviços universitários que, como tal, implicaria, também nas palavras de Cid Gomes, a proibição da expansão de nossas universidades. (Sinduece; Sindurca; Sindiuva; Sinsesc, [palavra de ordem 3], 2013, p.2).

Acerca da adesão histórica dos servidores técnico-administrativo no movimento paredista, no dia 29 de outubro, ressaltamos as suas motivações.

> A adesão histórica dos servidores técnico-administrativos à greve da educação superior em curso no Ceará traz à tona o drama da categoria que se encontra em franco processo de extinção. Com Plano de Cargos, Carreiras e Salários prestes a completar vinte anos e sem previsão de realização de concurso público, suas reivindicações evidenciam descaso em relação a este setor essencial à existência de cada campus e denunciam os abusivos gastos do governo do Estado com terceirizações [...] **O quadro de servidores técnico-administrativos nas três universidades estaduais é, atualmente, de 625 efetivos e 887 terceirizados, responsáveis por atender a uma demanda gerada por mais de 45 mil estudantes**. Esse quantitativo chama a atenção tanto pelo pequeno contingente de efetivos que, até 2015, tende a diminuir em 25% por conta das aposentadorias já previstas, como também pelo fato de estar muito distante dos, pelo menos, 2.500 trabalhadores necessários para o desempenho das tarefas. (Sinduece; Sindurca; Sindiuva; Sinsesc, [palavra de ordem 3], 2013, p.6- grifo próprio).

No entanto, os servidores da UVA optaram pela não adesão ao movimento. Tal fato, pode ser aferido na notícia.

> Os funcionários da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), em Sobral, não aderiram ao movimento grevista encetado no final de outubro pelos servidores da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Universidade Regional do Cariri (URCA). A decisão foi tomada na Assembleia Extraordinária realizada pelo Sindicato dos Servidores Técnico-Administrativos do Ensino Superior Oficial do Estado do Ceará (SINSESC)-Regional UVA, na manhã de segunda-feira, 25, no Auditório Central, campus Betânia. A decisão pela não deflagração da greve na UVA foi definida por 27 votos contra, 21 a favor e duas abstenções. (Uva [site], 2013, n.p).

A não adesão dos funcionários da UVA, reflete muito o caráter daquela instituição de subserviência aos governos cearenses. Em determinados períodos da história, este viés da universidade foi bastante visível, como nas greves anteriores em que os gestores ameaçavam grevistas para acabar com o movimento paredista, ressaltando que a UVA, em especial, tinha forte ligação com Cid Gomes, seu berço político.

Sobre a adesão do movimento docente da UVA à greve das três estaduais, iniciado dia 7 de novembro, podemos ressaltar.

> Deflagrada em assembleia realizada no dia 7 de novembro, a greve dos professores da UVA foi motivada pela carência de 185 professores, falta de democracia interna, privatização da universidade e péssimas condições de ensino. “Os reagentes químicos e insumos para laboratórios estão sendo adquiridos com recursos de projetos dos professores ou por meio de cotização. O governo cortou verbas de custeio, causando a demissão de motoristas terceirizados e prejudicando as aulas de campo da Geografia e a coleta de materiais para pesquisas na área da química; a zootecnia ficou sem dinheiro para comprar ração para animais” declarou a presidente do Sindicatos dos Docentes (SINDIUVA), professora Sílvia Monteiro. (Sinduece; Sindurca; Sindiuva; Sinsesc, [palavra de ordem 3], 2013, p.3).

No tocante a entrada da URCA na greve, destacamos o informe do jornal Palavra de Ordem sobre o processo de decretação do movimento paredista, consolidando, assim, a adesão das três universidades.

> No dia 11 de novembro foi a vez dos professores da URCA aderirem à greve das estaduais. A diretora do Sindicato dos Docentes da URCA (SINDURCA), professora Cláudia Rejane, explica que "nos últimos 5 anos, o alunado da URCA triplicou e houve abertura de novos cursos, mas não houve construção de salas de aula nem se realizou concurso para suprir todas as vagas de professor", resultando numa carência de 309 vagas que ou estão em aberto ou são preenchidas com professores substitutos e temporários. (Sinduece; Sindurca; Sindiuva; Sinsesc, [palavra de ordem 3], 2013, p.3).

A pauta unificada de todos os segmentos em greve foi encaminhada ao governador. Para exemplificar a quantidade de demandas e problemas existentes nas estaduais, resolvemos expor por completo a pauta da greve.

Figura 14: pauta unificada parte 1 a 6

GREVE UNIFICADA DE PROFESSORES, SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS E ESTUDANTES DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS CEARENSES (UECE, URCA e UVA)

APRESENTAÇÃO DA PAUTA DE REIVINDICAÇÕES CONSOANTE COM OS PONTOS ACERTADOS NA CARTA-COMPROMISSO ASSINADA PELA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ

1º) REGULAMENTAÇÃO DO PCCV DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES ESTADUAIS DE ENSINO SUPERIOR.

As minutas de lei e decretos que regulamentam o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos (PCCV) dos docentes foram produzidas no âmbito da SECITECE com a participação dos sindicatos de professores, administrações superiores das três universidades e procuradoria Geral do Estado (PGE) encontrando-se prontos para tramitar e serem publicadas desde março de 2012. São elas: I) Mudança de Regime de Trabalho de 20 para 40 horas semanais ou vice-versa; II) Gratificação por Dedicação Exclusiva (GDE); III) Afastamento para pós-graduação e pós-doutorado; IV) Ascensão para o cargo de "professor associado".

Pauta emergencial:

a) Tramitação imediata dos quatro projetos de lei e decretos de regulamentação do PCCV produzidos em consenso pelos professores, administrações universitárias, SECITECE e PGE.
b) Imediata retomada da discussão da minuta sobre Gratificação por periculosidade e insalubridade em grupo de trabalho formado por representantes docentes, das administrações universitárias, SECITECE e PGE.

2º) CONCURSO PARA PROFESSOR E SERVIDOR

A carência de professores das três universidades está assim distribuída: UECE – 295 vagas; UVA - 185 vagas; URCA – 309 vagas (142 Campus Crajubar e 167 nas Unidades Descentralizadas), totalizando 789 vagas. Ressalta-se que existem professores classificados em concursos anteriores ainda em vigência, aguardando convocação pelo estado. O caso dos servidores é mais grave pelo fato de haver apenas 625 servidores efetivos e 887 terceirizados nas três universidades. Ressalta-se que os efetivos foram alocados nas instituições universitárias sem a devida criação dos cargos, o que complica mais a situação. É, pois emergencial o encaminhamento de lei criando o quadro de servidores técnico-administrativo de cada instituição universitária na quantidade a ser informada pelas administrações universitárias e realização de concurso para suprir tais vagas.

Pauta emergencial dos professores:

a) Imediata realização de concurso para suprir vagas emergenciais causadas por aposentadorias e expansão de cursos num quantitativo a ser estabelecido em negociação direta dos segmentos em greve com as administrações superiores das universidades e o governo;
b) Convocação dos aprovados em concurso ainda em vigência para suprir as vagas emergenciais.
c) Estabelecimento de calendário de certames para cobrir toda a carência de professores nas universidades estaduais.

Pauta emergencial dos servidores técnico-administrativos:

d) Criação e tramitação de projeto de lei instituindo o quadro de servidores técnico-administrativos de cada universidade;
e) Realização de concurso para suprir as vagas emergenciais de servidores técnico-administrativos em quantidade a ser estabelecida por negociação direta entre as categorias em greve, as administrações superiores das universidades e o governo;

Regional NE I Do ANDES-SN, Sinduece, Sindurca, Sindiuva, Sinsesc e Movmento Estudantil

f) Estabelecimento de calendário de certames para preenchimento de todas as carências de servidores técnico-administrativos nas três universidades estaduais.

3º) CESSÃO IMEDIATA DO PRÉDIO DA FATEC À FACEDI

A Faculdade de Educação de Itapipoca tem trinta anos de existência e oferece apenas três cursos de licenciatura, deixando em descoberto grande parte dos cinco mil egressos do ensino médio dos dezenove municípios da região. Há três anos, iniciou-se a construção do prédio *multicampi* que abrigaria a Faculdade Tecnológica (FATEC) e a Faculdade de Educação de Itapipoca (FACEDI) com investimento orçado em 15 milhões de reais dos quais já foram gastos 11,7 milhões. Estando o prédio quase pronto, o governo anunciou a cessão do mesmo para a instalação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), deixando a FACEDI no prejuízo. O que se exige como pauta emergencial é a incorporação do prédio à FACEDI, com a garantia da conclusão da obra e compra de equipamentos e instalações necessárias ao bom funcionamento.

Pauta emergencial:

a) Conclusão da obra e cessão do prédio da FATEC para a FACEDI em Itapipoca.

4º) REESTRUTURAÇÃO DAS TABELAS SALARIAIS E RETOMAR O PLANO DE CARGOS E CARREIRAS DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

O encerramento da negociação pelo governo, no ano de 2007, do Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS) dos servidores implicou em grande prejuízos financeiros ao manter a tabela salarial rebaixada ao ponto de hoje 16 níveis da carreira encontrarem-se com rendimentos abaixo do salário mínimo e impedir a devida gratificação por titulação aos funcionários que se formam em nível de graduação e pós-graduação. A correção desses problemas depende do atendimento da reivindicação abaixo descrita em regime de urgência.

Pauta emergencial:

a) Adoção de Projeto de Lei (PL) proposto em anexo para reestruturação da tabela vencimental dos servidores técnico-administrativos, com ampliação da carga-horária da categoria de 30 para 40 horas semanais, gratificação de titulação e gratificação de desempenho;

b) Retomada da negociação em torno da elaboração e implantação de novo Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos servidores.

4.1) REAJUSTE SALARIAL ACIMA DA INFLAÇÃO

Pauta comum dos servidores públicos estaduais, consideramos emergencial o reajuste salarial acima da inflação de modo a recuperar o poder de compra dos salários.

4.2) EQUIPARAÇÃO SALARIAL ENTRE PROFESSORES SUBSTITUTOS E EFETIVOS.

Hoje, o quadro de professores substitutos e/ou temporários nas três universidades é de 644 docentes, sendo 247 na URCA, 289 na UECE e 108 na UVA. Esses profissionais são contratados para a mesma carga horária dos efetivos com salários que correspondem a menos de 50% do que é percebido pelos últimos.

Pauta emergencial:

a) Correção das tabelas salariais dos professores substitutos/temporários equiparando-a à soma dos seguintes itens dos vencimentos dos professores efetivos no primeiro interstício de cada classe: vencimento base + gratificação de incentivo profissional (titulação) + gratificação de efetiva regência.

5º) POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

As universidades estaduais atendem a cerca de 45 mil estudantes nos níveis de graduação e pós-graduação com raízes em todas as microrregiões do Estado, sendo, hoje, importante patrimônio para o desenvolvimento econômico, social e cultural da sociedade cearense. Dada sua magnitude e relevância social, as universidades merecem se beneficiar de uma forte política de assistência estudantil, pois este elemento é um potente diferencial positivo da formação da juventude universitária. Abaixo apresentamos aspectos diagnósticos da real situação e apresentamos reivindicações.

5.1) Política de bolsas: A ampliação das bolsas de iniciação científica, de monitoria acadêmica e de extensão faz-se imperativa tendo em vista que o número de bolsas com recursos do estado é ínfimo. Esse dado pode ser visualizado nos dados apresentados no quadro abaixo que mostra a quantidade de alunos da graduação presencial e o número de bolsas existentes nas três instituições em 2012.

Descrição da bolsa	UECE	URCA	UVA
Bolsa ICT/Funcap	180	40	40
Bolsa BPI/Funcap	----	17	17
Bolsa Iniciação Científica/Artística com recurso próprio	178	89	13 PIC/PBU/UVA
Bolsa de Extensão	90	63	----
Bolsa de Monitoria Acadêmica	250	29	37 PIBID/PBU/UVA
TOTAL DE BOLSAS COM RECURSOS DO ESTADO	**698**	**238**	**107**
TOTAL DE ALUNOS NA GRADUAÇÃO	**17.837**	**9.360**	**10.388**
RELAÇÃO BOLSAS NÚMERO DE ALUNOS (%)	**3,91%**	**2,54%**	**1,03%**

Pauta emergencial:

a) Majoração do número de bolsas com recursos do Estado para o semestre 2014.1 de modo que alcance pelo menos 5% do alunado de graduação em cada instituição universitária;

b) Transformação das "bolsas de trabalho" do tipo PBU na UVA e PRAE na UECE em bolsas de iniciação científica/artística, de monitoria acadêmica e de extensão;

c) Equiparação do valor de todas as bolsas ao valor da bolsa da Iniciação Científica do CNPq hoje de R$ 400,00 (quatrocentos reais) mensais.

d) Destinação de 40% das vagas em todos os editais da FUNCAP para as universidades estaduais, a exemplo da política de cotas praticadas pelo CNPq;

e) Abertura de editais da FUNCAP exclusivos para as universidades estaduais;

f) Fim de todas as cláusulas de exceção estabelecidas pela FUNCAP quanto ao perfil e escolha de estudantes bolsistas.

Pauta mediata:

a) Estabelecimento de calendário para aumento progressivo do número de bolsas das universidades estaduais com o fim de atingir pelo menos 10% dos alunos de graduação até 2015.

5.2) Restaurantes, Residências e Bibliotecas Universitárias. Os estudantes ressentem-se da ausência de Residências, Restaurantes e Bibliotecas de qualidade. A UECE conta com apenas um restaurante em funcionamento no campus do Itaperi e outro em construção na Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM) em Limoeiro do Norte, ficando os outros sete *campi* sem o serviço. Existe outro restaurante em funcionamento no campus do Pimenta da URCA, na cidade do Crato. Já a UVA não conta com restaurante universitário. Quanto à residência universitária, apenas a Faculdade de Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC), unidade da UECE em Quixadá, e a URCA na cidade do Crato possuem equipamentos funcionando de forma muito precária. Os *campi* interioranos da UECE e as unidades descentralizadas da URCA em Campos Sales, Iguatu e Missão Velha não contam com prédios e instalações adequadas para o funcionamento das bibliotecas. Todas as universidades, independente do campus e mesmo tendo prédio e instalações adequadas como é o caso da biblioteca central do campus do Itaperi (UECE), sofrem com a ausência de política de reposição do acervo bibliográfico.

Pauta emergencial:

a) Construção imediata do prédio do Restaurante da UVA com capacidade para 1.200 (hum mil e duzentas) refeições/dia, abrangendo os *campi* Cidao, CCH, Betânia e CCS na cidade de Sobral;
b) Ampliação do restaurante do campus do Pimenta com a construção de refeitórios nos *campi* Crajubar, São Miguel e Pirajá;
c) Conclusão do prédio e instalações do restaurante universitário da FAFIDAM em Limoeiro do Norte;
d) Imediata reforma e qualificação da residência universitária da FECLESC;
e) Entrega imediata da residência universitária da URCA;
f) Construção de uma residência universitária na UVA com capacidade para 300 estudantes;
g) Destinação de verba específica para a renovação do acervo bibliográfico de todas as bibliotecas das três universidades em consonância com consulta feita ao corpo docente e técnico-administrativo no semestre 2014.1.

Estabelecimento de calendário para construção e entrega dos seguintes equipamentos:

h) Construção de restaurantes universitários na UECE: campus de Fátima, FACEDI (Itapipoca, com a cessão do prédio da FATEC esse problema será resolvido), FAEC (Crateús, o prédio em construção deve incluir o R.U.), SECITEC (Tauá, o prédio do campus deve incluir o R.U.); FECLI (Iguatu, o prédio *multicampi* deve ser concluído em regime de urgência e deve conter estrutura para R.U.), FECLESC (Quixadá).
i) Construção de uma residência universitária da UECE, na capital e nos campi interioranos de Itapipoca, Tauá, Limoeiro do Norte, Quixadá, Iguatu e Crateús.
j) Construção e/ou reparos dos prédios e instalações das bibliotecas em todos os campi da UECE, URCA e UVA

5.3) Ônibus para atividades culturais, de ensino, pesquisa e extensão. A necessidade de ônibus para transporte de estudantes, alunos e servidores é premente para a realização do ensino, da pesquisa, da extensão e das diversas atividades culturais da universidade.

Pauta emergencial:

a) Aquisição e entrega de cinco ônibus adequados ao transporte de pessoas em viagens de longa distância, sendo três para a UECE, um para a URCA e um para a UVA.

6º) PLANO DE MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA DAS UNIVERSIDADES

Todos os campi da UECE, URCA e UVA carecem de reparos e conservação e em alguns casos é imprescindível a ampliação dos prédios e instalações. Há obras já iniciadas que vem sofrendo interrupções em seu andamento e outras que já contam com verbas ou parte dos recursos assegurados para sua construção.

Pauta emergencial:

a) Projeto BIOFAR na Universidade Vale do Acaraú: Trata-se de projeto estruturante aprovado e financiado com verbas da FINEP com a finalidade de 'produzir fármacos' a partir da caracterização, seleção e isolamento de plantas do semi-árido. A FUNCAP é o órgão responsável pela implementação/fiscalização e a UVA é o ente executor em parceria com a UECE e a URCA na condição de co-executoras. Ressalta-se que já foram adquiridos vários equipamentos com verbas de aproximadamente R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) que se encontram encaixotados nas salas de coordenação dos cursos de Matemática e Física da UVA. Do que necessita: I) Construção do prédio, instalação de equipamentos dos laboratórios de Química/Física/Matemática e multidisciplinar; II) Liberação dos projetos complementares que se encontram emperrados no DER (hidráulica, elétrica) já pagos pela UVA.

b) Finalização da obra e entrega do campus multi-institucional da FECLI/FATEC na cidade de Iguatu;

c) Integração do Parque Pedro Felício Cavalcante (EXPOCRATO) e do SESI Crato a Fundação Universidade Regional do Cariri para possibilitar a ampliação da mesma;

d) Reforma e ampliação do campus Pirajá do Centro de Artes da Universidade Regional do Cariri (URCA);

e) Reforma e ampliação do prédio e instalações da Faculdade de Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC) na cidade de Quixadá.

f) Adequação da estrutura de todos os campi universitários da UECE, URCA e UVA às normas e condições de acessibilidade a pessoas com deficiência;

Estabelecimento de calendário para execução das seguintes obras:

g) Construção da estrutura para o adequado funcionamento do curso de educação física na Universidade Regional do Cariri;

h) Construção dos prédios da FAEC (Crateús) e CECITEC (Tauá) que já dispõem de parte dos recursos garantidos pelo tesouro estadual e federal;

i) Construção de salas para funcionamento de grupos de pesquisa e gabinetes para professor nos *campi* das três universidades.

GREVE UNIFICADA DE PROFESSORES, SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS E ESTUDANTES DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS CEARENSES (UECE, URCA e UVA)

7º) PROJETO DE LEI QUE GARANTA A AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA, ASSEGURANDO O FINANCIAMENTO PÚBLICO DAS INSTITUIÇÕES

O financiamento das universidades estaduais deve ser garantido por meio da vinculação de verbas da arrecadação do Estado, coisa já aludida no Art. 224 da Constituição Estadual. A gestão universitária, por seu turno, deve se embasar na mais ampla e irrestrita democracia interna com base na participação dos três segmentos.

Pauta emergencial:

Instituição de um Grupo de Trabalho (GT) com a participação de representantes do movimento docente, discente e técnico-administrativo, das reitorias, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Superior (SECITECE), Secretaria de Planejamento (SEPLAG) e Assembleia Legislativa para a elaboração de projeto de lei que regulamente o financiamento e autonomia das universidades estaduais.

Fonte: Movimento docente unificado (2013)

Inferimos, pela extensão da pauta, o tamanho do problema que a educação superior cearense enfrentava, faltava tudo no contexto daquelas universidades, desde o básico como ter professor, a questões estruturais relativas à sala de aula, bibliotecas, restaurantes e uma política real de assistência estudantil.

O governador Cid Gomes, mantinha sua postura de não negociar com grevistas e ignorava a categoria. Foram utilizadas várias estratégias para sensibilizar o governo e a sociedade: publicação de notas em jornais, a realização de atos. Um desses atos, ocorreu em 06 de novembro de 2013, o governador usou todo o seu aparato policial para reprimir, violentamente, o ato que se dirigia ao Palácio da Abolição. Essa resposta violenta por parte das autoridades revela uma falta de disposição para o diálogo e a negociação.

Figura 15: Violência policial no ato 06 de novembro

Fonte: Sinduece (2013)

Este lamentável episódio de truculência do governo Cid Gomes, marcou a greve de 2013, ao evidenciar a recusa total ao diálogo, sendo necessário buscar radicalizar o movimento. A forma encontrada para pressionar o governo, foi realizar uma nova ocupação[137] da ALECE, tal como fora feito em 2007.

> Estamos, nesse momento, ocupando o saguão da Assembleia Legislativa. Esta iniciativa começou por ocasião da Sessão Solene em homenagem ao Dia do Servidor Público, ontem, dia 27/11, a qual comparecemos com o propósito de obter resposta à solicitação feita ao Líder do Governo no Parlamento para intermediar um encontro entre o Comando de Greve, as Reitorias e o Governador Cid Gomes para abrir negociação da pauta de demandas das universidades, a começar pelos itens mais emergenciais. (Comando de greve, carta, 2013, n.p).

Figura 16: Anúncio da Ocupação da ALECE

Fonte: Sinduece (2013)

Foi uma ocupação longa, os grevistas permaneceram na Assembleia Legislativa por intensos 09 dias, resistindo às pressões dos policiais presentes no espaço da ALECE. Os ocupantes relatavam que durante a noite, os policiais batiam em seus escudos com o intuito de intimidá-los.

> A ocupação se mostrou uma escolha acertada e vitoriosa, as pautas da greve das universidades estaduais conseguiram destaque importante em todos os meios de comunicação de massa, possibilitando denunciar o descaso do governo para com a educação pública de nível superior. Também conseguimos o estreitamento das relações com sindicatos e movimentos sociais. Formamos ainda, durante a ocupação, uma comissão de figuras públicas notáveis, com a presença de diversos parlamentares e figuras do cenário cultural e religioso do Estado, para mais uma tentativa de negociação com o governador Cid Gomes, já que o mesmo não atende aos estudantes, professorxs e servidorxs. Arrancamos da Assembleia uma audiência pública que há meses nos era negada para debatermos a

[137] Ver mais sobre esta ocupação no documentário Amar e mudar as coisas: Sinduece 15 anos de luta

> condição das universidades estaduais, que contou com a presença de diversas representações das três universidades e que teve como encaminhamentos: 1 - o comprometimento da mesa diretora de se dirigir ao governador Cid Gomes solicitando a abertura de negociação com o movimento grevista; 2 - apresentação, por parte dos deputados presentes ao evento, de emenda coletiva à lei orçamentária anual prevendo verbas para cobrir gastos da implantação de itens da pauta de reivindicações; 3 - constituição de uma frente parlamentar em defesa das universidades estaduais. (Comando de greve, por que desocupamos a assembleia legislativa?, 2013,n.p).

Na tentativa de conseguir abertura de mesa de negociação, foi elaborado um manifesto com a adesão e apoio de intelectuais, movimentos sociais e sindicalistas, conclamando ao governador Cid Gomes, que atendesse os professores, estudantes e servidores das estaduais cearenses.

Figura 17: Carta publicada nos jornais do estado

GOVERNADOR CID GOMES,
NEGOCIE COM O MOVIMENTO GREVISTA DAS UNIVERSIDADES
ESTADUAIS DO CEARÁ (UECE, UVA e URCA)

Nós, signatários deste apelo, nos dirigimos ao Governador Cid Gomes no sentido de negociar, imediatamente, com as entidades representativas dos professores, servidores técnico-administrativos, estudantes e administrações superiores das universidades estaduais cearenses.
Esta reivindicação não deveria ser objeto de polêmica, posto que, na democracia, cabe naturalmente ao governante negociar em face dos conflitos sociais. Ademais, as dificuldades por que passam as universidades são de todos conhecidas e merecem a imediata atenção do Governo.
Nós apoiamos esta solicitação e juntamos nossa voz à dos professores, servidores técnico-administrativos e estudantes, certos de que o Governador Cid Gomes não se negará a este gesto democrático.

Assinam:
Leonardo Boff (Teólogo e Filósofo) / **Dermeval Saviani** (UNICAMP) / **José Paulo Neto** (UFRJ) / **Michael Löwy** (Université de Paris III) / **Benedict Anderson** (Cornell University/American Academy of Science and Art) / **Iraê Baptista Lundim** (Instituto Superior de Relações Internacionais de Moçambique) / **Ronald H. Chilcote** (University of California) / **Lucio Oliver Costilla** (UNAM – México) / **Esther Vivas** (CEMS - Universidade Pompeu Fabra / Universidade Autónoma de Barcelona – Espanha) / **Gaudêncio Frigotto** (UFRJ) / **Marinalva Silva** (Presidente do ANDES – SN / UFRR) / **Otávio Guilherme Velho** (UFRJ/Museu Nacional) / **Osvaldo Coggiola** (USP) / **Roberto Leher** (UFRJ) / **Armando Boito Júnior** (UNICAMP) / **Clayton Mendonça Cunha Filho** (OPSA/IESP-UERJ) / **Roberto Amaral** (CEBELA) / **João dos Reis da Silva Júnior** (UFSCAR) / **Giovanni Semeraro** (UFF) / **Mauro Iasi** (UFRJ) / **Celso Frederico** (USP) / **Giovani Alves** (UNESP) / **César Minto** (USP) / **Celi Tafarel** (UFBA) / **Ruy Braga** (USP) / **Valério Arcary** (IFSP) / **Álvaro Bianchi** (UNICAMP) / **Marcelo Badaró** (UFF) / **Sérgio Lessa** (UFAL) / **Ivo Tonet** (UFAL) / **Francisco Pereira Costa** (UFAC) / **Jorge Souto Maior** (USP) / **Marcos Del Roio** (UNESP) / **Jair Pinheiro** (UNESP) / **Paulo Eduardo Teixeira** (UNESP) / **Fátima Marro** (UFF) / **Sâmia Rodrigues** (UFRN / CEFESS) / **Regina Ávila** (UFRN / ABEPSS) / **Kátia Lima** (UFF) / **Ary Cesar Minella** (UFSC) / **João Roberto Martins Filho** (UFSCar) / **Paulo Ribeiro da Cunha** (UNESP) / **José Benevides Queiroz** (UFMA) / **Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes** (UFC) / **Linda Maria de Pontes Gondim** (UFC) / **Mariana Mont'Alverne Barreto Lima** (UFC) / **Helena Selma Azevedo** (UFC) / **Bruno Okoudowa** (UNILAB) / **José Berto Neto** (UNILAB) / **Carlos Roberto Cruz Ubirajara** (UPE) / **Ana Maria Lopes Roland** (IPHAN) / **Maria Luisa Mendonça** (REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS) / **Maria Zefisa Nogueira Soares Menezes** (socióloga) / **Diego Gadelha** (IFCE/Sindsifce) / **José Galba de Meneses Gomes** (UNIFOR) / **Antônio Pereira de Souza Neto** (FUNAI) / **Tiago Italo da Cruz Chaves** (Produtor Cultural).

Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES – SN) / Central Única dos Trabalhadores (CUT Ceará) / CSP Conlutas – Ceará / Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) / Sindicato APEOC / Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação (SINDIUTE) / Fórum Unificado das Associações e Sindicatos de Trabalhadores no Serviço Público Estadual do Ceará (FUASPEC) / Associação dos Docentes da UFC (ADUFC) / Sindicato dos Servidores do Instituto Federal do Ceará (SINDSIFCE) / MOVA-SE (Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual do Ceará) / Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (AFBNB) / Associação dos Juízes pela Democracia no Brasil / Rede Nacional dos Advogados Populares (RENAP – Ceará) / Cáritas Diocesana / Conselho Regional de Serviço Social (CRESS – Ceará) / Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) / Central dos Movimentos Populares (CMP – Ceará) / Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil da Região Metropolitana de Fortaleza (STICCRMF) / Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Estado do Ceará (SINTRO/CE).

Fonte: Sinduece (2013)

Sobre a greve dos servidores técnico-administrativos, ressaltamos que a mesma foi encerrada em dezembro de 2013, durante audiência entre secretário da SECITECE e governador, após um estudo à Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG) sobre a repercussão financeira das reivindicações dos mesmos.

Foram distribuídas nas praias e aeroportos uma nota trilíngue expondo aos turistas a situação das universidades estaduais cearenses. Ação inovadora e que chamou a atenção dos turistas para a realidade da educação cearense.

Figura 18: Nota trilíngue

Fonte: Sinduece (2014)

Foi realizado ainda, um ato na praia de Iracema, no dia 11 de janeiro de 2014, intitulado caminhada do silêncio. Como o próprio nome mencionava, era um protesto silencioso.

Figura 19: Caminhada do silêncio

Fonte: Sinduece (2014)

Finalmente, após todas essas iniciativas e formas de pressão, o governador recebeu o movimento paredista em janeiro de 2014. A reunião resultou na suspensão da greve no dia 15 de janeiro nas Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) e Universidade Regional do Cariri (URCA) e no dia 16, foi a vez da Universidade Estadual do Ceará (UECE) decidir, também em assembleia, pela suspensão da paralisação.

Durante essa reunião, ocorreu a promessa do então governador Cid Gomes de realizar um seminário, para pautar as questões das universidades estaduais.

> Os seminários que irão tratar de assuntos relativos às universidades – como a identificação da demanda real no número de vagas para realização de concurso público, serão realizados nas três instituições a partir de fevereiro. A coordenação dos eventos estará sob a responsabilidade da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior (SECITECE). Os seminários foram agendados para os seguintes dias: 3 e 4 de fevereiro: UVA (evento em Sobral); 10 e 11 de fevereiro: URCA (evento no Crato) e 17 e 18 de fevereiro: UECE (evento em Fortaleza). (Uece, [site], jan/2014, n.p).

Com essa greve, o movimento conseguiu algumas conquistas importantes da pauta emergencial das três universidades como: a destinação de cerca de 10 milhões de reais à assistência estudantil para cada universidade; a reforma e ampliação do prédio da FACEDI; a regulamentação do PCCV; reposição salarial para os servidores técnico-administrativos e a realização de concurso para professores. (Alves, 2018).

> A assembleia de docentes da UECE que decidiu passar ao estado de greve, com vigilância e mobilização, se apoiou para esta decisão nos seguintes itens acordados com o Governador Cid Gomes em reunião no dia 13 de

> janeiro:1. Regulamentação do PCCV dos docentes: os decretos relativos à regulamentação serão publicados até 31 de janeiro, enquanto os projetos de lei serão enviados à Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (ALCE) até o dia 10 de fevereiro. 2. Assistência Estudantil: ficou reafirmado acréscimo de R$ 10 milhões para este setor em cada uma das universidades, disponíveis a partir de 27 de janeiro, com possibilidade de ampliação destes recursos em caso de nova captação de novos fundos pelo Estado; 3. Sobre Concurso para professor: ficou acertada a convocação de concurso para professor no semestre de 2014.1, com editais a serem lançados tão logo o número e a destinação das vagas sejam definidos em seminários a serem realizados nas três universidades. 4. Demandas da FACEDI-UECE em Itapipoca: ficou estabelecido que será realizada uma ampliação do prédio que triplicará a atual estrutura da FACEDI, prevista a climatização, bem como a ampliação imediata de um novo curso, aberta a possibilidade de outros conforme as conclusões dos citados seminários. (Sinduece- a greve, 2014, n.p).

É impressionante ver como a comunidade acadêmica perseverou diante de tantos desafios e adversidades durante esses meses de intensos embates com o governo local. A recusa ao diálogo e a forte repressão nos atos evidenciam a necessidade de persistência e união para defender a educação pública.

A resistência demonstrada pela comunidade acadêmica é inspiradora, reflete a crença de que apenas através da luta coletiva é possível alcançar melhorias significativas na universidade. Os exemplos das greves anteriores mostram que, quando os membros da comunidade se unem em torno de objetivos comuns, e estão dispostos a enfrentar desafios, é possível promover mudanças positivas e impactantes.

Tal como elaboramos nas outras greves, destacamos aqui as principais notícias da greve na mídia, na qual percebemos uma grande quantidade de matérias.

Quadro 23: Notícias mobilizações/ greve em 2013

TITULO	JORNAL	DATA
Faculdade de Educação de Itapipoca entra em greve	Blog da Fafidam	18/09/2013
Em protesto, estudantes ocupam reitoria da UECE	Diário do Nordeste	10/10/2013
Alunos e professores da Uece realizam assembleias amanhã	O Povo	21/10/2013
Professores da Uece aprovam estado de greve	O Povo	22/10/2013
Professores da UECE aprovam estado de greve em assembleia no Campus do Itaperi	Diário do Nordeste	22/10/2013
Estudantes da Uece deflagram greve geral	O Estado	23/10/2013
Estudantes da Uece deflagram greve geral	Ceará é notícia	23/10/2013
Professores da Uece deliberam greve nos campi do Interior e Capital 254 votos, de 300, foram favoráveis à greve	Verdes Mares	29/10/2013
Professores da Uece deflagram greve	O Povo	29/10/2013
Professores da Uece deliberam greve nos campi do Interior e Capital	Diário do Nordeste	29/10/2013
Professores da UECE iniciam greve	Cnews	29/10/2013
Professores da Uece entram em greve	Diário do Nordeste	30/10/2013

Por 155 votos a favor e 96 contra, docentes decretam greve	O Povo	30/10/2013
Professores da UECE deflagram greve geral	Blog da Folha	30/10/2013
Você é a favor da realização da greve dos professores da Uece?	O Povo	30/10/2013
Ciro Gomes rasga cartaz e discute com manifestante	O Povo	04/11/2013
CEARÁ – Confusão: “Ciro rasgou cartazes e trocou insultos com universitários da UECE e URCA	Sobral Agora	05/11/2013
Alunos e professores da Uece realizam manifestação	O Povo	06/11/2013
Professores e alunos da Uece fazem protesto na sede do governo do CE - notícias em Ceará	G1	06/11/2013
Reunião de governo com professores em greve no CE termina 'sem avanço'	G1	06/11/2013
Greve da UECE: Ciro Gomes chama alunos de babacas em manifestação	Blog Vida e Arte	06/11/2013
Polícia usa bombas para dispersar professores em protesto no Ceará	Folha de São Paulo	06/11/2013
Confronto entre professores e PMs para trânsito na Aldeota	O Povo	07/11/2013
Todas as universidades estaduais aderem à greve	O Povo	09/11/2013
Greve da UECE, URCA e UVA	Diário do Nordeste	11/11/2013
Em solenidade com governador, estudantes de universidades estaduais fazem manifestação	O Povo	12/11/2013
Cid Gomes rejeita negociações com universidades cearenses em greve	Fórum	12/11/2013
Estudantes vaiam Cid Gomes durante entrega de computadores	O Povo	13/11/2013
Alunos da Uece realizam manifestação na Av. 13 de Maio	Diário do Nordeste	14/11/2013
Paralisação nas universidades estaduais continua sem previsão de término	O Povo	14/11/2013
Professores rejeitam proposta e mantêm greve	O Povo	21/11/2013
Heitor pede que Governo atenda servidores da Uece em greve	ALCE	21/11/2013
Servidores de três universidades do CE mantêm greve que dura mais de um mês	UOL	21/11/2013
Grevistas da Uece protestam na Assembleia Legislativa	Tribuna do Ceará	27/11/2013
Manifestantes ocupam Assembleia Legislativa	O Povo	28/11/2013
Manifestantes continuam na Assembleia; Deputados criticam investimentos do Governo	O Povo	28/11/2013
Sem encontro com governador, ocupação continua	O Povo	29/11/2013
Estudantes e professores da Uece promovem novo ato para conseguir assembleia com Cid Gomes	Diário do Nordeste	29/11/2013
Manifestantes param trânsito	O Povo	30/11/2013
Comissão de "notáveis" vai tentar marcar reunião com Cid	O Povo	05/12/2013
Grevistas estão acampados no hall da AL há oito dias	O Povo	05/12/2013
Grevistas da Uece decidem deixar Assembleia após carta compromisso	G1	06/12/2013
Grevistas deixam a assembleia na tarde desta sexta, depois de nove dias de ocupação	O Povo	06/12/2013
Estudantes e professores desocupam hall da Assembleia	O Povo	07/12/2013
Grevistas das universidades estaduais divulgam nota pedindo negociação com Cid Gomes	O Povo	09/12/2013

Movimento grevista das universidades estaduais do Ceará organiza ato público	O Povo	11/12/2013
Grevistas da Uece protestam contra doação de prédio e ocupam sede do IFCE	Diário do Nordeste	12/12/2013
Grevistas das universidades estaduais se reuniram na Praça da Imprensa para cobrar resposta do governo	O Povo	12/12/2013
Estudantes bloqueiam avenida por 40 minutos	O Povo	13/12/2013
A greve da Uece	O Povo	14/12/2013
Grevistas das universidades estaduais realizam assembleias nesta quarta-feira	O Povo	18/12/2013
Em assembleia, professores da UECE mantêm greve	Politica.com	18/12/2013
Após assembleias, greve é mantida	O Povo	19/12/2013
Servidores técnicos das universidades estaduais retornam às atividades	O Povo	20/12/2013
Universidades anunciam retorno	O Povo	21/12/2013
Professores das universidades estaduais decidem pela continuidade da greve	O Povo	23/12/2013
Servidores das universidades do CE em greve criam 'pauta emergencial'	G1	06/01/2014
Grevistas da Uece protestam na avenida Dedé Brasil	O Povo	08/01/2014
Greve das universidades estaduais pode prejudicar recuperação de ano	O Povo	09/01/2014
Universidades estaduais: suspender a greve e destravar o diálogo	O Povo	10/01/2014
Sobre a greve das estaduais	O Povo	14/01/2014
Universidades estaduais podem encerrar greve na próxima sexta	O Povo	14/01/2014
Greve de professores da Uece é encerrada	Diário do Nordeste	16/01/2014

Fonte: Alves (2018, p.155-156)

A história da luta pela melhoria das condições na universidade é marcada por momentos difíceis, mas também, por conquistas importantes alcançadas através da determinação e unidade da comunidade acadêmica.

4.2.5 Greve de 2014: a "falta de palavra", ocasiona nova paralisação

A história das estaduais cearenses, conforme verificamos, é de muita luta, nada se conquista com tranquilidade, toda conquista vem ao custo de muita resistência e coragem para enfrentar o projeto governista de desmantelar as universidades estaduais.

Apesar dos acordos assinalados com o governador Cid Gomes, da realização dos seminários sobre as estaduais, algumas demandas da greve continuavam travadas, tais como: regulamentação de todas as leis do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV), a expansão da estrutura do *campus* da UECE em Itapipoca e a realização de concursos para professores efetivos, o movimento optou pelo retorno da greve na UECE em 17 de setembro de 2014.

O movimento grevista na universidade foi retomado para garantir que as conquistas advindas da greve de 2013, fossem de fato concretizadas em sua totalidade.

> O rompimento do acordo por parte do governador Cid Gomes afronta a democracia e representa grave ataque às Universidades Estaduais, que pode colocá-las à beira do colapso. É o caso, por exemplo, da existência de várias disciplinas sem professor em quase todos os cursos de graduação. Diante da atitude antidemocrática do governador, nós, professores e estudantes, resolvemos retornar à greve com dois objetivos: exigir de Cid Gomes o cumprimento integral do acordo e realizar ampla campanha nas ruas em defesa das Universidades Estaduais. (Sinduece- por que retomamos a greve nas universidades estaduais?, ,2014, n.p).

Seguindo o caminho da unidade na luta, as outras duas universidades cearenses, UVA (24 de setembro) e URCA, também retomaram o movimento paredista.

> Os professores da Universidade Estadual Vale do Acaraú (Uva) decidiram, em assembleia na noite da última quarta-feira, 24, aderir à greve das universidades estaduais. Paralisação começa na próxima terça-feira, 30, conforme informações do Sindicato dos Docentes da Uva (SindiUva). A principal reivindicação dos professores da UVA é, assim como os da Universidade Estadual do Ceará (Uece) e Universidade Regional do Cariri (Urca), a realização de concurso público. Um grupo de docentes está reunido para acertar o cronograma das próximas assembleias e ato públicos. [...] Helena disse que neste semestre 69 disciplinas estão sem professores, número que deve crescer após o fim do contrato de professores substitutos, que encerra em outubro. “O candidato do governador diz que vai levar uma universidade ao Norte, mas e as estaduais? O governo realmente esmaga as estaduais”, (Ceará em rede, 2014, p.1).

É interessante observar como as estratégias de atuação e negociação durante essa greve seguiram um padrão semelhante ao das greves anteriores. A realização de atos públicos, a divulgação da pauta na imprensa e as tentativas de agendar audiências com o governo, que são métodos tradicionais de expressão e pressão utilizados pelos grevistas para fazerem suas demandas serem ouvidas.

No entanto, é decepcionante constatar que, mais uma vez, o governo se recusou a dialogar e atender às reivindicações da categoria paralisada. Essa falta de receptividade ao diálogo por parte das autoridades, demonstra uma desconexão preocupante entre os representantes governamentais e os interesses e necessidades da comunidade acadêmica.

Figura 20: Ato unificado 2014

Fonte: Sinduece (2014)

A recusa do governador Cid em negociar e sua sugestão de que as pautas fossem tratadas com o governador eleito Camilo Santana, refletem uma falta de compromisso com a resolução dos problemas enfrentados pela comunidade acadêmica durante sua gestão. Essa situação ressalta a importância da continuidade da mobilização e da pressão sobre as autoridades, independentemente de mudanças de governo, para garantir que as demandas da comunidade acadêmica fossem atendidas.

No dia 14 de novembro de 2014, o governador eleito Camilo Santana, recebeu uma comissão de representantes do Comando de Greve Unificado das universidades estaduais cearenses em greve para tratar das demandas dos grevistas. (Alves, 2018).

> O Governador eleito Camilo Santana expôs que as propostas feitas durante sua campanha serão cumpridas tão logo seja empossado, especialmente no tocante a realização de concurso público para docentes e servidores técnico-administrativos das universidades estaduais cearenses, sempre se pautando pelo diálogo com a comunidade acadêmica. Comprometeu-se ademais com a realização de duas reuniões com os representantes do comando de greve no intuito de aprofundar o diálogo com a comunidade universitária das IEES cearenses: uma, na próxima semana com a Equipe de Transição do novo governo e outra, na primeira semana de janeiro de 2015 quando será empossado Governador. (Sinduece-informe, 2014b, p.1).

Na ocasião, os representantes do movimento entregaram ao futuro governador, um termo de compromisso com as estaduais, documento ao qual ele destacou que cumpriria com as propostas presentes no referido texto.

Figura 21: Carta Compromisso Camilo

CARTA-COMPROMISSO COM AS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO CEARÁ

As universidades estaduais do Ceará - UECE, URCA e UVA - são instituições públicas, gratuitas, patrimônios científicos, acadêmicos e culturais da sociedade cearense. É responsabilidade e competência do Estado, com participação da União, garantir o financiamento público dessas instituições nos termos das Constituições Federal e do Estado do Ceará.

As universidades contribuem para a formação humana e profissional, geração de conhecimento e inovação tecnológica, constituindo-se numa base imprescindível para o desenvolvimento econômico e social. Nos últimos anos, muitos investimentos foram realizados em diversas áreas das universidades estaduais; por outro lado, há ainda desafios a serem vencidos. Portanto, reconhecendo o caráter essencial das universidades estaduais para a construção de políticas públicas que enfrentem a desigualdade social, os desequilíbrios regionais, as questões ambientais assumo o compromisso com toda a comunidade acadêmica – professores, servidores e estudantes -, se o povo do meu Ceará me der a honra de ser eleito Governador do Estado do Ceará, de:

1. Discutir a elaboração de uma Lei específica regulamentando a autonomia financeira, acadêmica e de gestão das universidades estaduais cearenses para que elas cumpram com as atividades de ensino, pesquisa e extensão;

2. Garantir processos democráticos nas universidades estaduais, estabelecendo e respeitando os instrumentos legais que garantam eleições democráticas dos gestores escolhidos pela mais ampla participação dos vários segmentos das universidades e por métodos que favoreçam o debate de opiniões e ideias do alunato, professorado e funcionários técnico-administrativos, assegurando que os processos de escolha de dirigentes se deem na própria instituição;

3. Comprometer-se com a comunidade acadêmica em criar uma política de reposição de vagas causadas por mortes, exonerações e aposentadorias de docentes, bem como sobre a realização de concurso para professor efetivo;

4. Criar e regulamentar um Plano de Cargos, Carreira e Salários para os servidores técnico-administrativos e realizar concurso público;

5. Criar condições adequadas, inclusive salariais, para os professores substitutos;

6. Dialogar com os membros da comunidade científica: um percentual dos Editais a ser destinado a instituições públicas estaduais e do interior do Estado; a criação de editais específicos para instituições estaduais; e as cláusulas de exclusão para a concessão de bolsas de Iniciação Científica;

7. Lutar pela aprovação da Lei de Assistência Estudantil das universidades cearenses que já tramita na Assembleia Legislativa;

8. Dialogar sobre Lei para escolha do Reitor e Vice-Reitor, assim como analisar os sistemas existentes no Brasil e no Exterior;

9. Fortalecer e ampliar a democracia interna das universidades estaduais cearenses;

10. Investir na expansão e modernização da estrutura arquitetônica e urbanística das universidades estaduais cearenses, garantido a acessibilidade e apoio didático-pedagógico aos alunos e professores com deficiência e/ou limitações físicas.

11. Receber as entidades representativas dos docentes, discentes e servidores técnico-administrativos em audiência, após definição das eleições de 26 de outubro 2014, e, como Governador, no início de 2015 para tratar desses assuntos enumerados acima.

Camilo Santana

Fonte: Sinduece (2014)

Em janeiro de 2015, o governador Camilo Santana recebeu a comunidade acadêmica e nessa ocasião assegurou a realização de concurso emergencial para professores nas três universidades estaduais com um total de 249 vagas, concurso

para servidor técnico-administrativo, além da criação do plano de cargos para esta categoria. A greve, retomada em setembro de 2014, foi suspensa em 09 de janeiro de 2015, após este acordo com o Governador Camilo Santana. A Universidade Regional do Cariri (URCA) e a Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA) também suspenderam seus movimentos em assembleias.

Mais uma vez, expomos o quadro com as notícias acerca do movimento grevista, e pela primeira vez, verificamos uma quantidade pequena de notícias sobre as universidades.

Quadro 24: Notícias mobilizações/ greves em 2014

TITULO	**JORNAL**	**DATA**
Professores da Uece decretam greve após assembleia	O Povo	17/09/2014
Professores da Uece e Urca entram em greve	Cnews	17/09/2014
Em greve, UECE e URCA precisam de 422 vagas de professores efetivos	Verdes Mares	18/09/2014
Reitoria da UECE divulga nota sobre a retomada da greve	O Estado	18/09/2014
Professores da Uece em greve protestam nas ruas de Fortaleza	G1	26/09/2014
Greve na Uece permanecerá até o atendimento das reivindicações	Uol	09/10/2014
Deputado cobra negociação do governo para acabar a greve da Uece	Diário do Nordeste	26/11/2014
Eliane Novais cobra solução para greve de professores das universidades públicas	Alce	26/11/2014
Professores da Uece suspendem greve após quatro meses de paralisação	G1	09/01/2015
Depois de 112 dias, professores da Uece suspendem greve	O Povo	10/01/2015

Fonte: Alves (2018, p.159)

Observamos neste movimento, uma postura ainda mais negligente e ausente do governo com as universidades estaduais. As tentativas de diálogo com Cid Gomes se tornaram impossíveis, mas, a história nos mostrou a seguir, como o governo Camilo seria permeado de ataques às universidades, conforme apresentamos no capítulo sobre a política educacional no Ceará.

4.2.6 Greve de 2016: Camilo, mesmo com termo, o descompromisso

Ao longo do primeiro ano de governo de Camilo Santana, o movimento pautou a implementação das conquistas assumidas no termo de compromisso assinado por ele, tais como a realização dos concursos. O certame da UECE foi realizado, porém os professores não foram nomeados. Tal como ocorreu na URCA e UVA.

> Dos acordos firmados foi publicado no diário oficial do estado do Ceará a lei do associado e foram assinadas as aprovações dos estágios probatórios de dezenas de professores, mas até agora foram nomeados somente 6 de um total de 28 professores que já deveriam ter sido nomeados. Além disso ainda não foi publicado o edital do concurso para professor efetivo que no caso da Urca contempla 62 vagas (Sindurca, s/a, p.27).

Dessa forma, em 29 de abril de 2016, mais uma vez foi decretada greve na UECE. Dessa vez, além das pautas recorrentes: concurso, nomeação, realização das obras de infraestrutura nas unidades do interior, foi pautada a questão do reajuste salarial dos professores que não foi cumprido em janeiro do referido ano.

A UVA também fez a retomada da greve em 11 de maio pelos mesmos motivos da UECE, o não cumprimento dos acordos com o governo.

> A Seção Sindical dos Docentes da UVA (SINDIUVA) realizou na noite de quarta-feira, 11 de maio de 2016, no campus da Betânia, Assembleia Geral para deliberar sobre a paralisação das atividades docentes na Instituição. Com 107 professores presentes, a proposta de deflagração de greve geral foi aprovada com 88 votos a favor e 11 votos contrários. Houve uma abstenção e 07 não votaram. De acordo com o SINDIUVA, a suspensão das atividades terá início a partir da segunda-feira, 16 de maio. A decisão de paralisar as atividades por tempo indeterminado, segundo o Sindicato, deve-se ao não atendimento, por parte do Governo do Estado, às reivindicações das três universidades estaduais cearenses. Entre as reivindicações estão a nomeação de professores aprovados em Concurso Público realizado em 2015; suspensão da redução da verba de custeio e manutenção das universidades e o pagamento de benefícios da carreira docente. (UVA [site], 2016, n.p).

As estratégias adotadas durante esse movimento paredista, foram as mesmas de movimentos anteriores, obviamente as tentativas de audiências, atos de rua, porém não tão numerosos quanto os anteriores, distribuição de material informativo sobre a greve, confecção de faixas e cartazes e novamente a confecção da carta trilíngue para distribuir nas partes turísticas da cidade.

Figura 22: Nota trilíngue 2016

Escreva para as autoridades/Write to the authorities/Écrivez aux autorités
Scrivete alle autorità/Escribe a las autoridades:

Governador do Estado do Ceará
Camilo Sobreira de Santana
e-mail: camilo@camilogovernador.com.br
e-mail: elcio.batista@sgbgov.ce.gov.br
instagram: camilosantanaoficial
www.facebook.com/camilosantana
twitter: @GovernoCeara / @camilosantana
fones: 3466-4000; 3466-4865; 3466-4866

Vice-Governadora do Estado do Ceará
Izolda Cela
fone: 3459-6100
https://www.facebook.com/izolda.cela?fref=ts
e-mail: gilvanalinhares@vicegov.ce.gov.br

Presidente da Assembleia Legislativa do Ceará
Deputado José Albuquerque
e-mail: jalbuquerque@al.ce.gov.br
www.josealbuquerque.com.br
fones: 3277-2825; 3277-2722

Líder do Governo
Deputado Evandro Sá Barreto Leitão
e-mail: evandro.leitao@al.ce.gov.br
http://facebook.com/evandroleitao
fone: 3277-2582

Secretário da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Ceará
Inácio Arruda
twitter: (@inacioarruda)
https://www.facebook.com/inacioarruda66?fref=ts
https://pt-br.facebook.com/inacioarruda
https://twitter.com/inacioarruda
http://inacio.com.br/
fone: 3101-6400
fax: 3101-3675

Secretário da Fazenda
Mauro Filho
fones: 3101-9511; 3101-8470
e-mail: mauro.filho@sefaz.ce.gov.br

Secretário de Planejamento e Gestão
Hugo Figueirêdo
fone: 3101-4532; 3101-4520
e-mail: hugo.figueiredo@seplag.ce.gov.br
twitter: @SeplagCeara

BEM-VINDOS AO CEARÁ ONDE O GOVERNO ABANDONA AS UNIVERSIDADES
WELCOME TO CEARÁ, WHERE THE GOVERNMENT ABANDONS THE UNIVERSITIES
BIENVENUE AU CEARÁ, OÙ LE GOUVERNEMENT ABANDONNE LES UNIVERSITÉS
BENVENUTI A CEARÁ, DOVE IL GOVERNO ABBANDONA LE UNIVERSITÀ
BIENVENIDO A CEARÁ DONDE EL GOBIERNO ABANDONA LAS UNIVERSIDADES

Luta e Resistência das Universidades Estaduais do Ceará
Struggle and Resistance of Ceará State Universities
Lutte et Résistance des universités de l'État du Ceará
Lotta e Resistenza delle Università Statali
Lucha y Resistencia de las Universidades Estatales de Ceará

UECE, UVA E URCA

EM DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO

ANDES - SN
Sindicato dos Docentes da Uece – Sinduece
Sindicato dos Docentes da Uva – Sinduva
Sindicato dos Docentes da Urca – Sinduria
Movimento Estudantil
Brasil - Ceará | 2016

Sol brilha perenemente e é generoso com seus habitantes e turistas, que usufruem das belezas das nossas praias, dos nossos campos sertanejos e das nossas serras úmidas e frias. Foi aqui, na Terra da Luz, que o grito dos escravos negros ecoou e o Ceará proclamou a liberdade antes do restante do Brasil.
Ao pisar este 'chão sagrado' e iluminado pelo sol e pelo calor da sua gente, você precisa saber, entretanto, que por culpa de um Governo Estadual, intransigente e incompetente, a EDUCAÇÃO PÚBLICA É ATACADA E AVILTADA.
O senhor CAMILO SANTANA descarta nos servidores públicos, professores e alunos, a prova da sua incompetência. Alega não poder atender nossas demandas por uma educação com dignidade.
ESTAMOS EM GREVE HÁ MAIS DE DOIS MESES. Algumas escolas foram ocupadas por estudantes e professores. Apesar disso, o Governo segue indiferente porque a Educação não é sua prioridade (nem a Saúde e Segurança, tripé de uma sociedade avançada).
VISITE NOSSOS BELOS RECANTOS.
Encante-se com nossas atrações, aprecie nossa culinária, mas não deixe de se solidarizar com nossa luta. Denuncie o descaso do Governo, pois, com a Educação, não se brinca. Ajude-nos a fazer jus ao título de "Ceará, a Terra da Luz e da Liberdade"!

the sun shines continually and is generous with inhabitants and tourists that enjoy the beauty of our beaches, of our countryside, and of our humid and cold hills.
It was here, in the Land of Light, that the shout of slaves echoed and Ceará was the first state in Brazil to free them. However, as you step on this "sagred ground", lightened by the sun and by its people, you need to know that an uncompromising and incompetent State Government ATTACKS AND SUBVERTS EDUCATION.
The Governor, CAMILO SANTANA, takes out on public workers, professors, teachers and students as a proof of his incompetence. He claims he can't fulfill our demands for a dignifying education. He is against our demands for better working conditions and salary rises.
WE'VE BEEN ON A STRIKE FOR MORE THAN TWO MONTHS. Some schools were occupied by students and teachers. Despite of that, Mr. Santana remains indifferent because education is not his priority (neither is it health nor security).
VISIT OUR NICE PLACES! Get enchanted by our attractions, enjoy our cuisine, but be solidary with our cause, denouncing this Government omission!
Help us to live up to the title of "Ceará, Land of Light and freedom".

DANS LA TERRE DE LUMIÈRE RÈGNE L'OBSCURITÉ
Bienvenue au Ceará – Terre de Lumière où le soleil brille toujours et c'est si généreux avec notre peuple et nos touristes qui profitent des beautés de nos plages, de nos campagnes et de nos montagnes humides et froides. C'était ici que le cri des esclaves noirs a retenti et le Ceará a été le premier état au Brésil à proclamer la liberté des esclaves.
En marchant sur ce 'sol sacré' et illuminé par le soleil et la chaleur de son peuple, il faut cependant que vous sachiez que c'est la faute du gouvernement intransigeant et incompétent de l'état, si L'EDUCATION PUBLIQUE EST ATTAQUÉE ET AVILIE.
M. CAMILO SANTANA a démontré son incompétence en alléguant ne pas pouvoir répondre la demande des fonctionnaires, professeurs et étudiants d'une éducation digne.
NOUS SOMMES EN GRÈVE DEPUIS DEUX MOIS. Quelques école sont été occupées par les élèves et professeurs. Mais malgré cela,le gouvernement reste indifférent parce que l'Éducation n'est pas sa priorité (ni la Santé et non plus la Sécurité, trépied d'une société avancée).
VISITEZ NOS PLUS BEAUX ENDROITS.
Émerveillez-vous avec nos attraits, apprécie notre gastronomie, mais veuillez également vous solidariser avec notre lutte en dénonçant l'abandon du gouvernement, car on ne joue pas avec l'Éducation.
Veuillez nous aider à mériter le titre de "Ceará, Terre de Lumière et de Liberté"!

Benvenuto a Ceará – terra della Luce! Qui il sole brilla perennemente ed è generoso con la nostra gente e con i nostri turisti che sfruttano le bellezze delle nostre spiagge, della nostra campagna e delle nostre montagne umide e fredde.
Fu qui che le urla degli schiavi neri tuonò ed il Ceará proclamò la libertà pure prima del Brasile. Nel toccare questo sacro suolo, illuminato dal sole e dal caldo della nostra gente, devete sapere che, per colpa di un Governo Statale ostinato ed incompetente la PUBBLICA ISTRUTTIONE VIENE AFFRONTATA ED OLTRAGGIATA.
Il sig. CAMILO SANTANA dimostra l'incompetenza a disciplin dei pubblici impiegati, insegnanti e allievi, sostenendo non aver possibilità di rispondere alle nostre richieste di un'istruzione di qualità.
SIAMO IN SCIOPERO DA PIÙ DI DUE MESI. Alcune scuole sono state occupate da allievi e insegnanti. Malgrado questa situazione, il governo continua a essere indifferente alle manifestazioni dato che l'Educazione non è una priorità, né lo è la Salute e tanto meno la Sicurezza, tripiede di una società avanzata.
VISITATE I NOSTRI BEI POSTI.
permettetevi incantarvi con le nostre feste, assaggiate la nostra cucina, ma non lasciate di sensibilizzarvi con la nostra lota.
Denunciate l'abbandono del Governo perché l'istruzione non è un gioco.
Aiutateci ad essere all'altezza del titolo "Ceará, la terra della luce e della libertà"!

Bienvenido a Ceará — ¡Tierra de la Luz!
Aquí brilla un sol perenne y generoso con sus habitantes y con los visitantes, que disfrutan de las bellezas de nuestras playas, de nuestros campos y de nuestras tierras húmedas y frías. Desde aquí, en la Tierra de la Luz, salió el grito de los esclavos negros por la libertad, proclamada en Ceará antes de otros rincones en Brasil.
Al pisar este 'suelo sagrado', iluminado por el sol y por el calor de sus gentes, usted necesita saber, sin embargo, que por culpa de un gobierno del Estado, intransigente e incompetente, la Educación Pública se encuentra atacada y avilitada.
Camilo Santana, el gobernador, echa sobre los profesores y alumnos la prueba de su incompetencia. Argumenta no poder atender a nuestras demandas por una educación con dignidad.
ESTAMOS EN PARO LABORAL HACE MÁS DE DOS MESES. Algunas escuelas fueron ocupadas por estudiantes y profesores. Sin embargo, el gobierno sigue indiferente porque la Educación no es su prioridad (tampoco la Salud Pública y Seguridad, trípode de una sociedad avanzada.)
VISITE NUESTROS BELLOS RINCONES TURÍSTICOS. Se encante con nuestras atracciones y se solidarice con nuestra lucha, denunciando la omisión del Gobernador, pues no se juega con la Educación.
Nos ayude a merecer el título de "Ceará, la Tierra de la Luz y de la Libertad"!

EM DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO

Fonte: Sinduece (2016)

Durante essa greve, verificamos como o governo Camilo negligenciou as universidades estaduais, efetuando cortes sucessivos no orçamento, política de não reajustar salários, travar processos e ignorar a comunidade acadêmica, ironicamente, mais fechado ao diálogo do que o próprio Cid Gomes.

Em outubro de 2016, destacamos as promessas do governador Camilo Santana de que nomearia os 81 professores aprovados do último concurso e o investimento de R$ 250 mil para reforma do *campus* da UECE em Crateús, ordem de serviço para obra do *campus* de Itapipoca e garantia de publicação no Diário Oficial de processos referentes a carreiras (promoção, progressão de salários, estágio probatório, dedicação exclusiva) e a garantia de aporte de R$ 6 milhões para professores substitutos, no que se refere à questão da isonomia salarial entre professores efetivos e substitutos.

Na UVA a greve também foi suspensa em outubro de 2016, tal como assinalado na matéria.

> Acaba de ser suspensa a greve dos professores e profissionais da Universidade do Vale do Acaraú (UVA). O placar final foi de 96 votos a favor da suspensão, contra o total de 15 votos favoráveis a continuidade da greve. A decisão acontece após os servidores da Universidade Estadual do Ceará (UECE), na última sexta-feira (21), também terem decidido pelo fim da paralisação da instituição. A paralisação durou aproximadamente 6 meses. (Sobral on line, 2016, n.p).

Essa greve extremamente longa, de mais de seis meses, não obteve o mesmo poder de mobilização das greves anteriores. Parte do movimento estudantil perdera seu poder de organização e o movimento docente estava esgotado após o longo período de embates com o governo, de 2013 a 2016 com greves extensas.

Outra questão verificada nesse governo Camilo é que ele nos assinalou duas mudanças no movimento docente: primeiro, a sua força estava em crise, não tinha mais a mesma capacidade de organização e mobilização dos anos anteriores. E, segundo, os desdobramentos do golpe de 2016 na então presidente Dilma, com o crescimento da extrema-direita, impactaram bastante a atuação do movimento docente nas universidades.

Conforme mencionado anteriormente, o período de 2003 a 2016, foi de intenso protagonismo das lutas em defesa das estaduais cearenses pelos movimentos docente e discente que vem sofrendo um descenso. Apesar da conjuntura permanecer de crise nas estaduais, os movimentos enfrentam dificuldades de articulação e luta nas pautas locais. Sobre esse processo de passivização das lutas, em especial após 2016 no golpe que retirou Dilma do poder, Chagas (2019) afirma:

> A resistência no Brasil, por sua vez, foi praticamente insignificante, reduzindo se a uma camada do ativismo um setor minoritário da classe

> trabalhadora. Os trabalhadores brasileiros, majoritariamente não saíram às ruas para apoiar o impeachment, mas também não se mantiveram contra a manobra parlamentar. Na prática, sua consciência mais geral não reconhecia aquela movimentação como sua (e de fato não era) mas havia uma simpatia pela remoção de Dilma em função de experiência iniciada com os ataques desferidos pelo governo do PT. Diante dessa contradição os trabalhadores em geral apenas assistiram passivamente o processo. Perplexos e sem uma alternativa viável à esquerda do PT devidamente consolidada, não se moveram. (Chagas, 2019, p.214-215).

Verificamos, pelo exposto, uma tendência a passivização da classe trabalhadora e enfraquecimento dos movimentos de esquerda para mobilização.

> Surgiram ainda tentativas de mobilização visando a construção de um campo político alternativo e independente da classe trabalhadora, no calor dos acontecimentos de 2016. Mas foram, em geral, muito marginais. **A fragilidade da esquerda socialista não permite ainda fazer frente aos dois grandes blocos que se enfrentavam**. (Chagas, 2019, p. 215- grifo próprio).

Fica claro na exposição de Chagas (2019) como era necessário repensar as estratégias utilizadas pela esquerda, que o autor já apontava como frágeis em 2019, e que durante o governo Bolsonaro, se mostraram cada vez mais insuficientes para mobilizar a classe trabalhadora.

Essa realidade foi também vivenciada no Ceará, na qual o movimento docente, conforme apontamos anteriormente, não conseguia pautar o governo Camilo. As mudanças decorridas da ascensão da extrema-direita, o sentimento de aversão à política decorrente da jornada de junho[138], o antipetismo[139], as mudanças

---

[138] "Quando terminava o primeiro semestre 2013, o país foi sacudido pela emergência de mobilização social como não se via há cerca de 20 anos: ao fim da primeira quinzena de junho, uma manifestação de jovens na cidade de São Paulo, centrada na questão do aumento das tarifas do transporte público, deflagrou uma dinâmica que, ao cabo de 1 mês, despejou multidões nas ruas e praças de 22 capitais e 400 cidades e envolveu uma greve de que participaram 3 milhões de trabalhadores. O movimento pôs em confronto o Brasil real (com suas carências absurdas em todos os planos de vida social e o Brasil da ficção aquele da nova classe média do novo desenvolvimentismo que vai realizar a copa das Copas e coisas que tais). Nesse sentido, as manifestações que começaram em junho e continuam em parte de julho, seguindo-se, ainda que de modo bastante diferenciado nos meses que se seguem, tiveram sua origem causas várias. Começaram com as ações do movimento passe livre, depois foram se ampliando até atingirem manifestações multitudinárias, com dezenas e centenas de milhares de pessoas, chegando, num momento de auge, a mais de 2 milhões de manifestantes no conjunto do país. Depois entramos em julho, com manifestações mais locais localizadas, uma tentativa de greve geral, mas praticamente todos os dias há ainda expressões de mobilizações populares"(Sampaio Jr, 2014, p.20-21).

[139] "Essa criminalização do PT e da esquerda em geral é alimentada pelos meios de comunicação empresariais e pelos poderes de Estado – o governo Temer não se envergonhou de patrocinar uma campanha tendo por mote "tirar o país do vermelho", um sentido duplo facilmente decifrável. A agressividade crescente dos militantes da direita, produzida de forma deliberada, tenta emparedar as posições à esquerda, progressistas e democráticas, ao mesmo tempo que a cassação de registros partidários se tornou uma possibilidade mais palpável. " (Miguel, 2019, p.183).

nos próprios partidos políticos que tinham seus interesses próprios para os sindicatos que dirigiam, geralmente ligados a interesses eleitorais, aspecto apontado por Miguel (2019, p.187), quando dizia que: “é necessário repensar, em primeiro lugar, a relação entre o projeto da esquerda e a democracia eleitoral (e a institucionalidade que a cerca)”, impactaram significativamente as lutas locais em defesa das estaduais cearenses, em que as direções sindicais não sabiam como expor as críticas aos governos petistas locais.

Para acrescentar o cenário de descenso do movimento, ainda tivemos a fase nebulosa do governo Bolsonaro, com a pandemia da COVID-19 (que afastou a comunidade acadêmica de suas atividades presenciais) e os constantes ataques à classe docente.

Tudo isso repercutiu no cotidiano das universidades estaduais, que com o governo Camilo, teve prejuízos gigantescos em seus salários e carreira, no travamento de processos do PCCV. Apesar de tudo isso, somente em 2024, que as universidades estaduais foram organizar uma nova greve[140] unificada, no governo do também petista Elmano, que vem atacando a categoria docente com falas ofensivas sobre a greve.

> A média salarial dos nossos professores universitários é de R$ 14 mil. Eu sou o governador de um estado em que o povo cearense vive com dois salários mínimos, e olhe lá. Grande parte no mercado informal. [...] Não é justo esse professor de R$ 14 mil não dar aula para um aluno que a família dele ganhou R$ 1.400, R$ 1.500, R$ 2.000. Não acho justo, politicamente. Estou falando não como um governador, como cidadão” (Redação [...], 2024, n.p).

Um governo de esquerda que utiliza discursos e práticas da direita, constituiu um novo desafio a ser enfrentado pelas estaduais, que deixou o movimento docente sem saber como modificar e adequar as suas táticas de atuação.

Constatamos, ao analisar os movimentos paredistas, mudanças de estratégias adotadas pela comunidade acadêmica, momentos de luta mais branda, através da disputa da sociedade, ou pela radicalização do movimento, que na concepção de Gramsci, caracterizam dois conceitos caros para este autor: guerra de

[140] Salientamos que esta greve não será analisada nesta pesquisa, por estar fora do marco temporal estipulado anteriormente.

posição e guerra de movimento[141]. Guerra de movimento seria o ataque de frente, a batalha direta, a chegada ao poder no sentido de posse do governo pela coerção. A "guerra de movimento" implica a chegada ao poder pela força, por meio da tomada do aparato do Estado. Já a Guerra de posição – não seria uma batalha frontal, mas de trincheiras, de estratégias, como diria Gramsci, de 'assédio'. A "guerra de posição" (a 'revolução passiva'), não é um simples tipo de luta, é uma estratégia, no sentido maior do termo, constituída na relação das forças existentes entre os lados em disputa.

Trazendo para a realidade das greves das estaduais, podemos considerar como guerra de posição, as tentativas de disputa da sociedade, por meio de elaboração e apoio de teóricos, membros renomados da sociedade, elaboração de textos etc. Já a guerra de movimento, era necessária quando se precisava radicalizar a luta, com as ocupações de reitorias e prédios públicos, atos de rua.

Verificamos, o papel das greves na consolidação de uma política de educação superior, a despeito dos interesses governistas de ignorar as universidades estaduais. Podemos inferir, que somente a luta coletiva de professores, estudantes e servidores garantirá a manutenção das universidades.

Acerca do resgate da história das greves, Alves (2018) em sua pesquisa, elencou um quadro com os principais vídeos encontrados na rede que mencionavam as lutas das universidades estaduais.

Quadro 25: Links de vídeos sobre as greves

TITULO	**LINK**
Parte 1 e 2- DIÁRIO DE CLASSE	https://www.youtube.com/watch?v=ragJl85Cy-g&t=2s
Parte 3- DIÁRIO DE CLASSE	https://www.youtube.com/watch?v=A7PHcNPstio&t=7s
Greve na Uece 1 (2005)	https://www.youtube.com/watch?v=_MGIix5mDUk
Greve na Uece 2 (2005)	https://www.youtube.com/watch?v=O2wZJ1tjHTY
Fafidam (2005)	https://www.youtube.com/watch?v=9joCY2nr_6M
Greve na UECE 2006	https://www.youtube.com/watch?v=yZ7P1AnEBMQ
GREVE-UECE 11/07 - Reportagem TV CIDADE	https://www.youtube.com/watch?v=581DpJW_wsE

[141] Gramsci (1999, p.300) traz um exemplo de como se concretizava a guerra de posição e movimento na Itália. Segundo ele: "Esta ideologia serviria como elemento de uma "guerra de posição" no campo econômico (a livre concorrência e a livre troca corresponderiam à guerra de movimento) internacional, assim como a "revolução passiva" é este elemento no campo político. Na Europa de 1789 a 1870, houve uma guerra de movimento (política) na Revolução Francesa e uma longa guerra de posição de 1815 a 1870; na época atual, a guerra de movimento ocorreu politicamente de março de 1917 a março de 1921, sendo seguida por uma guerra de posição cujo representante, além de prático (para a Itália), ideológico (para a Europa), é o fascismo. "

Ato na Assembleia Legislativa GREVE UECE 2007	https://www.youtube.com/watch?v=qiZzeRppYkE
Greve Uece documentário - parte i- 2007	https://www.youtube.com/watch?v=udEH1FxX8ZE
Greve Uece documentário - parte ii - 2007	https://www.youtube.com/watch?v=IIfQFjuCu1g
Greve Uece documentário - parte iii - 2007	https://www.youtube.com/watch?v=_fbs7lmulko
Protesto contra CID Gomes – Reinauguração da Biblioteca (2007)	https://www.youtube.com/watch?v=eT9Di6z1oXc
Debate - Eleições Reitoria 2007/2008	https://www.youtube.com/watch?v=fYOauxLefc4
Uece -Novo R.U. - 2010	https://www.youtube.com/watch?v=qX5Me2Ybvns
Uece -Novo R.U. - 2010	https://www.youtube.com/watch?v=6qFdxLt7G4o
Ocupação da Reitoria da UECE 2011	https://www.youtube.com/watch?v=y3xgHo8blAA
Ocupação da Reitoria da UECE 2011	https://www.youtube.com/watch?v=fRLQ-W3TnlA
Ocupação da Reitoria da UECE 2011	https://www.youtube.com/watch?v=HwbtH4ZO5HU
Ocupação da Reitoria da UECE 2011	https://www.youtube.com/watch?v=o0An-mjH2fk
Professores e alunos da UECE fazem protesto na sede do governo – 2011	https://www.youtube.com/watch?v=CPUCPFCHFLo
Para a UECE não parar, efetivos JÁ! – 2012	https://www.youtube.com/watch?v=fxfbvAnkS_s
Cid eu to sem aula- 2012	https://www.youtube.com/watch?v=f3SbfvmRMEc
CID? Cid eu tô sem aula ...(Manifestação UECE na Secretaria da Copa 2012)	https://www.youtube.com/watch?v=_5u7PqX213Q
Secretaria da Copa – 2012	https://www.youtube.com/watch?v=VfMDwQ3h0wk
Secretaria da Copa – 2012	https://www.youtube.com/watch?v=hws6mOHJSnk
Para a UECE não parar, efetivos JÁ! – 2012	https://www.youtube.com/watch?v=j3YWQmtn3PI&t=57s
Secretaria da Copa – 2012	https://www.youtube.com/watch?v=j3YWQmtn3PI
Para a UECE não parar, efetivos JÁ! – 2012	https://www.youtube.com/watch?v=fxfbvAnkS_s
Ato - Hospital na UECE JÁ! 2012	https://www.youtube.com/watch?v=_lXB3_hIQ4E
Greve geral 2013	https://www.youtube.com/watch?v=PtmT8kX5yCM
ATO EM DEFESA DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS - UECE, URCA & UEVA 2013	https://www.youtube.com/watch?v=0sNG_xCsBbQ
Manifestação em apoio aos grevistas da UECE vai em direção ao Palácio do Governador	https://www.youtube.com/watch?v=Q0G-EuqpZUM
Todos ao palácio - UECE, URCA, UEVA - 06/11/2013	https://www.youtube.com/watch?v=xJmexJWaXck
Todos ao palácio - UECE, URCA, UEVA - 06/11/2013	https://www.youtube.com/watch?v=xJmexJWaXck&t=48s
Repressão ato em 2013	https://www.youtube.com/watch?v=xJmexJWaXck&t=27s
Ocupação da Assembleia 2013	https://www.youtube.com/watch?v=RCYPEt7jaJ0
Ocupação da Assembleia 2013	https://www.youtube.com/watch?v=Vnod4iZZ87Y
Protesto pela contratação de professores na UECE	https://www.youtube.com/watch?v=iQUP6ynhnvY
Greve Geral UECE-URCA-UEVA - Caminhada da unidade	https://www.youtube.com/watch?v=6znNbsCQIH4
UECE Greve Interior e Capital 2013	https://www.youtube.com/watch?v=qzq3nQmjjkI
Passeata na beira mar – 2014	https://www.youtube.com/watch?v=xFhTxw0cHJg

Professora da UECE fala da reivindicação na manifestação da Policlínica – 2014	https://www.youtube.com/watch?v=KIkG1qsl2Qk
Seminário Centro de Eventos 2014	https://www.youtube.com/watch?v=djqER2-x6UA
Atividade de Greve UECE 2014 O poder das Ações	https://www.youtube.com/watch?v=qOGzrpsuzuk
Documentário 15 anos SINDUECE	https://www.youtube.com/watch?v=EPcJUxVotEo&t=1s

Fonte: Alves (2018, p.160-161)

Expostas essas nuances e principais aspectos encontrados na análise das greves unificadas das universidades estaduais, apontamos agora as considerações finais, com as principais descobertas dessa pesquisa e questões a serem respondidas em novos estudos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos ao longo dos capítulos, aspectos bibliográficos acerca das categorias de estudo da presente tese, nos quais podemos tecer algumas conclusões.

As mudanças no mundo do trabalho que estão atreladas ao novo arranjo de produção mundial e ao ideário neoliberal, reverberaram nos mais distintos campos da vida social e do trabalho, gerando uma nova organização da classe trabalhadora. A mundialização do capital e a adoção das políticas neoliberais resultaram na privatização de espaços e recursos públicos, obstaculizando a universalização dos direitos de cidadania.

Ainda nesse contexto das transformações no mundo do trabalho, impulsionadas pela globalização do capital, pela expansão dos processos de financeirização e pelo complexo de reestruturação produtiva, observam-se os impactos dessas mudanças no Brasil. Verificamos, que apesar das particularidades do país, como a industrialização tardia e a ausência de um Estado de Bem-Estar Social similar aos países do capitalismo central, os direitos trabalhistas conquistados por meio de políticas voltadas para a classe trabalhadora estão sendo ameaçados e retirados nesse cenário.

A adoção da reforma do Estado brasileiro foi crucial para promover um modelo de ensino superior baseado no utilitarismo de mercado, distanciando-se da formação científica sólida e orientado para os interesses da classe trabalhadora.

Observamos, nesse sentido, como existe um processo de ligação entre as mudanças no mundo do trabalho nos anos 1980, que retiraram do trabalhador muitas conquistas e o avanço das políticas neoliberais que exige um trabalhador cada vez mais submisso ao sistema e, por último, a base ideológica das reformas impostas que está pautada na lógica neoliberal, seguindo os pressupostos de teóricos como Hayek, Friedman, Mises e no projeto mais vinculado à realidade brasileira, o pensamento de Bresser Pereira, ainda tão vigente nas reformas em curso no país.

A educação acabou por ser uma das áreas mais afetadas pelo processo de reformas implementadas no Brasil, posto que sofreu e ainda sofre ataques desqualificando a sua eficiência e qualidade em favorecimento ao sistema privado, sempre respaldado pela mídia como melhor e menos prejudicial ao governo.

No processo de contrarreforma, entendida como retirada severa de direito, do Estado brasileiro nos anos 1990, apontamos como estas se efetivaram no âmbito do sistema de ensino superior no Brasil e Ceará, nos setores público e privado. No contexto do ensino superior, ficou evidente o impacto severo dessa nova fase do capitalismo e das políticas neoliberais. Isso se manifesta na diminuição do papel do Estado na expansão universitária, na transferência de recursos estatais para o setor privado, e na flexibilização das regulamentações para promover a abertura e a disseminação de instituições de ensino superior privadas.

Nesse cenário, a expansão do ensino superior é predominantemente liderada pelo setor privado, que é amplamente beneficiado pelo financiamento público através de iniciativas como o PROUNI e o FIES. Essas parcerias público-privadas permitem que instituições privadas recebam recursos públicos para oferecer bolsas de estudo e financiamentos estudantis, aumentando sua participação no mercado educacional, perspectiva confirmada através dos dados elencados no terceiro capítulo deste trabalho, que apontavam evolução em número de matrículas presenciais e a distância, instituições e vagas na iniciativa privada.

Essa mudança impacta também a educação pública, visto que tem que se adaptar às novas exigências impostas pela sociedade. A universidade pública tem sido progressivamente influenciada pela lógica da racionalidade empresarial, o que se reflete em diversas mudanças prejudiciais, dentre as quais destacamos o produtivismo acadêmico, que pressiona por maior produção de pesquisa e publicações em detrimento da qualidade e profundidade do conhecimento, especialmente no âmbito da pós-graduação; a redução do tempo de curso e das grades curriculares, visando uma formação mais rápida e supostamente mais alinhada com as demandas do mercado, tal como protagonizado pelos cursos tecnólogos, que ocupam um importante nicho dentre as matrículas a distância no país.

Essas mudanças têm impactado negativamente os professores, que enfrentam condições precárias de trabalho e são submetidos a uma intensificação das suas atividades acadêmicas. A precarização do trabalho docente se manifesta através de salários muitas vezes insuficientes, aumento da carga horária, pressão por resultados quantitativos e uma maior instabilidade contratual, no caso dos professores temporários e substitutos, como é o caso das universidades estaduais cearenses.

Portanto, a inserção da lógica empresarial na universidade pública tem acarretado consequências adversas não apenas para a qualidade do ensino e da pesquisa, mas, também, para o bem-estar e as condições de trabalho dos professores universitários.

Sobre as particularidades do Ceará nesse cenário de mudanças, destacamos o pioneirismo cearense na implementação do ideário neoliberal, com o discurso de modernização, que impactou fortemente as universidades estaduais cearenses. Dessa forma, o estado do Ceará, antecipando-se às medidas nacionais de Reforma, reestruturou suas universidades estaduais para alinhá-las estritamente às demandas do mercado, visando atender às necessidades de crescimento econômico. Esse atrelamento foi confirmado na análise dos planos de governo de Lúcio Alcântara, Cid Gomes e Camilo Santana, que apontavam as instituições de ensino superior cearenses como indutoras de inovações tecnológicas e agentes de modernização, ressaltando que em momento algum se pontuava a sua relevância na formação dos membros da sociedade cearense.

Os referidos governos trataram com extremo descaso as universidades estaduais cearenses, isso ficava explicito ao analisar suas propostas políticas, pois não se vislumbrava em nenhum destes documentos, uma construção de uma política de educação superior. Lúcio Alcântara nem as mencionava e tratava com mais veemência a ideia de federalizar URCA e UVA, apontadas por ele como causa dos problemas da UECE. Cid Gomes, também não deteve muito empenho na elaboração de uma proposta de valorização das universidades estaduais, seu foco era a ampliação da educação profissional, considerada por ele mais importante para os estudantes. Por último, Camilo Santana, tratou com indiferença muitas das questões das estaduais cearenses e, seguindo a cartilha de seu antecessor, Camilo não se propôs a pensar uma política para as estaduais cearenses. Verificamos nos três governantes, que comandaram o estado entre os anos de 2003 a 2022, uma postura de ataques às universidades estaduais, seja pelo pouco investimento, pelas falas desqualificando a sua importância ou ignorando os seus problemas históricos.

Apesar de todo esse cenário de descaso, as universidades estaduais cearenses cresceram e alcançaram resultados expressivos no âmbito do ensino, pesquisa e extensão. Através dos dados coletados na pesquisa, constatamos a expansão das instituições, abrangendo um espaço maior no território cearense, apesar de não vislumbrarmos a expansão dos recursos.

Essa falta de recursos impactou diretamente a questão financeira das instituições, que se submeteram à lógica dos recursos externos, para a sua sobrevivência. Verificamos, assim, uma expansão dos cursos pagos nestas universidades, através da venda de especializações, disputa de editais de financiamento de pesquisas e cobrança de taxas. UECE, URCA e UVA se submeteram a essa lógica de captação de recursos, dando um caráter cada vez mais mercadológico às universidades. Nesse sentido, vale relembrar as vendas de cursos de licenciatura pela UVA, que ocasionaram uma problemática no sentido de rebaixamento do nome da instituição, ao passo que os cursos vendidos com a "marca" UVA, eram de baixa qualidade, impactando, assim, sua reputação como instituição pública de qualidade, formadora de quadros de profissionais competentes em toda sua região.

Contraditoriamente ao descaso por parte do governo, as universidades vão se destacando. A UECE, por exemplo, vem sendo reconhecida como uma das melhores do país. Ironicamente, nestes momentos de glória, o governo toma as universidades para si, exaltando-as. Apesar do escasso investimento, professores e estudantes tem alcançados premiações, menções e publicações de relevância nacionalmente. É por meio do seu corpo docente e discente, que as instituições vêm ganhando importância e reconhecimento acadêmico.

Nessas considerações finais, é relevante ressaltarmos que as greves surgem como parte de uma luta pela preservação da própria universidade, uma vez que os governos analisados não têm apresentado um projeto para o ensino superior público no estado. Com o crescimento acelerado do ensino superior privado, torna-se claro que a defesa da universidade pública está nas mãos do movimento docente e discente.

A luta e a resistência da comunidade universitária se concretizaram na criação das seções sindicais nos anos 2000, SINDUECE, SINDURCA e SINDIUVA, após debates e mobilizações entre docentes da capital e do interior que buscavam um sindicato voltado para valorização do trabalho docente, defender a carreira, melhorar os salários e as condições de trabalho nas universidades cearenses. Ambas as seções emergiram dentro de um cenário de precarização extrema das universidades.

Ao longo dos anos, as seções sindicais foram ganhando espaço como importante instrumento de luta e alcançado muitas vitórias, advindas, em primeiro

lugar, da organização dos docentes em torno das entidades, mas também da unidade com o movimento estudantil e quando possível com os técnico-administrativos.

As greves e lutas/ mobilizações se consolidaram como mecanismo de defesa diante do cenário de desmantelo da educação pública. Conforme mencionado anteriormente, as universidades existem porque resistem. Aferimos no decurso desta pesquisa, que as universidades vivem um contexto de precarização histórica, vislumbrada pela falta de professores, falta de recursos que ocasionam uma infraestrutura precária em suas unidades, principalmente no interior com prédios funcionando em locais inadequados. Fatores estes que se tornaram pauta de lutas em defesa da educação ao longo dos anos e constituiu parte do objeto de estudo deste trabalho, a relação entre as lutas unificadas das três universidades estaduais e a política de educação superior no estado do Ceará.

Ao analisarmos as pautas recorrentes nas greves ao longo dos diferentes períodos estudados, percebemos que questões como concursos, infraestrutura e assistência estudantil, frequentemente, se repetem. Esses problemas são históricos na universidade, refletindo a ausência de um projeto eficaz para viabilizar uma política de educação superior de qualidade no estado. O que temos visto são atitudes de descaso, por vezes justificadas pela falácia de que o ensino superior é responsabilidade exclusiva da União, ou mesmo pela tentativa de atribuir às outras universidades estaduais (URCA e UVA) a responsabilidade pelos problemas de financiamento da UECE, aspecto mencionado anteriormente.

Voltando ao tema das demandas dos movimentos grevistas de 2005 a 2016, é importante salientar que esses obtiveram conquistas, embora tenham enfrentado intensas lutas e resistência frente às pressões do governo estadual, das reitorias e até mesmo de partes da comunidade acadêmica que, por vezes, se opuseram às greves. Governos que se negavam ao diálogo, reitorias que colocavam as tropas policiais contra professores e estudantes e professores/estudantes que reproduziam o discurso da mídia de que greve é prejudicial, o contrário da realidade, ao passo que as conquistas nas universidades cearenses só vêm por meio de greves.

As conquistas dessas greves das três universidades, foram significativas: em 2005, foram obtidos concursos para professores e a reforma da biblioteca da UECE, além do ganho político decorrente dessa mobilização, que foi o pontapé para

a unidade entre as seções sindicais das estaduais; em 2006, uma emenda orçamentária crucial para o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV); na greve ocorrida entre 2007 e 2008, destacam-se avanços como o PCCV, obras de infraestrutura e a questão salarial, visto que os professores saíram de um dos piores salários, para um patamar de ganho real. A greve de 2013 levou à regulamentação de pontos do PCCV, aumento de verbas para assistência estudantil nas três universidades, que nunca tinham a seu dispor uma política de assistência estudantil, que pautasse incremento no número e valor das bolsas de pesquisa e permanência. Em 2014-2015, a última greve durante o governo de Cid Gomes, cobrou o cumprimento de pautas acordadas, obtendo a promessa de um novo concurso público por parte de Camilo Santana. Também foi realizado o primeiro concurso para servidores técnico-administrativos na UECE e a elaboração de um plano de cargos para os servidores. Por último, a greve de 2016, envolvendo UECE e UVA, foi extremamente longa e resultou na alocação de recursos para a equiparação salarial dos professores substitutos.

Esta pesquisa evidencia que melhorias significativas nas universidades estaduais cearenses são alcançadas apenas através de movimentos grevistas. Nos períodos de diminuição da mobilização, cortes são implementados e a estrutura da universidade sofre severamente os efeitos do descaso por parte do governo, como no caso dos cortes implementados por Camilo Santana entre 2015 e 2022, que levaram as estaduais ao pior cenário vivenciado por elas, com constantes cortes de orçamento, política de reajuste zero, congelamento de processos de progressão e ascensão funcional, além, é claro, da reforma da previdência cearense que aumentou a alíquota de desconto dos servidores. Camilo aproveitou o cenário de crise fiscal e pandemia para viabilizar esse projeto de desmonte da educação superior pública, ao passo que o movimento docente e discente das universidades estavam inviabilizados de pressionar o governo, dada a pandemia da COVID-19 e o próprio cenário de avanço da direita no Brasil, principalmente, após o golpe sofrido por Dilma em 2016, que impactou significativamente os movimentos sociais com o um todo, perseguidos e criminalizados pelos membros da direita.

As lutas se tornaram a única maneira de garantir a sobrevivência das universidades, as comunidades acadêmicas devem estar sempre vigilantes, seja para conquistar novas melhorias, seja para pressionar o governo a cumprir suas promessas, ou ainda para fazer a universidade crescer.

Por fim, é crucial destacarmos que todo movimento de resistência e luta pela defesa da universidade pública e gratuita, se torna uma responsabilidade diária e urgente, especialmente, em tempos de crescente conservadorismo, enfraquecimento da democracia com o avanço de pautas da extrema-direita e ataques diretos aos direitos da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. Pesquisas apontam que 400 mil mortes poderiam ser evitadas; governistas questionam. **Agência Senado**. Brasília, 2021. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/06/24/pesquisas-apontam-que-400-mil-mortes-poderiam-ser-evitadas-governistas-questionam. Acesso em: 02 jul. 2024.

AGUIAR, Inácio. Camilo Santana confirma renúncia no dia 2 de abril: 'o Estado fica em excelentes mãos. 28 de março de 2022. **Diário do Nordeste**, 2022. Disponível em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniao/colunistas/inacio-aguiar/camilo-santana-confirma-renuncia-no-dia-2-de-abril-o-estado-fica-em-excelentes-maos-1.3209867. Acesso em: 01 abr.2024

ALBUQUERQUE, Izabelle Mont'Alverne Napoleão; DIAS, Maria Socorro de Araújo; RIBEIRO, Marcos Aguiar (Organizadores). **50 anos do curso de Enfermagem da UVA:** Mosaicos de uma formação ética, técnica, científica, política e estética. Sobral: Edições UVA, 2022. Disponível em: https://ww2.uva.ce.gov.br/apps/common/documentos_uva/ebook_402d451bdc00f11d824d0874.pdf. Acesso em: 02 abr.2024

ALBUQUERQUE, Antônio. SOS UECE. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, maio de 2007

ALUNOS e professores cobra, melhorias. 12 de maio de 2006. **O Povo**, Fortaleza, 2006

ALVES, Danielle Coelho; ALEXANDRE, Tainara; ROCHA, Antônia Rozimar Machado e. A romantização da desigualdade social em tempos de pandemia no Brasil. In: ALVES, Danielle Coelho; VALE, Erlenia. ALEXANDRE, Tainara (org). **Serviço Social, instrumentalidade e movimentos sociais.** 1.ed. Fortaleza: Eduece, 2022, p. 201-221

ALVES, Danielle Coelho; BEZERRA, Jonas Menezes; ROCHA, Antônia Rozimar Machado e. Agenda neoliberal e conservadora para a educação: o future-se e o programa nacional das escolas cívico-militares (PECIM).. *In* SILVA, Geranilde Costa e (org). **Experiências em ensino, pesquisa e extensão**: caminhos e perspectivas. v6. Fortaleza: Imprece: 2021, p.32-44

ALVES, Danielle Coelho. **Política de Educação Superior no Ceará e a resistência do movimento docente na Universidade Estadual do** Ceará - UECE. 2018. 179f. Dissertação (Mestrado em)-Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza (CE), 2018

ALVES, Danielle Coelho. **Expressões do trabalho docente precarizado:** discursos e práticas dos professores substitutos da Uece. 2014. 149f. Monografia (Graduação em Serviço Social)- Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza. 2014

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Precarização do Trabalho:** ensaios de sociologia do trabalho. Bauru: Canal 6, 2013.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva:** ensaios de sociologia do trabalho. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6. 2007.

ALVES, Giovanni. **O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e mundialização do capital:** a nova degradação do trabalho na era da globalização. 2.ed. Londrina: Praxis, 1999.

AMARAL, Marisa Silva. Uma nova fase do capitalismo e um novo padrão de dependência na América Latina? : elementos para uma investigação. In: GALVÃO, Andrea et al. **Capitalismo, crises e resistências.** São Paulo: Outras Expressões, 2012. p. 63-82

AMIGOS da escola. **Info escola**. 2024. Disponível em: https://www.infoescola.com/educacao/amigos-da-escola/. Acesso em: 15 abr.2024

ANARQUISMO: o que é, características e ideias - **Toda Política**. Disponível em: https://www.todapolitica.com/anarquismo/. Acesso em: 14 maio.2024

ANDES. **Histórico.** Brasília, 2024. Disponível em: https://www.andes.org.br/sites/historia. Acesso em 01 jun.2024

ANDES. **Carta de criação da Sinduece.** Brasília, 2002.

ANDES. **Dossiê Nacional:** Precarização das Condições de Trabalho I. Brasília: abril 2013.

ANDES. **Caderno Andes-SN nº 28:** Neoliberalismo e política de C& T no Brasil- um balanço critico (1995-2016). Brasília: Andes, janeiro 2018

ANDES. **Análise do orçamento das Universidades Estaduais do Ceará.** Fortaleza: ANDES-SN, 2018b.

ANDES. **Conhecendo o ANDES-SN:** Quem sabe mais, luta melhor! Brasília, 2020.

ANDES. **Conad Extraordinário indica ao 41º Congresso a saída do ANDES-SN da CSP-Conlutas.** Publicado em 13 de novembro de 2022. Brasília, 2022. Disponível em: https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/14o-conad-extraordinario-indica-ao-41o-congresso-a-saida-do-aNDES-sN-da-cSP-conlutas1. Acesso em: 01 maio. 2024

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha:** ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho:** ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 15.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. In **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 87, p.

335-351, maio/ago. 2004. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 10 jan. 2013.

BAIMA, Eudes. Greve da Uece. **O Povo**. Fortaleza, 2006

BASILIO, Ana Luiza. Entenda a 'greve' de professores de São Paulo contra plataformas impostas por Tarcísio e Feder Docentes criticam a fixação de metas de acesso e apontam que as decisões do governo empobrecem a formação dos estudantes. **Carta Capital**, 2024. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/educacao/entenda-a-greve-de-professores-de-sao-paulo-contra-plataformas-impostas-por-tarcisio-e-feder/. Acesso em: 01 jun.2024

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contra-Reforma:** desestruturação do Estado e perda de direitos. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Fundo público, valor e política social.** 1.ed. São Paulo: Cortez, 2021

BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social:** fundamentos e história. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2011

BENEVIDES, Renata. Professores fazem manifestação. **Diário do Nordeste.** Fortaleza, 2006

BENEVIDES, Renata. Professores em greve barrados na Assembleia. **Diário do Nordeste.** Fortaleza, 2007

BEZERRA, Jonas Menezes. **Política e financiamento das universidades estaduais cearenses (2003–2018) no contexto do ajuste fiscal e da desresponsabilização do estado**. 2022. 308 f. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza (CE), 2022

BIANCHETTI, Roberto G. **Modelo neoliberal e políticas educacionais.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BRAGA, Ruy. **A restauração do capital:** um estudo sobre a crise contemporânea. São Paulo: Xamã. 1996

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2022** [recurso eletrônico]. – Brasília, DF: Inep, 2024. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2022.pdf. Acesso em: 25 maio.2024

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei da Reforma Universitária 5540/68** de 28 de novembro de 1968. Brasília, 1968. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 05 jun.2024

BRESSER PEREIRA, Luís Carlos. **Crise econômica e reforma do Estado no Brasil:** para uma nova interpretação da América latina. São Paulo: Editora 34, 1996.

BRESSER PEREIRA, Luís Carlos. **A reforma do estado dos anos 90:** lógica e mecanismos de controle. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado,1997.

BRUM, Gabriel. Ministério estuda acabar com cursos de licenciatura 100% à distância. **Rádio Nacional.** Brasília, 2023. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/educacao/audio/2023-12/ministerio-estuda-acabar-com-cursos-de-licenciatura-100-distancia#:~:text=O%20Minist%C3%A9rio%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20n%C3%A3o%20quer%20mais%20cursos,professores%20no%20pa%C3%ADs%2C%20segundo%20o%20ministro%20Camilo%20Santana. Acesso em: 18 maio.2024

BOSI, Antônio de Pádua**.** Precarização do trabalho docente no Brasil: novas e velhas formas de dominação capitalista (1980-2005). In **Revista Universidade e Sociedade** n.38, 2006.

CAMELO, Carlos Henrique. Grevistas tentam solução para impasse. **O Povo.** Fortaleza, 2006

CANCIAN, Renato. Ditadura militar (1964-1985) - Breve história do regime militar. **Uol**, 2014. Disponível em: https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/ditadura-militar-1964-1985-breve-historia-do-regime-militar.htm. Acesso em: 14 jun.2024

CARAM, Bernardo. **Governo Temer é aprovado por 3% e reprovado por 77%, diz Ibope**. Brasília, 2017. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/governo-temer-e-aprovado-por-3-e-reprovado-por-77-diz-ibope.ghtml. Acesso em: 02 jan. 2024

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A Tragédia e a Farsa:** a ascensão das direitas no Brasil Contemporâneo. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

CASSIO, Fernando (org). **Educação contra a barbárie:** por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2019

CASTRO, Alba Tereza B. de. Política educacional e direitos sociais: reconfiguração do ensino superior no Brasil. In: Boschetti, Ivanete (org). **Capitalismo em crise, política social e direitos.** São Paulo: Cortez, 2010

CAVALCANTE, Marcos. Uece e Uva: universitários sem data para retorno às aulas. **O Povo**. Fortaleza: Set, 2006.

CEARÁ. **Constituição do Estado do Ceará.** 1989

CEARÁ. **Governo do Ceará 2022-** site. Disponível em: https://www.ceara.gov.br/2022/02/03/nova-fase-de-expansao-do-ensino-superior-do-

ceara-tera-abertura-de-novos-campi-novos-cursos-e-concurso-publico-historico/. Acesso em: 01 abr.2023

CEARÁ - ESTADO CRIATIVO, INOVADOR E TRANSFORMADOR. 2018. **Diretrizes para o Plano de Governo 2019 a 2022**. Disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/CE/2022802018/60000610979/proposta_1534182309145.pdf. Acesso em: 16 maio. 2024

CEARÁ. **Lei Complementar nº 14/1999**. 1999. Disponível em: https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/ciencia-e-tecnologia-e-educacao-superior/item/5330-lei-complementar-n-14-do-15-09-99?tmpl=component&print=1 Acesso em: 30 maio. 2024

CEARÁ. **Lei Complementar nº 105,** de 21 de dezembro de 2011. 2011. Disponível em: https://leisestaduais.com.br/ce/lei-complementar-n-105-2011-ceara-acresce-e-altera-dispositivos-a-lei-complementar-n-14-de-15-de-setembro-de-1999-e-da-outras-providencias. Acesso em: 30 maio. 2024

CEARA EM REDE. Professores da UVA decretam greve! **Ceará em Rede**-setembro 26, 2014. Sobral, 2014. Disponível em: https://www.cearaemrede.com.br/2014/09/professores-da-uva-decretam-greve.html. Acesso em 05: jun. 2024

CHAGAS, Juary. **Meio passo à frente e a revolução para trás:** os governos petistas de conciliação de classes no Brasil (2003-2016). 283f. Tese (doutorado)-Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Natal, 2019.

CHAPLIN, Charles. **Tempos Modernos.** 1936. Disponível em: https://youtu.be/ZUtZ8q_vkKY?si=sZCJe3_5DWBZpLsL. Acesso em: 10 abr. 2024

CHAUI, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. In **Revista Brasileira de Educação**. 2003 n. 24. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf . Acesso em: 20 jul. 2012

CHESNAIS, François. “Mundialização do capital, regime de acumulação predominantemente financeira e programa de ruptura com o neoliberalismo”. In: **Redes**. Santa Cruz do Sul, v.3, n.1, p.185-212, jul 1998. Disponível em: https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/10660/pdf. Acesso em Acesso em: 01 out. 2017.

CHESNAIS, François. “A emergência de um regime de acumulação mundial predominantemente financeiro”, **Praga**, 3, editora Hucitec, São Paulo, n.3, p.19-46, set 1997

CID Gomes reúne-se com professores. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, jan 2007.

COLARES, Marcos. Porque se faz greve nas universidades estaduais cearenses. **O Povo**. Fortaleza 2006.

COMANDO DE GREVE. **Relatório reunião 07 e 08 de janeiro**. Fortaleza, 2008

COMANDO DE GREVE. **Carta da ocupação da Assembleia Legislativa pelos professores, servidores e estudantes das universidades estaduais**. Fortaleza, 2013

COMANDO DE GREVE. **Por que desocupamos a Assembleia Legislativa?**. Fortaleza, 2013

CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CEPE. **Resolução N° 15/2016-Cepe**. Sobral, 2016. Disponível em: https://ww2.uva.ce.gov.br/apps/common/documentos_proed/legislacao_f2ae0fa22bd2717968c.pdf. Acesso em 31 maio.2024

DEPOIS de encontro com Cid, professores recebem má notícia. **O Povo.** Fortaleza, jan, 2007.

DICIONÁRIO**. Dicionário Priberam da Língua Portuguesa** [em linha], 2008-2024. Disponível em: https://dicionario.priberam.org/pro%20tempore. Acesso em 28 maio.2024

DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE GOVERNO. 2014. Plano de governo 2015-2018- coligação para o Ceará Seguir Mudando. Disponível em: https://issuu.com/camilo13governador/docs/folheto_diretrizes_web. Acesso em: 02 maio. 2024

EMPOSSADA a nova reitora da UVA. **O Estado**. Fortaleza, dezembro de 2007.

FALCÃO, Larissa. **Nova fase de expansão do Ensino Superior do Ceará terá abertura de novos campi, novos cursos e concurso público histórico.** 03 de fevereiro de 2022. Disponível em: https://www.ceara.gov.br/2022/02/03/nova-fase-de-expansao-do-ensino-superior-do-ceara-tera-abertura-de-novos-campi-novos-cursos-e-concurso-publico-historico/. Acesso em: 10 maio. 2022

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. Vinte e cinco anos de reforma universitária: um balanço. (149-177). In: MOROSINI, Marília Costa (org). **Universidade no Mercosul:** condicionantes e desafios. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

FEDERALIZAÇÃO seria solução para problemas. **O Povo**. Fortaleza, 2005

FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira:** reforma ou revolução?. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020

FERNANDES, Florestan. **O desafio educacional**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020b

FERNANDES, Leonardo; SUDRÉ, Lu; PINA, Rute. Histórico de violações da Vale vai muito além de Mariana e Brumadinho. Brasil de Fato. São Paulo, 29 de janeiro

de 2019. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2019/01/29/historico-de-violacoes-da-vale-vai-muito-alem-de-mariana-e-brumadinho. Acesso em: 06 jun.2024

FETAMCE. **Já está em vigor o novo Sistema Previdenciário do Ceará. Leia a íntegra das mudanças.** Ceará, 2019. Disponível em https://fetamce.org.br/ja-esta-em-vigor-o-novo-sistema-previdenciario-do-ceara-leia-a-integra-das-mudancas/. Acesso em: 28 out. 2023

FIES. Estudantes terão facilidades para quitar dívidas com o Fies**. MEC**, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/novembro/estudantes-terao-facilidades-para-quitar-dividas-com-o-fies. Acesso em: 06 jun.2024

FIES. Governo cria condições diferenciadas para renegociação de dívidas do Fies. **MEC**, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2022/01/governo-cria-condicoes-diferenciadas-para-renegociacao-de-dividas-do-fies. Acesso em: 06 jun.2024

FONTELES, José Osmar; GONÇALVES, Luiz Antônio Araújo; HOLANDA, Virginia Célia Cavalcante de Holanda. (orgs.) **A Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) e sua inserção socioterritorial no noroeste cearense.** Sobral: Edições UVA, 2022. Disponível em/; https://ww2.uva.ce.gov.br/apps/common/documentos_uva/ebook_a5e401c4a38956dd504f96ed.pdf. Acesso em: 20 abr.2024

FÓRUM DAS TRÊS. **Regimento do fórum das três seções sindicais das universidades estaduais do Ceará.** Fortaleza, 2015

FREITAS, Luiz Carlos. **A Reforma Empresarial da Educação**. Nova Direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade.** 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985

GENTILI, Pablo; Suárez, Daniel. **Reforma educacional e luta democrática:** um debate sobre a ação sindical docente na América Latina. 1.ed. São Paulo: Cortez, 2004

GOMES, Fábio Guedes. Conflito social e *welfare state*: Estado e desenvolvimento social no Brasil. **Rev. Adm. Pública** vol.40 nº.2 Rio de Janeiro Mar./Apr. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122006000200003&script=sci_arttext. Acesso em: 20 mar. 2013.

GOVERNADOR conversa com os professores da Uece. **Diário do Nordeste.** Fortaleza, 2006

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere, volume 1**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GUIMARAES, YANNA. Greve geral interior e capital. **O Povo**. Fortaleza, 2006

GUIMARAES, YANNA. Uece: 132 dias sem aula. **O Povo**. Fortaleza, 2006b

HADDAD, Sergio. **Banco mundial, OMC e FMI:** o impacto nas políticas educacionais. São Paulo, Cortez Editora, 2008

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HAYEK, Friedrich A. **O caminho da servidão**. 6.ed. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2010

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 7.ed. São Paulo: Cortez editora, 2012.

IBRAHIM, Cesar Antônio Calejon. **Sobre perdas e danos: negacionismo, lawfare e neofascismo no Brasil.** Curitiba: Kotten Editorial, 2022

IEPRO. **Histórico**. Disponível em: http://www.iepro.org.br/institucional/. Acesso em: 05 abr. 2024

IMOPEC. **Dignidade aos professores!.** Fortaleza, 2006.

INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA. **Exceções ao regime de Dedicação Exclusiva**. Bahia, 2017. Disponível em: https://portal.ifba.edu.br/dgp/manual-do-servidor/itens-do-manual/excecoes-ao-regime-de-dedicacao-exclusiva#:~:text=Dedica%C3%A7%C3%A3o%20Exclusiva%20%28DE%29%20%C3%A9%20o%20regime,as%20exce%C3%A7%C3%B5es%20previstas%20na%20Lei%2012.772%2F2012.&text=Dedica%C3%A7%C3%A3o%20Exclusiva%20%28DE%29%20%C3%A9,previstas%20na%20Lei%2012.772%2F2012.&text=%28DE%29%20%C3%A9%20o%20regime,as%20exce%C3%A7%C3%B5es%20previstas%20na. Acesso em: 08 jun. 2024

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA**. Sinopse Estatística da Educação Superior 1995.** Brasília: Inep, 1996. Disponível em: < https://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/sinopses_estatisticas/sinopses_educacao_superior/sinopse_educacao_superior_1995.xls. Acesso em: 01 fev. 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 1996.** Brasília: Inep, 1997. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/sinopses_estatisticas/sinopses_educacao_superior/sinopse_educacao_superior_1996.xls>. Acesso em: 01 fev. 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA**. Sinopse Estatística da Educação Superior 1997- parte 1.** Brasília: Inep, 1998. Disponível em: <

https://download.inep.gov.br/download/censo/1997/superior/miolo-Superior1-97.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 1997- parte 2.** Brasília: Inep, 1998. Disponível em: < https://download.inep.gov.br/download/censo/1997/superior/miolo-Superior2-97.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 1998- parte 1.** Brasília: Inep, 1999. Disponível em: < https://download.inep.gov.br/download/censo/1998/superior/miolo-Superior1-98.pdf> Acesso em: 01 fev. 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA**. Sinopse Estatística da Educação Superior 1998- parte 2.** Brasília: Inep, 1999. Disponível em: < https://download.inep.gov.br/download/censo/1998/superior/miolo-Superior2-98.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 1999- parte 1. Brasília:** Inep, 2000. Disponível em: < https://download.inep.gov.br/download/censo/1999/superior/miolo1_Sinopse_Superior99.pdf >. Acesso em: 01 fev. 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 1999- parte 2.** Brasília: Inep, 2000. Disponível em: < https://download.inep.gov.br/download/censo/1999/superior/miolo2_Sinopse_Superior99.pdf >. Acesso em: 01 fev. 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2000.** Brasília: Inep, 2001. Disponível em:< https://download.inep.gov.br/download/censo/2000/Superior/sinopse_superior-2000.pdf>. Acesso em: 28 maio. 2024

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA**. Sinopse Estatística da Educação Superior 2001.** Brasília: Inep, 2002. Disponível em:< https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 28 maio. 2024

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2002.** Brasília: Inep, 2003. Disponível em:< https://download.inep.gov.br/download/superior/censo/tabelas_resumo_tec_.xls>. Acesso em: 28 maio. 2024

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO

TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2003.** Brasília: Inep, 2004. Disponível em:< https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados >. Acesso em: 28 maio. 2024

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2004.** Brasília: Inep, 2005. Disponível em:< https://download.inep.gov.br/download/superior/2004/censosuperior/Resumo_tecnico-Censo_2004.pdf>. Acesso em: 28 maio. 2024

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2005.** Brasília: Inep, 2006. Disponível em:< https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 28 maio. 2024

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA**. Sinopse Estatística da Educação Superior 2006.** Brasília: Inep, 2008. Disponível em:< https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados >. Acesso em: 28 maio. 2024

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2007.** Brasília: Inep, 2009. Disponível em:< https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 28 maio. 2024

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2008.** Brasília: Inep, 2009. Disponível em:< https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados >. Acesso em: 28 maio. 2024

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2009.** Brasília: Inep, 2010. Disponível em:< https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 28 maio. 2024

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2010.** Brasília: Inep, 2012. Disponível em:< https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 28 maio. 2024

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2011.** Brasília: Inep, 2013. Disponível em:< https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-

estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 28 maio. 2024

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA**. Sinopse Estatística da Educação Superior 2012**. Brasília: Inep, 2014. Disponível em:< https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 28 maio. 2024

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2013.** Brasília: Inep, 2015. Disponível em:< https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 28 maio. 2024

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2014.** Brasília: Inep, 2015. Disponível em:< https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 28 maio. 2024

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2015.** Brasília: Inep, 2016. Disponível em:< https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados. >. Acesso em: 28 maio. 2024

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA**. Sinopse Estatística da Educação Superior 2016.** Brasília: Inep, 2017. Disponível em:< https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados. >. Acesso em: 28 maio.2024

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA**. Sinopse Estatística da Educação Superior 2017.** Brasília: Inep, 2018. Disponível em:< https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 28 maio. 2024

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2018.** Brasília: Inep, 2019. Disponível em:< https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 28 maio. 2024

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2019.** Brasília: Inep, 2020. Disponível em:< https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 28 maio. 2024

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2020.** Brasília: Inep, 2022. Disponível em:< https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 28 maio. 2024

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2021.** Brasília: Inep, 2022. Disponível em:< https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>Acesso em: 28 maio. 2024

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2022.** Brasília: Inep, 2023. Disponível em:< https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>Acesso em: 28 maio.2024

KATZ, Claudio. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular e Perseu Abramo, 2016

KLEIN, NAOMI. **A Doutrina do Choque** (The Shock Doctrine). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Y4p6MvwpUeo&t=2117s. Acesso em: 05 jun.2024

LAISSEZ-FAIRE: o que essa expressão significa e quem a criou? | **Politize!.** Disponível em: https://www.politize.com.br/laissez-faire/. Acesso em: 31 maio.2024

LAVAL, Cristian. **A escola não é uma empresa:** o neoliberalismo em ataque ao ensino público. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2019

LEHER, Roberto (org). **Educação no governo Bolsonaro:** inventario da devastação. São Paulo: Expressão Popular, 2023

LEHER, Roberto. Educação no Governo Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu. In: Os **Anos Lula:** contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

LIMA, Kátia. **Contra-reforma na educação superior:** de FHC a Lula. São Paulo: Xamã, 2007

MACÁRIO, Epitácio. **Por salário... por dignidade...: em defesa das Universidades Estaduais do Ceará!.** Fortaleza: Cetros, 2019.

MANDACARU. **Manifesto nº 2**. Fortaleza, maio de2024. 2024

MANDACARU. **Manifesto nº 4**. Fortaleza, junho de 2024. 2024b

MARTINELLI, Maria Lucia. **Pesquisa qualitativa:** um instigante desafio. São Paulo: Veras Editora, 1999.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2010

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2016

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MIGUEL, Luís Felipe. **O colapso da democracia no Brasil:** da constituição ao golpe de 2016. 1.ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO- **UAB**--site. Brasília, 2024. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/uab. Acesso em: 31 maio.2024

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO- **PROUNI**--site. Brasília, 2024. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/uab. Acesso em: 31 maio.2024

MINTO, Lalo Watanabe. **A Educação da Miséria**: particularidade capitalista e educação superior no Brasil. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

MINTO, Lalo Watanabe. **As reformas do ensino superior no Brasil:** o público e o privado em questão. Campinas: Autores Associados, 2006

MISES, Ludwig Von. **Liberalismo:** segundo a tradição clássica. 2.ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

MORAIS, Elvira de Sá – **A UECE e a Política Estadual do Ensino Superior**. Fortaleza - CE: Anna Blume, 2000.

MOSSMANN, Isiane. Manifestação unificada por melhorias no Crato. **O Povo**. Fortaleza, 2006

MOURA, Ricardo. Greve nas universidades estaduais pode acabar hoje. **O Povo.** Fortaleza, 2008

NETTO, José Paulo. **Crise do Socialismo e ofensiva neoliberal**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política:** uma introdução critica. 7.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2012

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org). **Reforma Universitária do Governo Lula:** reflexões para o debate. São Paulo: Xamã, 2004.

NOBRE, Maria Cristina de Queiroz. **Modernização do atraso:** a hegemonia burguesa do CIC e as alianças eleitorais da “era Tasso”. 2008. 324f. Tese.

(Doutorado em Sociologia)- Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

O POVO. **O coronelismo "moderno"**. Fortaleza, 2012. Disponível em: https://www20.opovo.com.br/app/opovo/politica/2012/01/21/noticiasjornalpolitica,2771576/o-coronelismo-moderno.shtml#:~:text=Por%2019%20anos%2C%20no%20Cear%C3%A1%2C%20a%20for%C3%A7a%20dos,a%201978%2C%20sob%20a%20un%C3%A7%C3%A3o%20do%20Regime%20Militar. Acesso em: 12 abr.2024

PARA O CEARÁ SEGUIR MUDANDO. **Os 7 Cearás:** propostas para o plano de governo. 2014. disponível em: https://www.sema.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/36/2016/02/Livro-Os-07-Cearas-proposta-para-o-plano-de-governo.pdf. Acesso em: 27 maio.2024

PESQUISADORES reclamam de retaliação. **O Povo**. Fortaleza, out 2006.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20:** taylorismo, fordismo e toyotismo. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010

PL 4330/04. **Lei da Terceirização.** Disponível em: http://crcgo.org.br/novo/?p=5434. Acesso em: 01 dez. 2024

PROFESSORES da Uece podem entrar em greve. **O Povo**. Fortaleza, 2006

PROFESSORES DO ESTADO unificam comando de greve. **O Povo.** Fortaleza, 2006

REDAÇÃO. 'Não é justo professor de R$14 mil não dar aula para aluno que família ganha R$1,4 mil', diz Elmano em 04 de junho de 2024. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 2024. Disponível em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/nao-e-justo-professor-de-r14-mil-nao-dar-aula-para-aluno-que-familia-ganha-r14-mil-diz-elmano-1.3519527. Acesso em: 05 jun.2024

REDEMOCRATIZAÇÃO do Brasil. Brasil escola. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/historiab/redemocratizacao-do-brasil.htm. Acesso em: 14 jun. 2024

ROCHA, Flávia Rebeca Fernandes. O Financiamento das universidades estaduais do Ceará. In.: MACÁRIO et. al. **Dimensões da Crise Brasileira:** dependência, trabalho e fundo público. Fortaleza: Eduece, 2018. Bauru: Canal 6, 2018. p. 167-189.

SALVADOR, Evilásio. Privatização da previdência do servidor público: a FUNPRESP e a financeirização das aposentadorias e pensões. **Cadernos Aslegis**, v. 43, p. 107-128, 2011.

Sampaio Jr, Plinio de Arruda (org). **Jornadas de junho:** a revolta popular em debate. São Paulo: ICP, 2014.

SANTOS, Josiane Soares. Particularidades da “questão social” no Brasil: mediações para seu debate na “era” Lula da Silva. In. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 111, p. 430-449, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n111/a03.pdf. Acesso em: 14 set. 2014.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO CEARÁ. **Escolas Estaduais de Educação Profissional. Total de EEEPs em funcionamento em 2024**. Fortaleza, 2024. Disponível em: https://www.seduc.ce.gov.br/educacao-profissional/. Acesso em: 31 maio.2024

SECRETÁRIO. Secretário: número fantástico. Publicado em 02 de junho de 2005. **O Povo.** Fortaleza, 2005

SEI que não está um mar de rosas, mas quero uma análise justa. **O Povo**. Fortaleza, 2005

SEMESP. **Mapa do Ensino Superior no Brasil.** 14.ed. São Paulo, 2024. Disponível em: https://www.semesp.org.br/mapa/edicao-14/. Acesso em:10 maio.2024

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia M. e EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional.** 4 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SILVA, Rejane Maria Gomes da. HOLANDA, Virgínia Célia Cavalcante de. **A expansão do ensino superior em debate**. Sobral: Edições UVA; Editora Sertão Cult, 2018. Disponível em: https://ww2.uva.ce.gov.br/apps/common/documentos_uva/ebook_4232ac316c855cf1aea0408f.pdf. Acesso em: 01 maio. 2024

SILVEIRA, Daniel. **Brasil perdeu 21,7% dos trabalhadores sindicalizados após a reforma trabalhista, diz IBGE**. 26/08/2020- Rio de Janeiro. G1. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/08/26/brasil-perdeu-217percent-dos-trabalhadores-sindicalizados-apos-a-reforma-trabalhista-diz-ibge.ghtml. Acesso em: 20 maio. 2024

SINDESP. **Histórico.** Fortaleza, 2024. Disponível em: https://sindesp.org.br/o-sindesp/. Acesso em: 01 jun. 2024

SINDESP. **A Origem do Processo Piso Salarial.** Fortaleza, 2024. Disponível em: http://www.sindesp.org.br/piso-salarial. Acesso em: 03 jun. 2024

SINDUECE, Fortaleza**. Ata da assembleia realizada no dia 11 de dezembro de 2002**. Livro 1

SINDUECE. **15 anos de Sinduece - "amar e mudar as coisas"** Fortaleza, 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=EPcJUxVotEo&t=192s. Acesso em: 01 jun.2024

SINDUECE. **Histórico.** Fortaleza, 2024. Disponível em: https://www.sinduece.com/historico. Acesso em 01 jun.2024

SINDUECE. **Ata da assembleia realizada no dia 06 de maio de 2005.** Fortaleza, 2005. Livro 1

SINDUECE. **Ata da assembleia realizada no dia 16 de maio de 2005**. Fortaleza, 2005. Livro 1

SINDUECE. **Ata da assembleia realizada no dia 24 de maio de 2005**. Fortaleza, 2005. Livro 1

SINDUECE. **Ata da assembleia realizada no dia 22 de junho de 2005**. Fortaleza, 2005. Livro 1

SINDUECE, **Ata da assembleia realizada no dia 05 de julho de 2005**. Fortaleza, 2005. Livro 1

SINDUECE. **Ata da assembleia realizada no dia 31 de maio de 2006**. Fortaleza, 2006. Livro 1

SINDUECE. **Ata da assembleia realizada no dia 07 de junho de 2006**. Fortaleza, 2006. Livro 1

SINDUECE. **Ata da assembleia realizada no dia 26 de junho de 2006**. Fortaleza, 2006. Livro 1

SINDUECE. **Ata da assembleia realizada no dia 01 de agosto de 2006**. Fortaleza, 2006. Livro 1

SINDUECE. **Ata da assembleia conjunta da assembleia 16 de agosto**. Fortaleza, 2006. Livro 1

SINDUECE, Fortaleza**. Ata da assembleia realizada no dia 10 de novembro de 2006**. Fortaleza, 2006. Livro 1

SINDUECE, Fortaleza**. Ata da assembleia realizada no dia 09 de janeiro de 2007**. Fortaleza, 2007. Livro 1

SINDUECE. **Ata da assembleia realizada no dia 25 de junho de 2007**. Fortaleza**, 2007.** Livro 1

SINDUECE. **Ata da assembleia realizada no dia 13 de agosto de 2007**. Fortaleza**, 2007**. Livro 1

SINDUECE. **Ata da assembleia realizada no dia 27 de agosto de 2007**. Fortaleza**, 2007**. Livro 1

SINDUECE. **Ata da assembleia realizada no dia 14 de novembro de 2007**. Fortaleza, 2007. Livro 1

SINDUECE. **A UECE está em greve, por que?**. Fortaleza, 2006

SINDUECE. **Moção de apoio ao movimento de luta dos professores da URCA-janeiro 2008**. Fortaleza, 2008

SINDUECE. **Governo não dialoga e nega todas as reivindicações greve geral, interior e capital!.** Fortaleza, 2013

SINDUECE. Informe sobre reunião dos Representantes do Comando de Greve da UECE, UVA e URCA com o Governador eleito Camilo Santana (PT). Fortaleza, 2014b

SINDUECE. **POR QUE RETOMAMOS A GREVE NAS UNIVERSIDADES** ESTADUAIS?; Fortaleza, 2014

SINDUECE. **A greve está suspensa. A luta continua! Balanço da greve**. Fortaleza, 2014. Disponível em: http://sinduece.org.br/noticias/a-greve-esta-suspensa-a-luta-continua-balanco-da-greve/. Acesso em: 01 jun.2024

SINDUECE. Sinduece exige concurso público para professor efetivo. **Sinduece Informa** 1. Fortaleza, edição 01, Janeiro, 2011

SINDUECE. Estudantes e professores das universidades estaduais do Ceará denunciam carência de professores nas IEES. **Sinduece Informa** 3. Fortaleza, edição 03, Agosto, 2011

SINDUECE, SINDURCA, SINDIUVA e SINSESC. **Pauta Unificada.** Fortaleza, 2013.

SINDUECE, SINDURCA, SINDIUVA e SINSESC. **Jornal Palavra de Ordem** 3. Fortaleza: Novembro, 2013

SINDUECE, SINDURCA, SINDIUVA. **Relatório Síntese dos Seminários da UECE, URCA e UVA.** Fortaleza, 2014.

SINDURCA. **Informativo 05 de junho de 2005.** Crato, 2005.

SINDURCA. **Comunicado a comunidade acadêmica em 08 novembro de 2007.** Crato, 2007.

SINDURCA. **Comunicado a comunidade acadêmica em 04 dezembro de 2007.** Crato, 2007b.

SINDURCA. Para que todos saibam a verdade: lutas e conquistas pelo crescimento da URCA. **A provincia**. S/a. p.24-27

SOARES, José Teodoro. **Educação Superior para o Povo.** Sobral/CE: Edições UVA, 2000.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina.** 3.ed. São Paulo: Cortez, 2009

SOBRAL ONLINE. Após cinco meses, professores da UVA suspendem greve. Sobral,25 out 2016. Disponível em: https://sobralonline.com.br/apos-cinco-meses-professores-da-uva-suspendem-greve/. Acesso em: 05 jun.2024

TRAGÉDIA no Rio Grande do Sul: Mais de meio milhão de pessoas estão fora de suas casas; 136 morreram. **Extra**. Disponível em https://extra.globo.com/brasil/noticia/2024/05/tragedia-no-rio-grande-do-sul-mais-de-meio-milhao-de-pessoas-estao-fora-de-suas-casas-136-morreram.ghtml. Acesso em: 03 jun.2024

TRICHES, Jocemara. LOTTERMANN, Josimar; CERNY, Rosely Zen. **Os Rumos da Educação e as (Contra) Reformas os Problemas Educacionais do Brasil Atual**. – 1. ed. – Dados eletrônicos. – Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2019.

UECE pode ser alvo de nova greve**. Diário do Nordeste**. Fortaleza, julho de 2007

UECE E URCA Professores entram em greve dia 12. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, Novembro de 2007

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **Histórico**, 2024. Disponível em: < https://www.uece.br/institucional/historico/ >Acesso em: 23 maio. 2024

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **Suspensa a greve nas universidades estaduais**, 16 de janeiro de 2014. Fortaleza, 2014. Disponível em: https://www.uece.br/fecli/suspensa-a-greve-nas-universidades-estaduais/. Acesso em: 04 jun. 2024

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. Ranking aponta Uece entre as melhores do mundo e a 1ª do N/NE em Educação de Qualidade. Fortaleza, 2 de junho de 2023. Disponível em: https://www.uece.br/noticias/ranking-aponta-uece-entre-as-melhores-do-mundo-e-a-1a-do-n-ne-em-educacao-de-qualidade/. Acesso em: 01 jan.2024

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **Maior concurso docente da Uece tem editais publicados no Diário Oficial**, 27 de abril de 2022. Fortaleza, 2022. Disponível em: https://www.uece.br/noticias/maior-concurso-docente-da-uece-tem-editais-publicados-no-diario-oficial/. Acesso em: 21 maio.2024

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **UECE em números 2008**. Fortaleza, 2009. Disponível em: < https://www.uece.br/institucional/uece-em-numeros/>Acesso em: 22 jan. 2023

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **UECE em números 2009**. Fortaleza, 2010. Disponível em: < https://www.uece.br/institucional/uece-em-numeros/>Acesso em: 22 jan. 2023

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **UECE em números 2010**. Fortaleza, 2011. Disponível em: < https://www.uece.br/institucional/uece-em-numeros/>Acesso em: 22 jan. 2023

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **UECE em números 2011**. Fortaleza, 2012. Disponível em: < https://www.uece.br/institucional/uece-em-numeros/>Acesso em: 22 jan. 2023

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **UECE em números 2012**. Fortaleza, 2013. Disponível em: < https://www.uece.br/institucional/uece-em-numeros/>Acesso em: 22 jan. 2023

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **UECE em números 2013**. Fortaleza, 2014. Disponível em: < https://www.uece.br/institucional/uece-em-numeros/>Acesso em: 22 jan. 2023

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **UECE em números 2014**. Fortaleza, 2015. Disponível em: < https://www.uece.br/institucional/uece-em-numeros/>Acesso em: 22 jan. 2023

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **UECE em números 2015**. Fortaleza, 2016. Disponível em: < https://www.uece.br/institucional/uece-em-numeros/>Acesso em: 22 jan. 2023

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **UECE em números 2016**. Fortaleza, 2017. Disponível em: < https://www.uece.br/institucional/uece-em-numeros/>Acesso em: 22 jan. 2023

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **UECE em números 2017**. Fortaleza, 2018. Disponível em: < https://www.uece.br/institucional/uece-em-numeros/>Acesso em: 22 jan. 2024

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **UECE em números 2018**. Fortaleza, 2019. Disponível em: < https://www.uece.br/institucional/uece-em-numeros/>Acesso em: 22 jan. 2024

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **UECE em números 2019**. Fortaleza, 2020. Disponível em: < https://www.uece.br/institucional/uece-em-numeros/>Acesso em: 22 jan. 2024

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **UECE em números 2020**. Fortaleza, 2021. Disponível em: < https://www.uece.br/institucional/uece-em-numeros/>Acesso em: 22 jan. 2024

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **UECE em números 2021**. Fortaleza, 2022. Disponível em: < https://www.uece.br/institucional/uece-em-numeros/>Acesso em: 22 jan. 2024

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **UECE em números 2022**. Fortaleza, 2023. Disponível em: < https://www.uece.br/institucional/uece-em-numeros/>Acesso em: 22 jan. 2024

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **Metabase.** Fortaleza, 2024. Disponível em: < https://metabase.uece.br/public/dashboard/1f9d508f-3054-4274-a98d-7fc5d4b2f118>. Acesso em: 28 maio. 2024

UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAU. **Histórico**. Disponível em: https://www.uva.ce.gov.br/institucional/institucional-sobre/. Acesso em: 01 maio. 2024

UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAU. **Edital de Concurso Público para Professor da UVA é publicado no Diário Oficial do Estado.** 2022. Disponível em: https://www.uva.ce.gov.br/2022/04/26/edital-de-concurso-publico-para-professor-da-uva-%ef%bb%bfe-publicado-no-diario-oficial-do-estado/. Acesso em 21 abr.2024

UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAU. **Estatuto.** 2018**.** Disponível em: https://ww2.uva.ce.gov.br/apps/common/documentos_uva/legislacao_833c179c9d92c7418d2.pdf. Acesso em: 01 maio. 2024

UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAU. **Iniciação Científica**. 2024. Disponível em: https://www.uva.ce.gov.br/imprensa/servicos/ini-cien/ini-cien-apresentacao/. Acesso em 01 maio. 2024

UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAU. **Histórico**. Disponível em: https://www.uva.ce.gov.br/institucional/institucional-sobre/. Acesso em 01 maio. 2024

UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAU. **Cursos graduação**. 2024. Disponível em: https://www.uva.ce.gov.br/cursos/cursos-graduacao/. Acesso em 01 maio. 2024

UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAU. **Cursos Especialização**. 2024. Disponível em https://ww2.uva.ce.gov.br/apps/view/lista_proed_cursos.php. Acesso em 01 maio. 2024

UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAU. **Cursos Mestrado.** 2024. Disponível em https://www.uva.ce.gov.br/cursos/cursos-mestrado/. Acesso em 01 maio. 2024

UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAU. Em Assembleia Geral professores da UVA decidem iniciar greve. 12 DE maio DE 2016. Sobral, 2016. Disponível em: https://www.uva.ce.gov.br/2016/05/12/em-assembleia-geral-professores-da-uva-decidem-iniciar-greve/. Acesso em: 05 jun.2024

UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAU. **Funcionários da UVA não aderem à greve**. Sobral, 25 de novembro de 2013. Disponível em: https://www.uva.ce.gov.br/2013/11/25/funcionarios-da-uva-nao-aderem-a-greve/. Acesso em: 05 jun.2024

UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI. **Edital 05/2022.** 2022. Disponível em: http://www.urca.br/cev/wp-

content/uploads/sites/39/2022/05/edital_05_concurso_professor_efetivo_da_URCA_2022.pdf. Acesso em: 30 maio. 2024

UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI. **Cursos de Graduação.** 2024.Disponível em: http://www.urca.br/portal2/graduacao/. Acesso em 01 maio. 2024

UNIVERSIDADE REGINAL DO CARIRI. **Estatuto-1986**. Crato, 1986. Disponível em: < http://www.urca.br/portal2/wp-content/uploads/textos/s1/AdmSup/deliberacaoSup/EstatutoURCA.pdf > Acesso em: 28 maio.2024

UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI. **Histórico.** 2024.Disponível em: http://www.urca.br/portal2/historico/. Acesso em: 01 maio. 2024

UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI. **Lato Sensu.** 2024**.** Disponível em: http://www.urca.br/prpgp/lato-sensu/. Acesso em: 01 maio. 2024

UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI. **Stricto Sensu.** 2024**.** Disponível em: http://www.urca.br/prpgp/stricto-sensu/. Acesso em: 01 maio. 2024

UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI. **URCA em números 2015**. Crato, 2016. Disponível em: http://www.urca.br/proplan/wp-content/uploads/sites/33/2022/01/anuario-2015-urca-proplan.pdf. Acesso em: 25 maio. 2024

UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI. **URCA em números 2016**. Crato, 2017. Disponível em: http://www.urca.br/wp-content/uploads/sites/33/2022/01/anurio-urca-proplan-vrsa4-web.pdf. Acesso em: 25 maio. 2024

UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI. **URCA em números 2017**. Crato, 2018. Disponível em: http://www.urca.br/wp-content/uploads/sites/33/2022/01/urca-em-numeros-2017.pdf. Acesso em: 25 maio. 2024

UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI. **URCA em números 2018**. Crato, 2019. Disponível em: http://www.urca.br/proplan/wp-content/uploads/sites/33/2022/01/urca-em-numeros-2018-2.pdf. Acesso em: 25 maio. 2024

UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI. **URCA em números 2019**. Crato, 2016. Disponível em: http://www.urca.br/proplan/wp-content/uploads/sites/33/2022/01/urca_em_numeros_2019.pdf. Acesso em: 25 maio. 2024

UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI. **URCA em números 2020**. Crato, 2016. Disponível em: http://www.urca.br/wp-content/uploads/sites/33/2022/06/URCA-em-n%c3%bamero-2020-Oficial.pdf. Acesso em: 25 maio. 2024

UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI. **URCA em números 2021**. Crato, 2022. Disponível em: http://www.urca.br/proplan/wp-content/uploads/sites/33/2023/06/URCA-em-numero-2021-Oficial.pdf. Acesso em: 25 maio. 2024

UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI. **URCA em números 2022**. Crato, 2023. Disponível em: http://www.urca.br/proplan/wp-content/uploads/sites/33/2024/04/URCA-em-numero-2022-Oficial.pdf. Acesso em: 25 maio. 2024

URCA anuncia cursos gratuitos em 2008. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, agosto de 2007

URCA. **Comunicado:** Fim da greve: atividades letivas da URCA serão reiniciadas dia 21 de janeiro. Crato, 2008

UVA festeja data ainda com greve de professores. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, out 2006.

VALE, Erlenia Sobral do. **A reprodução do ideário neoliberal no cotidiano acadêmico:** reiterações e resistências do trabalho docente na Uece. Recife: UFPE, 2012. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Serviço Social, 2012.

VALE, Erlenia Sobral do. ALVES, Danielle Coelho. Trabalho docente na educação superior: reiterações e resistências ao neoliberalismo no cotidiano. In FÉRRIZ, A. F. P.; MOREIRA, C. F. N.; MARTINS, E. B. C.; ALMEIDA, N. L. T. de (Orgs.). **Tijolos contra muros:** contribuições críticas do Serviço Social na educação. Uberlândia: Navegando Publicações, 2022. p.114-128

VENÂNCIO, Anderson. **O Financiamento das Universidades Estaduais.** Fortaleza, 2014

VENÂNCIO, Anderson. **O Financiamento das Universidades Estaduais.** Fortaleza, 2014. Apresentação em slides 1-58, 2014.